

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – POSLIN

VIVIAN CANELLA SEIXAS

**AS ABREVIATURAS NA ESCRITA SETECENTISTA:
PISTAS GRÁFICAS COMO RECURSO SUBSIDIÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO
SOCIOLINGÜÍSTICA DO ESCRIVENTE**

BELO HORIZONTE

2020

VIVIAN CANELLA SEIXAS

**AS ABREVIATURAS NA ESCRITA SETECENTISTA:
PISTAS GRÁFICAS COMO RECURSO SUBSIDIÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO
SOCIOLINGUÍSTICA DO ESCRIVENTE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

Área de Concentração 1: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de Pesquisa 1: Estudo da Variação e Mudança

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sueli Maria Coelho

BELO HORIZONTE

2020

S462a

Seixas, Vivian Canella.

As abreviaturas na escrita setecentista [manuscrito] : pistas gráficas como recurso subsidiário de caracterização sociolinguística do escrevente / Vivian Canella Seixas. – 2020.

246 f., enc. : il., fots., gráfs., tabs., p&b.

Orientadora: Sueli Maria Coelho.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 195-205.

Anexos: f. 206-246.

1. Língua portuguesa – Séc XVIII – Gramática – Teses.
 2. Abreviaturas – Teses.
 3. Linguística histórica – Teses.
 4. Mudanças linguísticas – Teses.
- I. Coelho, Sueli Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.8



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



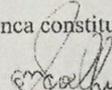
FOLHA DE APROVAÇÃO

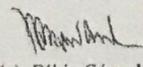
AS ABREVIATURAS NA ESCRITA SETECENTISTA: PISTAS GRÁFICAS COMO RECURSO SUBSIDIÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DO ESCRIVENTE

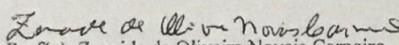
VIVIAN CANELLA SEIXAS

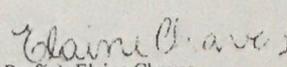
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

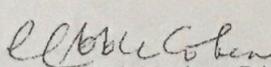
Aprovada em 27 de fevereiro de 2020, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Sueli Maria Coelho - Orientadora
UFMG

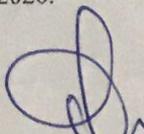

Prof(a). Fábio César Montanheiro
UFOP


Prof(a). Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
UEFS


Prof(a). Elaine Chaves
UEMG


Prof(a). Maria Antonieta Amarante de Mendonca Cohen
UFMG

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2020.


Prof(a). Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira
Subcoord. Programa de Pós-Graduação
em Estudos Linguísticos
FALE/UFMG

Aos meus pais, Vaniz e Carlos.

AGRADECIMENTOS

Enfim, chego ao momento de agradecer àqueles que me ampararam ao longo da tenuosa, porém incrível jornada que foi o doutorado. Apesar de ser impossível mensurar o meu sentimento, o que posso fazer é deixar registrado na eternidade o quanto sou grata. Meus sinceros agradecimentos:

À minha orientadora, prof.^a Dr.^a Sueli Maria Coelho, por ter não somente me guiado academicamente de maneira exemplar, como também por ter sido tão acessível, por ter compartilhado seu conhecimento com tanta paciência, inclusive ultrapassando a esfera da orientação, e por ter sido fonte de apoio emocional nas inúmeras vezes que precisei. A você, reservo a minha eterna admiração.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, prof.^a Dr.^a Aléxia Teles Duchowny, prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade, prof.^a Dr.^a Luciane Corrêa Ferreira, prof.^a Dr.^a Maria Antonieta A. de M. Cohen e prof.^a Dr.^a Maria Cândida Trindade, que participaram da minha formação ao longo do doutoramento e ampliaram substancialmente o meu conhecimento.

Aos professores Dr.^a Aléxia Teles Duchowny, Dr. Fábio César Montanheiro e Dr.^a Jânia Martins Ramos, pelas sugestões durante o processo de construção desta pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, prof.^a Dr.^a Elaine Chaves, prof. Dr. Fábio César Montanheiro, prof.^a Dr.^a Ilma Magalhães Alkimim, prof.^a Dr.^a Jânia Martins Ramos, prof.^a Dr.^a Maria Antonieta A. de M. Cohen e prof.^a Dr.^a Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, por disponibilizarem seu tempo e conhecimento para a avaliação e o aperfeiçoamento deste trabalho.

Às professoras Dr.^a Elaine Chaves e Dr.^a Mônica G. R. de Alkmim, por terem semeado em mim o interesse pela pesquisa e por terem participado da minha evolução acadêmica.

Aos amigos da pós-graduação, Fernanda Oliveira, Jéssica Nayra, Marcus Vinícius da Dores, Shirlene Coelho e Wellington Araújo, por terem compartilhado, diversas vezes, seu conhecimento e as alegrias e as angústias da jornada acadêmica.

À CAPES, pela concessão da bolsa de pós-graduação, o que possibilitou a minha dedicação exclusiva à pesquisa.

Aos amigos de infância, Fernanda Rodrigues, Flávia Piassi, Pedro Gusmão e Rafaela Souza, que estão comigo desde o tempo em que eu nem sabia “o que eu queria ser quando crescer”. A ausência é uma constante, assim como a lembrança e o amor que nutro por vocês. Vocês são parte da minha história.

Às amigas que Belo Horizonte me deu, Luana Delano, Kelly Leão e Estael dos Reis, pelos diversos momentos de apoio, carinho e descontração. Vocês, com certeza, fizeram a minha caminhada ser mais leve.

Ao Fellipe, pelo cuidado e companheirismo, em todos os sentidos. Obrigada por ter entrado em minha vida.

Aos meus pais, Vaniz e Carlos, e ao meu irmão, Francisco. As palavras não são capazes de mensurar o real sentimento que tenho por fazer parte dessa família, mas gratidão pode definir. A vocês, o meu eterno amor.

A Deus, pela vida e por me ensinar, a cada dia, os Seus reais propósitos.

*“As abreviaturas são língua, significam
linguisticamente.”*

(Maria Antonieta A. de M. Cohen)

RESUMO

A presente pesquisa tomou como objeto de estudo o emprego de abreviaturas em missivas setecentistas da Língua Portuguesa. Essa escolha justifica-se não somente pelo fato de ser, relativamente, tema de estudo ainda pouco explorado, como também pela possibilidade de os resultados alcançados, caso se comprove a hipótese aqui aventada, trazerem relevante contribuição para os estudos linguísticos, sobretudo de cunho metodológico, e ampliarem, então, as possibilidades de uso de documentos antigos de cujos escribas se desconhecem dados sociolinguísticos. Nesse quadro, a hipótese principal foi a de que tais recursos podem evidenciar aspectos sociais do escrevente de períodos pretéritos, permitindo, assim, a sua caracterização sociolinguística. Para testá-la, adotamos os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança (LABOV, 2008 [1972]) no que tange à seleção, à coleta e à análise dos dados. Como *corpus*, selecionamos 24 cartas pessoais do século XVIII escritas na Língua Portuguesa do Brasil e d'além mar por homens e por mulheres de classe socioeconômica mais alta e de classe socioeconômica mais baixa, as quais são provenientes de duas fontes: (i) do acervo *Fundo Barão de Camargos*, do *Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência*, e (ii) do projeto *Post Scriptum: Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e em Espanha na Época Moderna*, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Nossos resultados evidenciaram que (i) existia uma norma de emprego dos recursos braquigráficos no século XVIII e que algumas de suas regras demandavam conhecimento formal; (ii) escreventes com maior nível de escolarização tinham maior domínio da norma de emprego dos recursos braquigráficos e empregavam tanto recursos gerais quanto regras mais específicas; (iii) as variáveis externas nível de escolarização, estrato socioeconômico e sexo e as variáveis internas tipologia, complexidade da regra, número de sílabas do vocábulo abreviado e classe de palavras interferiam no emprego das abreviaturas; logo, (iv) tais recursos traduzem informações linguísticas e extralinguísticas a respeito daquele que está por detrás da pena e, conseqüentemente, podem constituir ferramenta metodológica auxiliar na sua caracterização sociolinguística.

Palavras-chave: abreviaturas; caracterização sociolinguística; norma de emprego dos recursos braquigráficos; século XVIII; Linguística Histórica.

ABSTRACT

This research object was the use of abbreviations in eighteenth century private letters written in Portuguese Language. This choice is justified not only by the fact that it is a relatively unexplored subject of study, but also because the results achieved, if the hypothesis presented here, can make a relevant contribution to linguistic studies, especially of a methodological nature, and then expand the possibilities of using past documents whose scribes sociolinguistic data are unknown. In this context, the main hypothesis raised was that such resources may highlight the social aspects of the scribe of past periods, thus allowing their sociolinguistic characterization. To test it, we adopted the Language Variation and Change Theory (LABOV, 2008 [1972]) regarding the data selection, collection and analysis. The *corpus* is composed of 24 personal letters from the second half of the eighteenth century written in the Portuguese Language of Brazil and the European Language by men and women of higher social class and lower social class and come from two sources: (i) from *Fundo Barão de Camargos* collection, of the *Historical Archive of the Museu of the Inconfidência*, and (ii) from the project *Post Scriptum: A Digital Archive of Ordinary Writing (Early Modern Portugal and Spain)*, of the Linguistics Center of the University of Lisbon. The results showed that (i) there was a norm of use of brachygraphic resources in the 18th century and some of its rules demanded formal knowledge; (ii) writers with a higher level of education had mastery of the employment rule of brachygraphic resources and employed both more general resources and more specific rules; (iii) the external variables education level, socioeconomic status and gender and the internal variables typology, rule complexity, number of syllables of abbreviated words and word class interfered with the use of abbreviations; thus (iv) these resources translate linguistic and extralinguistic information about the one behind the pen and, consequently, are a methodological tool to assist in its sociolinguistic characterization.

Keywords: abbreviations; sociolinguistic characterization; standard use of brachygraphic resources; 18th century; Historical Linguistics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 - ABREVIATURAS: O ESTADO DA ARTE	27
1.1 AS MOTIVAÇÕES	27
1.2 PERÍODO ROMANO.....	29
1.2.1 Sigla.....	29
1.2.2 Notas tironianas.....	31
1.2.3 Nota jurídica	36
1.2.4 <i>Nomina Sacra</i>	37
1.2.5 Sobre a estrutura.....	38
1.2.5.1 Suspensão (Apócope).....	38
1.2.5.2 Contração (Síncope).....	38
1.2.5.3 Sinais abreviativos.....	39
1.2.5.3.1 O ponto	39
1.2.5.3.2 A linha	40
1.2.5.3.3 A letra sobreposta.....	40
1.2.5.3.4 Sinais de procedência taquigráfica	40
1.3 PERÍODO MEDIEVAL.....	41
1.3.1 Truncagem (Suspensão)	42
1.3.1.1 Sigla.....	43
1.3.2 Contração.....	44
1.3.3 Marcas abreviativas significativas em si	45
1.3.4 Marcas abreviativas contextualmente significativas	46
1.3.5 Sinais convencionais	48
1.3.6 Letras sobrescritas	50
1.4 IDADE MODERNA	50
1.5 DEFININDO ABREVIATURA: PERSPECTIVAS ETIMOLÓGICA, LEXICOGRÁFICA E LINGUÍSTICA.....	52
1.5.1 Perspectiva etimológica.....	52
1.5.2 Perspectiva lexicográfica	53
1.5.3 Perspectiva linguística.....	55
CAPÍTULO 2 - ABREVIATURAS: A NORMA SETECENTISTA E OITOCENTISTA.....	58
2.1 A NORMA SETECENTISTA.....	58

2.2 A NORMA OITOCENTISTA.....	69
2.3 AS LISTAS DE ABREVIATURAS	83
2.4 SISTEMATIZAÇÃO DAS REGRAS	93
2.4.1 Funções.....	94
2.4.2 Regras.....	95
2.5 TIPOS DE ABREVIATURAS E COMPLEXIDADE DA NORMA.....	97
2.5.1 Os tipos de abreviaturas identificados nas listas.....	98
2.5.2 A regra como critério de definição de nível de letramento	101
CAPÍTULO 3 - FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	107
3.1 O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO	107
3.1.1 O viés sociolinguístico e histórico	107
3.1.2 A História Social da Linguagem.....	110
3.1.2.1 Práticas de aquisição e de desenvolvimento da escrita: a alfabetização, a escolarização e o letramento	111
3.1.2.2 A história social de Portugal e do Brasil no século XVIII	116
3.1.2.2.1 Práticas sociais e educacionais em Portugal	116
3.1.2.2.2 Práticas sociais e educacionais no Brasil.....	121
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> E CRITÉRIOS PARA A COLETA E A ANÁLISE DOS DADOS	127
3.2.1 O <i>corpus</i>	127
3.2.2 Variável dependente e independente.....	137
3.2.3 As variáveis independentes.....	138
3.2.3.1 As variáveis externas.....	139
3.2.3.2 As variáveis internas.....	140
3.3 A COLETA E A ANÁLISE DOS DADOS	141
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS DADOS.....	151
4.1 (DES)OBEDIÊNCIA À NORMA	153
4.1.1 Variável linguística tipologia das abreviaturas	156
4.1.2 Variáveis extralinguísticas nível de escolarização e estrato socioeconômico	164
4.1.3 Variável extralinguística sexo.....	165
4.1.4 Variável linguística complexidade da regra	168
4.1.5 Variável linguística número de sílabas do vocábulo abreviado.....	172
4.1.6 Variável linguística classe de palavras	173
4.2 CRUZANDO OS DADOS: ANÁLISE DO PERFIL DOS ESCRIVENTES.....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188

REFERÊNCIAS.....	195
ANEXO A.....	206
ANEXO B.....	212

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alfabeto tironiano	33
Figura 2 - Radicais nas notas tironianas.....	34
Figura 3 - Sinais auxiliares nas notas tironianas.....	34
Figura 4 - Radicais e sinais auxiliares nas notas tironianas na declinação de <i>silva-ae</i> e na conjugação do presente do indicativo do verbo <i>sum</i>	35
Figura 5 - Notas tironianas do século IX	36
Figura 6 - Abreviaturas terminadas em -z em Bluteau (1728)	60
Figura 7 - Exemplos de Feyjo (1734) sobre o uso do til em sobrenomes terminados em -ez.....	63
Figura 8 - Lista de abreviaturas de Meldola (1785).....	67
Figura 9 - Lista de abreviaturas de Souza (1804)	70
Figura 10 - Abreviaturas na obra da Academia Real das Sciencias (1842)	74
Figura 11 - Lista de abreviaturas de Macedo (1862)	76
Figura 12 - Uso do til na obra de d'Oliveira (1871 [1536]).....	77
Figura 13 - Lista de abreviaturas de Ribeiro (1890).....	80
Figura 14 - <i>Continuum</i> do letramento de Tfouni (2001).....	114
Figura 15 - Estrutura da missiva.....	130
Figura 16 - Estrutura da missiva com variações na construção composicional	132
Figura 17 - Exemplos de notas tironianas de Costa (2007).....	146
Figura 18 - <i>Continuum</i> de legibilidade das abreviaturas de Duchowny, Coelho e Coelho (2014).....	147
Figura 19 - <i>Continuum</i> do emprego da tipologia em função do uso padrão	158
Figura 20 - Comparação entre o <i>continuum</i> de legibilidade de Duchowny, Coelho e Coelho (2014).....	158
Figura 21 - Preferência tipológica em função do sexo.....	163
Figura 23 - <i>Continuum</i> do letramento em função das pistas sociais.....	193
Figura 24 - <i>Continuum</i> do letramento em função das pistas gráficas	193

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Uso da variante padrão por escrevente.....	155
Gráfico 2 – Uso do sinal especial em função do nível de escolarização/estrato socioeconômico	160
Gráfico 3 - Emprego da tipologia em função do sexo	161
Gráfico 4 - Uso do sinal especial e da sigla simples em função do sexo	162
Gráfico 5 - Domínio de norma em função do sexo.....	167
Gráfico 6 – Emprego das variantes padrão e não padrão em função da complexidade da regra	169
Gráfico 7 - Uso da conjunção em função do nível de escolaridade/estrato socioeconômico	175
Gráfico 8 - Uso das variantes padrão e não padrão por escrevente	178
Gráfico 9 - Domínio de norma no estrato socioeconômico B.....	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sinais convencionais medievais.....	49
Quadro 2 - Vocábulo que apresentam variação na forma abreviada.....	85
Quadro 3 - Variação das formas de um mesmo vocábulo entre os autores	88
Quadro 4 - Emprego ou ausência de letra sobrescrita.....	89
Quadro 5 - Regras de uso das abreviaturas	96
Quadro 6 - Informações sobre os remetentes	135
Quadro 7 - Obras consultadas.....	142
Quadro 8 - Codificação	149
Quadro 9 - Ordenação das variáveis extralinguísticas em função do peso relativo	191
Quadro 10 - Ordenação das variáveis linguísticas em função do peso relativo	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Classe morfológica das abreviaturas	91
Tabela 2 - Tipos de abreviaturas.....	98
Tabela 3 - Subtipos de abreviaturas mistas	99
Tabela 4 - Dados da rodada no programa Goldvarb X	152
Tabela 5 - Uso das variantes padrão e não padrão por escrevente	154
Tabela 6 - Uso das variantes padrão e não padrão em função da tipologia da abreviatura	156
Tabela 7 - Uso do sinal especial e da sigla simples em função do nível de escolarização/estrato socioeconômico.....	159
Tabela 8 - Uso do sinal especial e da sigla simples em função do sexo	162
Tabela 9 - Uso das variantes padrão e não padrão em função do nível de escolarização/estrato socioeconômico	164
Tabela 10 - Uso das variantes padrão e não padrão em função do sexo.....	166
Tabela 11 - Uso das variantes padrão e não padrão em função da complexidade da regra	168
Tabela 12 - Complexidade da regra em função do nível de escolarização/estrato socioeconômico	170
Tabela 13 - Complexidade da regra em função do sexo	171
Tabela 14 - Uso das variantes padrão e não padrão em função do número de sílabas representadas	172
Tabela 15 - Uso das variantes padrão e não padrão em função da classe de palavra abreviada	174

LISTA DE ABREVIATURAS

AR – Antigo Regime

LPB – Língua Portuguesa do Brasil

NSA – Não se aplica

PE – Português Europeu

PIE – Protoindo-europeu

PR – Peso relativo

INTRODUÇÃO

É fato que textos de sincronias pretéritas são ferramenta indispensável para os estudos de Linguística Histórica. Porém, apesar de sua fundamental importância, ainda há inúmeros aspectos linguísticos que não foram exaustivamente explorados. É nesse contexto que se inserem as abreviaturas¹, recurso altamente produtivo na escrita pretérita, o qual, todavia, ainda é um objeto que tem muito a ser desvendado.

A primeira característica desses recursos braquigráficos que saltou aos nossos olhos e, provavelmente, também ofusca o olhar daqueles que consultam textos setecentistas, é a grande variação no uso, já que a abreviatura de um item podia ser grafada de várias formas (cf. FLEXOR, 2008 [1979]), como ilustram os exemplos de (01) a (06), nos quais se destacaram as diversas formas de se abreviar o vocábulo *senhor*:

- (1) *Snr'*. M^{el}. Vieira de Araujo. (1776, protocolo)
- (2) Sobr.^oo mais am.^e saudoso, *Sr.^o* em q me acho em hum Reino. (1777, corpo do texto)
- (3) *Snr'* Cap.^mLuis da S.^a Valle. (1787, protocolo)
- (4) Ao *S^r* Luis Ant.^o de Barros. (1790, protocolo)
- (5) *Snr'* Luis Ant.^o de Barros. (1790, protocolo)
- (6) [...] eu não pedi ao *S.^r* Joaquim [...]. (1792, corpo do texto)

(EXEMPLOS DE SEIXAS, 2018).

Essa grande variação nas abreviaturas do vocábulo *senhor* nos despertou, então, o interesse acerca das possíveis motivações para tal fenômeno e, na busca por explicações, deparamo-nos com a ausência de literatura que nos dê suporte amplo para o entendimento dessa questão em particular, conforme já mencionado. Esse problema acabou tornando-se outra motivação para o desenvolvimento desse estudo, já que a solução foi buscarmos as respostas que necessitávamos.

¹ Conforme Aulete (2017), a abreviatura consiste na representação contraída de uma palavra ou de locução por uma ou mais letras dessa palavra, geralmente as iniciais, seguidas de um ponto, como, por exemplo, *dr.* (doutor), *ltda.*, e consta de sinais, letras ou frações de palavras usadas nos calendários, nas fórmulas médicas, na química, na botânica, nas matemáticas, no tratamento que damos às pessoas a quem escrevemos, para poupar espaço e tempo. O tratamento mais exaustivo das definições de abreviatura encontra-se no Capítulo 1 – Abreviaturas: o estado da arte.

Sobre a literatura linguística, numa perspectiva contemporânea, o estudo das abreviaturas tornou-se mais notório no século XX com a obra de Millares Carlo (1929), a qual reúne informações de importantes obras antigas e de difícil acesso para tratar da história das abreviaturas e amplia a visão sobre a estrutura e a tipologia dos recursos braquigráficos, classificando-os em sete tipos: 1. Suspensão; 2. Contração; 3. Mista; 4. Sinal especial; 5. Sigla simples; 6. Sigla duplicada e 7. Letra sobreposta.

Outra fonte valiosa para o estudo das abreviaturas é o *Manual de Paleografia: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII*, de Núñez Contreras (1994). Em uma seção dedicada a esse tema, o autor também desdobra o seu percurso histórico, apresenta a tipologia e uma lista dos recursos braquigráficos latinos mais frequentes em textos espanhóis e castelhanos.

Quanto ao cenário brasileiro, uma das obras pioneiras é a de Flexor (2008 [1979]), na qual a autora apresenta um compilado das abreviaturas extraídas de documentos que datam do século XVI ao XIX. A autora, de maneira sucinta, faz a primeira consideração acerca do objeto que nos interessa:

O pesquisador, ao consultar manuscritos antigos, defronta-se com várias dificuldades referentes não só ao estado de conservação do papel e à qualidade de tinta base, mas também com outras relativas ao vocabulário, grafia, caligrafia, bem como aquelas concernentes às abreviaturas (FLEXOR, 2008 [1979], s/p).

Tendo em vista a consideração de Flexor (2008 [1979]), é evidente que o entendimento das abreviaturas é tão fundamental para o desenvolvimento da pesquisa diacrônica quanto os outros fatores elencados e, diante da ausência de fontes naquele momento que suprissem tal demanda, a autora apresenta uma extensa descrição das abreviaturas da Língua Portuguesa.

Na última década, estudos sobre as abreviaturas tornaram-se foco de mais estudiosos e foram ampliados, o que tem contribuído para o desenvolvimento do tema no Brasil. Dentre as obras contemporâneas que colaboraram para essa expansão, destaca-se a dissertação de mestrado de Chaves (2006), intitulada *Implementação do pronome Você: a contribuição das pistas gráficas*. Nesse trabalho, a autora utiliza as abreviaturas dos pronomes de tratamento *Vossa Mercê* e *Você* como objeto de análise e evidencia que elas espelham o processo de mudança que envolve esses itens.

Nessa mesma linha investigativa, outra obra que tem recursos braquigráficos como objeto de pesquisa é a de Cohen (2010), na qual se verifica que as abreviaturas de *-mente* evidenciam o processo de gramaticalização pelo qual o item passou.

Oliveira (2019), em recente pesquisa, também utiliza as abreviaturas como fonte de investigação e busca, por meio delas, possíveis mudanças linguísticas ao comparar edições de testemunhos do testamento do rei D. Pedro II. A autora verificou que o emprego das abreviaturas em documentos oficiais portugueses setecentistas era feito conforme o estilo de escrita e a formação intelectual do escrevente e que não existiam normas que norteassem tais escolhas. Apesar de a autora utilizar *corpus* de gênero distinto, a ausência de normas de uso dos recursos braquigráficos no século XVIII, no entanto, contradiz uma das hipóteses que aqui suscitamos, a de que havia uma norma de emprego naquele período.

Outros estudos brasileiros sobre as abreviaturas dedicam-se à análise da tipologia em documentos antigos. Um deles é o de Costa (2007), no qual a autora, ao fazer a edição semidiplomática de um manuscrito setecentista paulista, amplia o tratamento dado à tipologia das abreviaturas, categorizando-as nos seguintes tipos: 1. Por sinal geral; 1.1. Abreviatura por suspensão (apócope); 1.2. Sigla; 1.2.1. Sigla simples; 1.2.2. Sigla reduplicada; 1.2.3. Sigla composta ou Acrônimo; 1.3. Abreviatura por contração ou síncope; 1.4. Abreviatura por letra sobrescrita; 1.5. Abreviatura mista; 2. Por sinal especial; 3. Notas tironianas ou taquigráficas; 4. Abreviatura numérica; e 5. Signos abreviativos.

Duchowny, Coelho e Coelho (2014) também se dedicam à análise da tipologia, mas em documentos setecentistas de Diamantina. As autoras, inclusive, propõem um *continuum* de legibilidade das abreviaturas, pelo qual é possível aferir o grau de conhecimento demandado para empregar os recursos braquigráficos.

Coelho, Ramos e Duchowny (2015), tomando como objeto de análise o mesmo *corpus* de documentos adamantinos, propuseram uma recategorização mais sistemática e econômica da tipologia apresentada por Costa (2007), qual seja: 1. Suspensão: queda de segmento final da palavra; 1.1 Sigla: abreviatura de uma só letra; 1.2 Suspensão propriamente dita: abreviatura composta de mais de uma letra; 2. Contração: queda de segmento no meio da palavra e manutenção do final da palavra; 2.1 Numérica; 2.2 Contração propriamente dita; 3. Sinal especial; 3.1 Sinal com valor universal; 3.2 Sinal com valor específico; 3.3 Letra reduplicada.

Um olhar especial dado às abreviaturas diz respeito à sua relação com fenômenos linguísticos e os estudos até então empreendidos apresentaram resultados relevantes, o que evidencia serem uma rica fonte para pesquisas linguísticas e para a compreensão da nossa

língua. Dentre eles, ressaltam-se os trabalhos de Chaves (2006), de Cohen (2010), previamente mencionados, e de Seixas (2018), que atestam que as abreviaturas atuam como pistas gráficas que refletem processos de mudança linguística; os de Silva e Lopes (2012), de Barbosa (2013) e de Carneiro, Oliveira e Lobo (2013), que propõem que tais recursos podem ser instrumento para a caracterização social do dono da pena; o de Duchowny, Coelho e Coelho (2014), que além de tratar da tipologia, conforme já mencionamos, verificou que as abreviaturas variam não apenas quanto à frequência, mas também quanto ao tipo e que tais variações podem estar relacionadas ao estrato socioeconômico do escrevente, o que os fez propor a hipótese de que o grau de letramento do escrevente e, conseqüentemente, seu conhecimento da norma de emprego das abreviaturas pudessem explicar as distinções identificadas. A relevância dessa hipótese, cuja adequação nosso estudo se propôs a testar, estaria, pois, na possibilidade de se adotarem as abreviaturas como ferramenta para a caracterização sociolinguística do escrevente em documentos de sincronias pretéritas; e o de Coelho, Ramos e Duchowny (2015), no qual as autoras, revisitando os dados para testar a hipótese levantada por Duchowny, Coelho e Coelho (2014), cotejaram-nos com o perfil social dos escreventes das irmandades, uma de irmãos pardos e negros e, outra, de irmãos brancos e identificaram um padrão distinto no uso das abreviaturas dos escreventes pardos e negros e no uso dos escreventes brancos, tanto em relação à frequência quanto em relação ao tipo empregado. Além disso, os dados também evidenciaram que a irmandade de brancos era mais inovadora no que tange ao emprego das abreviaturas, enquanto os escrivães das irmandades de pardos e de negros eram mais conservadores. Quanto ao estrato dos escreventes, as autoras não identificaram diferença capaz de distinguir o *status* social, já que observaram que as quantias pagas por ambas as irmandades, os anuais, eram semelhantes, levando-as a inferir que as funções de escrivão e de tesoureiro nas irmandades de pardos e negros e de brancos eram exercidas por cidadãos do mesmo estrato socioeconômico.

Tais resultados motivaram a concepção de um projeto de maior abrangência intitulado *Abreviaturas setecentistas e caracterização sociolinguística do escrevente: em busca de uma possível articulação*, ao qual esta pesquisa se integra. Trata-se de um projeto de pesquisa coordenado pela Prof.^a Dr.^a Sueli Maria Coelho (FALE/UFMG), que pretende analisar o emprego de recursos braquigráficos em documentos mineiros setecentistas com o fito de testar a hipótese de que é possível caracterizar sociolinguisticamente o escriba, mais especificamente em relação ao seu nível de escolarização, a partir do uso que ele faz das abreviaturas. Essa hipótese se ampara no pressuposto de que, sendo as abreviaturas um recurso linguístico, seu emprego é regido por uma norma, isto é, por um conjunto de regras que determinam seu uso.

Não se ignora, contudo, que são escassas as sistematizações a respeito da norma de emprego dos recursos braquigráficos no período. Assim, como parte integrante do referido projeto, esta pesquisa pretende, além de contribuir com seus resultados, ampliar o escopo das variáveis sociolinguísticas a serem testadas e auxiliar na então parca sistematização das normas de emprego das abreviaturas setecentistas e oitocentistas por meio do compilado dessas normas em diversos manuais do período.

Como o uso da abreviatura como ferramenta linguística para a identificação de processos linguísticos é uma questão essencial deste trabalho que se pretende original, ressaltamos que a literatura já discute as características físico-caligráficas como instrumento heurístico para a identificação dos níveis de habilidade de escrita (MARQUILHAS, 1996; BARBOSA, 1999, 2005; OLIVEIRA, 2003; MENDES, 2008; SANTIAGO, 2012; BARBOSA e LIMA, 2019; SANTIAGO e CARNEIRO, 2019).

Destacamos o trabalho de Marquilhas (1996), que analisa a escrita e a leitura em cartas do Português Europeu (doravante PE) do século XVII e, com respaldo na ortografia e na caligrafia, estabelece critérios para classificar os níveis de habilidade de escrita² do escrevente, a fim de evidenciar as características pertencentes aos escritos das mãos inábeis e das mãos hábeis. A autora atribui às mãos inábeis, além da dificuldade em representar, na escrita alfabética, a segmentação fonológica tanto em termos silábicos, quanto em nível de unidades infrassilábicas de consoantes e vogais, estas nove características físico-caligráficas: (i) traçado muito inseguro; (ii) incapacidade de alinhar perfeitamente as letras em um regramento ideal; (iii) tendência para conferir às mesmas letras uma aparência desenquadrada (fora do regramento); (iv) uso de módulo grande; (v) recurso a letras do alfabeto maiúsculo, mesmo em interior de palavra; (vi) ausência quase total de abreviaturas e elementos de ligações; (vii) rigidez e falta de leveza ao conjunto; (viii) irregularidade da empaginação e (ix) letras monolíticas.

Notamos que a autora considera a ausência quase total do emprego da abreviatura (item vi) como uma das características de uma mão inábil, embora advirta não se tratar de recurso tão eficaz nessa identificação. Tal eficácia é, de fato, discutível se considerarmos os dados de Duchowny, Coelho e Coelho (2014), que verificaram que mãos inábeis adotaram uma quantidade considerável de abreviaturas, assim como também verificado em nosso *corpus*.

² Alertamos para o fato de que esses critérios relacionam-se à forma e não ao nível de escolarização. Sobretudo o conceito de *mãos inábeis*, que diz respeito ao domínio da escrita em termos de habilidade no traçado e na ortografia e não permite caracterizar conhecimento da norma de uso dos recursos braquigráficos, como é a proposta desta pesquisa.

Recorrendo também à análise de características físico-caligráficas como recurso de caracterização dos escreventes, mas tomando como *corpus* manuscritos do século XVIII, Barbosa (1999) complementa o trabalho de Marquilhas (1996) ao inserir o nível mão pouco hábil como intermediário à mão inábil e à mão hábil. Mais especificamente, o autor analisa aspectos do PE no Brasil, na última década do século XVIII, em dois *corpora*: um de circulação privada (93 cartas de comércio escritas no Brasil por portugueses) e outro de circulação pública (14 documentos oficiais da administração pública do Rio de Janeiro). O autor faz uma investigação sobre a tipologia textual dos documentos coloniais e descreve suas características físico-caligráficas, a saber: aspectos supragráficos, aspectos paleográficos, aspectos de aquisição da escrita, segmentação gráfica e fenômenos fônicos, e um aspecto morfossintático, a distribuição do gerúndio nas estruturas sintáticas, a fim de definir o nível de habilidade escrita dos escreventes.

Em face desses trabalhos, é possível verificar que, na verdade, os critérios físico-caligráficos focam apenas em questões de forma da escrita e não na questão de domínio da norma. Esse fato nos levou a suscitar o seguinte questionamento: qual é, então, o nível de conhecimento da norma de um escrevente com alto nível de escolarização no período setecentista?

Diante do exposto, a importância desta investigação justifica-se pela necessidade de se reconhecer a habilidade de escrita no/do passado, para se poder interpretar a variação linguística em dados históricos. Mais especificamente, esta pesquisa avança em relação às duas previamente mencionadas na medida em que se propõe a atestar se o escriba tinha ou não conhecimento acerca da norma da escrita, o que transcende o domínio da forma e chega aos limites da norma de uso, e envolve noções gramaticais bem específicas e sofisticadas, como a marca de plural nas abreviaturas (cf. Capítulo 2 – Abreviaturas: a norma setecentista e oitocentista), por exemplo.

Desse modo, o ineditismo pretendido por esta pesquisa consiste em trazer uma contribuição metodológica para os trabalhos de perspectiva sociolinguística num viés diacrônico ao inserir o emprego das abreviaturas como um indício para identificar não somente o nível de escolarização do escrevente, como também outras características socioculturais, tais como sexo, estrato socioeconômico e localidade.

A nossa perspectiva alinha-se, portanto, à de Cohen (2016, p. 19), ao afirmar que “as abreviaturas são língua, significam linguisticamente”, já que as consideramos serem uma ferramenta de análise linguística, isto é, pistas que possuem, de fato, informações valorosas

sobre processos linguísticos. Transcende-a, contudo, por considerarmos que os recursos braquigráficos podem ser, também, indícios de marcas sociais, o que, caso seja corroborado, trará um benefício substancial para os trabalhos sociolinguísticos de perspectiva diacrônica, já que muitas vezes amostras linguísticas pretéritas são descartadas na constituição de *corpora*, porque não é possível caracterizar sociolinguisticamente o escriba.

Assim, em face do estado da arte acerca dos trabalhos que elegeram os recursos braquigráficos como objeto de estudo e, inclusive, das inúmeras possibilidades de investigação que foram surgindo e da complexidade relacionada ao tema, esta pesquisa buscou respostas para complementá-los, contribuindo, assim, para a compreensão dos fenômenos linguísticos relacionados ao uso das abreviaturas em textos diacrônicos, para o panorama dos estudos linguísticos de orientação sociolinguística, para o desenvolvimento de metodologias para trabalhos com *corpora* e, também, para o conhecimento dos aspectos sócio-histórico-culturais dos escreventes no Brasil e em Portugal no século XVIII.

Nesse contexto, partindo do pressuposto de que existe uma norma de emprego dos recursos braquigráficos no século XVIII, as seguintes questões-problema direcionaram esta pesquisa: (i) Qual era a norma em relação ao emprego das abreviaturas no século XVIII?; (ii) Os escreventes do *corpus* selecionado conheciam a norma de emprego das abreviaturas?; (iii) Tal conhecimento, que denota instrução formal e, portanto, alto nível de escolarização para a época, manifesta-se em todos os estratos socioeconômicos ou é favorecido em um deles?; (iv) As variáveis externas nível de escolarização, estrato socioeconômico, sexo e localidade e as variáveis internas tipologia, classe de palavras, complexidade da regra e número de sílabas do vocábulo abreviado interferiam no uso das abreviaturas? Se sim, qual delas é mais significativa estatisticamente?; e (v) As abreviaturas são, portanto, um recurso linguístico que auxilia na caracterização sociolinguística do escrevente?

A partir dessas questões, as seguintes hipóteses foram formuladas e testadas:

- i) Existia uma norma de emprego dos recursos braquigráficos no século XVIII e algumas de suas regras demandavam conhecimento formal/específico, já que envolviam domínio de categorias gramaticais elaboradas.
- ii) Pode haver distinção no uso das abreviaturas quanto ao tipo, à frequência e ao emprego da norma na escrita dos escreventes da Língua Portuguesa no Brasil (LPB) e na escrita dos escreventes do PE no século XVIII.

- iii) Escrevente com maior nível de escolarização no período setecentista tinha maior domínio da norma de emprego dos recursos braquigráficos e empregava tanto recursos mais gerais quanto regras mais específicas, que demandavam maior conhecimento formal.
- iv) Fatores externos, como nível de escolarização, estrato socioeconômico, sexo e localidade, e fatores internos, como classe de palavras, complexidade da regra e número de sílabas do vocábulo abreviado, interferiam no emprego das abreviaturas.
- v) As abreviaturas, além de constituírem recursos linguísticos, são também indícios para a caracterização sociolinguística do escrevente.

Uma vez delimitadas as hipóteses, nosso objetivo geral consistiu em analisar o emprego de recursos braquigráficos em documentos setecentistas da Língua Portuguesa para testar a hipótese principal de que tais recursos podem evidenciar aspectos sociais do escriba, permitindo, assim, a sua caracterização sociolinguística. A esse objetivo maior agregaram-se os seguintes objetivos específicos: (i) identificar qual era a norma de emprego de recursos braquigráficos no século XVIII e sistematizá-la; (ii) verificar se os recursos braquigráficos empregados pelos escribas selecionados para compor o *corpus* seguem ou não a norma do período; (iii) verificar se as variáveis externas nível de escolarização, estrato socioeconômico, sexo e localidade dos escreventes e se as variáveis internas tipologia classe de palavras, complexidade da regra e número de sílabas do vocábulo abreviado influenciam no emprego das abreviaturas e, em caso afirmativo, qual variável exerce maior influência; (iv) verificar se as variações de emprego das abreviaturas podem ser explicadas à luz de fatores socioculturais do escriba; e (v) estabelecer critérios metodológicos para a caracterização sociolinguística do escrevente por meio das abreviaturas.

Os resultados obtidos com a pesquisa empreendida são relatados ao longo desta tese cuja estrutura passamos a resenhar: no capítulo 1, intitulado ABREVIATURAS: O ESTADO DA ARTE, reconstituímos o percurso histórico dos recursos braquigráficos e apresentamos os principais estudos realizados sobre esse tema, bem como as conceituações do termo abreviatura empreendidas nas diversas áreas dos estudos linguísticos.

No capítulo 2 - ABREVIATURAS: A NORMA SETECENTISTA E OITOCENTISTA, apresentamos a compilação das regras de emprego das abreviaturas encontradas nas principais gramáticas e manuais de estilo dos séculos XVIII e XIX, a sistematização da norma do período em questão e o grau de complexidade das regras que a compõem.

No terceiro capítulo, FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, são apresentados os fundamentos teórico-metodológicos utilizados na pesquisa, seguidos dos procedimentos relativos à seleção, à coleta e à análise do *corpus*.

O quarto capítulo, intitulado ANÁLISE DOS DADOS, apresenta e discute os resultados da pesquisa.

Por fim, nas CONSIDERAÇÕES FINAIS, apresentamos as generalizações alcançadas e, à luz dos resultados obtidos, avaliamos as contribuições dessa pesquisa para a literatura linguística e apresentamos as perspectivas sobre o tema de estudo.

CAPÍTULO 1

ABREVIATURAS: O ESTADO DA ARTE

A investigação da história das abreviaturas nos mostra que elas se configuraram como uma importante ferramenta da tradição manuscrita, devido às mais variadas formas de praticidade que trouxeram a quem detinha a escrita. Além disso, é possível afirmar que a importância dos recursos braquigráficos transcendeu os aspectos práticos aplicados ao suporte, pois, ao longo do tempo, eles passaram a possuir, também, valor histórico e linguístico.

Portanto, apresentamos neste capítulo um recorte sobre a história dos recursos braquigráficos e os principais trabalhos acerca do tema e as definições do termo abreviatura sob o viés da Etimologia, da Lexicografia e da Linguística.

Antes, porém, teceremos algumas considerações acerca da controversa funcionalidade do emprego desses recursos.

1.1 AS MOTIVAÇÕES

O uso das abreviaturas, assim como o de qualquer ferramenta linguística, é resultado de uma motivação ou de um conjunto de motivações. Assim, ao buscarmos a motivação original, deparamo-nos com uma relativa inexatidão. Isso é confirmado por Núñez Contreras (1994), pois, nas palavras do autor,

a escrita de palavras abreviadas foi explicada por razões que não são totalmente satisfatórias para todos os casos: economia de tempo, economia no material utilizado para a escrita, escrita mais rápida e conseqüente menor esforço na escrita. Eles não são totalmente satisfatórios, porque, em muitos casos, a realidade mostra que escrever uma palavra abreviadamente pode levar mais tempo e exigir mais atenção do que se a escrevesse com todas as suas letras; a economia de material de escrita também não seria considerável se, para qualquer texto, fosse feita a experiência de substituir as abreviaturas pelas letras correspondentes (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994, p. 107, tradução nossa³).

³ La escritura de palabras abreviadas se ha explicado por razones que no resultan totalmente satisfactorias para todos los casos: ahorro del tiempo, economía en el material usado para escribir, mayor rapidez en el acto de escribir y su conseqüente esfuerzo menor quando se escribe. No resultan totalmente satisfactorias porque en muchos casos la realidad demuestra que escribir una palabra abreviadamente puede llevar más tiempo y exigir más atención que si se escribe con todas sus letras; tampoco el ahorro de materia escriptoria resultaría considerable si para cualquier texto se hiciera la experiencia de sustituir las abreviaturas por sus correspondientes letras (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994, p. 107).

O autor, ainda, ao abordar as funções das abreviaturas, evidencia que não são somente a economia de tempo e de material para escrever, a maior rapidez no ato da escrita e, conseqüentemente, o menor esforço destinado a essa ação, as únicas motivações para o uso desses recursos. Isso porque, em muitos casos, além de a escrita de uma palavra abreviada poder demandar mais tempo e mais atenção do que a palavra com todas as suas letras, a economia de suporte e de tinta não seria considerável se, para qualquer texto, fosse feita a experiência de substituir as abreviaturas por suas letras correspondentes.

Outra razão para o uso de recursos abreviativos, de acordo com Floriano Cumbreño (1977), está relacionada a fatores cognitivos presentes no ato da leitura, a qual está condicionada ao fato de a representação frequente de uma mesma palavra facilitar a sua leitura pela visão dos seus elementos mais representativos mais do que pelo reconhecimento de todos eles. Também pelo fato de que o ato de ler requer a pausa de fixação e o trecho interespacial, pois, na leitura, a visão realiza uma série de movimentos muito rápidos e curtos (movimento sacádico), cada qual seguido por uma breve pausa. Isto é, o que o autor chama de “pausa de fixação” significa que, entre as pausas, a visão enxerga uma parte da escrita maior do que a parte que realmente se está lendo. Quanto ao significado de “trecho interespacial”, o autor explicita que em cada palavra escrita há alguns elementos determinantes para a sua leitura, quais sejam, o fato de as letras inicial e final serem lidas com mais facilidade e rapidez do que as intermediárias. Assim, as abreviaturas surgiram como uma consequência da repetição frequente de uma mesma palavra, que resultaria do hábito de ler pelos elementos determinantes, e que acabou sendo passado para a escrita.

Ainda sobre as motivações, para Cencetti (1997), as abreviaturas são utilizadas devido à tendência da síntese gráfica, isto é, a lei do mínimo esforço tanto para se escrever quanto para ler, já que a leitura é uma ação desempenhada de modo global, em que o olho percebe sensorialmente somente as letras mais características e a totalidade da palavra e, um a um, os signos que a compõem.

A despeito dessas especulações, conforme Stiennon (1973), a razão original do uso das abreviaturas continua sendo um mistério, pois pode ter se perdido ou se alterado ao longo do tempo. Isso porque algumas abreviaturas são menos econômicas do que o vocábulo que elas retratam, já que ocupam o mesmo ou até mais espaço e exigem tempo igual ou superior ao demandado para a escrita dos vocábulos em sua forma extensa, como em *obrigd.º* (*obrigado*), exemplo extraído de nosso *corpus*.

Uma vez expostas as variadas motivações para o uso das abreviaturas, comecemos o resgate histórico pelo momento o qual muitos estudiosos atribuem o surgimento dos sistemas abreviativos: o período romano.

1.2 PERÍODO ROMANO

Na Roma antiga, a transcrição dos discursos dos oradores e dos senadores era uma prática usual e, para o escriba conseguir acompanhar na escrita a rapidez da fala, abreviar tornou-se uma ferramenta eficaz. Desenvolveu-se no período romano, então, o mais antigo sistema organizado de abreviaturas: a taquigrafia (RODRIGUEZ e CANNON, 1992; SPINA, 1994).

Derivada da junção dos termos gregos *tachýs* ‘rápido, célere’ e *graphein* ‘escrever, descrever, desenhar’ (CUNHA, 2010), a palavra taquigrafia significa a “arte de escrever tão depressa como se fala, por meio de caracteres especiais” (AULETE, 2017).

Para Núñez Contreras (1994), tratar das abreviaturas na época romana é, de certo modo, difícil, tanto quanto à sua organização e quanto à sua compreensão. Isso porque não havia, *a priori*, um sistema orgânico, com exceção das notas taquigráficas, as quais, desde a sua invenção, seguiam regras quanto às letras e aos signos que as compunham.

Quanto à origem das abreviaturas, Millares Carlo (1929), ao desdobrar o percurso desses recursos, afirma que o início se deu no início do Império Romano, momento em que o único tipo de abreviatura utilizado era a *sigla*, ou *litterae singulares*.

1.2.1 Sigla

Segundo Rodriguez e Canon (1992), as abreviaturas formadas por iniciais, devido à sua frequente utilização e às suas formas particulares, constituem um dos fenômenos lexicais mais característicos da escrita pretérita e, quanto à origem da sigla⁴, afirmam que, assim como outros fenômenos linguísticos, esse tipo de redução pode ser atribuído a um passado bem distante. Millares Carlo (1929) é mais específico ao afirmar que esta é a forma mais antiga de abreviatura e ao apontar o início do Império Romano como seu momento de origem. Núñez Contreras

⁴ Quanto à sua etimologia, a palavra *sigla* não tem origem no adjetivo latino *singula*, mas sim do substantivo neutro *singula*, o qual tem deriva do latim *signum*, da raiz grega *sag* (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994).

(1994) também menciona que as siglas estão nos mais antigos textos romanos, mas que Santo Isidoro afirma que Ênio foi o primeiro a utilizar *M* e *C* para representar os numerais *mille* e *centum*. Essa datação é, porém, controversa, já que o próprio autor menciona que outras fontes evidenciam que as siglas são anteriores a Ênio (século III a II a.C.).

Ainda, conforme Núñez Contreras (1994), as siglas eram empregadas em uma variedade de textos, tais como epigráficos, jurídicos, públicos, privados e epistolares. Não eram, porém, comuns em textos literários, devido à sua natureza criativa. Outro emprego comum utilizado pelos romanos era em inscrições e em epígrafos em moedas e medalhas (*SPQR* ‘*Senatus Populusque Romanus*’, *I.N.R.I.* ‘*Iesus Nazarenus Rex Iudaeorum*’, *R.I.P* ‘*Requiescat in pace*’).

Sobre a estrutura desse tipo, ela é feita por suspensão simples, utilizando-se somente a letra inicial. No caso de representação de palavras compostas, as siglas se uniam e tinham valor de uma só abreviatura. A partir dos séculos II e III, o uso das siglas passou a ser condicionado a normas, já que era possível representar uma palavra somente pela sua inicial, quando se tratava de vocábulo no singular, ou pelo redobro da inicial, que representava vocábulo no plural (*DD NN* = *Domini nostri*). A repetição da inicial também ocorria nos casos em que se representava numeral ordinal, em que se reproduzia a inicial a mesma quantidade de vezes que o vocábulo expressava (*AAA* = *Augusti tres*). Era possível diferenciar o gênero da palavra também ao se escrever a inicial invertida quando se tratava de palavra feminina (*Ɔ* = *filia*). Foi também a partir desse período que começou a se abreviar por meio da inicial de cada sílaba, surgindo a suspensão silábica (*HRD* = *heredes*) (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994).

A normatização ainda estava presente no uso do superlativo, que também era expresso pela duplicação da inicial (*KK* = *karissimus*). E, na ocorrência de duas ou mais palavras cujo sentido representa um todo, suas iniciais eram escritas seguidas por ponto após cada uma (*C.A.* = *Caesar Augustus*) (SPINA, 1994).

Conforme Millares Carlo (1929), o uso das siglas perdurou por toda a Idade Média, mas, como surgiu a tendência de uso de abreviaturas que fossem mais fáceis de se interpretar, foram acrescentadas mais letras, o que resultou em outras formas de abreviatura por suspensão.

Posterior às siglas, registra-se o surgimento de um sistema abreviativo mais complexo: as notas tironianas.

1.2.2 Notas tironianas

Foi desenvolvido, no século I do período romano, um sistema taquigráfico conhecido como nota tironiana, do latim *notae tironianae*. Foi assim denominado devido à sua criação ter sido atribuída a Marco Túlio Tiro, escravo liberto que se tornou escriba de Marco Túlio Cícero, orador romano que viveu entre 106-43 a.C. Tais sinais foram amplamente utilizados por mais de mil anos, aproximadamente do século I a.C. ao século XI d.C. (RODRIGUEZ E CANNON, 1992; NÚÑEZ CONTRERAS, 1994).

É, porém, controversa a atribuição da criação da taquigrafia aos romanos, pois, nas palavras de Núñez Contreras,

pode ter sido Xenofonte quem as introduziu entre os gregos. Plutarco menciona que, embora o sistema fosse conhecido antes, sua primeira aplicação prática foi no ano 63 para tomar por escrito o discurso que Marco Porcio Cato fez no Senado contra Catilina [...] O sistema foi aperfeiçoado por Vipsanio Filargio e por Cidnio Aquila e – também segundo o texto isidoriano ao qual fizemos referência – Sêneca reuniu as notas tironianas em um elenco cujo número oscilava em torno de cinco mil. Parece que com Sêneca o sistema havia chegado à sua perfeição (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994, p. 114, tradução nossa⁵).

Conforme Costa (2007, p. 76, grifos nossos), há autores que atribuem a criação aos gregos e outros aos hebreus, já que “estes dizem que o filósofo e general **ateniense** Xenofonte adotava um sistema de abreviaturas; aqueles alegam que a **escrita de Davi** faz menção à pena de um escritor veloz”. A autora, porém, não menciona a fonte de tais informações.

Em Spina (1994, p. 44-45), é possível também identificar incerteza quanto à autoria da taquigrafia, pois o autor afirma que “criado por Ênio, por Sêneca ou por Tiro (liberto de Cícero, donde a designação de tironiano), o sistema parece ter sido por eles sucessivamente ampliado, chegando à cifra de 5.000 abreviaturas”.

Cury (2018), resumindo a trajetória da taquigrafia romana, afirma que, no século II a.C., Ênio reuniu e ordenou as abreviações comuns, ou *notae vulgares*, possibilitando uma estenografia coletiva. Em 70 a.C., Marco Túlio Tiro, inspirando-se nas abreviaturas gregas e com o auxílio de Cícero, simplificou as Notas Enianas, idealizou novos expedientes

⁵ Pudo ser Jenofonte el que las introdujera entre los griegos. Plutarco refiere que si bien el sistema se conocía con anterioridad, su primera aplicación práctica fue en el año 63 para tomar por escrito el discurso que Marco Porcio Catón pronunció en el Senado contra Catilina. [...] El sistema fue perfeccionado por Vipsanio Filargio y por Cidnio Aquila y – también según el texto isidoriano a que hemos hecho referencia – Séneca reunió las notas tironianas en un elenco cuyo número oscilaba alrededor de cinco mil. Parece que con Séneca el sistema había llegado a su perfección.

abreviativos, de modo a criar um método que possibilitava taquigrafar individualmente, o qual foi posto em prática publicamente pela primeira vez em 63 a.C., no Senado. Depois dele, outros estudiosos e peritos na matéria (entre os quais Vipsânio, liberto de Agripa, e Áquila, liberto de Mecenas), estabeleceram as abreviações por elementos agregados, especialmente desinências das flexões nominais e verbais. Em seguida, Sêneca fez outros acréscimos e deu um ordenamento definitivo a toda a prática taquigráfica.

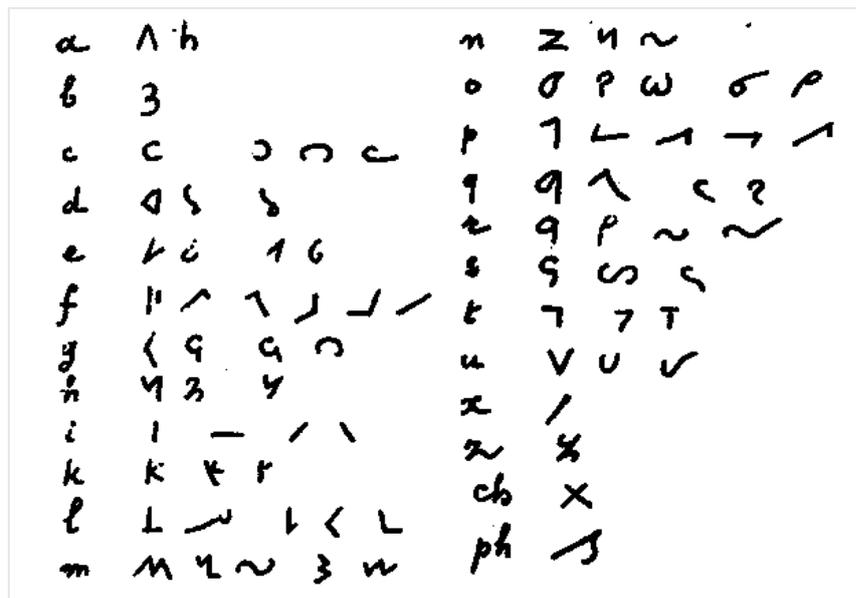
Sobre as dificuldades de se traçar com exatidão o processo de desenvolvimento das notas tironianas, Núñez Contreras (1994) expõe que isso se deve ao fato de não haver chegado aos estudiosos nenhum exemplo em textos da época romana. O que parece evidente é que, ao mesmo tempo em que o sistema foi imposto, mudanças ocorreram. A redução da atividade político-forense contribuiu para essas mudanças, já que, durante o período republicano, era possível sacrificar a precisão pela rapidez na escrita das intervenções orais; terminado o discurso e utilizando-se da memória, era possível reconstruir de certa forma a frase a partir das anotações escritas. Porém, os debates do Senado tinham menos transcendência, isto é, o entendimento estava fora do alcance de todos, não era tão claro a ponto de ser retomado por todos. Por outro lado, o desenvolvimento da Administração, cada vez mais em ascensão, exigia que os estenógrafos treinados tomassem o texto com exatidão, muitas vezes de caráter epistolar e mais burocrático.

Além disso, conforme o autor, o uso não era somente exclusivo dos funcionários públicos a serviço da Administração ou das personalidades proeminentes do mundo da política e da jurisprudência, mas de pessoas que tinham a escrita como profissão, como os amanuenses de natureza muito diversa e os professores de escolas onde se ensinava o ofício de amanuense ou de estenógrafo.

A dificuldade de se estudar as notas tironianas não diz respeito somente à sua origem, mas também à sua ordenação e interpretação, isso porque a complexidade do sistema e a crença por parte dos estudiosos de que era uma escrita secreta atrasaram seu estudo orgânico. Segundo Núñez Contreras (1994), esse tipo de investigação chamou a atenção de estudiosos no século XVI e, no século XIX, foi Ulrich Friedrich Kopp (1817) quem estabeleceu as bases para o estudo científico das notas tironianas, ao descobrir a sua natureza e ao demonstrar que não eram escritura convencional nem secreta, mas uma escrita baseada em letras do alfabeto latino. Outras importantes obras que contribuíram para os estudos das notas tironianas foram as de Ruess (1879), de Chatelain (1900), de Guénin (1908) e de Mentz (1916).

Quanto à forma das notas tironianas, Núñez Contreras (1994) explica que elas representavam uma palavra por meio de somente um sinal, de origem alfabética, cujas combinações foram adquiridas de acordo com um valor ideográfico. Foram adotadas letras do alfabeto e suas formas foram modificadas de maneira cursiva, mantendo-se os seus traços mais característicos e foram adotadas, também, formas gregas e formas arbitrárias. Na figura abaixo, tem-se o alfabeto tironiano:

Figura 1 - Alfabeto tironiano



Fonte: Núñez Contreras (1994, p. 115).

Núñez Contreras (1994) menciona, ainda, que a partir desse alfabeto, as notas tironianas eram formadas por um sinal principal, ou radical, e por alguns sinais auxiliares, ou desinências, os quais eram menores. O radical indicava o significado da palavra na frase e a terminação poderia estar ausente quando se tratava de palavras indeclináveis, de substantivos usados no caso nominativo, de verbos usados na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. Além disso, o radical poderia ser representado somente pela letra inicial, pela sílaba inicial ou por várias letras que estavam na composição da palavra, porém dispostas em ordenação distinta; os prefixos poderiam ser representados por meio de sinais especiais, o que permitia a redução do número de caracteres; as desinências, as quais possuíam um papel muito importante, a de indicar a função gramatical da palavra na oração, eram indicadas por meio de sinais especiais

que eram adicionados ao radical. A figura 2, a seguir, evidencia alguns radicais nas notas tironianas:

Figura 2 - Radicais nas notas tironianas

∧ o h = a	∩ = mu	✓ = ep
∩ = ac	Row = ol	∩ = go
∩ = ag	∩ = ta	∩ = la
∩ = cc	∩ = ab	∩ = no
∩ = do	∩ = ad	∩ = om
∩ = fo	∩ = an	∩ = tu
∩ = ig	∩ = co	∩ = ve

Fonte: Núñez Contreras (1994, p. 116).

O autor nos fornece, também, exemplos de sinais auxiliares nas notas tironianas:

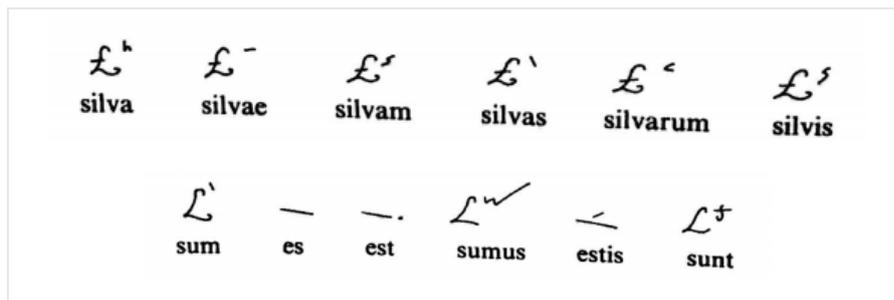
Figura 3 - Sinais auxiliares nas notas tironianas

h = a	✓ = tu	3 = bat
< = au	/ = am	3. = bam
z = ne	∩ = aut	∩ = tute
∩ = nis	z = nes	∩ = tus
3 = bant		

Fonte: Núñez Contreras (1994, p. 116).

O sistema fica mais complexo quando ocorre a união dos radicais com os sinais auxiliares, a qual resultava na representação das flexões nominais e verbais nas notas tironianas, conforme pode ser visto na figura 4 abaixo:

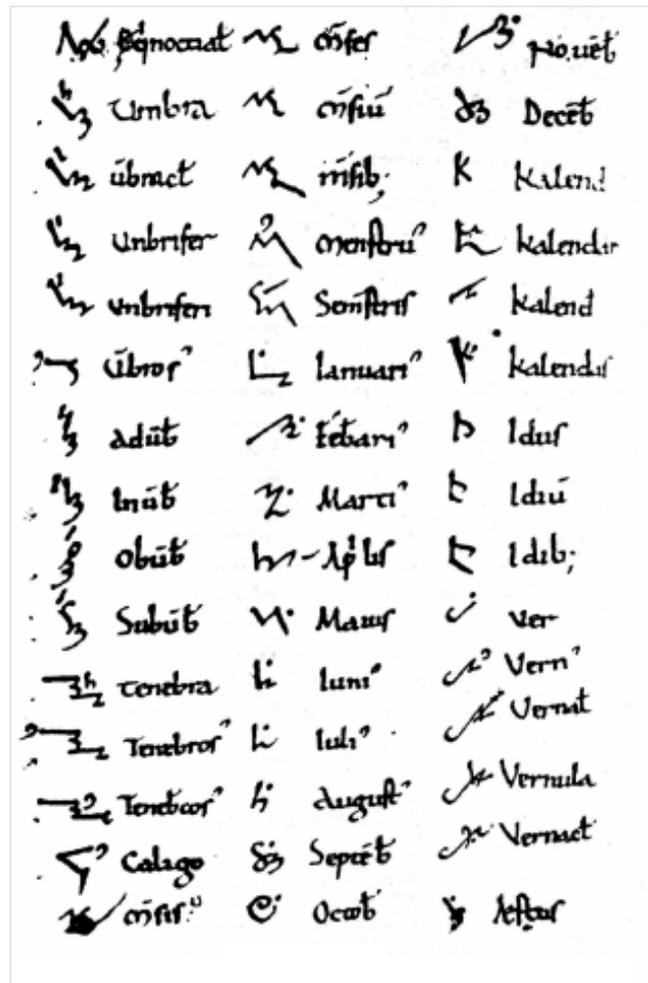
Figura 4 - Radicais e sinais auxiliares nas notas tironianas na declinação de *silva-ae* e na conjugação do presente do indicativo do verbo *sum*



Fonte: Núñez Contreras (1994, p. 116).

Porém, as notas tironianas acabaram sendo, de certa forma, deformadas devido à intervenção dos taquígrafos. Isso porque, na busca pela rapidez e pela ausência de exatidão, eram colocados múltiplos traços e pontos em lugares distintos, conforme pode ser visto nos exemplos listados a seguir:

Figura 5 - Notas tironianas do século IX



Fonte: Núñez Contreras (1994, p. 117).

Das notas tironianas, desenvolveu-se um sistema abreviativo complexo: a nota jurídica.

1.2.3 Nota jurídica

Segundo Millares Carlo (1929), a *notae iuris*, ou nota jurídica, é assim denominada não por se tratar exclusivamente de abreviaturas de termos do Direito, mas principalmente por serem adotadas em códices de conteúdo jurídico. Seu sistema é formado por um conjunto de abreviaturas por suspensão, por contração, por letra sobrescrita, por sinais abreviativos e por sinais procedentes das notas taquigráficas. Exemplos:

= *Consensus*= *Decretum Principio*= *Contra*

(EXEMPLOS DE PUTSCHEN, 1605, p. 793-795)

Sua origem remonta ao século II d.C. e uma das possíveis motivações para a sua criação está no fato de que muitos profissionais que usavam a escrita no ambiente jurídico diariamente precisavam de um meio que permitisse escrever certas palavras, não com todas as letras, e que as abreviaturas para essas palavras eram normalmente usadas em textos de conteúdo distinto daqueles que eles manipulavam, o que os levou ao hábito de escrever de maneira abreviada (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994).

Além disso, conforme o autor, elas inicialmente não constituíam um sistema específico de abreviação, pois nos primeiros tempos eram apenas abreviaturas usadas em textos legais nos quais termos e expressões específicas eram mantidos; mas, com o desenvolvimento do Direito entre os séculos III e IV d.C., o sistema foi ampliado e, inclusive, adotado nas esferas literária e religiosa.

O uso demasiado levou à corrupção das formas e à dificuldade na transmissão textual, o que causou a proibição do uso em documentos oficiais pelo Senado Romano no ano de 438 d.C. e novamente por Justiano em 530 e 533 d.C..

1.2.4 *Nomina Sacra*

A abreviatura do tipo *nomina sacra* foi introduzida no século IV d.C. como o ponto de partida da contração, o que a caracteriza como base desse sistema tão difundido na Idade Média. Inicialmente, eram somente quatro formas de *nomina sacra*: \overline{DS} (*Deus*), \overline{IHS} (*Iesus*), \overline{XPS} (*Christus*) e \overline{SPS} (*Spiritus*). No século posterior, desenvolveram-se as formas \overline{DNS} e \overline{DMS} (*Dominus*) e \overline{SCS} (*Sanctus*). Entre os séculos V e VI d.C., aparecem as formas \overline{CLRS} (*clericus*), \overline{DIACS} (*diaconus*), \overline{EPS} (*episcopus*), \overline{PBR} (*presbiter*), \overline{REUS} (*reverendissimus*). No início do século VI, surgiram \overline{NI} (*nostri*), \overline{NO} (*nostro*), \overline{NM} (*nostrum*) e, no mesmo período, o uso da contração passou aos textos profanos e seu espraiamento foi inevitável (MILLARES CARLO, 1929).

1.2.5 Sobre a estrutura

De modo geral, conforme Núñez Contreras (1994), os mecanismos abreviativos utilizados no período romano foram a suspensão nas siglas; um sistema taquigráfico (notas tironianas); suspensão, contração e abreviaturas especiais em textos jurídicos (notas jurídicas) e contração em textos sagrados (*nomina sacra*).

Quanto aos sinais abreviativos, eram utilizados o ponto (.) e o apóstrofo ou coma (') em abreviaturas por suspensão; a linha reta (—) ou ondulada (∩) sobreposta em abreviaturas por suspensão silábica e por contração; letras sobrepostas, em abreviaturas por suspensão (*aⁿ* = *ante*) e por contração (*g^a* = *gratia*); e sinais de procedência taquigráfica.

1.2.5.1 Suspensão (Apócope)

Ao tratar da origem do mecanismo abreviativo por *suspensão*, Núñez Contreras (1994) argumenta que ainda não há uma resposta exata. O autor, porém, destaca algumas obras que tentam elucidar a questão. Uma delas é a de Mentz (1920), na qual o autor considera que o exemplo mais antigo de suspensão latina é o dos *praenomina*, a primeira parte de um nome romano⁶, como *C* (*Gaius*) e *CN* (*Gnaeus*), que foram assim abreviados, mantendo-se somente a letra inicial, não com o intuito de economizar tempo ou espaço, mas para evitar o mal olhado nos nomes de determinadas pessoas. A suspensão era, portanto, uma forma de proteção para evitar maldições e acabou tornando-se um costume religioso na época.

Ainda, conforme o referido autor, a suspensão é o mecanismo mais espontâneo, de mais fácil execução e o mais rápido. É, porém, o menos preciso, devido à quantidade de caracteres e por ser, também, ambígua em muitos casos.

1.2.5.2 Contração (Síncope)

Núñez Contreras (1994) menciona que a abreviatura por *contração* está presente na taquigrafia romana antes mesmo da *nomina sacra*, o que permite ter mais assertividade sobre a sua origem do que sobre a da suspensão. Para o autor, também é o mecanismo mais perfeito,

⁶ No período romano, o nome era composto por três partes (*tria nomina*): o *praenomen* (primeiro elemento do nome; podia ser escolhido pela família), o *nomen* (nome da família a qual o indivíduo pertencia) e um *cognomen* (funcionava como um nome composto) (D'ENCARNAÇÃO, 2010).

pois permite obter mais informações acerca dos componentes internos do vocábulo que representa, de natureza gramatical ou semântica.

Além disso, a contração deriva-se da suspensão e, em muitos casos, é composta por uma suspensão que ocorre no radical do vocábulo abreviado e de uma desinência, como, por exemplo, em *ela* = *elementa*, *eltis* = *elementis* e *elm* = *elementum*. O autor ressalta, porém, que não são todas as contrações que possuem tal estrutura, já que são eliminadas as letras intermediárias.

1.2.5.3 Sinais abreviativos

Os sinais abreviativos, como mencionado, podem ser o ponto, o apóstrofo, a linha, as letras sobrepostas e sinais de procedência taquigráfica.

1.2.5.3.1 O ponto

O ponto (.) é o sinal abreviativo mais antigo e, durante um longo período, foi o único. Usado primeiramente na epigrafia latina, depois nas notas tironianas, mantém-se até a escrita atual. Foi o sinal próprio da suspensão antes de seu uso ser também adotado nos demais tipos. (MILLARES CARLO, 1929).

As variantes formais do ponto, empregadas como sinal abreviativo, são o apóstrofo ou coma (') (*hab'* = *habere*; *el'* = *ela*), a combinação de ambos (;)⁷ e, da variação cursiva deste último, tem-se o (₃), semelhante ao numeral arábico (*hab₃* = *habet*; *opio₃* = *opionem*) (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994).

Sobre o posicionamento desse sinal nos vocábulos abreviados, conforme o referido autor, o ponto e suas formas variantes são alocados ao final da abreviatura, grande parte das vezes na linha do regramento, porém, podendo ocorrer na altura mediana da escrita, em posição sobrescrita ou, raramente, em posição subscrita, como no caso do ₃.

⁷ O autor não apresenta exemplo com o ponto e vírgula.

1.2.5.3.2 A linha

A linha, como sinal de pontuação, tem origem no século I d.C. e, entre os séculos II e II d.C., começa a ser utilizada nas abreviaturas. A partir do século IV d.C., pode ser encontrada em códices e em documentos. A abreviatura por contração adotou, além do ponto, a linha como outro sinal próprio (MILLARES CARLO, 1929).

A linha ocorria em formas variadas: reta horizontal (—); oblíquo com inclinação da direita à esquerda (/); ondulada em sentido vertical (∩) ou horizontal (∞); e em forma de nó (⋈) (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994).

1.2.5.3.3 A letra sobreposta

Segundo Millares Carlo (1929), a letra sobreposta apareceu inicialmente nas notas jurídicas, apesar de que a estrutura de muitas notas tironianas em que o sinal auxiliar ocorre recorda a sua posição característica. Seu uso generalizou-se a partir do século XI e as letras sobrepostas tornaram-se mais complexas entre os séculos XIII e XV, especialmente em manuscritos de cunho técnico (jurídico, teológico, etc.). O autor a descreve como um sinal abreviativo naquele momento, e não como um dos tipos de abreviatura, a letra sobrescrita, como é hoje considerado.

Núñez Contreras (1994) também descreve a letra sobreposta como sinal abreviativo e, diferentemente de Millares Carlo (1929), atribui a sua origem aos gregos, em que se escrevia a segunda letra no regramento e a primeira sobrescrita; na tradição latina, diferentemente, a primeira letra ficava no regramento e a segunda sobrescrevia-se.

Geralmente sobrescreviam-se letras, vogais ou consoantes, ou sinais ao regramento, mas a sobreposição acima de outra letra também ocorria, como em $\overset{a}{q}$ (*qua*) (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994).

1.2.5.3.4 Sinais de procedência taquigráfica

Os sinais de procedência taquigráfica foram previamente mencionados nas subseções 1.2.2 *Notas tironianas* e 1.2.3 *Notas jurídicas*.

1.3 PERÍODO MEDIEVAL

Conforme Cappelli (1982), as siglas e as notas tironianas romanas resultaram na criação de um sistema abreviativo distinto entre os séculos 2 e 5 d.C., o qual influenciou fortemente o complexo sistema medieval. Foi no período medieval que as abreviaturas passam a ser mais frequentes, amplamente utilizadas em manuscritos por questão de economia de espaço e de tempo, tornando-se mais intensas, com formas novas e aperfeiçoadas, porém mais complexas. Os monges, naquele período, acabaram contribuindo para essa tendência, já que empregavam largamente as abreviaturas ao fazerem cópias das obras clássicas.

Mais especificamente, nas palavras do referido autor,

o sistema de abreviação medieval remonta ao antigo sistema romano da sigla [...]. Também deriva em parte do sistema de notas tironianas, um tipo de abreviatura que no período romano fora inicialmente empregado para a transcrição de discursos públicos. Importantes elementos, tanto da sigla quanto das notas tironianas, sobrevivem no amplo sistema medieval de abreviação, que prosperou, especialmente na Itália, do século X até o XV (CAPPELLI, 1982, p. 1, tradução nossa⁸).

Ainda, conforme o autor, o sistema medieval herdou práticas anteriores e outras formas de abreviar foram sendo agregadas. Porém, o emprego nem sempre foi bem aceito, pois a abusiva abreviação e a falta de conhecimento das siglas e abreviaturas provocaram confusões e erros devido às dificuldades enfrentadas quanto à leitura, o que ocasionou, em alguns momentos, até a sua proibição. Esse uso indiscriminado acabou culminando, no século VI, na criação, pelo imperador Justiniano, de um código que regulamentava a utilização dos recursos abreviativos em documentos jurídicos.

A partir do reinado carolíngio (século VIII ao X), momento em que reformas pedagógicas atingiram também os processos caligráficos, o emprego das abreviativas tornou-se novamente tendência. Porém, o período de glória de tais recursos fora mais uma vez interrompido, já que no reinado de D. Dinis (entre os séculos XII e XIII) foram tomadas medidas a fim de controlar o emprego abusivo. Uma delas foi a criação de uma lei que proibia o uso deste recurso em documentos oficiais (BERWANGER E LEAL, 2008); outra, a implantação da letra cursiva, a qual não permitia a profusão de abreviaturas (SPINA, 1994).

⁸ The medieval abbreviation system goes back to the ancient Roman system of sigla [...]. It is also derived in part from the system of Tironian notes, a sort of shorthand that in Roman times was employed primarily to record public speeches. Considerable elements of both the sigla system and that of Tironian notes survive widespread medieval abbreviation system that flourished, especially in Italy, from the 10th through the 15th centuries.

Conforme Spina (1994), a situação foi novamente revertida, pois, no início do período do Renascimento (século XIV), com o modismo de imitação dos tipos caligráficos da Baixa Idade Média pela imprensa, o hábito de uso indiscriminado de abreviaturas nos textos foi retomado. O abuso no emprego levou à criação de tábuas especiais para a leitura das siglas em obras jurídicas. O seu uso mantém-se, então, relativamente regular até o século XVI, período no qual começa a decair (MILLARES CARLO, 1929).

De acordo com Cappelli (1982), as abreviaturas medievais, latinas ou italianas, podem ser divididas em seis categorias: truncagem⁹; contração; marcas de abreviação propriamente significativas; marcas de abreviação contextualmente significativas; sinais convencionais e letras sobrescritas, as quais passamos a detalhar.

1.3.1 Truncagem (Suspensão)

Ocorre a truncagem quando somente a primeira parte da palavra é escrita, sendo o que fora omissivo expresso por um sinal abreviativo. Dois tipos de sinais abreviativos são empregados¹⁰:

- (a) Sinais gerais: indicam simplesmente a supressão, mas sem evidenciar se foi por truncagem ou por contração. Exemplos:



Os sinais gerais podem ser escritos acima da abreviatura como um caractere separado ou como uma ligadura na última letra (os três últimos). Exemplos:

s.p.d. = *salutem plurimam dicit*

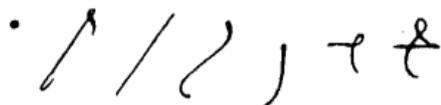
d' = *denarii*

⁹ Denominado também como suspensão (MILLARES CARLO, 1929; NÚÑEZ CONTRERAS, 1994).

¹⁰ Todos os exemplos foram retirados de Cappelli (1982, p. 2-3).

(b) Sinais de truncagem: sempre indicam que a supressão ocorreu no final da palavra.

Exemplos:



O primeiro sinal é colocado ao final da abreviatura; os três posteriores são colocados acima da última letra, cortando-as diagonalmente; os três últimos são conectados à última letra.

Exemplos:

mundi = *mundio*

o = *ominis*

1.3.1.1 Sigla

A sigla, normalmente grafada com letra maiúscula, apareceu com letras minúsculas no período medieval ou com maiúscula e minúscula ao mesmo tempo. Exemplos:

fq = **filius quondam** **Dñ** = **Domino**

Nem todas as siglas possuíam a letra inicial, podendo ser letra do interior do vocábulo. Esse tipo de sigla era denominado *aféresis*. Exemplos:

•n• = **enim** **gⁱ, g^r** = **igitur**

Nos casos de sigla duplicada, além de indicarem o plural ou o grau superlativo, conforme ocorria no período romano, poderiam indicar que as letras da abreviatura ocorriam duas ou mais vezes na palavra. Exemplos:

PP = **Papa** **pp** = **propter**

Além de ocorrerem na forma inversa, elas também poderiam ser escritas de cabeça para baixo para indicar o gênero feminino ou algum título. No caso específico do C invertido, ele era empregado para representar as sílabas *con-* ou *contra-*. Exemplos:

W or **Σ** = Mulier **J** = Liberta **⊖ S C** = Contrascriptor;

Em inscrições, para distinguir a sigla de numerais, uma linha horizontal era colocada acima dos numerais. Exemplo:

COS $\overline{\text{XIII}}$ = *Consul decimus quartus*

Mas, às vezes, a linha horizontal acima da letra numeral era usada para multiplicar o valor por 1000. Exemplos:

$\overline{\text{L}}$ = quinquaginta milia; $\overline{\text{X}}$ = decem milia.

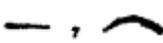
1.3.2 Contração

As ocorrências de contrações no período medieval podem ser divididas em dois subtipos: puras e mistas. As puras são aquelas em que se mantêm as primeiras e as últimas letras do vocábulo abreviado sem a presença de intermediárias ($\overline{\text{oa}}$ = *omnia*; $\overline{\text{pns}}$ = *praesens*; $\overline{\text{dno}}$ = *domino*); por sua vez, as mistas são aquelas que possuem letra(s) intermediária(s) e o resultado são duas ou mais contrações na mesma abreviatura ($\overline{\text{mgro}}$ = *magistro*), $\overline{\text{pnia}}$ = *poenitentia*) (CAPPELLI, 1982).

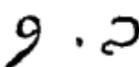
É possível denominá-las também quanto ao grupo de letras que são omitidas: quando se retira grupo de letras contíguas, denomina-se contração simples ($\overline{\text{Ds}}$ = *Deus*; $\overline{\text{ca}}$ = *causa*); quando se retiram dois grupos de letras separados entre si, denomina-se contração dupla ($\overline{\text{agl}}$ = *agneli*; $\overline{\text{ppls}}$ = *apostolus*); quando se retiram três grupos, denomina-se tripla ($\overline{\text{Ihrlm}}$ = *Iherusalem*; $\overline{\text{ppls}}$ = *populus*) e assim sucessivamente. Cappelli (1982) menciona, porém, que são raras as contrações em que se suprimem mais de três grupos de letras, como em $\overline{\text{mscrda}}$ = *miser cordia*.

1.3.3 Marcas abreviativas significativas em si

Conforme Cappelli (1982), esses são os sinais que indicam os elementos que foram omitidos, não importando em qual letra o símbolo está alocado ou unido. São divididos em sete tipos:

(i)  = m, n

Exemplos: $\overline{c}od^o = conditio$ $\overline{c}om\overline{u}e = commune,$

(ii)  = con, com, cum, cun

Exemplos: $9^{\sim} = contra$ $clr9 = circum$

(iii)  = us, os, is, s

Exemplos: $nob^9 = nobis$ $n^9 = nos$

(iv)  = r, re, ra, ar

Exemplos: $\overline{c}orige = corrigere$ $sop^{**} = sopra.$

Conforme o autor, em alguns casos, a linha ondulada também era usada para indicar a letra *a* ou sílaba que terminava com *a*.

Exemplo: $n\overline{o} = nota$

Além disso, nos séculos XIV e XV, o sinal de dois pontos horizontais, originado da linha ondulada e especialmente utilizado em manuscritos de escrita gótica, também indicava tal omissão.

Exemplo: $N\ddot{o} = Nota$

(v) ur ur ur ur = ur, tur, er

Exemplos: tenet^2 = tenetur g^2s = generis

(vi) rum , rum , rum = rum

Exemplo: illo^2 = illorum

(vii) et , et = et, e.

Exemplos: et^2 = etiam ag^2e = agent

1.3.4 Marcas abreviativas contextualmente significativas

De acordo com Cappelli (1982), dentre os sinais que indicam quais elementos foram omitidos, há alguns cujos significados não foram exatamente definidos ou não são constantes, mas variam de acordo com a letra com a qual se relaciona. São eles:

(a) —

A linha reta pode assumir significados diferentes, além de ser um sinal geral ou indicar a omissão do *M* e do *N* se cortar o eixo das letras *D*, *H*, *L*, *P* ou *Q*. Exemplos:

d , d = de..., der..., ...ud

h = haec, hoc, her...

t , t = vel, ul..., ...el

p = per, par..., por...

q = qui

(b) · : ; 3

O ponto, os dois pontos, o ponto e vírgula e o sinal semelhante ao numeral arábico 3 são usados na maioria das vezes no regramento. Exemplos:

quib;	= quibus	usq;	= usque
omnib.	= omnibus	ms;	= mensis
quod;	= quodque	riss₃	= remissis
quilib:	= quilibet	cas;	= casis
q^o3	= quacumque	ḣ	= hoc
hab₃	= habet	ū	= ut, uti
usq₃	= usque	au	= aut

(c) ʃ ʒ 19

Esses sinais são variações de uma linha oblíqua, que corta transversalmente qualquer letra do alfabeto ou fica acima dela; não são usados no final de uma abreviatura; indicam a omissão dos caracteres *ar, er, ir, or, ur, rae, re, ri, ro, al, ul* ou *ub*. Exemplos:

B̄i	= Bartholomaeo	bu	= brevi	sb	= sub
mt̄o	= mortis	ūti	= virtū	pp̄at	= praeparat

(d) 2 Z

Muito similar ao numeral arábico 2 ou à letra Z; mais usado com a letra Q, significando quia; significa também *-et* ou *-etiam*; indica a omissão do M quando ocorre no final da abreviatura; após o S, significa *-et* ou *-ed*. Exemplos:

q²,q^z	= quia	suz	= sum
z	= etiam	mīaz	= misericordiam
z̄dio	= etiamdio	sz	= sed

É importante ressaltarmos que Cappelli (1982) apresenta sob a denominação de marcas significativas em si e marcas contextualmente significativas tanto os sinais gerais (sinais abreviativos), que são utilizados acima ou após as letras que compõem a abreviatura, quanto os sinais especiais (conforme nomenclatura de Costa (2007)), que ocorrem como um dos caracteres da abreviatura e podem representar uma letra ou um conjunto de letras, uma palavra, uma expressão ou um som. Veremos que o autor, posteriormente, tratará dos sinais especiais como sinais convencionais.

1.3.5 Sinais convencionais

Conforme Cappelli (1982), essa categoria inclui, dentre as marcas significativas em si e as contextualmente significativas, todos aqueles sinais que não são reconhecidos como letras, que podem estar isolados ou com outras letras, e que podem representar uma letra, um conjunto de letras, uma palavra ou uma expressão frequentemente utilizada.

Dentre as marcas de abreviação que são significativas em si mesmas, os sinais 9 e 9 significam *con* ou *cum* mesmo quando estão sozinhos; também, a conjunção *et* é mais comumente representada pelos sinais 7 e &. Para o autor, com exceção do *ampersand* (&), todos esses sinais são derivados de notas tironianas e foram utilizados em quase toda a escrita medieval, incluindo até inscrições lapidárias.

Outros símbolos importantes no período medieval são ÷ (*est*) e = (*esse*), os quais podiam ser usados isoladamente ou como componente de palavras. Estes também estão sujeitos a algumas modificações, tais como *i*÷ para *id est*; *in*÷ para *inest*; *it*÷ para *interest*; =*m*^o para *essemus*; e =^e para *essentiae*.

Ainda conforme o autor, muitos sinais peculiares foram usados ao longo do período medieval até épocas mais recentes, para indicar unidades, pesos e medidas. Dentre eles, o principal sinal de *libra* como dinheiro (ital. *lira*), que sofreu modificações consideráveis no decorrer de Idade Média, até que finalmente no século XV sua forma aproximou-se da letra L (£), a qual é atualmente usada como símbolo monetário da libra esterlina. Outro sinal, o *uncia* (3), era empregado entre séculos XV e XVII para indicar peso; existe ainda hoje com o mesmo significado, porém o símbolo atualmente adotado é *oz* (ital. *onza*).

Cappelli (1982) evidencia outros sinais convencionais medievais, que, como os anteriormente descritos, não são necessariamente expedientes abreviativos, mas recursos empregados por copistas para marcar questões ligadas à fixação do texto¹¹:

Quadro 1 - Sinais convencionais medievais

Nome	Função	Símbolo
<i>Antigraphus</i>	Símbolo associado a um ponto para indicar que há um significado diferente nas traduções.	γ γ
<i>Antisigma</i>	Símbolo que está afixado em versículos cuja ordem deve ser invertida, seguindo o uso de autoridades.	∩
<i>Antisigma cum puncto</i>	Empregado em passagens em que existem dois versículos com o mesmo significado e existe alguma dúvida sobre qual deve ser o preferido.	∩ ∩
<i>Asteriscus</i>	Símbolo afixado a uma passagem na qual falta alguma coisa, a fim de esclarecer a posição dos elementos ausentes.	★ * ✕ ✕ ✕
<i>Asteriscus cum obelo</i>	Usado para marcar versículos que não estão em seu devido lugar.	↔ ✕ → ✕ -
<i>Ceraunium</i>	Usado sempre que houver vários versos suspeitos e os versos individuais não são marcados com um <i>obelus</i> .	✕ ∇
<i>Cryphia</i>	A metade inferior de um círculo com um ponto é usado em passagens onde algum problema difícil e obscuro não pode ser resolvido adequadamente.	⊔
<i>Limniscus</i>	Uma vírgula horizontal ou traço entre dois períodos é usado para marcar passagens nas quais exegetas de As Sagradas Escrituras deram a substância da passagem em palavras equivalentes, mas não idênticas.	┆ ┆
<i>Obelus</i>	Uma vírgula ou traço horizontal é usado para marcar palavras ou frases que foram repetidas, ou em passagens em que a leitura é marcada por alguma falsificação óbvia.	┆ - ┆ →
<i>Obelus superne appunctatus</i>	Um <i>obelus</i> com um ponto escrito acima é usado para indicar que a passagem em questão talvez deva ser excluída.	┆ [.] → ┆

Fontes: Cappelli (1982, p. 41-42); Isidori (1798, p. 33).

¹¹ Esses sinais são mencionados na obra de Cappelli (1982), porém nela não se evidenciam os símbolos que os representam, nem exemplos. Como o autor usa como fonte a obra de Isidori (1798), foi nela que conseguimos identificá-los.

Ressaltamos, contudo, que os símbolos apresentados no quadro acima foram evidenciados a título de informação, já que, para este trabalho, não serão considerados para os fins de análise.

1.3.6 Letras sobrescritas

Para Cappelli (1982), na Idade Média, elas não são mais sinais abreviativos, como vistas por Millares Carlo (1929) e por Núñez Contreras (1994) no período romano. Esse tipo de abreviatura tem letras sobrescritas ao regramento, as quais podem ser vogais ou, com menos frequência, consoantes e símbolos especiais. Geralmente, são sobrescritas as letras finais, mas há exceções. A complexidade é vista também pelo fato de poder ocorrer mais de um caractere sobrescrito na mesma abreviatura. Exemplos:

$m^{\text{a}}tis$ = martis fac^{ne} = fractione $ĩt^{\text{od}}tũ$ = introductum
 $ar^{\text{m}}m^{\text{h}}$ = harmoniam can^{f} = canonicis

1.4 IDADE MODERNA

Considerando o recorte temporal em que o nosso *corpus* se encaixa, foram poucas as obras que mencionam informações sobre as tendências de uso das abreviaturas na Idade Moderna. Em face disso, o que pudemos extrair foi que, de acordo com Costa (2007), no referido período, a forma de se abreviar ainda se baseava no sistema braquigráfico latino; entretanto, quando migrado para o português, adquiriu características próprias da Língua Portuguesa.

Seguindo a tendência de desuso no século XVI (MILLARES CARLO, 1929), no século posterior, ela se estendeu também para as obras literárias e muitos sinais abreviativos antigos foram sendo descartados. Até o final do século XVIII, a maioria das antigas abreviaturas havia sido abandonada (CANNON E RODRIGUES, 1992).

No que diz respeito à tipologia das abreviaturas no período moderno, encontramos no trabalho de Costa (2007) uma categorização e, considerando que a autora também utilizou *corpus* composto por documentos setecentistas, baseamo-nos em sua classificação como fonte

para a nossa análise. Em vista disso, apresentamos, a seguir, a classificação tipológica por ela proposta (*op cit.*, 2007, p. 76-81), a qual se fundamenta na natureza do sinal abreviativo:

1. Por sinal geral: possui signo abreviativo (ponto (.), apóstrofo (’), apóstrofo duplo (’’), linha sobreposta à letra (—) ou traço envolvente (@)) e ocorre a supressão de uma ou mais letras. Pode ser subcategorizada em:

1.1. Suspensão ou apócope: supressão de elementos finais da palavra: *an.* (= *anno*); *pag.* (= *pagina*).

1.2. Sigla: consiste na representação da palavra pela letra inicial e pode ser subdivida em três tipos:

1.2.1. Siglas simples: apresenta apenas a letra inicial. Exemplos: *D.* (= *Dom* ou = *Dona*); *F.* (= *Fiel*).

1.2.2. Siglas reduplicadas: a letra inicial é repetida para significar o plural das palavras representadas ou o seu grau superlativo. Exemplos: *D.D.* (= *Desembargadores*); *P.P.* (= *Padres*).

1.2.3. Siglas compostas ou acrônimos: formadas por duas ou três primeiras letras da palavra ou pelas letras predominantes do vocábulo. Exemplos: *MOBRAL* (= *Movimento Brasileiro de Alfabetização*); *OTAN* (*Organização do Tratado do Atlântico Norte*).

1.3. Contração ou síncope: representa a supressão de letras do meio do vocábulo. Exemplos: *Roiz* (= *Rodriguez*); *Snr* (= *Senhor*).

1.4. Letras sobrescritas: sobreposição da última ou das últimas letras da palavra. Exemplos: *Ill.^{mo}* (= *Illustrissimo*); *p.^a* (= *para*).

1.5. Mista: quando em uma mesma palavra se encontram abreviaturas por suspensão (apócope) e por contração (síncope), ou quando, numa sequência de palavras, nenhuma

delas apresenta-se isoladamente abreviada. Exemplos: *V.Ex.^a* (= *VossaExcelencia*); *S. Paulo* (= *São Paulo*).

2. Sinal especial: presença de um sinal colocado no início, meio ou fim da palavra abreviada, indicando os elementos ausentes. Exemplos: *Lx.^a* = *Lisboa*; *§* = *mil*.
3. Notas tironianas ou taquigráficas: sinais baseados nas letras do alfabeto maiúsculo romano e são utilizados em várias posições, tendo significados diferentes em cada uma delas. Exemplos: *.S.* (= *scilicet = a saber*); *&* (= *et = e*).
4. Abreviatura numérica: abreviatura de numerações, designativas de ordem, divisão e meses do ano; utiliza-se a sobreposição das letras *o* e *a* minúsculas aos numerais ou à terminação *-bro*. Exemplos: *1^o* (= *primeiro*); *7bro* (= *setembro*).

1.5 DEFININDO ABREVIATURA: PERSPECTIVAS ETIMOLÓGICA, LEXICOGRÁFICA E LINGUÍSTICA

Para se definir mais precisamente um termo, é necessário buscar sua origem e tentar perpassar pelas definições que lhe foram agregadas com o passar do tempo. Sendo assim, considerando-se a diversidade de olhares existentes em relação aos recursos braquigráficos, apresentamos as perspectivas etimológica, lexicográfica e linguística.

1.5.1 Perspectiva etimológica

No que diz respeito à etimologia do termo *abreviatura*, conforme Cunha (2010), a sua entrada no léxico do português deu-se no século XVI e tem como origem o termo *breve*, oriundo do lat. *brevis*, o qual significava “de pouca duração, ou de pouca extensão ou tamanho” (*op. cit.*, p. 101).

Buscando aprofundar tais informações, foi possível verificar que o termo *brevis* tem como raiz o termo do protoindo-europeu (PIE) **mregh-u-*, o qual significa ‘curto, baixo, pequeno, raso’. Posteriormente, no latim tardio, tem-se a formação do termo *abbreviationem*, advindo da junção do lat. *ad* ‘para’ + *breviare* ‘encurtar’, sendo este originado de *brevis*, de acordo com o Online Etymology Dictionary (HARPER, 2001). Dessa formação, teve-se como

resultado em português o termo hoje empregado: *abreviatura*. Logo, na etimologia, percebe-se o valor funcional da abreviatura (para encurtar) que é usado por alguns autores para dizer que elas servem para reduzir espaço e economizar material.

Considerando que a abreviatura é um recurso braquigráfico, discorreremos também sobre a etimologia do termo da área dos estudos paleográficos que o engloba: a *braquigrafia*. A entrada desse vocábulo no léxico do português ocorreu no século XIX, devido à introdução de várias palavras na linguagem científica nacional, as quais eram formadas pela união de elementos gregos, e tem como origem a junção do gr. *brachýs* ‘curto, breve’ + gr. *gráphein* ‘escrever, descrever, desenhar’ (CUNHA, 2010, p. 100).

1.5.2 Perspectiva lexicográfica

Do ponto de vista lexicográfico, a fonte mais antiga em português que pudemos investigar e que apresentou a acepção do verbete abreviatura foi a obra de Bluteau (1728), a qual foi, também, a mais completa, uma vez que menciona a função, o contexto de uso e características estruturais:

ABREVIATURAS, Abreviatûras. Palavras abreviadas, ou caracteres, que tem lugar de palavras inteiras. Forão inventadas para escrever com mais brevidade, & hã tres modos de abreviar a palavra, que se quer pintar na escritura. O primeiro modo, he por uma só letra, que signifique huma dicção inteira. O segundo, he pôr algumas letras, & deixar as outras. O terceiro he formar huns caracteres, ou figuras, que ainda não sejam as letras, não deixão de significar a palavra, que se quer dizer. [...] Escrevesse por abreviaturas, o que se vay dictando com muita pressa, & corre a mão, de quem escreve tão veloz, como a lingua, de quem falla. (BLUTEAU, 1728, p. 42)

Outro dicionário que contempla a acepção de abreviatura é o de Moraes Silva (1789, p. 13): “ABREVIATÚRA, s. f. Modo de escrever, em que faltão algumas letras, que o autor suppre. § Cifras, signaes que representam as letras, ou as palavras mais curtamente”. Em edição posterior, de 1890, insere-se comentário acerca da empregabilidade em distintas áreas do conhecimento: “§Abreviatura; compendio, resumo, epitome [...] Usam-se abreviaturas nas mathematicas, nas sciencias naturaes, nas fórmulas medicas, nos tratamentos, etc.” (MORAES SILVA, 1890, p. 62).

Encontramos em Silva Pinto (1832, p. 2) a acepção que transmite menos informações ao leitor, a qual se limita a mencionar o uso: “Abreviatura. s.f. Diz se modo de escrever com

letras de menos. Os sinais que indicam essa falta para o leitor a suprir”. Assim como em Moraes Silva (1789), destaca-se, aqui, a indicação do gênero do verbete.

Sob a perspectiva lexicográfica contemporânea, segundo Caldas Aulete (1980), “a abreviatura consta de sinais, letras ou frações de palavras: usa-se nos calendários, nas fórmulas médicas, na química, na botânica, nas matemáticas, no tratamento que damos às pessoas a quem escrevemos, para poupar espaço e tempo”. É considerada também,

s.f. 1. Ação ou resultado de abreviar; ABREVIACÃO; 2. Gram. Representação contraída de uma palavra ou locução por uma ou mais letras dessa palavra, ger. as iniciais, seguidas de um ponto, p.ex. *dr.* (doutor), *ltda.*; (limitada), *ilmo.* (ilustríssimo); 3. Gram. Redução do nome de uma entidade, país, empresa etc. a uma sigla formada por suas primeiras letras, p.ex. *ONU* (Organização das Nações Unidas), *IPTU* (Imposto Predial e Territorial Urbano); 4. Cifra ou sinal que representa uma palavra ou locução de forma mais curta e simbólica: O sinal % é abreviatura de por cento.; [...] 6. Fig. Coisa em escala pequena, reduzida, diminuta [...]. (CALDAS AULETE, 1980, p. 25, grifo do autor).

Destacamos que a acepção de Caldas Aulete (1980), além de mencionar aspectos funcionais, trata de aspectos formais quando apresenta modos de se abreviar, ao mencionar os caracteres, citando, inclusive, algumas tipologias (sigla, sinal). Semelhante acepção é encontrada em Houaiss (2009), a qual possui, inclusive, a mesma organização.

Comparando-se os dicionários antigos e os atuais, verificamos que a maior distinção se dá pelo fato de as fontes contemporâneas possuírem exemplos e, as antigas, não – isso provavelmente acontece porque, hoje, as regras estão sistematizadas e podem ser encontradas em variadas fontes, como em gramáticas, nos manuais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, até mesmo, numa lista de reduções correntes no site da Academia Brasileira de Letras¹².

Ainda no contexto da lexicografia, a título elucidativo, evidenciamos a acepção do verbete *abreviação*, o qual, muitas vezes, é tido como semelhante à abreviatura, conforme entrada 3, a seguir:

¹² Disponível em <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/reducoes>.

sf. **1.** Ação ou resultado de abreviar, de tornar mais curto: *Dedicou a tarde à abreviação de seu discurso.* **2.** Redução de uma palavra longa, de uso frequente, a algumas de suas sílabas, ex. *Zé* (José), *micro* (microcomputador), *vídeo* (videocassete). **3.** Na escrita, representação informal de uma palavra por algumas de suas letras ou sílabas, seguida de um ponto, p.ex., *bjs.* (beijos), *qdo.* (quando). **4.** Ling. Diminuição da duração do som de um fonema ou grupo de fonemas, que de longo se torna breve. [Antôn.: prolongamento]. **5.** Breve notícia, compêndio, resumo, epítome de alguma coisa.

Verifiquemos, também, a acepção dada por Michaelis (2019), numa perspectiva, portanto, mais contemporânea do termo: “sf 1 Ato ou efeito de abreviar; abreviatura. 2 Substituição da forma plena de um vocábulo pela forma reduzida; abreviatura: A abreviação de exemplo é ex. 3 FON Redução da duração de uma vogal, passagem de uma vogal longa a breve”.

Como podemos verificar, os autores consideram o termo abreviação semelhante à abreviatura, já que utilizam entradas idênticas em suas acepções (cf. 1). Essa semelhança não é moderna, pois também foi verificada no dicionário mais antigo consultado:

ABREVIAC, AM. O dizer em breves palavras, o que pede dilatados discursos. *Vid.* Compendio. Epitome. Os seus louvores requerem Abreviaçoens, já que pella multidão, & excellencia das, cousas não podem ser dignamente relatados. [...] 1. Abreviação. Abreviatura. *Vid.* No seo lugar. (BLUTEAU, 1728, p. 42)

O que podemos concluir é que, apesar da aparente semelhança nas acepções, a maior distinção entre os termos abreviação e abreviatura é que, em linhas gerais, o primeiro diz respeito ao ato de abreviar, o qual utiliza, para tanto, dos recursos braquigráficos.

1.5.3 Perspectiva linguística

Apesar da relativa escassez de fontes, a conceituação de abreviatura na literatura linguística é complexa, visto que as explanações são baseadas numa variedade de características, tais como estruturais, semânticas, funcionais, etc., ou na união delas.

Ao tratar das abreviaturas num contexto linguístico diacrônico, Núñez Contreras (1994) dedica, primeiramente, uma subseção à grande área que a estuda: a Paleografia. De modo geral, segundo o autor, as abreviaturas são tratadas pela Paleografia no que diz respeito ao âmbito da braquigrafia, ao qual, mais especificamente, interessa a origem, os tipos e a evolução das

abreviaturas. Quanto aos aspectos dos estudos braquigráficos utilizados pela Paleografia, o autor afirma que são três: (i) do ponto de vista prático, a braquigrafia é um meio para interpretar os textos antigos que possuíam abreviaturas; (ii) do ponto de vista crítico, o seu estudo é obrigatório para o entendimento paleográfico, filológico e histórico de um documento e, também, para a atribuição cronológica e geográfica; (iii) do ponto de vista sociocultural, o paleógrafo não pode dispensar o estudo das abreviaturas, pois elas fornecem informações sobre as relações culturais entre as escritas distintas, já que nem sempre foram formas que tiveram regularidade e que, com o tempo, foram se sistematizando.

Assim, a abreviatura é vista pela Paleografia como uma ferramenta de trabalho, já que “ao paleógrafo interessa, mais do que saber a causa do uso das abreviaturas, a sua interpretação e a sua utilização como material em seu trabalho, como um dos componentes que se acham em um texto escrito” (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994, p. 108, tradução nossa¹³).

Além disso, complementamos com a visão de Casado Quintanilla (2016), que considera as abreviaturas, assim como as letras, os sinais de pontuação e as palavras, elementos importantes para os estudos paleográficos.

Quanto à conceituação, para Núñez Contreras (1994), as abreviaturas são representações de palavras que se escrevem utilizando somente algum ou alguns de seus elementos mais significativos. Sobre a sua composição estrutural, o autor afirma que são significantes linguísticos constituídos por um componente alfabético portador de conteúdo semântico e por um componente simbólico, sendo este somente alfabético, no caso das letras sobrescritas ao componente alfabético, e não supõem necessariamente conteúdo semântico em si mesmas, apesar de isso ser um fator que pode ser mudado.

Marín Martínez (2002) destaca que a abreviatura é composta por dois elementos: o sinal abreviativo, o que abrevia; e a abreviatura, que é a palavra ou a frase abreviada. Para Megale e Toledo (2006, p. 120), “as abreviaturas são grafias que não apenas poupam tempo como também economizam suporte e tinta ao escrever. As letras que faltam no seguimento abreviado da palavra são supridas por determinados recursos convencionais”. Costa (2007) é mais sucinta e se atém a conceituar a abreviatura como um recurso da língua escrita que se configura em representar de maneira reduzida sílabas, palavras ou frases. Do ponto de vista paleográfico, Berwanger e Leal (2008) destacam também o lado negativo das abreviaturas, já que, apesar da sua função de economia, acabam dificultando o trabalho de transcrição.

¹³ Al paleógrafo le interesa, más que la causa que pudo haber propiciado las abreviaturas, su interpretación y su utilización como material en su trabajo, como uno de los componentes que se hallan en un texto escrito.

Uma vez finda a apresentação do estado da arte dos recursos braquigráficos, passemos, agora, para a compilação e a sistematização da norma de uso das abreviaturas nos séculos XVIII e XIX.

CAPÍTULO 2

ABREVIATURAS: A NORMA SETECENTISTA E OITOCENTISTA

Temos como objetivo, neste capítulo, apresentar a compilação das regras de emprego das abreviaturas encontradas nas principais gramáticas e manuais de estilo dos séculos XVIII e XIX e sistematizar a norma do período em questão. Tais regras, como mencionado no capítulo anterior, visam a subsidiar o julgamento da (in)adequação da hipótese aventada.

E sabendo que, relativamente, são poucos os trabalhos de sistematização das regras de uso dos recursos braquigráficos no referido período, as quais se encontram diluídas nas obras normativas, a sistematização da norma é, portanto, uma importante contribuição deste trabalho para o panorama dos estudos linguísticos.

Passemos, então, ao tratamento dado pelos autores.

2.1 A NORMA SETECENTISTA

Ao tratar dos contextos que normatizam o emprego de abreviaturas, a fonte setecentista mais antiga em português que os apresentou foi a obra de Bluteau (1728). Apesar de ser um dicionário, o autor apresenta, além da definição do verbete *abreviatura*, funções e regras para o uso desse recurso, aqui repetido para maior comodidade do leitor:

ABREVIATURAS, Abreviatùras. Palavras abreviadas, ou caracteres, que tem lugar de palavras inteiras. Forão inventadas para escrever com mais brevidade, & hã 58rês modos de abreviar a palavra, que se quer pintar na escritura. O primeiro modo, he por uma só letra, que signifique huma dicção inteira. O segundo, he pôr algumas letras, & deixar as outras. O terceiro he formar huns caracteres, ou figuras, que ainda não sejão as letras, não deixão de significar a palavra, que se quer dizer. [...] Escrevesse por abreviaturas, o que se vay dictando com muita pressa, & corre a mão, de quem escreve tão veloz, como a lingua, de quem falla (BLUTEAU, 1728, p. 42).

Sobre as funções, o autor atribui duas: a de representar vocábulos inteiros e a de obter mais rapidez na escrita, as quais também são úteis para se escrever na velocidade daquilo que é ditado. Quanto às regras, apesar de o autor não mencionar quais letras

devem ser omitidas, inferimos que, conforme a nomenclatura de Millares Carlo (1929) e de Costa (2007), a primeira forma sugere o uso de sigla simples, na qual se mantém somente uma letra, a inicial; a segunda é por suspensão e/ou por contração, visto que ambos os tipos permitem manter algumas letras e omitir outras; e, por fim, entendemos que o autor sugere abreviar por nota tironiana, já que são as formas que utilizam símbolos e não letras, sendo essa uma prescrição singular.

Um fato que merece destaque é que o autor retorna, ainda, à história das abreviaturas, ao mencionar que Júlio Cesar e Augusto as utilizavam para ocultarem seus segredos, colocando letras no lugar de outras – o que mostra a dificuldade que as abreviaturas impõem à leitura para aqueles que não têm intimidade com seu uso – e que o poeta romano Manilio utilizava a palavra *compendium* para representar os três modos de abreviar. Sobre este termo, ressalta que o poeta também a utilizava na expressão *Scribendi compendium*, a qual significa “o modo de escrever por abreviaturas” (BLUTEAU, 1728, p. 43).

A nossa percepção em relação à terceira regra prescrita por Bluteau (1728) se confirma, pois, em seguida, ele afirma que, assim como considerado pelos antigos autores e por intelectuais contemporâneos, considera que “*Nota* significa particularmente as abreviaturas da terceira sorte.” (*op. cit.*, p. 43), ou seja, este é o tipo de abreviatura que não possui letras, e sim caracteres já existentes ou inventados. O autor, porém, menciona que não rejeita as outras formas utilizadas, grafadas com uma, com duas ou com três letras, pois estão presentes em muitas obras antigas e modernas.

Em seção dedicada ao til, apesar de Bluteau (1728) não o denominar como sinal abreviativo, é possível inferir que assim o trata, devido à função geral que atribui a ele, qual seja, a de indicar a omissão de letras. O autor, além de denominá-lo “risquinha” ou “risco”, comenta que também é chamado de meia letra por alguns autores e justifica tal nome associando a grafia ao som reproduzido, ao dizer que não pode ser considerado letra inteira devido à impossibilidade de se pronunciar este caractere.

Posteriormente, Bluteau (1728) enfatiza a funcionalidade do til ao afirmar que é de grande utilidade na ortografia de todas as línguas, principalmente na Língua Portuguesa.

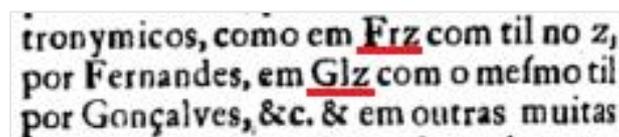
Quanto às regras de uso do til, uma delas é indicar a supressão das letras *M* ou *N*, quando representam som nasal, e deve ser colocado na vogal que as antecede, como em *Têpo* (*Tempo*) e *Têto* (*Tento*). A outra é representar a omissão de duas letras e exemplifica com a abreviatura *q'* (*que*). Nesta abreviatura, apesar de prescrever o til como sinal

abreviativo, é inusitado o fato de o autor utilizar um sinal que se assemelha a um apóstrofo. Essa distinção de sinais pode indicar que havia variação de formas para abreviar o *que* naquele momento ou uma forma de marcar funções diferentes: o til que marca a nasalidade e o que se assemelha ao apóstrofo marca a omissão de duas letras.

Na pronúncia de palavras que terminam com som nasal, mais especificamente nas sílabas finais *am, em, im, om* e *um*, a prescrição do autor é retirar o *m* e colocar o til acima da vogal, como em *Razã, vintẽ, jasmĩ, Bõ* e *Atũ*.

Ainda atribui a esse sinal a função de suprir muitas letras em palavras muito extensas, particularmente em sobrenomes. Nesse caso, recomenda o emprego do til para demonstrar o final da abreviatura em sobrenomes que terminam em *-es*, como em *Frz* (*Fernandes*) e em *Glz* (*Gonçalves*), e que o sinal deve ser posicionado acima do *-z*. Apesar de o autor não explicitar, observamos que há mudança de caractere na abreviatura, pois no lugar do *-s* final do vocábulo o autor utiliza o *-z* – inferimos que tal troca seja para diferenciar o *-s* final de sobrenome do *-s* como desinência de número, uso o qual certamente requer mais conhecimento para ser aplicado, caso contrário o sobrenome seria grafado com *-z*. Percebemos, também, que os exemplos dados apresentam uma inconsistência, já que, apesar de ser prescrito o uso do til sobre a abreviatura, eles não possuem esse caractere, como pode ser visto na figura 6 a seguir:

Figura 6 - Abreviaturas terminadas em *-z* em Bluteau (1728)



Fonte: Bluteau (1728, p. 165).

Sobre a ausência do til acima do *z* em exemplo de regra que assim prescreve, isso pode ser uma incongruência do autor ou, então, um problema tipográfico. Tal dúvida é sanada ao retornarmos aos exemplos anteriormente dados, os quais possuem o til sobre uma das letras – logo, não se trata de uma impossibilidade tipográfica, pois era possível colocar o til sobre os caracteres, mas de uma incongruência do autor, ou, ainda, de um problema de tipografia, já que não existiam revisores na época.

A omissão de muitas letras também é sugerida pelo autor nos casos em que há repetição de palavras muito extensas, o que economizaria espaço no suporte: *Snçã*

(*Sentença*), *Phiã* (*Philosophia*) e *Miã* (*Misericordia*). Observamos que os exemplos dados possuem 8, 11 e 12 letras, respectivamente, e que todos terminam com a vogal *a*, sobre a qual o til deve se alocar e que a abreviatura deve ter 3 ou 4 caracteres.

Feyjo (1734) trata o tema de modo mais exaustivo, uma vez que possui uma seção e uma subseção inteiramente dedicadas às abreviaturas, as quais contêm considerações sobre a sua função, sobre a forma em função do contexto de uso, além de prescrições para o emprego correto.

O autor inicia suas considerações sobre as abreviaturas na seção dedicada à ortografia. Nela, apresenta o til, na subseção intitulada *Uso do Til*, como um caractere das abreviaturas, frisando que não é uma letra, e que fora criado para indicar que alguma letra foi suprimida devido à necessidade de ser breve.

Sobre o posicionamento desse sinal, menciona que “sempre se põe como apice sobre a palavra no lugar correspondente á letra que suppre.” (FEYJO, 1734, p. 108). Esta prescrição, porém, não é tão precisa, visto que ápice acima da palavra no lugar correspondente à letra suprimida nos leva a interpretar que pode ser na letra anterior à supressão ou na posterior. O autor não oferece uma resposta explícita em relação a isso, porém, consultando os exemplos dados posteriormente em toda a seção (como *Cõmungar*, *Bẽ*, *Aña*), foi possível inferir que o til deve se alocar acima da letra anterior àquela que fora suprimida quando se trata da supressão das letras *m* ou *n*. Por sua vez, quando se trata da indicação de som nasal na terminação *-aõ* (como em *Irmaõ*), o til se aloca acima do *o*, já que não ocorre supressão de nenhuma letra.

Assim como Bluteau (1728), Feyjo (1734, p. 108) não considera o til uma letra, “mas hum mero suplemento de algumas letras inventado para as abbreviaturas de muitas palavras, nas quaes suppre o til aquella letra que por brevidade deixamos”.

O autor prossegue levantando as seguintes questões: “A duvida he a que letras suppre o *Til*, e em que palavras se escreve? Para o que saõ as regras seguintes” (FEYJO, 1734, p. 108), as quais são respondidas logo em seguida. Notamos que, na última frase da citação, é explícita a atestação de que há regras para o uso desse caractere e, portanto, como ele é considerado um item de abreviatura, esta é mais uma evidência da existência de uma norma para o emprego de tais recursos.

Posteriormente, Feyjo (1734) menciona outra função do til:

Primeiramente com o til se supre a letra M nas palavras, em que esta letra se escreve dobrada, como Cõmungar, Cõmunicar, Cõmuniçaõ, &c. Tambem o til supre a mesma letra M nas palavras, que acabaõ nella: v. g. Bẽ, Vẽ, Convẽ: Irmaõ, Christaõ, Joaõ, &c. (FEYJO, 1734, p. 109).

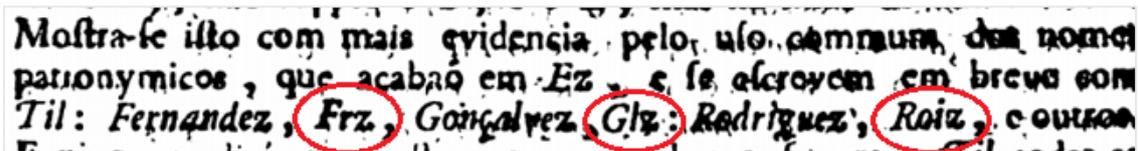
Vemos que, para o autor, o til sobre uma vogal anterior à letra *m* em meio de palavra é indicativo de que esta consoante é dobrada. Além disso, quando ocorre em vogal ao final da palavra, supre o *m* nas palavras que com essa letra terminam. O autor peca, porém, ao dar os exemplos *Irmaõ*, *Christaõ*, *Joaõ* e não explicitar que, nas terminações em *-aõ*, o til não indica supressão, mas é um recurso para evidenciar a nasalidade na pronúncia. Já que o autor não deixa essa regra explícita, e este é um caso não de supressão, mas de indicação de nasalidade, tal conhecimento demanda do escrevente maior domínio da norma. É notável, também, que em *Cõmuniçaõ*, diferentemente do que ocorre hoje, o til pode aparecer duas vezes no mesmo vocábulo: na primeira, para indicar a supressão da consoante *m* dobrada e, na segunda, para indicar a nasalidade da vogal final *o*.

Feyjo (1734) evidencia, também, seu ponto de vista em relação a uma questão que parecia ser polêmica na época: o uso do til para suprir o *n* dobrado no interior das palavras, e esclarece que essa prática é conveniente, tal como empregado nas palavras *Anna* (*Aña*), *Joanna* (*Joãna*) e *Marianna* (*Mariãna*). Percebemos, portanto, uma similaridade de emprego dos nasais *m* e *n* em redobro. Porém, quanto a esse uso do til nos exemplos dados, verifica-se que a posição deste caractere é distinta no vocábulo *Aña*. Isto porque, de acordo com a regra para suprir a letra *m*, coloca-se o til acima da vogal anterior, mas, no referido exemplo, o til está acima do *n*. Infere-se, então, que o til não ocorre no caractere inicial, mesmo que seja uma vogal; pode posicionar-se, assim, acima do *n* para representar a sua duplicidade quando a vogal que o antecede está no início da palavra. Assim, embora pareça que a regra seja a mesma para o emprego das consoantes nasais *m* e *n* em redobro, o uso do *n* tem especificidade. É possível dizer, ainda, que tal especificidade demanda do escrevente maior domínio da norma.

Feyjo (1734) prossegue no tratamento sobre o til numa subseção intitulada *Primeira Parte: Das palavras, que suppre o Til*. Nela, menciona o uso universal do til acima do *Q*, assim abreviado *q̃*, suprimindo, portanto, as letras *u* e *e* do vocábulo *que* – tal emprego denota, portanto, que algum caractere foi omitido. Observamos, ainda, que nessa abreviatura o sinal abreviativo difere do exemplo dado por Bluteau (1728), o qual possui um apóstrofo em vez do til (*q'*).

O emprego do til para demonstrar o final da abreviatura de sobrenome que acaba em *-ez* é mencionado por Feyjo (1728), assim como feito por Bluteau (1728). Inclusive, a prescrição é tão semelhante que parece ser uma cópia, principalmente porque apresenta os mesmos exemplos – *Frz* (*Fernandez*), *Glz* (*Gonçalvez*) – com a exceção de que os sobrenomes em Bluteau (1728) são grafados com *s* (*Gonçalves* e *Fernandes*) e não com *z* e do acréscimo do exemplo *Roiz* (*Rodriguez*), e a mesma disparidade gráfica (a ausência do til nos exemplos *Frz* e em *Glz*):

Figura 7 - Exemplos de Feyjo (1734) sobre o uso do til em sobrenomes terminados em *-ez*



Fonte: Feyjo (1734, p. 110).

A ausência do til acima do *z* também parece ter sido um descuido do autor ou do tipógrafo, já que há exemplos prévios que o possuem, como em *Aña*, *Joãna* e *Mariãna*, ou, então, pode se tratar de cópia, visto a réplica do mesmo erro encontrado na obra prévia.

Posteriormente, na seção *Appendiz: De algumas Abreviaturas, Conta dos Romanos, e Latinos*, dedicada somente ao emprego das abreviaturas, Feyjo (1734) menciona novamente que é antigo o uso de tais recursos na escrita os quais são empregados devido à pressa ou à falta de tempo do escrevente, bem como para se ter menos trabalho ou para economizar papel.

O autor salienta que os autores contemporâneos do século XVIII, P. Bento Pereira e Bluteau, já apresentam em suas obras todas as abreviaturas, motivo pelo qual não se refere a todas em sua obra. Adverte, também, que expõe aquelas que julga mais utilizadas.

E sobre os caracteres que necessariamente devem estar nas abreviaturas, a prescrição dada é a de que, com o intuito de se evitar a dúvida por parte do leitor e, consequentemente, poupá-lo do entendimento errôneo, Feyjo (1734) expõe que a abreviatura de todo nome deve possuir suas letras, de modo que estas não possam ser aplicadas a outros nomes. Além disso, que essas letras não sejam difíceis de emendar, visto que, em muitas assinaturas, usa-se uma só letra, ou se une duas ou três consoantes para transformá-las em um único sinal.¹⁴

¹⁴ O autor não fornece exemplos.

No trecho seguinte, o autor menciona a dificuldade de se abreviar certos vocábulos:

Os nomes, ou palavras, que ordinariamente se costumão abbreviar, são as que constão de muitas syllabas, e nestes não se póde dar regra certa; porque em huns basta a primeira letra, e a ultima syllaba, como: Reverendo, Reverendissimo, Senhor, Senhora, Sanctissimo, Muito, Mulher, &c. que em breve se escrevem: *R.^{do} R.^{mo} S.^{or} S.^{ra} S.^{mo} M.^{to} M.^{er}, &c.* (FEYJO, 1734, p. 124).

Outra característica singular desta obra é que o autor, apesar de não fazer qualquer menção sobre o emprego de notas tironianas como recurso braquigráfico, utiliza um para representar a abreviatura de *etcetera* (&c.). É possível inferir, portanto, que havia uma regra para abreviar a palavra *etcetera*, qual seja, os caracteres constituintes eram o símbolo & seguido pela letra *c* e pelo ponto abreviativo.

Feyjo (1734) dedica, ainda, uma subseção à abreviatura dos nomes santos *Jesus* e *Christo*. Segundo a observação deste gramático, o emprego da abreviatura *IHS* (*Jesus*) no período era frequente, porém causadora de dúvida e não tão óbvia, visto a existência de caracteres que não compunham o nome santo:

He frequente o uso, com que se escreve nos titulos, nas portas, e nos Templos o Santissimo nome JESUS com esta abbreviatura *IHS*, letras, que tendo a figura do I, do H, e do S latino, e nosso, fazem a duvida, de que a letra H não tem lugar neste sagrado nome JESUS. Mas esta duvida, que he bem fundada na figura das letras, não tem lugar na intelligencia dellas; porque as taes letras foram tiradas dos caracteres, com que os Gregos escreviam JESUS em breve, que eram um J, hum E, e hum S, deste modo *JES*. E como o Eta, ou E longo vogal dos Gregos tem quasi a mesma figura do H, ficou nosso H servindo de E Grego nesta abbreviatura *IHS*, que he o mesmo que *JES* (FEYJO, 1734, p. 125).

Verificamos, portanto, que, em alguns casos, é necessário conhecimento de língua grega para entender a origem da constituição dos caracteres e para explicar as distinções identificadas entre o vocábulo e a abreviatura. Porém, tal conhecimento é dispensável se considerarmos que, para as abreviaturas formadas por siglas, o usuário da língua podia decorar a forma e não precisar saber a sua origem e constituição, não sendo essencial o conhecimento da constituição da forma e, sim, do contexto de uso para empregá-la. Além disso, como a expressão é da esfera religiosa, funcionava como um dogma e, dada a força da religião na época, provavelmente era empregada até mesmo por pessoas pouco escolarizadas, mas religiosas, que a decoraram. Isso espelha, consequentemente, que o

seu emprego estava relacionado à familiarização com o contexto religioso, não sendo necessário, portanto, conhecimento de norma.

Quanto à abreviatura de *Christo*, o autor faz uma extensa exposição:

305 Também alguns usaõ desta abreviatura *Xpõ* em lugar do nome *Christo*; **o que na censura de Bluteau he erro dos vulgares, e indoutos**. Letr. X pag. 607. Mas não sei como este Author nota por erro do vulgo indouto huma abreviatura, que **só podia ser usada por homens peritos**¹⁵ na lingua Grega; porque os Gregos escrevem o seu *C* aspirado, com huma figura quasi como a do *X*, e corresponde ao nosso *CH*: escrevem o seu *R*, a que chamaõ *Ro*, com outra figura, que parece *P*: e por isso escreviaõ *Christus* com este breve *XPS*, como se fosse *Chris*.

306 E quem duvida, que se o nome latino *Christus* na abreviatura dos caracteres Gregos se escreve bem *XPS*, tambem o nome *Christo* em portuguez se pôde escrever sem erro com abreviatura Grega *Xp.º* que he o mesmo que *Chr.º* na nossa abreviatura? Aqui o erro dos vulgares, e indoutos não he por escreverem o nome *Christo* com *X, P, O*, he por entenderem que aqui o *X* vale por *X*, sendo o *C* aspirado, ou *Ch* dos Gregos; e por entenderem que o *P* vale por *P*, sendo *R*, ou *Ro* também Grego. Por isso não he erro usarmos abreviaturas *IHS XPS*, pondo estas letras com a figura das nossas, porque ordinariamente se não achaõ nas impressas os caracteres Gregos (FEYJO, 1734, p. 125).

O autor contrapõe o julgamento de Bluteau (*op. cit.*) segundo o qual o uso das abreviaturas *Xpõ*, *XPS* (ambas *Christo*) e *IHS* (*Jesus*) é um erro cometido pelos menos esclarecidos ao explicitar detalhadamente a sua origem, apresentando, inclusive, explicações de cunho fonético para o uso de certos caracteres. Utilizando-se da mesma estratégia, também evidencia o que considera como o erro dos indivíduos menos instruídos.

Outra questão é que o desconhecimento das regras do grego para a composição da abreviatura leva o escriba a incorrer em variação, já que, conforme ilustrado pelo referido autor, havia formas distintas para a sua representação.

Diante disso, apesar de a origem dos caracteres das abreviaturas dos nomes santos *Jesus* e *Christo* serem um apelo à língua grega, o fato de serem utilizadas em contexto religioso não exige que o emprego fique restrito a conhecimento especializado, visto que poderiam ser copiadas e inferidas.

Quanto aos tipos de abreviatura, verificamos que o autor utiliza os seguintes: sigla simples (*q̃*), contração (*Aña*), letra sobrescrita (*R.^{do}*), mista (*Frz* – contração e sinal especial), sinal especial (*IHS*, *Xpõ*) e nota tironiana (*&c.*).

¹⁵ Grifo nosso.

Esta obra destaca-se, portanto, por dar um tratamento singular às abreviaturas, uma vez que o autor expõe vários exemplos e apresenta didaticamente as justificativas para tais empregos. É digna de holofote, também, por ter apresentado numerais como recursos braquigráficos, visto que também são abreviaturas se considerarmos que é possível a escrita por extenso.

Oeyras (1759) é mais sucinto no tratamento dado aos recursos braquigráficos. O autor, na subsecção intitulada *Instrução Para os Professores de Grego, e Hebraico*, apresenta somente uma orientação sobre o ensino das abreviaturas:

Depois que o Professor tiver bem aperfeiçoado o Discipulo em ler clara, e distinctamente o Grego, assim como está escrito: Passará a fazello escrever correctamente, e a fazer-lhe distinguir as figuras diversas tanto das letras, como das syllabas, e das abreviaturas; porque com esse exercicio se facilita o estudo, e se aprende com gosto (OEYRAS, 1759, p. 10).

Apesar de sucinta, a orientação didática formulada por Oeyras (1759) sobre a obtenção de uma escrita correta pela distinção das abreviaturas é de segunda ordem, pois menciona as abreviaturas como um tópico de ensino do grego. É possível inferir que as abreviaturas que o autor menciona são mais específicas, isto é, as de origem grega, e o seu aprendizado demanda conhecimento mais sofisticado, pois seu ensino só ocorrerá depois de o aluno ter uma boa iniciação na língua em questão, além de deixar subentendido que as abreviaturas são um dificultador para a leitura, como outros teóricos já assinalaram.

A gramática de Meldola (1785) também apresenta importante contribuição, visto que, apesar de não apresentar explicitamente nenhuma norma, exhibe uma lista de abreviaturas, a qual nos permitiu inferir algumas regras de emprego. Conforme o autor, essa lista “& huma Collecção de todas as Abreviaturas usaveis no idioma Portuguez. [...] e ensinarà a todos a fallar sem erro, e a escrever com acerto.” (*op. cit.*, p. 365). Tal afirmação nos faz, mais uma vez, pressupor que havia uma norma, haja visto a dicotomia “erro” e “acerto”, ou seja, só se erra algo se a forma correta está prescrita. O acerto está associado, portanto, ao aprendizado da lista de abreviaturas. Além disso, o referido autor é o único que trata da leitura das abreviaturas, pois o trecho “ensinarà a todos a fallar sem erro”, refere-se à leitura em público, já que em um diálogo não se usa abreviatura.

A lista, intitulada *Collecçãm das Abbreviaturas usadas na Lingoa Portugueza*, está na seção *Suplemento da Arte Portugueza*, a qual, conforme o autor, trata das regras

de ortografia que até aquele momento haviam sido evidenciadas pelos gramáticos. A seguir, na figura 8, apresenta-se a respectiva lista:

Figura 8 - Lista de abreviaturas de Meldola (1785)

<i>Collecção das Abreviaturas usadas na Língua Portuguesa.</i>		<i>Sammlung der gebräuchlichsten Abkürzungen in der Portugiesischen Sprache.</i>	
Anto.	Antonio	V. Magde.	Vossa Magestade
Sebam.	Sebastiam	S.	Santo
Bmo Pe.	Beatissimo Padre	Franco.	Francisco
Capm.	Capitam	Gde.	Guarde
Compa.	Companhia	Ms. As.	Muitos Annos
Corro.	Correo	Me.	Mestre
D.	Dom	Snr, Sra.	Senhor, Senhora
Dr. Dor.	Doutor	Rmo.	Reverendissimo
Ds.	Deos	Pa.	Para
Do. Da.	Ditto, Dittra	Q-	Que
Exmo. Exma.	Excellentissimo, ma	Qdo.	Quando
V. E.	Vossa Excellencia	Qm.	Quem
V. S.	Vossa senhoria	Qto.	Quanto
V. A.	Vossa alteza	Suppte.	Supplicante
UM. ou Umce.	Vossa. Merce	Genral.	General
V. P.	Vossa Paternidade	Tente.	Tenente
		V. G.	Verbi Gratia
		P. E.	Por Exemplo

Fim do Supplemento da Arte Portuguesa. *Ende des Anhangs zur portugiesischen Sprachkunst.*

Fonte: Meldola (1785, p. 396).

É possível ver que há a tradução para o alemão na segunda coluna. Isso se configura como uma característica singular da gramática de Meldola (1785), já que um dos objetivos da obra, além de versar sobre as prescrições da Língua Portuguesa, é o ensino da língua estrangeira.

O autor apresenta 47 vocábulos abreviados e, do ponto de vista morfológico, é possível observar que pertencem às seguintes classes: pronome de tratamento (V.E. = *Vossa Excellencia*); pronome relativo (Q- = *que*); substantivo (Me. = *Mestre*), pronome indefinido (Ms. = *Muitos*); preposição (Pa. = *Para*); adjetivo no grau superlativo (Rmo. = *Reverendissimo*) e verbo (Gde. = *Guarde*).

Quanto aos recursos abreviativos utilizados, observa-se que o autor utilizou sigla simples (*D.* = *Dom*), contração (*Franco* = *Francisco*) e mista (*Umce.* = *Vossa Merce* – suspensão e contração). Diferentemente dos outros autores que apresentam listas de abreviaturas, (cf. SOUZA (1804) e RIBEIRO (1890)), não há nesta nenhum vocábulo abreviado com letra sobrescrita.

Uma regra inferida é o uso do ponto como sinal abreviativo, o qual ocorre necessariamente ao final das abreviaturas, independentemente da quantidade de letras que possuem. As exceções são a abreviatura do vocábulo *que* (*Q-*), a qual apresenta um hífen como sinal abreviativo, e a ausência do sinal após as abreviaturas *Bmo* (*Beatissimo*) e *Snr* (*Senhor*).

Quanto ao uso do hífen como sinal abreviativo em *Q-*, pode ser um caso de variação, já que nas abreviaturas do *q* naquele período também se utilizava o *til* (*q̃*) (FEYJO, 1734) e o apóstrofo (*q'*) (BLUTEAU, 1728) e, como são sinais semelhantes, a caligrafia cursiva e o traçado irregular podem ter contribuído para o espraiamento desse uso (cf. exemplos em SOUZA (1804) e d'OLIVEIRA (1871 [1536])).

Sobre a ausência do ponto abreviativo em *Bmo* (*Beatissimo*) e em *Snr* (*Senhor*), há duas possibilidades que podem explicá-la: variação ou problema tipográfico. Assim como *Beatissimo*, há outros dois vocábulos abreviados que são adjetivos no grau superlativo, quais sejam, *Excellentissimo* (*Exmo.*) e *Reverendissimo* (*Rmo.*), os quais possuem sinal abreviativo. Porém, após *Beatissimo* há o substantivo *Padre*, termos os quais o autor apresenta sem fronteira, o que pode ter influenciado sua opção por não utilizar o ponto abreviativo. Por sua vez, a abreviatura de *BeatissimoPadre* (*sic*) apresenta o adjetivo superlativo e o substantivo juntos, o que evidencia a possibilidade de ter sido problema tipográfico também, já que há duas outras abreviaturas que representam dois vocábulos, um sem fronteira (*V. Magde.* = *Vossa Magestade* (*sic*)) e outro com fronteira (*Ms. As.* = *Muitos Annos*) e, ainda sim, a primeira abreviatura de ambos possui ponto abreviativo. Quanto à abreviatura *Snr*, é provável que seja evidência da variação que existia naquele período, assim como evidenciado por Seixas (2018) ao tratar das abreviaturas de *Senhor* no século XVIII.

Foi possível inferir, também, a regra para o uso do caractere inicial. Como todas as abreviaturas possuem iniciais maiúsculas, infere-se que esta seja a norma para Meldola (1785).

Sobre a marcação do plural, não há regra explícita, mas é possível inferir pela abreviatura *Ms. As.* (*Muitos Annos*), o único exemplo fornecido, que o autor evidencia que o vocábulo está no plural mantendo o caractere -s após o caractere inicial.

2.2 A NORMA OITOCENTISTA

Outra obra que se destaca pela extensa abordagem do tema é a gramática de Souza (1804), pois nela há não somente uma, mas duas seções dedicadas ao emprego das abreviaturas. Na primeira seção, que é uma subseção do capítulo que trata da ortografia, o autor menciona que o uso deste recurso é antigo e, também, cita a sua função, atribuindo-a à pressa ou à falta de tempo. Em relação ao uso, o autor menciona que alguns tipos são mais utilizados do que outros para os principiantes as compreenderem, porém não evidencia quais. Quanto ao emprego da forma, o autor somente menciona que “elas se costumam escrever com parte das letras na regra, e parte no espaço superior” (SOUZA, 1804, p. 27). É possível inferir dessa descrição uma regra voltada à forma da abreviatura, pois indica que se deve abreviar por meio da omissão de algumas letras e por letra sobrescrita. Para ilustrar o tema, o autor apresenta a seguinte lista de abreviaturas:

Figura 9 - Lista de abreviaturas de Souza (1804)

28 GRAMATICA PORTUGUEZA PART. I.	
V. Mag. ^e - - - Vossa Magestade.	R. - - - Res.
V. Emin. ^a - Vossa Eminencia.	RR. - - - Reos.
V. Ex. ^a - - - Vossa Excelencia.	Ir. - - - Irmão.
V. Il. ^{ma} - - - Vossa Illustrissima.	Ord. - - - Ordenação.
V. S. ^a - - - Vossa Senhoria.	Tom. - - - Tomo.
V. R. ^{ma} - Vossa Reverendissima.	N. ^o - - - Numero.
S. Mag. ^e - - - Sua Magestade.	D. - - - Dom, Doma.
S. Emin. ^a - - Sua Eminencia.	DD. - - - Doutores.
S. Ex. ^a - - - Sua Excelencia.	Gov. ^{or} - - Governador.
S. Il. ^{ma} - - Sua Illustrissima.	Cap. ^{ão} - - Capitão.
S. S. ^a - - - Sua Senhoria.	S. - - - - Santo, Santa.
S. R. ^{ma} - - Sua Reverendissima.	S. ^{mo} - - - Santissimo.
Seren. ^{mo} - - Serenissimo.	SS.PP. - - Santos Padres.
Ex. ^{mo} - - - Excelentissimo.	Sap. ^{mo} - - Sapientissimo.
Il. ^{mo} - - - Illustrissimo.	Liv. - - - Livro.
R. ^{mo} - - - Reverendissimo.	Tit. - - - Titulo.
R. - - - - Reverencia.	M. ^{to} - - - Muito.
P. ^e - - - - Padre.	Am. ^o - - - Amigo.
M. ^e - - - - Mestre.	Qd. ^o - - - Quando.
Ab. ^e - - - - Abade.	Q. ^{to} - - - Quanto.
Snr. ^{or} - - - Senhor.	Pr. ^o - - - - Primo.
Snr. ^a - - - Senhora.	Pg. - - - - Pagou.
D. ^{or} - - - - Doutor.	Pag. - - - - Pagina.
A. - - - - Autor.	Fol. - - - - Folhas.
AA. - - - - Autores.	Prov. ^{or} - - Provedor.

Fonte: Souza (1804, p. 28)

No cômputo geral, foram 65 vocábulos abreviados e, apesar de o autor não evidenciar quais são as regras que direcionam o uso das abreviaturas, é possível depreendê-las.

Assim, no tocante à classe morfológica dos vocábulos abreviados, foram identificados pronome de tratamento (ex.: *V. Mag.^e = Vossa Magestade*), pronome indefinido (ex.: *Q.^{to}*) substantivo (ex.: *P.^e = Padre*), adjetivos no grau superlativo (ex.: *Ex.^{mo} = Excellentissimo*), advérbio (ex.: *M.^{to} = Muito*) e verbo (ex. *Pg. = Pagou*).

No que tange aos recursos abreviativos utilizados, é possível inferir que se abrevia por suspensão (*Ord. = Ordenação*), por sigla simples (*R. = Reverencia*), por sigla duplicada (*SS. PP. = Santos Padres*), por letra sobrescrita (*Am.^o = Amigo*) e por abreviatura mista (sigla simples e letra sobrescrita - *S. Emin.^a = Sua Eminencia*).

Sobre o emprego de sinal abreviativo, todas as abreviaturas apresentam ponto abreviativo posterior à última letra no regramento. A única abreviatura que difere nesse sentido é a de *Provedor* (*Prov.^{or.}*), que o apresenta duas vezes: após a contração e após as letras sobrescritas. Notamos que esta foi a única abreviatura em que o autor utiliza dois pontos abreviativos, antes e depois das letras sobrescritas. Outra observação é a de que todas as abreviaturas iniciam-se com letra maiúscula.

A partir dos exemplos dados em sua forma singular e plural, como *A.* (*Autor*) e *AA.* (*Autores*); *R.* (*Reo*) e *RR.* (*Reos*); *SS. PP.* (*Santos Padres*), foi possível inferir a regra para a formação de abreviatura no plural, feita com a inicial maiúscula duplicada e o ponto abreviativo posterior à segunda letra. Porém, notamos que a forma *D.* é atribuída aos pronomes *Dom* ou *Dona* e a forma *DD.* é a representação de *Doutores*, e não o plural de *Dom* ou *Dona*, se fosse aplicada a regra da duplicação. Como *Dom* é um título eclesiástico e *Dona* é um pronome de tratamento à época, ambos não tinham plural, então a inexistência da forma *DD.* para ambos se justifica. Por sua vez, *Dona* pode ter plural se for substantivo, então é provável que essa classe gramatical permita a duplicação, assim como ocorreu com *DD.*, plural do substantivo *Doutores*; conseqüentemente, a sua forma no singular *Doutor* também devia ser abreviada com *D.*. Tal fato é, então, um indício da variação das formas, haja vista a possibilidade de a mesma abreviatura ser utilizada para vocábulos diferentes: *D.* pode ser a representação de *Doutor* ou de *Dona* (substantivo) e *DD.* pode ser para *Doutores* e para *Donas* (substantivo).

Um fato curioso sobre a representação de vocábulos no plural é o de que a abreviatura de *Folhas* é *Fol.*, isto é, o autor não apresenta nessa abreviatura nenhum caractere que faça a distinção entre singular e plural. Se fôssemos aplicar a regra inferida, e considerando que *Folhas* é um substantivo, a sua forma abreviada deveria ser *FF.*, que marca número explicitamente em sua estrutura. Então isso também pode se tratar de indício de caso de variação. Porém, notamos que a ausência de marcação de número ocorre em abreviatura de vocábulo que não se emprega para se referir a pessoas, ao contrário dos exemplos dados no parágrafo acima. Portanto, é possível que, para o autor, o redobro fosse somente aplicado nesses casos.

Além disso, os pronomes de tratamento são abreviados por sigla simples em todos os vocábulos que os formam (*V. E.* = *Vossa Excellencia*) e por sigla simples e letra sobrescrita (*V. Ex.^a* = *Vossa Excellencia*); as exceções são *Snr.^{or}* e *Snr.^a*, abreviados por contração e por letra sobrescrita, os quais se prestam à marcação do gênero. Esta é, então,

uma regra que demanda conhecimento especializado, pois requer o conhecimento de flexão de gênero.

O autor evidencia, também, as abreviaturas *D.s gd.e a V. S.^a m.~ a.~*¹⁶ da expressão *Deos guarde a Vossa Senhoria muitos anos* utilizada para despedida nas cartas. É nessa expressão que ocorre o único emprego de iniciais minúsculas (em *gd.e, m.~ e a.~*). É possível observar, então, que a inicial minúscula ocorre somente em uma expressão feita. Observamos, também, que o til é utilizado para evidenciar a supressão de caracteres, tal como proposto por Feyjo (1734).

Em seguida, o autor também menciona o uso de abreviaturas por sinal especial: *IHS* (Jesus) e *XPõ* (*Christo*), sobre as quais menciona terem origem grega, e *Lx.^a* (*Lisboa*). Porém Souza (1804), diferentemente de Feyjo (1734), não explicita como se deu a composição dos seus caracteres.

Souza (1804) também trata do uso do *til* em uma seção somente a isso dedicada e menciona, inicialmente, que os antigos o usaram muito, porém, estava caindo em desuso para indicar a omissão de letras, tais como em *Mĩa* (*Mizericordia*), *Bpõ* (*Bispo*), *Ap̃lo* (*Apostolo*) e *Tp̃o* (*Tempo*). Vemos, nos exemplos, que há usos distintos para o *til*: em *Tp̃o* marca a supressão de som nasal composto por duas letras, mais especificamente, de vogal e da consoante *m* – uso o qual se difere do que fora prescrito por Feyjo (1734) devido à quantidade de caracteres suprimidos no interior de vocábulo, pois este autor o empregava somente para a omissão de um caractere; em *Mĩa* (*Mizericordia*), *Ap̃lo* (*Apostolo*) e *Bpõ* (*Bispo*), o emprego também é inovador, pois, além de representar a supressão de mais de uma letra no interior do vocábulo, não suprime som nasal. Outra hipótese a se cogitar é se esse til não seria originalmente um apóstrofo cuja função é, de fato, marcar a omissão de letras independentemente de tais letras representarem ou não sons nasais.

O autor ainda comenta que os usos mais frequentes, naquele momento, eram para suprir a letra *m* nos ditongos de segunda espécie, isto é, dígrafos nasais em que o som nasal não é consoante, e sobre a letra *q* para indicar a abreviatura do vocábulo *que* (*q̃*), a qual possui o mesmo sinal abreviativo prescrito por Feyjo (1734) e distinto de Bluteau (1728) (*q'*) e de Meldola (1785) (*Q-*). Destaca-se o fato de a observação sobre o desuso ser de cunho funcional, a qual não havia sido feita pelos gramáticos até então analisados.

¹⁶ Utilizamos o til como símbolo posterior ao *m*. e ao *a.*, pois é o que mais se aproxima ao da abreviatura na obra: *D.s gd.e a V. S.^a m.~ a.~*

Mais especificamente, Souza (1804) assim trata do uso do til em ditongos:

nos diptongos da segunda espece he indispensavel o uso do til, para suprir a letra m, que se une na pronuncia á primeira vogal, pois escrevendo-se poderia pronunciar-se como consoante ferindo a vogal seguinte, sendo que ela nestes diptongos deve considerar-se como constituindo huma vós com a vogal que lhe precede, e de nenhuma sorte como consoante; e assim *ãi, ão, õe, ~ua, ~ui*, he o mesmo que *Am-i, Am-o, Om-e, Um-a Um-i* [...]. D'aqui se segue que o til deve sempre pôr-se sobre a primeira vogal de cada diptongo, e que he erro pô-lo sobre a segunda como vulgarmente se costuma (SOUZA, 1804, p. 250).

Ao fazer essa afirmação, o autor deixa claro o posicionamento correto do til com função de representar o som nasal do *m* juntamente com a pronúncia da primeira vogal do ditongo decrescente e que, assim, não seja confundido com a supressão do *m* como consoante em posição anterior à segunda vogal. Essa prescrição sobre a posição do til diverge da de Feyjo (1734), visto que este autor sugere alocar acima do *o*.

Por fim, o autor salienta, em nota, que se deve ter atenção quanto ao uso das abreviaturas, para que não causem dúvida ou dificuldade de leitura. Para tanto, adverte que não se deve utilizar na abreviatura letra que a palavra não possua e que se deve escrever a quantidade necessária de letras para manifestar a palavra de modo que não se confunda a sua forma abreviada com a de outra palavra. Além disso, considera inadequado, em cartas, abreviar o nome ou o sobrenome dos destinatários, sem explicar, porém, o motivo para tal julgamento.

Na obra *Memorias de Litteratura Portugueza*, publicada em 1793 pela Academia Real das Sciencias¹⁷, o emprego das abreviaturas é tratado somente no que diz respeito à forma com que os verbos eram empregados, quais sejam, a simples e a composta, como em *amarei* e *hei de amar*, respectivamente, sendo a única fonte que aborda o tema sob esse ponto de vista. Nesta obra, é considerada como abreviatura somente a forma composta, sendo a forma simples uma anástrofe da composta, conforme verificado na figura 10 a seguir:

¹⁷ Não foi identificada a autoria.

Figura 10 - Abreviaturas na obra da Academia Real das Sciencias (1842)

propriedades. Assim também o futuro da voz activa na Lingoa Latina he simples, *amabo*; já na Lingoa Portugueza faõ compostos *amarei*, e *hei de amar*: e temos outro erro dos nossos Grammaticos, que tomavaõ o primeiro como futuro simples, naõ advertindo, que na realidade he o mesmo que o segundo por abreviatura, feita mudança por anastrofe, como se vê neste Paradigma:

<i>Abreviatura</i>	<i>Extenso</i>
Amar - hei	Hei - de - amar
Amar - has	Has - de - amar
Amar - ha	Ha - de - amar
Amar - hemos	Havemos - de - amar
Amar - heis	Haveis - de - amar
Amar - haõ	Haõ - de - amar

Fonte: Academia Real das Sciencias (1842, p. 341).

Além disso, menciona-se que o uso da abreviatura era condenado pelos gramáticos e visto como um barbarismo; observamos, portanto, que apesar de as outras obras apresentarem prescrições para o uso isentas de estigma, esse manual apresenta uma crítica em relação ao posicionamento dos gramáticos que as adotavam, justamente pela forma enxuta se constituir por “palavras truncadas, ou meias palavras” (*op. cit.*, p. 341). Ainda assim, a obra não deixa de considerar o uso e ressalta que era corrente entre os famosos escritores da época.

Cumprido destacar que, apesar de o autor utilizar o termo abreviatura, o sentido por ele apresentado não é o mesmo visto em todas as outras obras, já que aqui se refere à forma com que determinados verbos eram empregados. Naquele período, a forma de futuro estava ainda em processo de gramaticalização e o *hei* estava no *continuum* de clítico a afixo e pode ser esse processo de mudança que provocou a reação negativa em relação ao uso¹⁸.

Tratando especificamente dos pronomes, a obra de Albuquerque (1854) também evidencia a existência de uma norma, uma vez que menciona o emprego da forma quando se trata de formas de tratamento, pronomes ou adjetivos no grau superlativo, embora o autor mencione a inexistência de uma regularidade na norma de uso. Recomenda, também, clareza em relação à abreviatura e à palavra que se quer representar, conforme se percebe em suas palavras:

¹⁸ Prof.^a Dr.^a Sueli Maria Coelho (UFMG), em comunicação pessoal.

Usa-se de algumas abreviaturas para as quaes não há regras seguras, por isso deve-se nestes casos proceder de modo que as letras escriptas dêem a conhecer facilmente as palavras que queremos representar, como: SS^{mo} Santissimo, Ex.^{mo} Excellentissimo, III^{mo} Illustrissimo, R.^{mo} Reverendissimo, Sr. Senhor, Sr^a Senhora [...] (ALBUQUERQUE, 1854, p. 113).

Apesar da advertência de Albuquerque (1854) em relação à heterogeneidade das formas e à ausência de sistematização, podemos identificar semelhança no emprego do caractere inicial maiúsculo em formas de tratamento, o que está em consonância com os demais autores já consultados. Observamos, também, o uso de ponto abreviativo em posição anterior às letras sobrescritas, com exceção de SS^{mo} (*Santissimo*) e de Sr^a (*Senhora*), bem como a ausência de letras sobrescritas somente em Sr. (*Senhor*). Além disso, a abreviatura SS^{mo} (*Santissimo*) apresenta outra particularidade: diferentemente dos outros exemplos, é a única que possui as duas iniciais maiúsculas, as quais, conforme Acioli (1994) e Costa (2007), podem representar, além de vocábulos que estão no plural (ex. P.P. = *Padres*), aqueles que estão no grau superlativo.

Outro autor que faz uma breve menção ao tema é João Ribeiro (1860), em sua *Grammatica Portuguesa*. Nela, restringe o seu comentário ao uso do til como recurso para indicar a nasalidade, já que pode ser substituído pelas letras *m* ou *n*, como nos exemplos *irmão* e *irman*. Completa, ainda, que é somente empregado no português para indicar a nasalidade das letras *a* e *o* nas abreviaturas e nas terminações dos vocábulos. É importante ressaltar que, apesar de essas normas aproximarem-se das que foram expostas por alguns autores (FEYJO, 1734; SOUZA, 1804), distanciam-se quando afirmam que a indicação de nasalidade é a única possibilidade do uso do til na abreviatura, haja vista as demais atribuições dadas a este sinal e já apresentadas por nós.

Joaquim Macedo (1862) também apresenta uma lista de abreviaturas, quase todas com iniciais minúsculas e quase todas feitas por suspensão, norma a qual é contrária a todas as apresentadas pelos demais autores. E como essa diferença de forma está em uma gramática, ela pode contribuir para a variação. Diferem os seguintes exemplos: dois com iniciais maiúsculas (*Orthoép.* = *Orthoépia* e *Orthograph.* = *Orthographia*), um com letra sobrescrita (*n.^o* = *numero*) e outro com sigla simples (*m. q.* = *por mais que*), conforme pode ser observado na figura 11 abaixo:

Figura 11 - Lista de abreviaturas de Macedo (1862)

m. q.	por mais que.
mascul.	» masculino.
n.º	» numero.
object.	» objectivo.
Orthoép.	» Orthoépia.
Orthograp.	» Orthographia.
part.	» participio.
pass.	» passivo, a.
penult.	» penultima.
perf.	» perfeito.
pess.	» pessoa.
plur.	» plural.
prep.	» preposição.
pres.	» presente.
pret.	» preterito.
pron.	» pronome.
restrict.	» restrictivo.
sing.	» singular.
subj.	» subjunctivo.
subst.	» substantivo.
termin.	» terminação.
terminat.	» terminativo

Fonte: Macedo (1862, p. 111).

Outra singularidade é que muitas abreviaturas que Macedo (1862) apresenta são metalinguísticas, visto que se prestam a marcar classes ou categorias gramaticais.

Observamos, ainda, que o único sinal abreviativo utilizado é o ponto e que todas as abreviaturas o possuem.

É possível inferir que, das abreviaturas feitas por supressão, mantém-se, no mínimo, as quatro primeiras letras do vocábulo seguido por ponto abreviativo. Em alguns casos, notamos que a abreviatura é quase tão extensa quanto o vocábulo abreviado e que, nelas, omitem-se as três últimas letras: *object.* (*objectivo*), *Ortograph.* (*Ortographia*), *restrict.* (*restrictivo*), *terminat.* (*terminativo*) e *penult.* (*penultima*). Tal fato nos leva a questionar, então, as funções apresentadas por Feyjo (1734) e por Souza (1804), quais sejam, a de economia de tempo e de espaço, e a considerar a tese de Stiennon (1973), para quem esse recurso poderia também ser menos econômico, visto que algumas abreviaturas ocupavam o mesmo ou mais espaço do que o vocábulo que representavam.

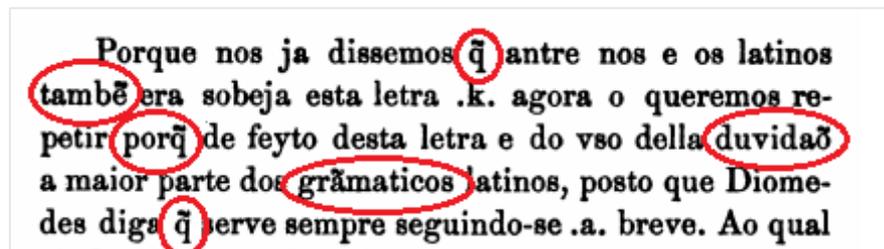
Por fim, ao tratar da pronúncia e do emprego do *u* em algumas palavras, o autor, apesar de não fazer menção à abreviatura, apresenta o *q.* como a abreviatura de *que*.

A gramática de Fernão d'Oliveira (1871 [1536])¹⁹, é sucinta quanto ao tratamento das abreviaturas e tece comentários especificamente sobre o uso do til como sinal abreviativo.

O autor menciona, inicialmente, que é farta a quantidade de abreviaturas, porém, contrariando o posicionamento neutro ou positivo dos outros gramáticos da época em relação ao seu emprego, expõe um julgamento negativo, já que as considera escusadas e possuidoras, na maioria das ocorrências, do til.

D'Oliveira (1871 [1536]) considera, também, que o til é característico da Língua Portuguesa e que tem outras funções, além de ser um recurso abreviativo. Além disso, não apresenta exemplos, o que é, porém, minimizado pelo fato de o autor utilizar em seu texto as abreviaturas *q̃*, assim como prescrito por Feyjo (1734) e por Souza (1804), e *porq̃*, como pode ser visto na figura 12 a seguir:

Figura 12 - Uso do til na obra de d'Oliveira (1871 [1536])



Fonte: d'Oliveira (1871 [1536], p. 33).

Podemos observar, também, a ocorrência de outras palavras com o til: *tambẽ*, *duvidaõ* e *grãmaticos*. Tal fato nos possibilita inferir que, além de ser um sinal abreviativo utilizado para suprir o *u* e o *e* das palavras *que* e *porque*, outras funções são a de indicar a supressão do *m* ao final da palavra (*tambẽ*), a duplicação do *m* ou do *n* (*grãmaticos*) no interior da palavra e a *nasalidade das vogais a e o* (*duvidaõ*), regras as quais também foram prescritas por Feyjo (1734).

O tratamento em relação ao emprego das abreviaturas é um pouco mais detalhado na obra de Braga (1876). Em uma seção dedicada ao uso dos sinais ortográficos, o autor os define como “notação destinada a indicar variações do som de uma mesma vogal, a sua nasalização, a sua não diphtongação, a sua elisão ou syncopa, ou a decomposição das

¹⁹ Apesar de a 1ª edição da obra ter sido publicada no século XVI, optamos por incluí-la, visto que a edição utilizada (2ª) insere-se no período investigado e que possui atualizações.

syllabas de uma palavra” (p. 16), apresentando o til como um desses sinais e como recurso de abreviatura.

Braga (1876) atribui ao til, ou *n* abreviado, conforme denomina, a característica de ser uma abreviatura puramente portuguesa, e, segundo o autor, apesar de ter sido largamente utilizado na imprensa dos séculos XV e XVI, caiu em desuso para indicar supressão de letras, como o **p**²⁰ (*p* riscado) por *pr*, *q̃* por *que* e o *ñ* por *nn* e *nh*. Uma importante observação a ser feita sobre o desuso do til é a de que converge com o julgamento de Souza (1804) e é oposta ao de Feyjo (1734) e de d’Oliveira (1871 [1536]).

Outro aspecto verificado é o de que o autor atribui duas funções ao sinal:

[...] empregado para dar ás vogaes que antecedem o *m* e o *n* um som nasal, substituindo essas consoantes; ex.: *pam* = *pão*; *occasiam* = *ocasião*; *coraçõens* por *coraçoes* (ant.). Também se emprega para evitar a amphibologia da terceira pessoa do plural do indicativo dos verbos; ex.: *louvaram*, *louvarão*; *entenderam*, *entenderão*; *ouviram*, *ouvirão* (BRAGA, 1876, p. 16).

O emprego do til para indicar a nasalidade da vogal anterior e substituir o *m* e o *n* em posição final de palavra é compatível com o que foi prescrito por Feyjo (1734), por Souza (1804) e por Ribeiro (1860). Porém, Braga (1876) vai além desses autores pelo fato de mencionar a atribuição do som nasal à vogal anterior. Outro aspecto de destaque desta obra é que é a única que apresenta o uso do til para evitar a ambiguidade dos tempos verbais pretérito perfeito e futuro do presente, do modo indicativo, conjugados na 3ª pessoa do plural. Essa é uma regra mais sofisticada, visto a necessidade de o escrevente saber que marca tempo verbal e, assim como a marcação do gênero e do plural, pode ser empregada para distinguir a escolarização do escriba.

Posteriormente, em nota, menciona que “também se faz do *til* um terceiro accento, chamado nasal: *ã* = *am* ou *an* *õ* = *om* ou *on*” (BRAGA, 1876, p. 16), função a qual é uma singularidade desta gramática. Mediante tais afirmações, verificamos uma dualidade em relação à nomenclatura que o autor atribui ao til, já que o considera tanto uma abreviatura quanto um acento, o que pode ser considerado, portanto, como um preciosismo descritivo.

Mais uma singularidade é a de que o autor também alude a uma explicação histórica analógica para a nasalização da vogal decorrente da sobreposição do til no

²⁰ O caractere apresentado na obra, apesar de o autor indicar que possui um til, contém um *risco*:  (BRAGA, 1876, p. 16).

português: “O castelhano conservava como suffixos latinos anos (*paganos*), anes (*gavilanes*) e ones (*perdones*) [...] sabendo-se que o til [...] é um n abreviado sobre a vogal que nasaliza, os tres suffixos latinos do plural anos, anes e ones, ficam naturalmente ãos, ães e ões.” (BRAGA, 1876, p. 29).

A obra de Caldas Aulete (1864) é bem sintética no tratamento das abreviaturas, já que não dá exemplos e menciona somente o uso do ponto abreviativo, chamado pelo autor de ponto final, após as letras de uma palavra em breve. Também ressalta que este sinal não impede que se acrescente posteriormente a pontuação na sentença.

Ribeiro (1890) inicia o tratamento dos contextos de uso das abreviaturas ao mencionar que, apesar de denotarem o uso contemporâneo desse recurso linguístico, as associa também ao estilo epistolar como um legado dos manuscritos de outrora. Reforça, ainda, que seu uso no período estava sendo abolido por força de regras de polidez e de cortesia, tornando-as restritas aos manuscritos familiares, com exceção de algumas expressões utilizadas na linguagem oficial e comercial, nos calendários, nas fórmulas médicas, matemáticas e químicas. Isso porque, conforme argumenta o autor, seu conhecimento só é adquirido pela leitura e pelo uso constantes, já que não há nelas uma regularidade:

em algumas só se representam as iniciaes de que se compõem os vocabulos; noutras, dois ou mais elementos graphics servem para as representar; noutras, em summa, elementos que não figuram em sua orthografia por extenso. Para que, entretanto, seja razoavel uma abreviatura, forçoso é seja notada com todas as letras rigorosamente indispensáveis para evitar toda a equivocação, e facilitar o conhecimento e interpretação de seu valor significativo (RIBEIRO, 1890, p. 58).

Quanto ao emprego de outros caracteres que não as letras para representar as abreviaturas, foi identificada a presença de numerais para abreviar os meses do ano. Conforme o autor, são os já aludidos “elementos que não figuram em sua orthografia por extenso” (RIBEIRO, 1890, p. 58), prescrição também vista em Feyjo (1734) e em Souza (1804), ou então são casos de sinais especiais, como *JHS*, por exemplo. No primeiro caso, existe uma representação icônica, já que o numeral integrante da abreviatura não corresponde efetivamente ao mês do ano que ele abrevia: *7br.º* (*Setembro*), *9br.º* (*Novembro*), *10br.º* (*Dezembro*). No caso específico do mês de dezembro, o autor registra a possibilidade de também representar o numeral por algarismo romano: *Xbr.º* (*Dezembro*).

Cumprе ressaltar que Ribeiro (1890) menciona a necessidade de se usar o número suficiente de letras. Porém, como tal número é subjetivo, visto que o autor não determina a quantidade suficiente de caracteres na abreviatura, isso pode levar à variação nas formas. O único autor que menciona exatamente quantas letras são necessárias para compor uma abreviatura é Feyjo (1734), quais sejam, duas: a primeira e a última letras. Isso, contudo, não assegura a recomendada legibilidade.

Além disso, assim como Meldola (1785) e Souza (1804), o autor apresenta uma lista das abreviaturas ou breves mais comumente empregadas, conforme exposto a seguir:

Figura 13 - Lista de abreviaturas de Ribeiro (1890)

Breves	Valor significativo	Breves	Valor significativo
Ag. ^{to}	Agosto	D. ^o	Deve
Alf. ^{es}	Alferes	D. ^o D. ^a	Dito, Dita
Am. ^o A. ^o	Amigo	Dig. ^{mo}	Dignissimo
Albuq. ^c	Albuquerque	D. ^s	Deus
Ant. ^o	Antonio	D. ^r D. ^{or}	Doutor
Att. ^o	Attento	E. R. M. ^{co}	Espera receber mercê
Aug. ^{to}	Augusto	Ex. ^{ma}	Excellentissima
a fl. 4	a folhas 4	Ex. ^{mo}	Excellentissimo
a fl. 3 v.	a folhas 3 verso	Frz.	Fernandes
Bap. ^{ta}	Baptista	F. ^o	Filho
Bernd. ^o	Bernardo	Fr.	Frei
B. ^{to}	Bento	Fr. ^a	Ferreira
Cap.	Capitulo	Fr. ^{co}	Francisco
Cap. ^m	Capitão	Fon. ^{ca}	Fonseca
Comp. ^a	Companhia	H. ^{er}	Haver
Comp. ^e	Compadre	Gen. ^{el} Gen. ^{al}	General
Cons. ^o Cons. ^{ro}	Conselheiro	Glz.	Gonçalves
Cor. ^{el}	Coronel	G. ^c	Guarda
C/v	Conta de venda	Ig. ^{cio}	Ignacio
C/c	Conta corrente	Ill. ^{mo}	Illustrissimo
Com. ^{são}	Commissão	Ill. ^{ma}	Illustrissima
C. ^{ta}	Costa	J. ^e	José
D.	Dona	Joaq. ^m	Joaquim
D. D.	Donas		
Jan. ^{ro} Jan. ^o	Janeiro	S. E. O.	Salvo erro ou omissão
I. H. S.	Jesus hominum salvator	S. P.	Serviço Publico
L. ^b	Libra	Snr. Sr.	Senhor
Lx. ^a	Lisbóa	S/c	Sua conta
M. D.	Muito digno	S. c. o	Sua conta e ordem
M. ^l M. ^{el}	Manoel		

M. ^{co}	Março	Snr. ^a Sr. ^a	Senhora
M. ^o	Maio	S. S.	Sua Senhoria
M. ^e	Mestre	Sz. ^a	Souza
M. ^a	Minha	S. ^{tos}	Santos
Mr. ^a	Maria	Supp. ^e	Supplicante
M. ^s	Mais	S. R.	Sua residencia
M. ^{to}	Muito	S. M.	Sua Magestade
M. ^{tas}	Muitas	S. M. F.	Sua Magestade
M̃z.	Martins		Fidelissima
Muit. ^{mo}	Muitissimo	S. A. S.	Sua Alteza Sere-
Miz. ^a	Misericordia		nissima
Min. ^s	Minutos	S. M. I.	Sua Magestade
N. S.	Nossa Senhora		Imperial
N. B.	Note bem	T. ^e	Tenente
O. D. C.	Offerece, dedica e consagra	V. O. T.	Veneravel Or-
P. ^e M. ^e	Padre mestre	V. ^{or} Vn. ^{or}	Venerador
P. E. F.	Por especial fa- vor	V. g.	Verbi gratia
		V. A.	Vossa Alteza
Per. ^a	Pereira	V. A. R.	Vossa Alteza
P. S.	Post-scriptum		Real
Q. ^{do}	Quando	V. Ex. ^a	Vossa Excellen-
Q. ^{to}	Quanto		cia
Q̃.	Que	V. M.	Vossa Magesta-
Qm.	Quem		de
R. ^e Re. ^{ce}	Recebi	V.S.	Vossa Senhoria
Rev. ^{mo}	Reverendissimo	Vm. ^{ce}	Vossa Mercê ou
R. ^s	Réis		Vosmecê
%	Por cento	7br. ^o ,8br. ^o ,9br. ^o , Setembro, Outu-	
Rv. ^{do}	Reverendo	10br. ^o ou Xbr. ^o	bro, Novembro,
Rõz.	Rodrigues		Dezembro.
S/c	Sua casa		

Fonte: Ribeiro (1890, p. 84-85).

A lista de Ribeiro (1890) é a que apresenta mais vocábulos abreviados (161) e, também, a que possui maior variedade de classes morfológicas abreviadas: substantivos (comum e próprios), adjetivos (comum e no grau superlativo), verbos, advérbios e pronomes (de tratamento, possessivo e relativo). Destacamos o fato de que, até então, nenhum outro autor havia listado exemplos de adjetivo que não fosse no grau superlativo e de pronome possessivo.

Quanto à tipologia empregada, encontramos oito: suspensão, contração, sigla simples, sigla reduplicada, letra sobrescrita, mista, sinal especial e numérica. É, portanto, o autor que mais tipos emprega, não apresentando somente nota tironiana.

No que se refere aos caracteres iniciais, inferimos que a regra adotada por Ribeiro (1890) é o emprego de letras maiúsculas, já que tal padrão verifica-se em todos os exemplos. Os caracteres iniciais minúsculos também são utilizados, porém unicamente em expressões de contexto monetário e nos quais as abreviaturas representam mais de um vocábulo, ocorrendo somente naqueles posteriores ao inicial.

Ao tratar de abreviatura de sobrenome terminado em *s*, para não haver confusão com a desinência de número *-s*, Ribeiro (1890) apresenta o som final sibilante representado pela letra *z*. Ainda observamos que, assim como prescrito por Feyjo (1734), o autor utiliza o til como sinal abreviativo para esses nomes. Por sua vez, a divergência notada entre estes autores é que os sobrenomes abreviados por Feyjo (1734) terminam com *z* (*Glz* = *Gonçalvez*; *Frz* = *Fernandez*²¹) e os que são abreviados por Ribeiro (1890) terminam com *s* (*Glž.* = *Gonçalves*; *Miž.* = *Martins*), assim como Bluteau (1728) exemplificou.

Sobre a marca de plural, o autor não explicita nenhuma regra. Como identificamos abreviatura de palavra no plural (*R.^s* = *Réis*), vemos que o autor apenas mantém a desinência de número sobrescrita.

Observamos, ainda, que Ribeiro (1890) apresenta a abreviatura por sinal especial *I.H.S.* (*Jesus Hominum Salvator*), assim como feito por Feyjo (1734), porém com significado distinto deste, uma vez que considera *Jesus* como o seu vocábulo original.

Por fim, o gramático recomenda o uso do ponto abreviativo após as iniciais ou algumas letras do vocábulo no regramento ou sobrescritas, sem evidenciar, porém, a quantidade de letras que devem ser suprimidas, e ilustra com os seguintes exemplos: *V.g.* (*Verbi gratia*); *V. S.^a* (*Vossa Senhoria*); *Ill.^{mo}* (*Illustrissimo*) e *Ex.^{cia}* (*Excellencia*).

Diferentemente de todos os outros autores consultados, Ribeiro (1890) é o único que apresenta como sinal abreviativo, além do ponto, a barra (*C/v* = *conta de venda*; *C/c* = *conta corrente*; *S/c* = *sua conta*; *S/c.o* = *Sua conta e ordem*). Como pode ser observado, todas essas abreviaturas que possuem a barra como sinal abreviativo estão relacionados ao contexto monetário.

²¹ Conforme mencionado anteriormente (cf. p. 37), Feyjo (1734) prescreve o uso do til para abreviar sobrenomes que terminam com *-ez*, porém seus exemplos não o possuem.

Sobre a abreviatura da expressão latina *Verbi gratia*, exposta pelo referido autor como *V. g.*, é necessário destacar que ela também aparece na lista de Meldola (1785), porém com iniciais maiúsculas (*V. G.*). Tal fato pode ser indício de variação, já que ocorrem em ambas as gramáticas.

Por fim, a última obra na qual se encontrou menção às abreviaturas é a de Dias (1894), que é sucinto no tratamento do tema, pois somente cita o ponto de abreviatura como um dos sinais ortográficos da Língua Portuguesa.

2.3 AS LISTAS DE ABREVIATURAS

Conforme evidenciado anteriormente, o tratamento das regras de emprego das abreviaturas deu-se, em muitos aspectos, de forma heterogênea nas obras. Em função disso, nesta seção, serão cotejadas as listas de abreviaturas encontradas nas obras de Meldola (1785), de Souza (1804) e de Ribeiro (1890), a fim de que sejam identificados e sistematizados os pontos convergentes e divergentes entre esses autores. Além disso, tal sistematização, bem como o que foi encontrado nas demais obras, foi usada como fonte de dados para inferir uma regra a partir da regularidade do uso nas obras. Isso se deu porque é importante comparar a regularidade, a fim de que se ateste a regra. Essa análise comparativa foi essencial, pois nos ajudou a determinar quais regras de abreviaturas tinham emprego categórico ou não – e isso foi determinante, uma vez que as formas não categóricas não podiam ser utilizadas para os propósitos desse estudo (cf. Capítulo 3 – Fundamentos teórico-metodológicos).

No total, dos 273 vocábulos, foram listadas 216 abreviaturas. Devemos considerar que a desigualdade nas ocorrências desses dados se dá em virtude de muitas abreviaturas serem formadas por expressões de dois vocábulos ou mais e, também, da variação das formas, em que alguns vocábulos/expressões possuem mais de uma abreviatura ou porque algumas abreviaturas representam mais de um vocábulo/expressão.

Quanto à quantidade de abreviaturas apresentada pelos autores consultados, quem apresentou o maior número foi Ribeiro (1890), com 125 ocorrências, seguido por Souza (1804), com 50 ocorrências e, por último, Meldola (1785), com 41 ocorrências. Notamos, então, que, quanto mais recente é o ano da publicação, maior é a quantidade de abreviaturas apresentadas, o que indica que a lista foi sendo ampliada e, conseqüentemente, o uso mais normatizado. E a quantidade de vocábulos por autor seguiu

a mesma ordem: Ribeiro (1890) teve 161 ocorrências, Souza (1804) teve 65 ocorrências e Meldola (1785) teve 47 ocorrências.

Retomando a questão da variação, um aspecto observado nas listas é que um vocábulo pode ser abreviado de formas distintas. Essa variação ocorreu com os seguintes itens²²:

²² Ressaltamos que, como consideramos como violação apenas tipo que não foi validado por nenhum autor (cf. Capítulo 3 – Fundamentos teórico-metodológicos), a despeito da variação, esses itens foram mantidos.

Quadro 2 - Vocábulo que apresentam variação na forma abreviada

Vocábulo		Autores	Meldola (M) (1785)	Souza (S) (1804)	Ribeiro (R) (1890)
1	<i>Amigo</i>		-	<i>Am.^o</i>	<i>Am.^o / A.^o</i>
2	<i>Antonio</i>		<i>Anto.</i>	-	<i>Ant.^o</i>
3	<i>Capitam/Capitão</i>		<i>Capm.</i>	<i>Cap.^{ão}</i>	<i>Cap.^{m 23}</i>
4	<i>Companhia</i>		<i>Compa.</i>	-	<i>Comp.^a</i>
5	<i>Conselheiro</i>		-	-	<i>Cons.^o / Cons.^{ro}</i>
6	<i>Deus</i>		<i>Ds.</i>	<i>D.^s</i>	-
7	<i>Dezembro</i>		-	-	<i>10br.^o / Xbr.^o</i>
8	<i>Doutor</i>		<i>Dr. / Dor.</i>	<i>D.^{or}</i>	<i>D.^r / D.^{or}</i>
9	<i>Excellencia</i>		<i>E.</i>	<i>Ex.^a</i>	<i>Ex.^a</i>
10	<i>Excellentissimo</i>		<i>Exmo.</i>	<i>Ex.^{mo}</i>	<i>Ex.^{mo}</i>
11	<i>Francisco</i>		<i>Franco.</i>	-	<i>Fr.^{co}</i>
12	<i>Ilustrissima (S)/ Ilustrissima (R)</i>		-	<i>Il.^{ma}</i>	<i>Ill.^{ma}</i>
13	<i>Ilustrissimo (S)/Ilustrissimo (R)</i>		-	<i>Il.^{mo}</i>	<i>Ill.^{mo}</i>
14	<i>Janeiro</i>		-	-	<i>Jan.^o / Jan.^{ro}</i>
15	<i>General</i>		<i>Genral.</i>	-	<i>Gen.^{el} / Gen.^{al}</i>
16	<i>Magestade</i>		<i>Magde.</i>	<i>Mag.^e</i>	<i>M.</i>
17	<i>Manoel</i>		-	-	<i>M.^l / M.^{el}</i>
18	<i>Mestre</i>		<i>Me.</i>	<i>M.^e</i>	<i>M.^e</i>
19	<i>Quando</i>		<i>Qdo.</i>	<i>Qd.^o</i>	<i>Q.^{do}</i>
20	<i>Quanto</i>		<i>Qto.</i>	<i>Q.^{to}</i>	<i>Q.^{to}</i>
21	<i>Que</i>		<i>Q-</i>	<i>Q̃.</i>	-
22	<i>Recebi</i>		-	-	<i>R.^e / Re.^{ce}</i>
23	<i>Reverendissimo</i>		<i>Rmo.</i>	<i>R.^{mo}</i>	<i>R.^{mo}</i>
24	<i>Senhor</i>		<i>Snr</i>	<i>Snr.^{or}</i>	<i>Snr. / Sr.</i>
25	<i>Senhora</i>		<i>Sra.</i>	<i>Snr.^a</i>	<i>Snr.^a / Sr.^a</i>
26	<i>Senhoria</i>		<i>S.</i>	<i>S.^a</i>	<i>S.</i>
27	<i>Supplicante</i>		<i>Suppte.</i>	-	<i>Supp.^e</i>
28	<i>Tenente</i>		<i>Tente.</i>	-	<i>T.^e</i>
29	<i>Venerador</i>		-	-	<i>V.^{or} / Vn.^{or}</i>
30	<i>Verbi Gratia/gratia</i>		<i>V. G.</i>	-	<i>V. g.</i>
31	<i>Vossa Mercê</i>		<i>UM./Umce.</i>	-	<i>Vm.^{ce}</i>

Fonte: Autoria própria.

²³ Note que a abreviatura *Cap.^m*, listada por Ribeiro (1890), possui terminação com caractere distinto do vocábulo que representa (*Capitão*), o que pode ter ocorrido devido à possibilidade de ser grafado também com *m*. Assim, a a variação ortográfica também se dava na abreviatura.

Do total de vocábulos abreviados (273), 31 (11,35%) deles são abreviados de forma distinta e essa variação se deu tanto no emprego feito por um mesmo autor quanto na comparação das formas empregadas pelos autores. E, de modo geral, a variação das formas se deu no que diz respeito aos seguintes aspectos:

- (i) à quantidade de letras
- (ii) ao emprego de letra sobrescrita ou a sua ausência;
- (iii) ao emprego de caractere inicial maiúsculo ou minúsculo;
- (iv) ao emprego de caractere distinto na mesma posição;
- (v) ao emprego distinto de sinal abreviativo;
- (vi) à posição do sinal abreviativo.

Analisando a variação individual por meio do quadro 2, o emprego de abreviaturas distintas de um mesmo vocábulo foi mais recorrente em Ribeiro (1890) (22 ocorrências) do que em Meldola (1785) (4 ocorrências). Souza (1804), por sua vez, não apresentou tal variação.

Iniciaremos nosso estudo comparativo desses autores cotejando a variação das formas apresentadas pelo mesmo autor. Assim, Meldola (1785) apresenta duas abreviaturas para *Doutor*: *Dr.* e *Dor.* Observamos que a alternância se dá somente na quantidade de letras, já que a segunda forma possui uma a mais, isto é, o *o* em posição medial. A similaridade ocorre quanto ao uso do ponto como abreviativo nas duas formas e, também, ao seu posicionamento.

O referido autor também apresenta duas formas abreviadas para o pronome de tratamento *Vossa Mercê*: *UM.* e *Umce.* O que nos chamou a atenção inicialmente foi o uso da letra *u* como caractere inicial, para grafar o som do /v/ do vocábulo *Vossa*, pois o referido autor opta pela letra *v* para grafar o mesmo som em todas as outras abreviaturas do mesmo vocábulo, como em *V. E.* (*Vossa Excellencia*), em *V. S.* (*Vossa Senhoria*), em *V. A.* (*Vossa Alteza*) e em *V. P.* (*Vossa Paternidade*). Como a variação entre *u* e *v* é influência latina, o autor quis, provavelmente, registrar as duas possibilidades, sendo uma mais arcaica e outra mais moderna. Além disso, outra discrepância se dá na quantidade de letras, já que a primeira forma possui somente duas e, a segunda, quatro. Uma similaridade diz respeito ao emprego do ponto abreviativo, pois, nas duas formas abreviadas, ele ocorre somente em posição posterior à última letra.

Comparando as formas abreviadas de *Vossa Mercê* entre os autores, também há variação, visto que Ribeiro (1890), diferentemente de Meldola (1804), apresenta *Vm.^{ce}*. As discrepâncias entre os autores se dão, portanto, quanto ao emprego de (i) caractere distinto na mesma posição – uso da letra *v*, e não da letra *u*, para grafar o som do /v/; (ii) letras sobrescritas, que só ocorrem na forma mais recente e (iii) ao posicionamento do ponto abreviativo, que em Ribeiro (1890) se dá em posição anterior às letras sobrescritas e, em Meldola (1804), após a última letra.

Ainda numa análise individual, as formas variantes na lista de Ribeiro (1890) distinguem-se quanto (i) à quantidade de letras, pois se acrescenta uma, a qual pode estar no regramento, como em *A.^o* e *Am.^o* (*Amigo*), *Sr.* e *Snr.* (*Senhor*), *Sr.^a* e *Snr.^a* (*Senhora*), *V.^{or}* e *Vn.^{or}* (*Venerador*); sobrescrita, como em: *Cons.^o* e *Cons.^{ro}* (*Conselheiro*), *D.^r* e *D.^{or}* (*Doutor*), *Jan.^o* e *Jan.^{ro}* (*Janeiro*), *M.^l* e *M.^{el}* (*Manoel*) e no regramento e sobrescrita, como em *R.^e* e *Re.^{ce}*²⁴; e (ii) ao emprego de caractere distinto na mesma posição, como visto em *Gen.^{el}* e *Gen.^{al}* (*General*) e em *10br.^o* e *Xbr.^o* (*Dezembro*).

Passando, agora, para a variação das formas de um mesmo vocábulo na comparação entre os autores, e retomando os aspectos listados anteriormente, as discrepâncias dizem respeito (i) à quantidade de letras; (ii) ao emprego ou ausência de letra sobrescrita; (iii) ao emprego de caractere inicial maiúsculo ou minúsculo; (iv) ao emprego de caractere distinto na mesma posição; (v) ao emprego distinto de sinal abreviativo e (vi) à posição do sinal abreviativo, aspectos que passamos a comentar.

(i) Quantidade de letras

O uso de número de letras distintos na abreviatura de um mesmo item foi recorrente e aconteceu em 13 palavras, conforme evidenciado no quadro comparativo a seguir:

²⁴ A abreviatura *Re.^{ce}* aqui contraria a orientação de Costa (2007) para letra sobrescrita, já que as letras que estão sobrescritas não são as últimas do vocábulo e é a única das listas que possui essa característica.

Quadro 3 - Variação das formas de um mesmo vocábulo entre os autores

Vocábulo		Autores		
		Meldola (M) (1785)	Souza (S) (1804)	Ribeiro (R) (1890)
1	<i>Amigo</i>	<i>Am.^o</i>	-	<i>Am.^o / A.^o</i>
2	<i>Capitam/Capitão</i>	<i>Capm.</i>	<i>Cap.^{ão}</i>	<i>Cap.^m</i>
3	<i>Doutor</i>	<i>Dr. / Dor.</i>	<i>D.^{or}</i>	<i>D.^r / D.^{or}</i>
4	<i>Excellencia</i>	<i>E.</i>	<i>Ex.^a</i>	<i>Ex.^a</i>
5	<i>Francisco</i>	<i>Franco.</i>	-	<i>Fr.^{co}</i>
6	<i>General</i>	<i>Genral.</i>	-	<i>Gen.^{el} / Gen.^{al}</i>
7	<i>Magestade</i>	<i>Magde.</i>	<i>Mag.^e</i>	<i>M.</i>
8	<i>Senhor</i>	<i>Snr</i>	<i>Snr.^{or}</i>	<i>Snr. / Sr.</i>
9	<i>Senhora</i>	<i>Sra.</i>	<i>Snr.^a</i>	<i>Snr.^a / Sr.^a</i>
10	<i>Sua</i>	<i>S.</i>	<i>S.^a</i>	<i>S.</i>
11	<i>Supplicante</i>	<i>Suppte.</i>	-	<i>Supp.^e</i>
12	<i>Tenente</i>	<i>Tente.</i>	-	<i>T.^e</i>
12	<i>Vossa Mercê</i>	<i>UM./Umce.</i>	-	<i>Vm.^{ce}</i>

Fonte: Autoria própria.

Observamos que há casos em que ocorreu diferença de (i) uma letra: *Am.^o* (Souza) e *A.^o* (Ribeiro); *Capm.* (Meldola), *Cap.^{ão}* (Souza) e *Cap.^m* (Ribeiro); *Dr. / Dor.* (Meldola), *D.^{or}* (Souza) e *D.^r / D.^{or}* (Ribeiro); *Sr* (Meldola), *Snr.* (Souza) e *Snr. / Sr.* (Ribeiro); *Sra.* (Meldola), *Snr.^a* (Souza) e *Snr.^a / Sr.^a* (Ribeiro); *S.* (Meldola), *S.^a* (Souza) e *S.* (Ribeiro); *Suppte.* (Meldola) e *Supp.^e* (Ribeiro); *Genral.* (Meldola) e *Gen.^{el} / Gen.^{al}* (Ribeiro); (ii) duas letras: *E.* (Meldola) e *Ex.^a* (Souza e Ribeiro); *Franco.* (Meldola) e *Fr.^{co}* (Ribeiro); *UM.* (Meldola) e *Vm.^{ce}* (Ribeiro); (iii) três letras: *Tente.* (Meldola) e *T.^e* (Ribeiro); *Magde.* (Meldola) e *Mag.^e* (Ribeiro); e de (iv) quatro letras: *Magde.* (Meldola) e *M.* (Ribeiro).

Observamos, também, que na abreviatura *Snr.^{or}* apresentada por Souza (1804) há um caractere a mais do que o vocábulo possui (o *r*), o que contraria a prescrição de Feyjo (1734) de utilizar somente as letras que nele ocorrem.

(ii) Emprego ou ausência de letra sobrescrita

Foram 20 ocorrências de abreviaturas de um mesmo item, os quais possuem ou não letra sobrescrita:

Quadro 4 - Emprego ou ausência de letra sobrescrita

Vocábulos		Autores	Meldola (M)	Souza (S)	Ribeiro (R)
			(1785)	(1804)	(1890)
1	<i>Antonio</i>		<i>Anto.</i>	-	<i>Ant.^o</i>
2	<i>Capitam/Capitão</i>		<i>Capm.</i>	<i>Cap.^{ão}</i>	<i>Cap.^m</i>
3	<i>Companhia</i>		<i>Compa.</i>	-	<i>Comp.^a</i>
4	<i>Deus</i>		<i>Ds.</i>	<i>D.^s</i>	-
5	<i>Doutor</i>		<i>Dr. / Dor.</i>	<i>D.^{or}</i>	<i>D.^r / D.^{or}</i>
6	<i>Excellencia</i>		<i>E.</i>	<i>Ex.^a</i>	<i>Ex.^a</i>
7	<i>Excellentissimo</i>		<i>Exmo.</i>	<i>Ex.^{mo}</i>	<i>Ex.^{mo}</i>
8	<i>Francisco</i>		<i>Franco.</i>	-	<i>Fr.^{co}</i>
9	<i>General</i>		<i>Genral.</i>	-	<i>Gen.^{el} / Gen.^{al}</i>
10	<i>Magestade</i>		<i>Magde.</i>	<i>Mag.^e</i>	<i>M.</i>
11	<i>Mestre</i>		<i>Me.</i>	<i>M.^e</i>	<i>M.^e</i>
12	<i>Quando</i>		<i>Qdo.</i>	<i>Qd.^o</i>	<i>Q.^{do}</i>
13	<i>Quanto</i>		<i>Qto.</i>	<i>Q.^{to}</i>	<i>Q.^{to}</i>
14	<i>Reverendissimo</i>		<i>Rmo.</i>	<i>R.^{mo}</i>	<i>R.^{mo}</i>
15	<i>Senhor</i>		<i>Snr</i>	<i>Snr.^{or}</i>	<i>Snr. / Sr.</i>
16	<i>Senhora</i>		<i>Sra.</i>	<i>Snr.^a</i>	<i>Snr.^a / Sr.^a</i>
17	<i>Sua</i>		<i>S.</i>	<i>S.^a</i>	<i>S.</i>
18	<i>Supplicante</i>		<i>Suppte.</i>	-	<i>Supp.^e</i>
19	<i>Tenente</i>		<i>Tente.</i>	-	<i>T.^e</i>
20	<i>Vossa Mercê</i>		<i>UM./Umce.</i>	-	<i>Vm.^{ce}</i>

Fonte: Autoria própria.

(iii) Emprego de caractere inicial maiúsculo ou minúsculo

Tal variação ocorreu somente nas abreviaturas do segundo vocábulo da expressão *verbi gratia*, as quais apresentam inicial maiúscula *V. G.*, em Meldola (1785), e inicial minúscula *V. g.*, em Ribeiro (1890).

(iv) Emprego de caractere distinto na mesma posição

Isso ocorreu nas seguintes abreviaturas do vocábulo *Capitão*: *Cap.^{ão}*, em Souza (1804), e *Cap.^m*, em Ribeiro (1890), nas quais se verifica a distinção nas letras sobrescritas que expressam a nasalidade na última sílaba. Além disso, é notável o fato de que a

variação das formas também é vista em um mesmo autor, já que Ribeiro (1890) não utiliza a vogal final *o* nas letras sobrescritas e, sim, a letra *m* para representar o som nasalizado.

Além da variação em se tratando de som nasal, a abreviatura do vocábulo *General* foi listada por Souza como *Genral.* e por Ribeiro como *Gen.^{el}* e *Gen.^{al}*. Notamos que a distinção se dá no uso do *a* e do *e* na mesma sílaba, estando ela sobrescrita ou não.

(v) Emprego distinto de sinal abreviativo

Somente nas abreviaturas do vocábulo *Que* observou-se uso de sinal abreviativo distinto: a abreviatura de Meldola possui um hífen (*Q-*) e a de Souza tem um ponto na mesma posição (*Q̇*). Notamos, ainda, a presença de mais um sinal na mesma abreviatura, o til acima da letra, o que era prescrito nesse caso pelos gramáticos do século XVIII.

(vi) Posição do sinal abreviativo

Em todos os casos, a variação se dá no posicionamento no ponto abreviativo: colocado ora após a última letra (MELDOLA, 1785), ora antes das letras sobrescritas (SOUZA, 1804; RIBEIRO, 1890).

Outro aspecto sobre a variação das formas diz respeito à homonímia de abreviaturas para vocábulos distintos, o que, sem dúvida, fere o princípio de uso desses recursos, já que compromete ou ao menos dificulta a compreensão. Em Meldola (1785), a abreviatura *S.* representa *Senhoria* (*Vossa Senhoria*) e *Santo*; em Souza (1804), isso ocorre com a abreviatura *D.*, que representa os vocábulos *Dom* e *Dona*, e com a abreviatura *S.*, que representa *Santo* e *Santa*; e em Ribeiro (1890) a abreviatura *S.* representa *Sua* (em várias expressões de dois ou três vocábulos), *Senhoria* (*Sua Senhoria*), *Senhora* (*Nossa Senhora*) e *Sereníssima* (*Sua Alteza Serenissima*), a abreviatura *N.* representa *Nossa* (*Nossa Senhora*) ou *Note* (*Note bem*), a abreviatura *O.* representa *Offerece*, (*Offerece, dedica e consagra*) e *Ordem* (*Veneravel Ordem Terceira*), e a abreviatura *S/c* representa tanto *Sua conta* quanto *Sua ordem*, ambas pertencentes ao contexto monetário. Nesta, o fato de ser uma abreviatura com emprego tão restrito e, ainda, com duas possibilidades de uso, dificulta a compreensão do significado e somente alguém com grande conhecimento sobre a área e sobre o contexto específico de cada valor significativo poderia saber de qual se tratava. Diante disso, de modo geral, nos casos em

que a abreviatura idêntica pertence a uma expressão feita, como as que foram evidenciadas, o escrevente saberá o significado se souber o contexto e a posição no texto em que é utilizada. Portanto, saber empregar uma abreviatura em estruturas desse tipo indica maior domínio, o que é um indício de maior familiaridade com a leitura. Então pode sugerir, também, domínio de conhecimento mais especializado.

Lançando um olhar geral, as listas de Meldola (1785) e de Ribeiro (1890) são um pouco mais didáticas, haja vista a preocupação de listarem os vocábulos em ordem alfabética, o que não ocorre na de Souza (1804). Isso porque este autor inicia sua lista com pronomes de tratamento, seguidos por adjetivos e por substantivos. Mas, após os substantivos, a ordenação não é respeitada, já que são apresentados outros vocábulos cuja classes são aleatórias. Desse modo, percebemos que o critério adotado pelo autor é a separação segundo as partes do discurso.

No que tange à classe morfológica das abreviaturas, foram identificadas as seguintes categorias: adjetivo, advérbio, numeral, preposição, pronome, substantivo e verbo. A tabela 1 a seguir descreve quantitativamente a classe das abreviaturas listadas:

Tabela 1- Classe morfológica das abreviaturas

Classe \ Autor	Meldola (1785)		Souza (1804)		Ribeiro (1890)		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	n	%
Substantivo	11	5,1	20	9,3	66	30,6	97	44,9
Pronome	19	8,8	26	12,0	36	16,7	81	37,5
Verbo	2	0,9	1	0,5	10	4,6	13	6,0
Advérbio	4	1,9	2	0,9	7	3,2	13	6,0
Adjetivo	4	1,9	1	0,5	6	2,8	11	5,1
Preposição	1	0,5	0	0,0	0	0,0	1	0,5
TOTAL	41		50		125		216	

Fonte: Autoria própria.

De modo geral, das 216 abreviaturas, a classe do substantivo foi a mais abreviada (44,9% - 97 ocorrências), seguida por pronome (37,5% - 81 ocorrências), por verbo e por advérbio (6,0% - 13 ocorrências), por adjetivo (5,1% - 11 ocorrências) e por preposição (0,5% - 1 ocorrência). Esse resultado era previsível, visto que os substantivos são palavras de conteúdo e que representam a maioria dos vocábulos do léxico. Além de

serem palavras de conteúdo e muito usadas, atendem à orientação de poderem ser recuperadas facilmente pelo contexto, o que torna a abreviatura facilmente reconhecível, como recomenda Ribeiro (1890).

Por conseguinte, a frequência de classes abreviadas segue a seguinte ordem: 2º) pronome; 3º) verbo; 4º) advérbio; 5º) adjetivo e 6º) preposição. Analisando os autores individualmente, Meldola (1785) abrevia todas as classes e Souza (1804) e Ribeiro (1890) não abreviam somente a classe preposição, cujos itens são de conteúdo gráfico bem reduzido.

Lançamos, agora, o olhar para os caracteres constituintes das abreviaturas apresentadas nas listas. Assim, quanto ao caractere inicial das abreviaturas, é unânime o emprego da letra maiúscula. Além disso, verificamos somente em d'Oliveira (1871 [1536]) o emprego da letra minúscula em posição inicial, na abreviatura *q. (que)*, e na lista de Ribeiro (1890), mais especificamente em expressões com mais de dois vocábulos, sendo o segundo assim iniciado, como em *C/v (Conta de venda)* e em *V.g. (Verbi gratia)*. Logo, podemos considerar que há consenso no emprego da norma da inicial maiúscula e que ela pode ser usada para nos auxiliar a caracterizar o escriba. Afinal, não havia significativas variações em seu uso.

Quanto ao sinal abreviativo, o ponto é empregado por todos os autores e esse sinal encontra-se ao final da abreviatura ou, quando há letras sobrescritas, ocorre em posição anterior a elas. Na abreviatura de *Prov.^{or.} (Provedor)*, da lista de Souza (1804), observamos o ponto também após as letras sobrescritas. Ademais, quando uma expressão possui dois vocábulos, esse sinal ocorre ao final de cada item abreviado, salvo alguns casos em que o primeiro item não o possui e não apresenta fronteira com a abreviatura do próximo item, como em *UM* e *Umce. (Vossa Mercê)* (MELDOLA, 1785) e em *Vm.^{ce}* (RIBEIRO, 1890).

Além disso, o ponto pode não ser adotado, como ocorrido em Souza (*Bmo* e *Snr*), ou então usam-se outros sinais: Meldola (1785) empregou o hífen somente uma vez, na abreviatura do *que (Q-)*; Ribeiro (1890) apresentou a *barra* em abreviaturas de termos relacionados ao contexto monetário (*C/c = Conta corrente; C/v = Conta de venda; S/c = Sua casa; S/c = Sua conta; S/c. o = Sua conta e ordem*) e utilizou o til acima da abreviatura do pronome *que (Q̃.)*

Porém, o uso do *que* seguido pelo hífen (*Q-*) não fora prescrito em nenhuma delas. Como há somente um exemplo do hífen como sinal abreviativo, não é possível inferir se

ele ocorre em algum contexto específico. O que se pode especular é que se trata de uma variação entre o til e o hífen, talvez impulsionada pela semelhança desses caracteres.

Diferentemente do til, além de não haver informações nas obras consultadas acerca da barra em abreviaturas, ela ocorre em contextos específicos, o que nos leva a inferir que era necessário conhecimento mais especializado para empregá-la. E, tendo em vista que estes sinais abreviativos também são empregados como sinais de pontuação e que eles evidenciam maior ou menor domínio da norma (COELHO, 2018), é necessário fazer um paralelo destes empregos. O emprego da barra como sinal de pontuação, conforme Coelho (2018), é feito por escreventes que possuem maior nível de escolarização, bem como maior grau de letramento, o que indica, então, conhecimento mais especializado e maior domínio da norma. Sendo assim, tendo em vista a baixíssima frequência com que a barra ocorre nas listas e o fato de estar somente na de Ribeiro (1890), isso pode ser um indicativo de que o seu uso era mais especializado, feito por alguém que possuía conhecimento acerca do contexto monetário.

Além disso, outra questão suscitada é que, se os autores eram, além de fixadores das regras, usuários da língua, o uso das abreviaturas que apresentam em suas listas espelha a prática da época, ou seja, evidencia quais formas eram mais e menos frequentes. E, se uma forma é pouco utilizada, isso denota que poucas pessoas a conhecem. E, para conhecê-las, é necessário se ter acesso à regra, o que era proporcionado pela educação, que era restrita naquele período, ou pela maior familiaridade com o texto escrito, visto que, às vezes, o indivíduo não estudava muito, mas lia muito e incorporava, por essa via, as normas de uso da língua escrita. Sendo assim, se o uso de determinada abreviatura requer conhecimento específico, isso denota mais contato com a escrita e, conseqüentemente, maior nível de letramento.

2.4 SISTEMATIZAÇÃO DAS REGRAS

Conforme mencionado anteriormente, um dos objetivos de nosso estudo é sistematizar a norma empregada na Língua Portuguesa, no século XVIII, para, a partir de tal sistematização, analisar os dados coletados, de modo a testar a adequação de nossa hipótese.

E, no intuito de tornar mais didática a leitura, bem como facilitar o trabalho de análise e sistematização dos dados, optamos por apresentar, em quadros específicos para

a função e o uso, todas as regras descritas pelos autores consultados. Tal procedimento nos permite, também, visualizar de uma forma mais didática os pontos convergentes e divergentes, sendo considerados na análise apenas os pontos convergentes, o que denominamos de regras categóricas (cf. Capítulo 3 – Fundamentos teórico-metodológicos).

Assim, para melhor organização desta seção, dividimos as regras em duas partes: a primeira, relacionada à situação de uso e à intenção do escrevente ao empregá-la; a segunda, referente às prescrições para o emprego.

2.4.1 Funções

Apesar de não ser objetivo do nosso trabalho, evidenciamos, nesta subseção, algumas funções das abreviaturas a título de complementação, já que alguns autores expuseram essa questão. Assim, no quadro 4, a seguir, apresentamos a síntese das funções identificadas, as quais descrevem o contexto de uso dos recursos braquigráficos:

Quadro 4 - Função das abreviaturas

Função	Autores
Economizar tempo/obter rapidez na escrita	Bluteau (1728) Feyjo (1734) Souza (1804)
Economizar espaço/suporte	Bluteau (1728) Feyjo (1734) Souza (1804)
Reduzir o trabalho na escrita	Feyjo (1734)
Facilitar a leitura	Souza (1804)

Fonte: Autoria própria.

Como pode ser visto, não foram todas as fontes investigadas que apresentaram considerações acerca da função das abreviaturas. Das 15 gramáticas que possuíam considerações sobre os recursos braquigráficos, somente três fizeram menção à

funcionalidade, a qual estava relacionada à economia de tempo e de espaço, à pressa do escritor e à busca pela facilidade na escrita e na leitura. Outra função foi suscitada por Coelho e Duchowny (2014) ao investigarem documentos de Diamantina, em que as autoras identificaram que havia muito mais abreviaturas no estatuto dos negros, o que as fez cogitar a hipótese de que isso seria uma forma de se afirmarem na escrita, já que era comum na época e porque pode ser que desconheciam as funções e as usavam aleatoriamente.

Também é possível observar que as funções de economia de tempo e de espaço no suporte são comuns a todos os referidos autores. Eles diferem, porém, pelo fato de que Feyjo (1734) é o único que menciona a função de ter menor trabalho na escrita e somente Souza (1804) cita a de facilitar a leitura. Essa função é altamente questionável, pois, além de algumas abreviaturas exigirem conhecimento específico para serem desvendadas, a variação das formas também dificulta o entendimento, conforme demonstrado por meio de exemplos.

Alertamos para o fato de que também a questão da função de economia é controversa, pois, conforme já mencionado, há abreviaturas que não economizam espaço nem tempo, visto serem tão extensas quanto os vocábulos que retratam (STIENNON, 1973). Não vamos, contudo, deter-nos nessa questão controversa, porque a função desses recursos transcende o escopo de nossa análise, sendo aqui apenas registrada.

2.4.2 Regras

Foram identificadas 48 regras, as quais foram organizadas em três subcategorias: (i) prescrições sobre a estrutura; (ii) prescrições sobre a tipologia e (iii) prescrições sobre as funções gramaticais das abreviaturas, conforme sistematizado no quadro a seguir:

Quadro 5 - Regras de uso das abreviaturas

Emprego		Regras ²⁵	
Caracteres	Quantidade	1	Manter alguma(s) letra(s) e suprimir outras. (NC)
		2	Não escrever letra que a palavra não possua. (C)
		3	Abreviar usando letras que não sejam difíceis de emendar, já que, em muitas assinaturas, usa-se uma só letra ou se une duas ou três consoantes para transformá-las em um único sinal. (NC)
		4	Abreviar utilizando a primeira e a última letra do vocábulo. (NC)
	Inicial	5	Usar caractere maiúsculo. (C)
		6	Usar caractere minúsculo na abreviatura do <i>que</i> . (C)
		7	Usar caractere minúsculo somente em expressões. (NC)
		8	Usar caractere inicial minúsculo na abreviatura do segundo vocábulo de uma expressão. (NC)
	Sinal abreviativo	9	Usar ponto como sinal abreviativo. (C)
		10	Usar o ponto posterior ao último caractere no regramento. (C)
		11	Usar o ponto antes das letras sobrescritas. (C)
		12	Usar o hífen como sinal abreviativo do <i>que</i> . (NC)
		13	Usar o apóstrofo como sinal abreviativo do <i>que</i> . (NC)
		14	Usar a barra como sinal abreviativo em contexto monetário. (C)
		15	Usar sinal especial para abreviar. (C)
		16	Usar nota tironiana para abreviar. (C)
	Til	17	Usar o til como sinal abreviativo. (C)
		18	Usar o til para indicar nasalização. (C)
		19	Usar o til para indicar omissão de dígrafo. (C)
		20	Usar o til para indicar <i>m</i> ou <i>n</i> dobrado no interior das palavras. (C)
		21	Usar o til para evitar a ambiguidade dos tempos verbais pretérito perfeito e futuro de presente. (C)
		22	Colocar o til na letra anterior à que foi suprimida. (C)
		23	Colocar o til acima do <i>o</i> na indicação de som nasal - <i>aõ</i> (NC)
		24	Colocar o til acima do <i>a</i> na indicação de som nasal - <i>ãõ</i> (NC)
		25	Não colocar o til em caractere inicial. (C)
Tipo	Sigla simples	26	Usar inicial maiúscula. (C)
	Sigla reduplicada	27	Usar ponto abreviativo após cada caractere. (NC)
		28	Usar ponto abreviativo após o último caractere. (NC)
	Suspensão	29	Usar letras iniciais e omitir outras. (NC)
	Contração	30	Usar letra inicial, intermediária e omitir outras (NC)
	Letra sobrescrita	31	Usar letra sobrescrita ao final da abreviatura. (C)
32		Escrever parte das letras no regramento e parte sobrescrita. (NC)	
33		Usar a primeira letra no regramento e a última sílaba sobrescrita. (NC)	

²⁵ As regras passíveis de variação foram denominadas não categóricas (NC) e, as que não variam, categóricas (C).

		34	Usar a primeira sílaba no regramento e a última sílaba sobrescrita. (NC)
	Sinal especial	35	Usar símbolos e letras com significado especial. (C)
	Nota tironiana	36	Usar símbolos taquigráficos. (C)
	Numérica	37	Usar algarismos arábicos e letra sobrescrita. (C)
		38	Usar algarismo romano e letra sobrescrita. (C)
		39	Não usar algarismos arábicos e romanos na mesma abreviatura. (C)
		40	Não iniciar abreviatura com letra e terminar com algarismo arábico. (C)
Função	Pronome de tratamento	41	Usar inicial maiúscula. (C)
		42	Abreviar pronome de tratamento por sigla simples. (C)
		43	Abreviar os pronomes de tratamento com dois vocábulos por sigla simples. (NC)
		44	Abreviar os pronomes de tratamento com dois vocábulos por sigla simples e por letra sobrescrita. (NC)
	Plural/ Superlativo	45	Usar sigla reduplicada. (C)
	Gênero	46	Usar a terminação <i>-o</i> ou <i>-a</i> em posição sobrescrita. (C)
	Nome próprio	47	Abreviar nome próprio com quantidade de letras suficiente para que não sejam aplicadas a outros nomes. (NC)
	Sobrenome	48	Usar a letra <i>z</i> para indicar que o vocábulo abreviado é um sobrenome terminado em <i>-s</i> . (C)

Fonte: Autoria própria.

Ao compararmos esse quadro e a quantidade de informações apresentadas pelos respectivos autores, fica clara a ausência de sistematização específica das obras. A diluição das prescrições nas fontes espelha, portanto, a dificuldade de acesso às regras naquele período e, também, a complexidade da compilação da norma aqui apresentada.

Uma vez sistematizado o conjunto das regras, passamos, então, à análise da complexidade do conhecimento requerido para a sua utilização nos tipos de abreviaturas encontrados.

2.5 TIPOS DE ABREVIATURAS E COMPLEXIDADE DA NORMA

Tendo em vista que a primeira das nossas hipóteses foi confirmada, isto é, a de que existia uma norma de emprego dos recursos braquigráficos no século XVIII – ainda que não explicitamente sistematizada, conforme demonstramos na subseção precedente – e, de posse dessa norma, procederemos à análise da adequação de nossa hipótese principal, qual seja, que as abreviaturas empregadas pelo escriba podem ajudar a

caracterizá-lo socialmente. Apresentamos nesta subseção, então, a correlação entre o emprego da abreviatura e a complexidade da norma.

Cabe mencionar que Duchowny, Coelho e Coelho (2014) já apresentam um *continuum* que serve como parâmetro para analisar o nível de escolarização do escriba em função da tipologia da abreviatura segundo a especificidade de conhecimento requerida para empregá-la, ou seja, se exige menor ou maior grau de instrução²⁶. Porém, utilizar a complexidade das regras como ferramenta linguística para aferir o grau de instrução é algo inovador e a elaboração de um grau de legibilidade a partir da hierarquização dos tipos de regras é, portanto, uma contribuição do nosso trabalho para o panorama dos estudos linguísticos.

Ressaltamos que, para elaborarmos a subcategorização conforme a complexidade da regra, tomamos por base a classificação de legibilidade proposta por Duchowny, Coelho e Coelho (2014).

2.5.1 Os tipos de abreviaturas identificados nas listas

Quantificamos a tipologia empregada nas listas, conforme ilustra a Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Tipos de abreviaturas

Tipo \ Autor	Meldola (M) (1785)		Souza (S) (1804)		Ribeiro (R) (1890)		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
letra sobrescrita	0	0,0	19	22,4	66	77,6	85	39,4
sigla simples	10	25,0	5	12,5	25	62,5	40	18,1
mista	2	5,4	15	40,5	20	54,1	37	17,1
contração	29	90,6	0	0,0	3	9,4	32	14,8
suspensão	0	0,0	7	77,8	2	22,2	9	4,2
numérica	0	0,0	0	0,0	5	100,0	5	2,3
sigla reduplicada	0	0,0	4	80,0	1	20,0	5	2,3
sinal especial	0	0,0	0	0,0	3	100,0	3	1,4
Total	41	19,0	50	23,1	125	57,9	216	100

Fonte: Autoria própria.

²⁶ Cf. Capítulo 3 - Fundamentos teórico-metodológicos.

Assim como em outras obras que fazem o levantamento da tipologia (COSTA, 2006; DUCHOWNY, COELHO E COELHO, 2014), o principal tipo empregado pelos autores é a abreviatura por letra sobrescrita (39,4% - 85 ocorrências). A sua maior frequência poderia ser explicada, de acordo com Duchowny, Coelho e Coelho (2014), por ser o tipo que mais oferece informações ao leitor, pois apresenta um grande número de letras que compõem os vocábulos e, também, por ser um tipo que não exige, por parte do escriba, nenhum tipo de conhecimento especializado, seja ele de natureza gramatical seja de emprego da norma. E, apesar de ser o tipo mais utilizado, voltando o olhar para o uso individual, Meldola (1785) é o único autor que não o exemplifica.

A seguir, na segunda posição, têm-se as abreviaturas por sigla simples, com 40 ocorrências (18,1%). A alta frequência pode estar relacionada ao fato de que ela geralmente representa vocábulos ou expressões rotineiras e conhecidas, geralmente pronomes de tratamento, como *V. A. (Vossa Alteza)* e *N. S. (Nossa Senhora)*.

O terceiro tipo mais empregado foram as abreviaturas mistas, com 37 ocorrências (17,1%), uso o qual também é consideravelmente alto em relação aos demais. Isso pode ter explicação no fato de que a abreviatura mista apresenta quantidade de letras que fornece mais informações ao leitor, tal como em *V. Mag.^e (Vossa Magestade)* e *Bernd.^o (Bernardo)*. Como ela é formada por mais de um tipo ou representa vocábulos que só podem ser abreviados em determinado contexto, não podendo ser isoladamente abreviados, listamos abaixo os subtipos encontrados nas listas:

Tabela 3 - Subtipos de abreviaturas mistas

Subtipos	Meldola (M)		Souza (S)		Ribeiro (R)		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
sigla simples + letra sobrescrita	0	0,0	12	85,7	2	14,3	14	37,8
contração + letra sobrescrita	0	0,0	2	20,0	8	80,0	10	27,0
contração + suspensão	0	0,0	1	33,3	2	66,7	3	8,1
contração + sinal especial	0	0,0	0	0,0	3	100,0	3	8,1
não isolada	0	0,0	0	0,0	3	100,0	3	8,1
sigla simples + contração	2	100,0	0	0,0	0	0,0	2	5,4
suspensão + letra sobrescrita	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	2,7
sinal especial + letra sobrescrita	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	2,7
Total	2	5,4	15	40,5	20	54,1	37	100,0

Fonte: Autoria própria.

Como pode ser observado, a sigla simples + letra sobrescrita foi o subtipo mais empregado (37,8% - 14 ocorrências): e isso parece estar associado aos pronomes de tratamento, tais como *V. Mag.^e* (*Vossa Magestade*) e *V. Ex.^a* (*Vossa Excellencia*), largamente empregados naquele período. Também, com relativa alta frequência, foi empregado contração + letra sobrescrita (27,0% - 10 ocorrências), como em *Snr.^{or}* (*Senhor*) e *Rv.^{do}* (*Reverendo*). Por conseguinte, e bem menos frequentes, têm-se contração + suspensão (*Pg. = Pagou*), contração + sinal especial (*Frž. = Fernandes*) e não isolada (*S/c. o = Sua conta e ordem*), com 8,1% (3 ocorrências). A sigla simples + contração (*V. Magde. = Vossa Magestade*) é a posterior, com 5,4% (2 ocorrências); e com somente 2,7% (1 ocorrência), foram empregados os subtipos suspensão + letra sobrescrita (*Re.^{ce} = Recebi*) e sinal especial + letra sobrescrita (*Miz.^a = Misericordia*).

Retornando à tipologia, em terceiro lugar, com pouco menos ocorrências do que o tipo que ocupa a posição anterior, temos as abreviaturas por contração (14,8% - 32 ocorrências). Uma possível razão para essa frequência relevante é que, conforme Duchowny, Coelho e Coelho (2014, p. 245), esse tipo “costuma gerar menos ambiguidade do que os mecanismos de abreviatura por sigla simples e por suspensão, por apresentar mais elementos que funcionam como pistas para o reconhecimento da palavra”.

A seguir, têm-se as abreviaturas por suspensão, com 4,2% (9 ocorrências). Em relação ao uso desse tipo, esses dados contrariam a tese de Núñez Contreras (1994, p. 110) de que esse é o recurso “mais espontâneo, de mais fácil execução, o mais rápido”. Se assim o fosse, a expectativa era de que apresentasse frequência mais alta no *corpus*, o que não se verificou empiricamente, já que esse tipo ocorreu com menos frequência do que abreviaturas feitas por letra sobrescrita, por sigla simples, as mistas e as por contração, respectivamente.

Com 2,3% (5 ocorrências), tem-se a abreviatura numérica, a qual ocorreu somente na lista de Ribeiro (1890). Todas se referem a meses do ano, das quais 4 abreviaturas possuem um numeral cardinal, quais sejam, *7br.^o* (Setembro), *8br.^o* (Outubro), *9br.^o* (Novembro) e *10br.^o* (Dezembro) e um único exemplar possui algarismo romano, *Xbr.^o* (Dezembro).

O mesmo número de ocorrências deu-se com as abreviaturas por letras reduplicadas, a saber: *AA.* (*Autores*), *RR.* (*Reos*), *DD.* (*Doutores*), *SS.* *PP.* (*Santos Padres*) em Souza (1804) e *D.D.* (*Donas*) em Ribeiro (1890). Ressaltamos que duplicar

o caractere inicial para representar um vocábulo no plural é um recurso não-icônico, ou seja, é uma regra que não pode ser simplesmente inferida, é necessário tê-la aprendido, o que configura uso de conhecimento especializado.

Quanto às abreviaturas por sinal especial, foram somente três ocorrências (1,4%), todas listadas por Ribeiro (1890): *I.H.S (Jesus Hominum Salvator)*, *Lisboa (Lx.^o)* e *% (Porcento)*. No primeiro caso, trata-se de *nomina sacra*, expressão de cunho religioso, a qual, apesar de ter origem estrangeira, não requer conhecimento especializado para ser utilizada, somente contextual, pois era amplamente empregada e poderia ser copiada (LIMA, 2006). No segundo caso, a compreensão da abreviatura exige que se correlacione o caractere medial *x* à pronúncia do *s* no vocábulo por extenso. Já a terceira abreviatura faz parte de um contexto mais restrito, o monetário, e requer do leitor, portanto, conhecimento específico para a sua compreensão ou, então, pode ser específica de um grupo, o que pode ajudar a inferir a profissão do escrevente, por exemplo.

2.5.2 A regra como critério de definição de nível de letramento

Em face dos dados expostos, propusemos uma subcategorização das regras para nos auxiliar a identificar o nível de letramento do escrevente, a qual leva em consideração a complexidade da norma, isto é, o conhecimento específico das regras necessário para desvendar as abreviaturas. Isso foi necessário para fins de verificação da hipótese de que um cidadão com maior nível de escolarização no período setecentista tinha domínio da norma de emprego dos recursos braquigráficos e empregava tanto recursos mais gerais quanto regras mais específicas, que demandavam maior conhecimento especializado e/ou formal. Em contrapartida, aquele com menos escolarização e, conseqüentemente, com menor domínio da norma restringia-se ao emprego de recursos menos elaborados e, portanto, mais gerais.

A existência de normas mais gerais e de normas mais específicas é reforçada por Núñez Contreras (1994), pois, conforme o autor, as abreviaturas seguem a mesma estrutura das palavras: possuem radical, que diz respeito ao significado geral, e desinência, que diz respeito à marcação de categorias gramaticais. Outra evidência que se alinha à nossa tese é o fato de o referido autor ressaltar a perfeição da contração por fornecer, em sua estrutura, informações de natureza gramatical ou semântica dos componentes internos do vocábulo que representa.

Considerando, então, que dentre as regras categóricas existem aquelas que são mais gerais e aquelas que são mais específicas, retomamos os critérios que propusemos para a classificação das regras em níveis de domínio de norma e explicitamos a sua aplicação às regras que compilamos:

1. Regras gerais (nível 1): ausência ou baixo nível de inferência; é possível empregar esse tipo pela possibilidade de cópia ou observação e sem desvendar nenhum caractere da abreviatura.

Exemplos: Usar ponto abreviativo antes das letras sobrescritas; usar letra sobrescrita ao final da abreviatura.

2. Regras específicas (nível 2): aquelas que exigem conhecimento específico, seja fonético, semântico ou gramatical, para a inferência de elementos da abreviatura; ou é necessário ter conhecimento de regra gramatical específica ou conhecimento especializado sobre determinada área do conhecimento, não sendo possível ser inferido; é necessária, portanto, alguma instrução formal ou conhecimento metalinguístico.

Exemplo: na abreviatura numérica *7br.^o*, tem-se um caractere que não está presente no vocábulo por extenso, o numeral 7; porém, a sua pronúncia faz parte do vocábulo que a abreviatura representa, *setembro*, necessitando-se, então, somente da inferência sobre a existência do caractere *m*, que não está explícito na abreviatura.

Sobre as regras que necessitam de conhecimento gramatical ou de área de conhecimento específico, apresentamos, a seguir, as que foram identificadas no *corpus*:

- 2.1 Marcação de número: duplicação do caractere inicial para indicar que a abreviatura representa vocábulo que está no plural.

Exemplos: *AA.* (*Autores*); *DD.* (*Doutores*); *S.S. P.P.* (*Santissimos Padres*).

- 2.2 Marcação de grau superlativo: duplicação do caractere inicial para indicar que a abreviatura representa vocábulo que está no grau superlativo.

Exemplo: *SS^{mo}* (*Santissimo*).

2.3 Distinção entre classe gramatical (nome próprio) e flexão de número: colocação da terminação *-z* em sobrenome que termina com *-es* para distinguir do *-s* que marca plural.

Exemplos: *Glz (Gonçalves); Roiz (Rodrigues)*.

2.4 Marcação de gênero: colocação da terminação *-o* ou *-a*, que indica o gênero da palavra, em posição sobrescrita.

Exemplos: *Snr.^{or} (Senhor) e Snr.^a (Senhora)*.

2.5 Uso de sinal especial: uso de símbolo ou letra que contenha significado específico.

Exemplos: % (porcentagem); *Lx.^a (Lisboa)* – nessa abreviatura, há um caractere que não está presente no vocábulo por extenso, o *x*; porém, ele representa a pronúncia do *s* nesse vocábulo naquele período, o que permite fazer tal inferência – necessita-se, nesse caso, de conhecimento fonético.

2.6 Uso de nota tironiana: esse tipo de caractere necessita de conhecimento sobre o significado na taquigrafia romana e o contexto de uso para ser empregado.

Exemplos: & (*et, e*); 9 (*con*).

2.7. Uso de algarismo arábico ou romano: o emprego do numeral necessita de conhecimento fonético e também semântico (no caso de algarismo arábico) em relação ao mês que representa e de inferência sobre o caractere *-m* presente no vocábulo original.

Exemplos: *9br^o (novembro); Xbr^o (dezembro)*.

2.8 Uso do til

2.8.1 Marcador de dígrafo nasal: eliminação do *-m* ou *-n* final e colocação do til acima da vogal nasal.

Exemplos: *Razã (Razam); Bõ (Bom)*.

2.8.2 Marcador de Marcador de letra *m* ou *n* duplicada: eliminação da letra reduplicada e colocação do til acima da vogal anterior à letra retirada.

Exemplo: *Mariãna* (*Marianna*).

2.8.3 Posição: não ocorre acima de caractere inicial.

Exemplo: *Aña* (*Anna*).

2.8.3.1 Marcador de tempo verbal: usar o til para evitar a ambiguidade dos tempos verbais pretérito perfeito e futuro do presente, do modo indicativo, conjugados na 3ª pessoa do plural; o til é empregado na forma que representa o futuro do presente, acima da vogal final.

Exemplos: *louvaram*, *louvarão*; *entenderam*, *entenderão*.

Como pode ser observado, as regras do nível 2 mostram-se mais adequadas para ajudar a inferir o nível de letramento do escriba, visto que nessa categoria é necessário conhecimento formal não apenas dos recursos braquigráficos, como também de categorias gramaticais por eles expressas ou conhecimento de determinada área para a aplicação.

Uma vez apresentados os critérios para a categorização, é possível estabelecer uma classificação do nível da regra, com o intuito de auxiliar o pesquisador a determinar o grau de letramento do escrevente. Assim, propomos um quadro com as regras categóricas e o seu respectivo nível de complexidade a seguir:

Quadro 6 – Regras e nível de complexidade

Emprego	Regras	Nível
Quantidade	Não escrever letra que a palavra não possua.	1
Inicial	Usar caractere inicial maiúsculo.	1
	Usar inicial minúscula na abreviatura do <i>que</i> .	1
Sinal abreviativo	Usar ponto como sinal abreviativo.	1
	Usar o ponto posterior ao último caractere no regramento.	1
	Usar o ponto antes das letras sobrescritas.	1
	Usar o til como sinal abreviativo acima do <i>que</i> .	1
Sigla simples	Usar inicial maiúscula seguida por ponto.	1
	Usar inicial minúscula seguida por ponto.	1
Letra sobrescrita	Usar letra sobrescrita ao final da abreviatura.	1
Pronome de tratamento	Usar inicial maiúscula.	1
	Abreviar o pronome de tratamento por sigla simples.	1
Numérica	Não usar algarismos arábicos e romanos na mesma abreviatura.	1
	Não iniciar abreviatura com letra e terminar com algarismo arábico.	1
	Usar algarismo arábico e letra sobrescrita.	2
	Usar algarismo romano e letra sobrescrita.	2
Sinal especial	Usar símbolo(s) e/ou letra(s) com significado específico.	2
Nota tironiana	Usar símbolo taquigráfico.	2
Til	Usar o til para indicar nasalização.	2
	Usar o til para indicar <i>m</i> ou <i>n</i> dobrado no interior das palavras.	2
	Usar o til para evitar a ambiguidade dos tempos verbais pretérito perfeito e futuro de presente.	2
	Colocar o til na letra anterior à que foi suprimida.	2
	Não colocar o til em caractere inicial.	2
Plural/Superlativo	Usar sigla reduplicada.	2
Gênero	Usar a terminação <i>-o</i> ou <i>-a</i> em posição sobrescrita.	2
Sobrenome	Usar a letra <i>z</i> para indicar que o vocábulo abreviado é um sobrenome terminado em <i>-s</i> .	2

Fonte: Autoria própria.

Ressaltamos que a categorização das regras em níveis de complexidade é um importante recurso, já que esse quadro passa a se configurar como uma ferramenta linguística concreta para auxiliar o pesquisador na identificação sociolinguística do escrevente. Por isso, ele constitui critério de análise dos nossos dados, conforme

passamos a descrever no próximo capítulo, destinado à apresentação de nossos procedimentos metodológicos.

CAPÍTULO 3

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentaremos a abordagem teórico-metodológica que norteou a pesquisa e os procedimentos para a seleção do *corpus* e para a coleta e a análise dos dados.

3.1 O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Os aspectos evidenciados no capítulo anterior autorizam a especulação de que o emprego das abreviaturas pode ser instrumento não somente de análise linguística, mas também de caracterização social do escriba. Tendo essa hipótese de trabalho como fio condutor desta pesquisa, nossa abordagem será interdisciplinar e, por isso, buscaremos apoio na Sociolinguística Laboviana, na Sociolinguística Histórica e na História Social da Linguagem.

3.1.1 O viés sociolinguístico e histórico

Posto que este é um estudo diacrônico e que foram considerados aspectos sócio-histórico-culturais para orientar a análise de dados, adotamos o aporte teórico da Sociolinguística Laboviana (LABOV, 2008 [1972]). Além disso, como investigamos fenômeno linguístico do passado, também consideramos as concepções da Linguística Histórica – dessa união de métodos e de concepções, encontramos respaldo nos pressupostos da Sociolinguística Histórica (ROMAINE, 2009 [1982]).

Primeiramente, a escolha pela Sociolinguística Variacionista como instrumental teórico justifica-se, pois essa corrente considera que a heterogeneidade linguística e a variação no uso das formas são um reflexo da variabilidade social e da diversidade dos grupos sociais e que os procedimentos da linguística descritiva se baseiam no entendimento de que a língua é um conjunto estruturado de normas sociais. Também, porque tal teoria analisa a variação linguística lançando mão de dados reais e considera, além dos fatores internos à língua, o contexto sócio-histórico-cultural no qual os dados foram produzidos (LABOV, 2008 [1972]). Ademais, conforme Weinreich, Labov e Herzog (1968), há uma inter-relação entre fatores linguísticos e sociais, tais como sexo,

idade, etnia, estilo contextual, estatuto e mobilidade social, o que pode levar à variação e, conseqüentemente, à mudança linguística. Ressaltamos, contudo, que a mudança não foi objeto de análise nesta pesquisa; dedicamo-nos apenas à variação em relação ao emprego das abreviaturas, com vistas à proposição de um recurso metodológico subsidiário para caracterização sociolinguística do escriba por via indireta, isto é, a partir de suas pistas gráficas, quando não houver dados suficientes que autorizem o pesquisador a caracterizá-lo.

Assim, tendo em mente que esses objetivos abrangem questões relacionadas à língua e à sociedade, abordemos primeiramente a correlação existente entre elas. De acordo com Labov (2008 [1972]), somente os fatores internos à língua, estruturais e cognitivos, são insuficientes para o entendimento do processo de mudança linguística, existindo claramente uma correlação entre as escolhas de determinadas variantes pelo falante/escrevente e o ambiente social no qual o indivíduo está inserido. Desse modo, dadas as hipóteses aventadas, foi indispensável em nossa pesquisa considerar os seguintes fatores externos: nível de escolarização, estrato socioeconômico, sexo e localidade. Cabe ressaltar que selecionamos esses fatores porque, apesar da dificuldade de compor um *corpus* diacrônico setecentista do qual fosse possível extrair ou inferir todas essas informações dos escreventes, a maior quantidade de informações nos possibilita maior compreensão acerca de suas escolhas.

Outra importante questão relacionada a essa pesquisa é o fato de Labov (2008 [1972]) estabelecer a escolarização e a atividade profissional do informante como aspectos de fundamental importância para orientar a análise dos dados ao se interpretar fenômenos de variação e de mudança, já que os pressupostos da Sociolinguística Variacionista atestam que tais fenômenos tendem a ser desencadeados a partir de estratos mais inferiores na hierarquia social. Essa perspectiva, portanto, relaciona-se a este trabalho na medida em que propomos uma forma de inferir informações sociolinguísticas do escrevente a partir de pistas linguísticas, quando tais informações não estão disponíveis, o que é muito comum nos textos diacrônicos. Considerando-se que os pressupostos sociolinguísticos são da década de 1960 e que, só a partir de então, a coleta de dados passou a levar em conta a necessidade de identificar socialmente o escriba, a ausência de tais informações faz com que textos de sincronias pretéritas sejam muitas vezes descartados em se tratando de pesquisa variacionista, problema que os nossos resultados podem amenizar.

Seguindo o mesmo viés de correlação entre língua e sociedade, Tarallo (2002) menciona a necessidade de também se considerar os fatores externos à língua, pois, como ferramenta de comunicação, passa por mudanças frequentes e, muitas vezes, acompanha as mudanças sociais dos grupos que as empregam. Estritamente relacionado a isso, o autor evidencia, ainda, que importantes mudanças sociais pelas quais o Brasil passou no século XVIII podem ter favorecido mudanças linguísticas na Língua Portuguesa do Brasil daquela época, justamente o período o qual a nossa pesquisa aborda, o que é mais uma das justificativas para analisarmos vários fatores sociais, assim como propusemos.

Haja vista estarmos lidando com *corpus* diacrônico, a investigação baseia-se na união das concepções da Linguística Histórica, disciplina que trata, grosso modo, do estudo histórico da língua e, conseqüentemente, da mudança linguística ao longo do tempo (FARACO, 2005), e na força empírica da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), o que resulta nos pressupostos da Sociolinguística Histórica (ROMAINE, 2009 [1982]) para a investigação de fenômenos linguísticos no passado.

Nesse quadro, com o advento dessa proposta de investigação de cunho histórico, é possível estudar processos de variação e mudança em sincronias pretéritas, em que a língua escrita é a fonte de dados. Para tanto, aplicam-se os métodos de análise variacionista, tais como a delimitação da variável dependente, a descrição das variáveis independentes externas e internas, a coleta de dados, a transcrição e a codificação dos dados coletados e a quantificação dos dados por meio de um programa de regra variável, valendo-se, porém, de cuidados voltados para o tratamento de textos antigos.

Considerando, então, o exposto, voltemos o olhar para a nossa pesquisa. Uma importante questão que nos desafia, haja vista estarmos trabalhando com *corpus* diacrônico, diz respeito a um dos principais problemas de lidar com o recorte temporal pretérito: o fato de que os textos que retratam períodos antigos da língua são sempre repletos de lacunas, já que estruturas que sobrevivem nos textos escritos podem ser advindas de um esforço do escrevente para se adequar à norma culta (LABOV, 1994). De fato, esses percalços podem limitar os resultados e as conclusões em estudo de um determinado fenômeno linguístico. Por sua vez, visto a intenção de investigarmos o uso dos recursos braquigráficos no século XVIII, recorte sincrônico adotado neste trabalho, recorrer aos textos representativos deste período de tempo é o único meio para trilhar os caminhos percorridos por um sistema linguístico. Isso é justificado por Labov (1994, p. 11, tradução nossa), pois, para o autor, no estudo diacrônico da variação linguística,

desenvolve-se a “arte de fazer o melhor uso de maus dados”²⁷. Assim, na tentativa de desenvolver tal arte, devem-se buscar textos que reflitam a língua de uma determinada época, o que é, na grande maioria das vezes, uma tarefa complexa e demorada. Na tentativa de minimizar estas dificuldades e com o intuito de agrupar dados suficientemente representativos de uma determinada sincronia e confiáveis ao estudo linguístico, é necessário controlar o gênero textual, já que se busca a expressão escrita de um determinado período de tempo em uma situação de menor formalidade – no nosso caso, o mais adequado é o uso de cartas de cunho privado, visto que a intenção é investigarmos o real conhecimento de norma que o escriba tem por meio do emprego das variantes padrão e não padrão das abreviaturas.

Nesse quadro, lançando mão das estratégias expostas acima, propusemos um estudo diacrônico, envolvendo os séculos XVIII e XIX, com um *corpus* composto por cartas pessoais, gênero textual que disponibiliza material linguístico que nos permite extrair dados sociolinguísticos imprescindíveis para testar nossas hipóteses.

3.1.2 A História Social da Linguagem

É por meio da História Social da Linguagem que buscaremos respaldo para a interpretação de fenômenos sócio-histórico-culturais, ao considerarmos os escreventes como agentes sociais e linguísticos e o emprego das abreviaturas em cartas pessoais como uma forma de manifestação desses agentes. Esse olhar se deve ao caráter social, político e histórico da linguagem e, também, por considerarmos que os usos da língua e suas mudanças não são fruto do acaso ou da ignorância, mas resultado de fortes níveis de tensão (RIBEIRO, 1997).

No caso deste estudo, um dos principais aspectos da história social dos escreventes a ser investigado é a relação da escrita com as práticas sociais, já que, conforme nossas hipóteses, fatores externos estão a eles imbricados e podem, conseqüentemente, ser identificados, assim como nos servem de embasamento para a caracterização dos escreventes.

Nesse panorama, não podemos deixar de mencionar, inicialmente, o fato de que há, ainda hoje, uma complexidade e uma heterogeneidade no que diz respeito à definição

²⁷ The art of making the best use of bad data.

dos conceitos que envolvem as práticas de aquisição da escrita, de desenvolvimento do domínio da língua escrita, de leitura e de aperfeiçoamento e ampliação dessas habilidades. Além disso, temos que considerar que essas práticas e o modo de aferi-las variam de uma época para outra, o que significa que as habilidades exigidas de um letrado e de um alfabetizado hoje não são, obviamente, as mesmas esperadas para indivíduos do século XVIII. Isso faz com que seja complexa a definição do que seria um cidadão letrado no período setecentista e que vamos fazê-la, então, não só por analogia com obras de pesquisadores contemporâneos, como também a partir da história social dos escreventes. Tomamos como base, para tanto, as obras de Soares (1998; 2003) e de Marcuschi (2001), uma vez que elas nos fornecem informações que nos levam ao entendimento dessas práticas, e as de Magalhães (2001) e de Mendes (2008), por também tratarem do tema e por abordarem a mesma sincronia (século XVIII) e as mesmas regiões do nosso trabalho (Brasil e Portugal).

3.1.2.1 Práticas de aquisição e de desenvolvimento da escrita: a alfabetização, a escolarização e o letramento

Conforme Soares (1998), para tratar das práticas relacionadas à língua escrita, é necessário frisar que não se excluem os usos e funções sociais da leitura e da escrita nos quais estão inseridos os indivíduos. Ou seja, é necessário considerar o conjunto de práticas sociais vinculadas não somente à aquisição formal da escrita, como também a outras habilidades do indivíduo e aos contextos nos quais ocorrem os usos da língua. Isso influencia diretamente a distinção dos termos que fazem parte do campo semântico da aquisição e do desenvolvimento das habilidades de escrita: a alfabetização, a escolarização e o letramento – termos muitas vezes vistos como similares, porém carregados de características singulares.

Segundo a referida autora, a alfabetização é um termo de uso corrente e é definido como

o processo de aquisição da língua escrita, isto é, de aprendizagem das habilidades básicas de leitura e de escrita; excluiu-se, pois, a produção a respeito do desenvolvimento do domínio da língua escrita, aperfeiçoamento e ampliação dessas habilidades. É que, embora o processo de aprendizagem da língua escrita seja um processo permanente, nunca interrompido, não parece apropriado, nem etimológica ou pedagogicamente, que o termo alfabetização designe, como querem alguns, tanto o processo de aquisição das habilidades de leitura e escrita quanto o processo de desenvolvimento dessas habilidades. (SOARES, 2003, p. 15).

O processo de alfabetização consiste, portanto, em ter ou não a posse da tecnologia da escrita; já o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de habilidades de uso da leitura e da escrita referem-se a níveis de domínio da tecnologia da escrita – o processo de letramento. Isso se deve ao fato de serem inúmeras e variadas as práticas que demandam o uso da leitura e da escrita, tanto sociais quanto escolares, e, conseqüentemente, são variadas as habilidades, os conhecimentos e as atitudes de leitura e de escrita necessárias para o exercício dessas práticas. Dentro desse processo, caracteriza-se como iletrado o indivíduo que não domina a tecnologia da escrita; porém, o seu antônimo não se caracteriza simplesmente pela posse dessa tecnologia, já que o indivíduo terá não somente adquirido a tecnologia da escrita, isto é, terá se tornado alfabetizado, mas também terá se apropriado das competências básicas necessárias ao uso das práticas sociais de leitura e de escrita, ou seja, terá se tornado letrado (SOARES, 1998).

Sobre o termo letramento, a autora salienta que, apesar de fazer parte do universo da educação, ele ainda é relativamente recente, visto ter surgido no discurso dos especialistas somente na década de 80, sendo a sua primeira ocorrência remetida à obra *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, de Mary Kato (1986).

Nessa perspectiva, concebe-se a escolarização como o processo pelo qual o indivíduo passa por ter frequentado uma instituição de ensino, onde é alfabetizado, e passa pelo processo de letramento. A alfabetização e o letramento são, portanto, etapas da escolarização, sendo a última, porém, o objetivo final.

Ainda de acordo com Soares (1998), existem hoje critérios para aferir os graus de letramento, que é o estabelecimento de uma equivalência entre nível de escolarização e capacidade de fazer uso efetivo e competente da leitura e da escrita, isto é, a relação entre número de séries escolares concluídas pelos indivíduos, ou seu grau de instrução, e nível de letramento. Esse critério fundamenta-se no pressuposto de que, atingido certo grau de instrução, o indivíduo terá não só adquirido a tecnologia da escrita, ou seja, terá se tornado alfabetizado, mas também terá se apropriado das competências básicas necessárias ao uso

das práticas sociais de leitura e de escrita e, portanto, terá se tornado letrado. Ressaltamos que, quanto ao uso da terminologia, estamos fazendo uma adaptação, já que temos consciência de que as práticas mudam com a sociedade e tais práticas eram bem mais restritas no século XVIII do que hoje.

Seguindo a mesma perspectiva, Marcuschi (2001) também enfatiza a relação entre linguagem e sociedade e considera a escrita como prática social que não pode ser dissociada da prática da oralidade, pois concebe língua e texto como um conjunto de práticas sociais e frisa a impossibilidade de investigá-los sem considerar a distribuição de seus usos na vida cotidiana. Antes consideradas práticas dicotômicas, em que se atribuía à escrita um valor de supremacia, hoje predomina a posição de que se pode concebê-las como atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais, uma vez que a oralidade é anterior à escrita e faz parte da formação social do indivíduo.

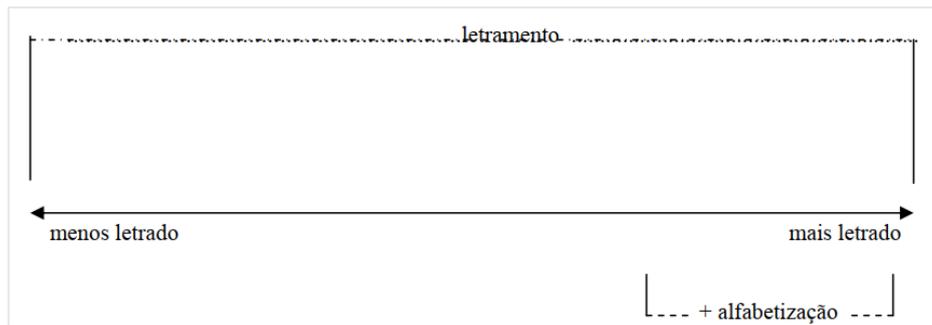
O autor, ao abordar a complexidade que a conceituação de letramento envolve, esclarece que “não existe um só letramento. O letramento não é o equivalente à aquisição da escrita. Existem ‘letramentos sociais’ que surgem e se desenvolvem à margem da escola, não precisando por isso serem depreciados” (MARCUSCHI, 2001, p.19). Isto é, o autor concebe o processo de letramento como um conjunto de práticas, ou letramentos. A amplitude desse processo é bem delimitada a seguir:

O letramento, por sua vez, envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas mais variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas letrado na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas etc., mas não escreve cartas nem lê jornal regularmente, até uma apropriação profunda, como no caso do indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia Matemática ou escreve romances (MARCUSCHI, 2001, p. 25, grifo do autor).

Mas como esse tema deve ser analisado “segundo as necessidades e condições sociais específicas de determinado momento histórico e de determinado estágio de desenvolvimento” (SOARES, 2003, p. 80), para a presente pesquisa, precisamos analisar o contexto sócio-histórico da época sob análise, para, então, construirmos uma definição de letramento mais adequada a esse contexto. Para tanto, consideramos a obra de Mendes (2008), na qual a autora faz uma análise das práticas de letramento e uso da escrita na sociedade mineira colonialista, mais especificamente, dos escreventes envolvidos na produção de inquéritos judiciais setecentistas, e em Portugal.

A referida autora, para dar conta da situação histórica, considera, com base em Tfouni (2001), para quem, num mesmo contexto histórico, não se pode dizer que todas as pessoas estejam no mesmo nível de desenvolvimento, que letramento na sincronia pretérita seja analisado sob o ponto de vista de um contínuo, conforme esquema a seguir:

Figura 14 - *Continuum* do letramento de Tfouni (2001)



Fonte: Tfouni (2001).

Conforme Tfouni (2001), nas diferentes gradações possíveis nesse eixo estariam distribuídas as pessoas em dado momento histórico, o que leva, então, à existência de níveis variados de letramento: no ponto extremo menos letrado encontram-se aquelas pessoas que não são alfabetizadas, mas reconhecem elementos da escrita; no extremo mais letrado estão aquelas pessoas que são alfabetizadas e cujas práticas de leitura e escrita são triviais no dia-a-dia; já no intervalo entre um ponto e outro há diferentes situações. Mendes (2008), para sua análise, retoma esse *continuum* e atribui a ele níveis de letramento, tendo como objeto linguístico as assinaturas, as quais possuíam escalas relacionadas aos níveis de alfabetismo, à ocupação profissional e ao estrato socioeconômico dos escreventes.

Assim, apesar da dificuldade de se definir letramento no século XVIII, partindo da mesma visão de Mendes (2008), a de que é possível avaliá-lo naquele período pelo critério do grau de instrução/nível de escolarização, uma alternativa para o nosso *corpus* foi estabelecer, por inferência, uma equivalência, primeiramente, entre profissão/ocupação e estrato socioeconômico e entre estrato socioeconômico e nível de escolarização para chegarmos à equivalência entre nível de escolarização e nível de letramento – assim temos macroníveis de letramento; por fim, estabelecer uma relação entre nível de letramento e emprego das abreviaturas, baseado no domínio de norma, na

complexidade das regras e na tipologia – dessa forma, podemos obter mais escalas de letramento.

No que diz respeito à instrução formal naquele período, ela foi implantada pela reforma pombalina, iniciada em 1759, que definiu os níveis de escolarização e estabeleceu o ensino em instituições públicas por meio das Aulas Régias, as quais compreendiam o nível dos Estudos Menores, subdivididos em (i) Cadeiras de Primeiras Letras (aulas de ler, escrever e contar) e (ii) Cadeiras de Humanidades (Latim, Grego, Retórica e Filosofia) e o nível dos Estudos Maiores, restritos à universidade (SILVA, 2004). Assim, considerando o pressuposto de Soares (1998), segundo o qual, atingido certo grau de instrução, o indivíduo terá não só adquirido a tecnologia da escrita, ou seja, terá se tornado alfabetizado, mas também terá se apropriado das competências básicas necessárias ao uso das práticas sociais de leitura e de escrita e, portanto, terá se tornado letrado, haja vista as relações de equivalência estabelecidas, identificar se o escrevente possui formação em Estudos Maiores (maior nível de escolarização) ou em Estudos Menores (menor nível de escolarização) é identificar dois macroníveis distintos de letramento do período setecentista – os quais nos servem, portanto, como critérios de mensuração dos graus de letramento.

Além disso, como havia nas sociedades portuguesa e brasileira do século XVIII uma relação direta entre a estratificação social e a função que o indivíduo exercia (MAGALHÃES, 2001; SALLES, 2007; MENDES, 2008), adotamos a profissão/ocupação e a família (no caso das mulheres que não possuíam profissão/ocupação) como critérios para a caracterização dos escreventes em dois estratos sociais (i) classe socioeconômica mais alta (Classe A) e (ii) classe socioeconômica mais baixa (Classe B). Assim, estabelecemos as demais equivalências ao considerar como representantes da classe A os escreventes que possuíam profissão/ocupação que exigia formação em Estudos Maiores (maior nível de escolarização) ou determinado tempo de estudo, tais como advogado, médico, tabelião, padre, freira, dentre outros, ou, caso a profissão/ocupação não seja identificada, como no caso das mulheres, se eram de famílias nobres ou possuidoras de bens, o que nos leva a inferir que tinham preceptores. E, como representantes da classe B, estamos considerando aqueles que possuíam profissão/ocupação que não exigia formação em Estudos Maiores ou determinado tempo de estudo, ou seja, que se enquadravam no nível Estudos Menores (menor nível de escolarização), tais como alfaiate, carpinteiro, cozinheiro(a), sapateiro, vendedor(a),

escravo(a), dentre outros, ou caso a profissão/ocupação não seja identificada, em qual família viviam ou a profissão/ocupação do pai/cônjuge.

3.1.2.2 A história social de Portugal e do Brasil no século XVIII²⁸

Ainda se tratando da história social, também não podemos perder de vista o fato de que, de modo geral, fatores endógenos podiam revelar muito sobre a educação e o grau de letramento da população no século XVIII. Assim, é necessário caracterizarmos os aspectos sócio-histórico d'além e d'aquém mar, com ênfase nas práticas sociais e educacionais, para compreendermos o contexto histórico em que as cartas foram produzidas.

3.1.2.2.1 Práticas sociais e educacionais em Portugal

Uma das obras que nos serviu de parâmetro para o entendimento do corpo social de Portugal no século XVIII é a de Magalhães (2001), que aborda as práticas de escrita e de leitura de Portugal durante o período do Antigo Regime, compreendido de 1620 a 1807. O autor deixa claro que a sociedade portuguesa era rigorosamente hierarquizada e afirma que “a níveis diferenciados de alfabetização correspondem desempenhos e níveis de inserção/participação social gradativamente diferenciados” (MAGALHÃES, 2001, p. 441). Ou seja, a posição social e a ocupação/função social estavam intimamente imbricadas naquele período, já que o tipo de ofício desempenhado determinava a posição social que o indivíduo teria na sociedade em que vivia. Isso, inclusive, motivou a nossa opção metodológica por associar ocupação com grau de escolarização.

Quanto às práticas de leitura e de escrita no Antigo Regime, o referido autor reitera que eram relativamente escassas, uma vez que ler e escrever não eram atividades nem simultâneas e nem privadas para a globalidade da população portuguesa. O que se sabe é que a escolarização não era uma universalidade entre a população, visto que o acesso era privado a uma minoria abastada, salvo exceções.

²⁸ Destacamos que consideramos as características sociais gerais do Império Português e do Brasil Colônia e que não trataremos de características regionais específicas, apesar de termos utilizado cartas de regiões distintas de ambas as localidades.

Existia, portanto, um contraste no acesso à educação, o qual era fundamentado pela posição social do indivíduo. Nas palavras de Mendes (2008, p. 443), “toda a dinâmica histórica do alfabetismo é elitizante e contextualizada”, o que evidencia o privilégio do acesso às práticas educativas aos grupos sociais abastados.

Cabe ressaltarmos que a divisão social adotada em Portugal naquele período, conforme Cressoni (2012), baseava-se numa perspectiva medieval definida pela presença de uma Ordem Cósmica, na qual cada grupo social tinha uma função específica e uma importância para a manutenção da totalidade existente, onde todos deveriam se colocar a serviço de Deus. E, nestas condições, exigia-se a obediência de uma hierarquia, a qual estava ordenada da seguinte maneira: nobreza, clero e povo. Esta última categoria era, ainda, subdividida em “três modos de vida: viver como senhor ou amo, ter ofício ou mester de que aufera o sustento para si e para os seus, ser negociante” (MAGALHÃES, 2001, p. 135).

Nesta hierarquização, a família era um importante critério de classificação social, uma vez que era a forma de distinguir os nobres dos plebeus. Ainda, conforme Magalhães (2001),

a marca mais directamente relacionada com o alfabetismo, quer no plano grupal, quer no plano individual é a função sócio-profissional do indivíduo. Uma referência histórica que não se esgota apenas na dimensão profissional, mas se articula com a representação social dessa mesma função. Essa combinatória pode estruturar-se numa escala de funções sócio-profissionais (MAGALHÃES, 2001, p. 135).

Entendemos, portanto, que a combinação das dimensões social, laboral e econômica eram organizadas em categorias que se relacionavam diretamente aos níveis de letramento. Além disso, de acordo com o autor, são muitas as situações em que se destacam os fatores de hegemonia, mais especificamente aquelas do âmbito da religião, da justiça e das regras sociais.

Reforçando a relação classe social/ocupação, Fernandes (1994) evidencia que o destino profissional do indivíduo naquele momento afetava, em grande parte das vezes, o seu destino escolar e a sua classe social. Nas palavras do autor,

no âmbito das actividades profissionais é diminuto o número de profissões técnicas em que a habilitação mínima de "Primeiras Letras" é requerida como condição da aprendizagem. Os ofícios manuais e a lavoura eram fundamentalmente trabalho braçal, exceptuadas profissões artísticas como as de pintor, escultor ou ensamblador em que a componente intelectual exigia um mínimo de preparação literária. Em contrapartida, era nos sectores de comércio, administração e serviços, bem como nas profissões inferiores e médias da área da saúde que a necessidade de tais habilitações se fazia sentir com maior premência (FERNANDES, 1994, p. 55).

Magalhães (2001) reforça que outra questão que influenciava no acesso às práticas educativas era a geográfica, já que no mundo rural elas eram ainda menos acessíveis, salvo alguns indivíduos que ocupavam alguma função de poder na comunidade e que faziam uso dessas práticas com regularidade, tais como no caso de grandes negociantes ou de grandes proprietários de terras.

Além disso, antes das instituições escolares formais, estabelecidas na 2ª metade do século XVIII, a prática regular de iniciação à leitura e à escrita geralmente ocorria em comunidades religiosas com eclesiásticos ou ordinandos, por meio do ensino religioso, em ambiente doméstico, com familiares ou preceptores contratados, ou em estabelecimentos fixos, com preceptores de diferentes profissões (cirurgiões, boticários, barbeiros, advogados, etc.). Relativamente, poucos indivíduos seguiam o processo de aprendizagem com estudos da gramática latina ou conhecimentos específicos; muitos interrompiam esse processo ao adquirir uma escrita elementar, muitas vezes sabendo somente assinar o próprio nome, e outros nem mesmo chegavam a esse estágio e apenas atingiam conhecimentos rudimentares de leitura.

Quanto ao método de ensino/aprendizagem, este se estruturava em três competências básicas fundamentais: ler, escrever e contar. E, em relação à estrutura de ensino, não havia uma rede escolar naquele período, apesar de haver uma tradição de ensino das Primeiras Letras em alguns locais (MAGALHÃES, 2001).

Segundo Mendes (2008), na transição da Idade Média para a Moderna²⁹, a escrita passou por um processo de secularização e de ampliação das suas funções para além da estruturação e fixação de textos religiosos e legislativos. Isso culminou em duas consequências: inicialmente, ocorreu uma profissionalização dos escreventes, tabeliães e notários, e, em segundo lugar, deu-se a elitização das práticas da escrita, que se estendeu do domínio dos clérigos para o domínio das elites urbanas: grandes comerciantes, juristas e médicos. Já no Antigo Regime português, com a profissionalização da escrita, a

²⁹ Em meados do século XVI (FRANCO JÚNIOR, 2001).

apropriação da cultura do registro gráfico passou a estar mais presente no cotidiano das pessoas (em comparação à Idade Média), especificamente no centro urbano em oposição ao espaço rural.

Ainda conforme a autora, essa situação intensificou-se ao longo do século XVIII, principalmente a partir da segunda metade, já que, em função da política pombalina, influenciada pelas ideias iluministas, o ensino tornou-se institucionalizado e foi expandido, além de haver maior preocupação com a sua qualidade.

No que tange às diversas reformas do período pombalino, as práticas educacionais sofreram uma série de transformações, dentre elas a criação das Aulas Régias aplicadas durante o processo de instrução inicial da mocidade portuguesa, destinadas aos pequenos nobres que recebiam educação formal da infância até a entrada na universidade. As Aulas Régias tinham como objetivo preparar os jovens nobres para o ingresso nas universidades prestigiadas do país e do exterior, além de dar a instrução formal necessária para futuramente terem conhecimentos científicos e humanísticos sólidos suficientes para ocuparem cargos políticos, diplomáticos ou administrarem o legado material de suas famílias (BOTO, 1996; FONSECA, 2004).

Ainda, conforme Fonseca (2004), o processo de laicização no período moderno culminou na colocação da educação cada vez mais no centro das preocupações quanto à organização da vida social. O pensamento iluminista construiu a ideia do papel redentor da educação, de sua capacidade de promover a regeneração e a emancipação dos indivíduos e das instituições educativas como lugares privilegiados para a formação dos sujeitos conformados à modernidade.

Quanto à relação entre os grupos sociais, Magalhães (2001) esclarece que a cultura escrita no século XVIII ocorreu de modo distinto e hierarquizado, nas esferas científica, cultural e sócio-administrativa. Essa estratificação fez com que se acentuasse a divisão entre as profissões liberais e aquelas que demandavam o ofício mecânico. Assim, correspondia a ser alfabetizado ser da nobreza, do clero e da burguesia. Neste último grupo, apesar de a prática da educação ser menos recorrente, encaixava-se no grupo dos alfabetizados ser proprietário de muitos imóveis ou de grande comércio, ser empregador e, com isso, ser responsável pela sobrevivência de outros, bem como desempenhar funções tipicamente marcadas pelo uso regular da leitura e da escrita, tais como ser escrivão, procurador e secretário, e desempenhar funções com capacidade de decisão, nos domínios jurídico e econômico-financeiro.

A uma parte dessas profissões que se enquadravam na estrutura sócio-produtiva, correspondia uma formação escolar específica ou, inclusive, formação universitária; outro grupo estava relacionado com uma aprendizagem no nível secundário, outro no nível elementar e, por fim, outro composto por indivíduos analfabetos. Em termos gerais, nessa escala há três grupos de ocupações/funções sociais³⁰ que definem o estrato socioeconômico dos indivíduos, conforme Magalhães (2001):

- i) Estrato mais alto: nobres, eclesiásticos, profissionais liberais, escrivães, notários, professores, grandes negociantes (proprietários de estabelecimento), grandes proprietários de bens fundiários e de imóveis, capitalistas, oficiais de alta patente e ourives eram alfabetizados.
- ii) Estrato intermediário: nas ocupações, tais como pequenos comerciantes, lavradores, alfaiates, mestres de ofício, oficiais de mester ou de ofício, oficiais de diligências, pequenos comerciantes, guardas, policiais de baixa patente e serviçais, oscilava a situação de alfabetismo, já que estavam vulgarmente relacionados ao nível de aprendizagem elementar ou secundária, ou ausência de qualquer capacidade de leitura ou escrita.
- iii) Estrato mais baixo: as ocupações de servos, jornaleiros e escravos eram de indivíduos analfabetos.

Como os níveis de alfabetização relacionavam-se diretamente às dimensões social, laboral e econômica, embasamo-nos nessa classificação para categorizarmos os escreventes em classes sociais. Visto a impossibilidade de detectarmos quais ocupações/funções sociais do segundo grupo se enquadram no nível de alfabetismo elementar ou secundário, consideramos os dois últimos grupos (estratos intermediário e baixo) como o de representantes da classe socioeconômica mais baixa.

Com efeito, entre todos os que circulavam nesse contexto sócio-histórico, os clérigos eram considerados os que sabiam ler e escrever com habilidade mais elevada do que os indivíduos dos demais estratos, uma vez que a formação do seminário exigia a prática da leitura e da escrita e as reforçava. Os membros da nobreza também estavam,

³⁰ Magalhães (2001) ressalta que essa é uma macrodivisão, o que nos leva a entender que todos os grupos apresentavam desvios de perfil.

em sua generalidade, entre os indivíduos alfabetizados, porém, era característica deste grupo social o desprezo pela escrita, então recorrer aos serviços de escrivão era prática recorrente (MAGALHÃES, 2001).

Sobre a população em geral, Magalhães (2001) menciona que a escrita e a leitura não eram habilidades que poderiam ser encontradas, simultaneamente, em todos aqueles que foram alfabetizados, tanto na escola quanto em ambiente doméstico. A leitura, com exceção dos membros da Igreja, não era atividade individual e comum entre a população, especialmente no meio rural ou afastados dos centros urbanos. Por sua vez, era um pouco mais difundida em Lisboa, mas também de forma coletiva.

Não podemos deixar de mencionar que, dentre as considerações acima, havia um grupo social genericamente excluído: o sexo feminino. Mesmo com a formalização do ensino e a criação de instituições educacionais, as mulheres não podiam frequentar esses espaços. De acordo com Adão (1997), até o fim do século XVIII, não havia escolas para as meninas em Portugal, ficando aos conventos, aos recolhimentos ou às iniciativas particulares, quando em famílias abastadas, a tarefa de ensinar a mulher.

3.1.2.2.2 Práticas sociais e educacionais no Brasil

Segundo Julio e Vartuli (2016), a organização social no Brasil Colônia acontecia com base nos padrões europeus. Por sua vez, se por um lado a vida social tinha o modelo português, por outro, revelava especificidades, elementos que constituíam e sedimentavam raízes do viver na Colônia. Novas práticas eram delineadas, as quais, certamente, demandaram novos conhecimentos e informações.

Uma das distinções deve-se ao fato de que o Brasil Colônia, diferentemente de Portugal, era marcado pela diversidade étnico-cultural, com uma sociedade praticamente formada por europeus e seus descendentes brasileiros, por africanos e por indígenas. Outra diz respeito às condições socioeconômicas, as quais eram marcadas pela cultura de extração e pela escravidão.

Nos séculos XVI e XVII, a sociedade brasileira era basicamente rural, patriarcal e escravista, tendo como atividade econômica predominante a agricultura de cana-de-açúcar e de tabaco e marcada por uma estratificação extremamente rígida: no vértice da pirâmide estavam os grandes proprietários rurais; abaixo, havia um contingente numeroso de não abastados e, na base, os escravos. Portanto, considerando-se as atividades sociais,

aqueles que não se enquadravam nos grupos abastados estavam à margem do sistema (FARIA, 1998).

Nesse cenário, como evidencia a referida autora, um importante parâmetro para a categorização social do indivíduo era a família a qual pertencia, uma herança das práticas sociais portuguesas, apesar de não haver no Brasil Colônia uma nobreza nas mesmas configurações da do Império. Sobre essa relação, Faria (1998) evidencia que havia uma estreita conexão entre família e poder, ao afirmar que

é pela e para a família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública e privada, originam-se ou convergem. É a família que confere aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no *status* e na classificação social. Pouco, na Colônia, refere-se ao indivíduo enquanto pessoa isolada – sua identificação é sempre com um grupo mais amplo. O termo “família” parece ligado a elementos que extrapolam os limites da consanguinidade – entremeia-se à parentela e à coabitação, incluindo relações rituais (FARIA, 1998, p. 21).

Porém, apesar desse modelo social ainda existir, no século XVIII houve uma reconfiguração na sua organização, visto que, conforme Faria (1998), a hierarquia social na Colônia também se pautava pela riqueza do indivíduo. Ou seja, diferentemente do que era aceito na sociedade portuguesa, o alçamento ao estrato social mais abastado podia acontecer caso o indivíduo enriquecesse. Com o início da exploração do ouro, o cenário tornou-se um pouco mais democratizado. Isso porque, nas áreas mineradoras, que passaram por intenso afluxo de homens, de todas as raças e de diferentes condições sociais, a posição social do indivíduo passou a depender, também, da quantidade de dinheiro que possuía e não somente dos títulos nobiliárquicos herdados. Essa atmosfera possibilitou uma maior mobilidade e, conseqüentemente, novos parâmetros para classificação social dos indivíduos (JULIO E VARTULI, 2016).

Além dos parâmetros previamente mencionados, assim como na sociedade portuguesa do Antigo Regime, outro qualificador do valor social do indivíduo na Colônia era a atividade/função que exercia, já que o nível de formação exigido era um indicador do seu poder econômico – determinadas profissões demandavam conhecimento formal, o qual era restrito àqueles que dispusessem de condições financeiras para ter acesso a esse tipo de instrução, bem como exigiam a mudança para as cidades onde estavam as instituições de ensino, muitas vezes distantes ou, até mesmo, em outros países (JULIO E VARTULI, 2016).

Conforme Fonseca (2008), outro parâmetro de classificação social naquele período era o domínio da escrita. Esse domínio da linguagem escrita não servia, apenas, como instrumento de poder numa sociedade preconceituosa em relação aos trabalhos manuais. Entre os comerciantes, o conhecimento da escrita e da leitura era ainda mais importante para o exercício de suas atividades, considerando-se a possibilidade de um nível elevado de letramento nesse grupo – se não elevado, comparado aos nossos dias, pelo menos bem superior aos demais. O indicativo era a capacidade de assinar o nome, podendo ser combinado a outros, como a posse de livros e o serviço de contabilidade, frequente entre os comerciantes, e a preocupação recorrente com a educação dos filhos, na aprendizagem da leitura e da escrita, principalmente.

Nesse cenário, a sociedade setecentista no Brasil era, em linhas gerais, assim organizada (FONSECA, 2008; VARTULI, 2012):

- i) Estrato mais alto: nobres vindos de Portugal e seus descendentes, clérigos, oficiais de alta patente, grandes comerciantes, profissionais liberais, indivíduos que tinham alcançado poderes econômicos, independentemente da sua ocupação.
- ii) Estrato intermediário: trabalhadores livres e não abastados; oficiais de baixa patente; criados.
- iii) Estrato mais baixo: escravos.

Lancemos o olhar, agora, às práticas educativas no período setecentista. A despeito disso, na esteira de Veiga (2007, p. 51), não se pode desconsiderar que “[...] é controverso afirmar que o período colonial se caracterizou por uma educação brasileira. O modelo era lusitano e expressava valores e conteúdos vigentes em Portugal, ainda que aplicados ao Brasil”.

Vartuli (2012) complementa essa visão ao expor que havia, portanto, um contínuo processo de apropriação dos valores culturais portugueses, o que considerava, também, outras matrizes culturais que compunham o cenário colonial. Não obstante, apesar da existência do modelo metropolitano difundido na América portuguesa, o autor ressalta a existência de especificidades regionais da colônia que certamente marcaram e

imprimiram cores diferentes aos processos de apropriação dos princípios e ensinamentos portugueses.

A fim de caracterizarmos o sistema educacional do Brasil no século XVIII, retomamos sua situação sócio-histórica; não sem antes ressaltamos que é prematuro falar de um sistema educacional genuinamente brasileiro, a exemplo do que se deu com a Língua Portuguesa, que somente no século XIX passa a ter características próprias, independentes da hegemonia europeia. Nesse contexto, o período colonial setecentista, no que diz respeito à educação, pode ser genericamente dividido em duas fases, as quais representam as tendências pedagógicas que predominaram (VEIGA, 2000):

1ª fase (1549-1759): a implementação do ensino religioso jesuíta até a expulsão dos jesuítas.

2ª fase (1759-1808): o período pombalino e a vinda da Família Real para o Brasil.

A 1ª metade do século XVIII situa-se no final da 1ª fase da educação brasileira, a qual teve início pelas mãos dos jesuítas. Inicialmente, o método de ensino jesuíta concentrava-se numa política de propagação da fé e da obediência, com o ensino religioso e as representações de autos, com o intuito de catequizar e domesticar os indígenas. Posteriormente, implementaram duas categorias de ensino: a instrução simples primária (as escolas de primeiras letras para os filhos de portugueses) e a educação média (colégios destinados aos meninos brancos que formavam mestres em artes/bacharéis em Letras). A frequência de crianças negras, inclusive as livres, era proibida. Nessa fase, o ensino oficial da Língua Portuguesa ainda era restrito à elite, podendo frequentar as instituições somente os filhos de portugueses e de senhores de engenho (OLINDA, 2003).

A fase posterior inicia-se em 1759, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, momento marcado pela implantação de uma política pública que proibia o uso da língua geral e exigia o uso exclusivo da Língua Portuguesa. Pombal oficializou o ensino e criou escolas régias, nas quais foram instituídas as disciplinas de retórica, de língua grega, de língua hebraica e de língua latina. A educação passou a ser gerida pelo Estado, o que, porém, resultou numa fragmentação do sistema educacional até então empregado, uma vez que “permitiu uma pluralidade de aulas isoladas e dispersas e consentiu que pessoas semianalfabetas ministrassem matérias sem qualificação, inclusive pedagógica” (OLINDA, 2003, p. 158).

Ademais, como expõe Fonseca (2009), na 2ª metade do século XVIII, especialmente após as reformas pombalinas, algumas transformações importantes ocorreram na capitania de Minas Gerais no que tange aos processos educativos, como, por exemplo, o aumento significativo das aulas régias. Nas palavras do referido autor, “embora já expressivos na década de 1770, foi a partir da década de 1780 que vemos aumentar os registros relativos às aulas régias, em diversas capitanias da América portuguesa.” (FONSECA, 2009, p. 65). Essa situação favoreceu a circulação de conhecimentos variados e também contribuiu para mudanças expressivas no cenário social do Brasil Colônia.

No contexto evidenciado anteriormente, incluía-se, porém, uma parte ínfima da população. Como evidencia Vartuli (2012), a realidade era que, até pelo menos a vinda da corte portuguesa no início do século XIX, na maioria dos casos a educação esteve a cargo de familiares que sabiam ler e escrever, de preceptores e mestres particulares, além de alguns poucos conventos e recolhimentos para atender especialmente aos grupos mais abastados da sociedade. Também era comum, nesse modelo educacional, professores ou padres mestres ensinarem em suas próprias casas, em aulas muitas vezes abertas ao público” (VEIGA, 2007, p. 66).

Outra característica herdada da sociedade portuguesa e que dialoga intrinsecamente com o nosso objeto de estudo era a distinção entre os papéis sociais do homem e da mulher. Como ressalta Veiga (2007, p. 68), “[...] na produção das distinções de comportamentos entre adultos, pobres e crianças, associado ao desenvolvimento das pulsões, esteve também presente, evidentemente, a distinção de comportamento entre os sexos”. Assim como em Portugal, imperava no Brasil Colônia uma sociedade paternalista, na qual às mulheres “de família” eram delegadas as funções de servir ao homem e desempenhar as tarefas do lar como dona de casa e mãe. O papel social feminino, portanto, refletia diretamente no acesso à educação desse grupo social. Ou seja, se às mulheres restavam a subserviência ao marido ou ao pai e as suas obrigações limitavam-se, na maioria dos casos, às funções relacionadas ao lar e à família (VARTULI, 2012), o conhecimento letrado não era, portanto, uma característica do sexo feminino na sociedade setecentista.

Por sua vez, apesar de a educação para as mulheres não ter sido regra naquela sociedade e de a inserção do sexo feminino nas instituições formais ter sido tardia, ocorrendo em meados do século XIX, a circulação de saberes em espaços diversificados viabilizou diferentes formas de aprendizagem. Segundo Algranti (1993),

no século XVIII, a educação feminina estava longe de ser uma idéia generalizada ou uma prática corriqueira mesmo entre a elite da Colônia, que lançava mão dos recolhimentos para fins educativos. Nem totalmente conventos, nem escolas, as instituições femininas de reclusão situavam-se a meio caminho dos dois modelos de estabelecimento e serviam a vários propósitos do que toca à vida das mulheres. (ALGRANTI, 1993, p. 260-261).

Dada essa limitação da escolarização formal, uma forma comum de acesso à educação era por meio do ensino domiciliar. Somadas a esses recursos para educar a mulher, Julio e Vartuli (2016) mencionam, ainda, outras formas mais informais de educação, tais como as utilizadas pela Igreja e pelo Estado, as quais se davam por meio dos sermões proferidos nas missas, dos conselhos dados nas confissões e, também, das condições e exigências presentes na legislação que se esperava poder formar a boa mãe, esposa e dona de casa.

E, apesar do discurso do Estado e da Igreja sobre a educação feminina, esse modelo social esbarrou nas condições do cotidiano da Colônia e acabou sendo moldado de acordo com as circunstâncias vivenciadas. Desse modo, foi necessário tolerar outras formas de organização familiar e de relações entre homens e mulheres que, para além das divisões de papéis, experimentaram a partilha e a negociação. Um exemplo disso é que, por ocasião de falecimento dos maridos, as mulheres brancas ocupavam lugares similares aos dos homens na gerência de negócios, na administração de fazendas e, também, respondiam pelas dívidas por eles assumidas em vida (CHEQUER, 2008). Como consequência, esse cenário peculiar refletiu positivamente no letramento das mulheres que se encontravam em tal situação, uma vez que ampliou o contato com práticas de leitura e de escrita.

Diante do exposto, podemos perceber que as práticas sociais e educativas foram, de fato, extremamente importantes na sociedade colonial brasileira, uma vez que, além de constituírem parte das relações sociais, possibilitaram o alçamento a novos grupos, conexões com as dimensões econômica e política e a construção de uma cultura diferenciada. Essa conjunção de condições sociais nos servirá, portanto, como critério metodológico para a estratificação cultural (quanto ao grau de letramento) dos nossos escreventes.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS* E CRITÉRIOS PARA A COLETA E A ANÁLISE DOS DADOS

Além de nos embasarmos na Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]) como aporte teórico, essa teoria também nos serviu como embasamento metodológico. Consideramos, também, como já antecipado, os conceitos expostos na subseção 2.1.2 História Social da Linguagem como critérios para a caracterização do escrevente.

Assim, em função das hipóteses aventadas, a tarefa inicial foi fazer um extenso levantamento nas gramáticas e dos manuais de estilo dos séculos XVIII e XIX em busca de informações sobre as abreviaturas, no intuito de identificarmos e de sistematizarmos a norma do período e de definirmos quais eram as regras categóricas, aquelas constantes em todos os manuais ou que foram mencionadas somente por um autor – uma vez que não é possível fazer comparação, não é possível sabermos se diverge ou não – e as não categóricas, as quais não são consenso entre os autores. Nesse contexto, é importante ressaltarmos que consideramos como violação da norma apenas forma variante que não foi validada por nenhum autor.

Portanto, a sistematização da norma se deu a partir do que foi identificado nas 41 obras às quais tivemos acesso.

A etapa posterior consistiu na composição do *corpus*, cujos critérios serão detalhados na subseção a seguir.

3.2.1 O *corpus*

A primeira tarefa para a composição do *corpus* foi a seleção do gênero textual: missivas. Os documentos selecionados são cartas pessoais setecentistas, também denominadas correspondências privadas. A escolha do gênero cartas pessoais para a composição do *corpus*, como já mencionado, não foi aleatória. Uma das motivações foi o fato de que esse gênero possui como características a simplicidade, a clareza e se aproxima do vernáculo (TIN, 2005). Assim, a despeito de ser um gênero formulaico, o texto epistolar sempre favoreceu o emprego de abreviaturas, além do que, segundo Ribeiro (1890), nesse período de abolição dos recursos braquigráficos, estes estavam circunscritos aos manuscritos familiares, principal meio de comunicação a distância da época.

Consideramos, também, a proposta de Barbosa (1999) em relação a esse gênero. Ao discutir a tipologia dos textos produzidos na América Portuguesa na segunda metade do século XVIII, o autor concebe as cartas pessoais como textos da administração privada, uma macrocategoria tipológica, da qual fazem parte os textos de caráter particular *strictu sensu*, denominados, por ele, de circulação particular. Desse modo, os textos que possuem a denominação particular abordam questões de interesse exclusivo dos interlocutores e podem conter assuntos particulares ou sociais e essa característica textual permite, portanto, que o conteúdo seja expresso de modo menos formal e evidencia as práticas comuns e as características individuais de escrita naquela sincronia.

Nesse contexto, é evidente a relevância que a carta pessoal possui para a investigação linguística histórica; mais do que isso, podemos dizer que ela é multifacetada, independentemente da sincronia em que fora escrita, uma vez que a sua prática envolve variados desígnios. Além de ser um objeto que delimita lugares e pessoas, a carta pessoal é uma legítima representação de momentos particulares na história da cultura e dos sujeitos (CHARTIER, 1990); e é, por isso, fonte de inspiração, criação e elucidação para os estudos linguísticos.

Mais especificamente, em nosso percurso com as cartas pessoais setecentistas, pudemos notar que, além das questões a serem investigadas, a sua prática era uma atividade um pouco mais democrática, pois, transpassado o domínio mínimo da pena, era uma forma de expressão que figurava tanto entre os populares quanto entre os elitizados – isso “quebrava”, de certa forma, o controle universal que a classe mais abastada tinha em relação a variadas práticas e é um reflexo dos processos de mudança nas dinâmicas sociais daquele período.

Ainda sobre as características desse gênero, encontramos em Camargo (2000) uma exposição mais ampla dos sentidos que ele carrega:

A busca de uma escrita que não é fabricada, no sentido que lhe atribui Certeau (1990), isto é, aquela que é transformada em objeto a ser aprendido e apreendido, e nesse processo vai envolvendo, vai fazendo-se presente determinada condição de sujeito ou de assujeitamento; a busca de uma concepção de escrita inserida numa concepção de linguagem que é produção, supondo interlocutores; a inserção, a compreensão dessa escrita como prática cultural, no cotidiano, têm dado subsídios para a reflexão dos sentidos da escrita que faz a história e dos tantos sentidos que ficam registrados na escrita, pela escrita, por meio da escrita (CAMARGO, 2000, p. 19).

Ainda, conforme a autora, é possível delas extrair “a definição do lugar social de onde se fala, de onde se escreve, junta-se um outro: é o sujeito falando da sua própria ação de escrever e dos tantos elementos que a envolvem, que nela penetram, que a fazem” (CAMARGO, 2000, p. 121), concepção a qual ilustra a nossa perspectiva sobre o peso dos fatores sociais na escrita e de como a carta pessoal pode ser um retrato daqueles que seguram a pena.

As questões acima expostas nos nortearam, então, na identificação dos documentos que se enquadravam como cartas pessoais, a qual considerou as três dimensões apontadas por Bakhtin (1997) para a classificação da finalidade de um gênero: “o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional”. Mais especificamente, na seleção, buscamos conteúdo temático de cunho privado, estilo menos formal e documentos com a estrutura composicional de carta (protocolo inicial, corpo do texto e escatocolo).

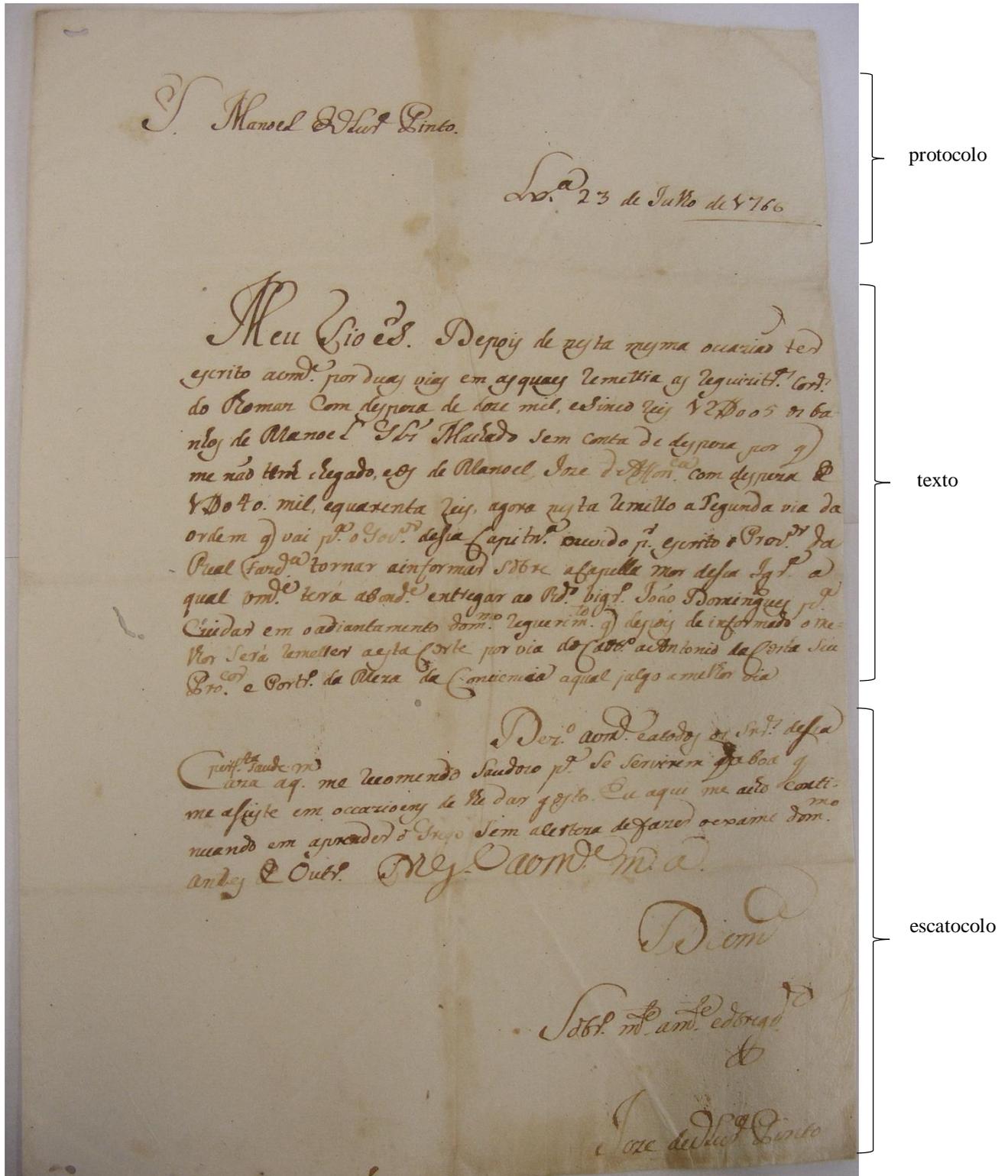
Assim, no que diz respeito à classificação da macroestrutura da carta, adotamos a perspectiva da análise diplomática acerca dos documentos antigos, uma vez que o nosso recorte temporal é pretérito. Nesse contexto, nos interessa a definição de Belloto (2002, p. 39), segundo a qual a carta “é um documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso”.

Sobre a sua composição estrutural, consideramos a seguinte classificação para a identificação da posição textual em que se encontravam as abreviaturas (SPINA, 1977; BELLOTO, 2002):

- a) o protocolo (ou protocolo inicial) – seção pré-textual, que contém as datas tópica (local) e cronológica, o endereçamento (a quem se dirige) e a saudação.
- b) o texto – constitui o corpo do documento e contém o fato registrado, com a exposição e o objetivo da carta.
- c) e o escatocolo (ou protocolo final) – seção pós-textual, que contém o fecho e a assinatura; pode conter as datas tópica e cronológica caso não apareçam no protocolo.

Essa subdivisão da estrutura de uma missiva é ilustrada na imagem a seguir, de uma das cartas integrantes de nosso *corpus*:

Figura 15 - Estrutura da missiva

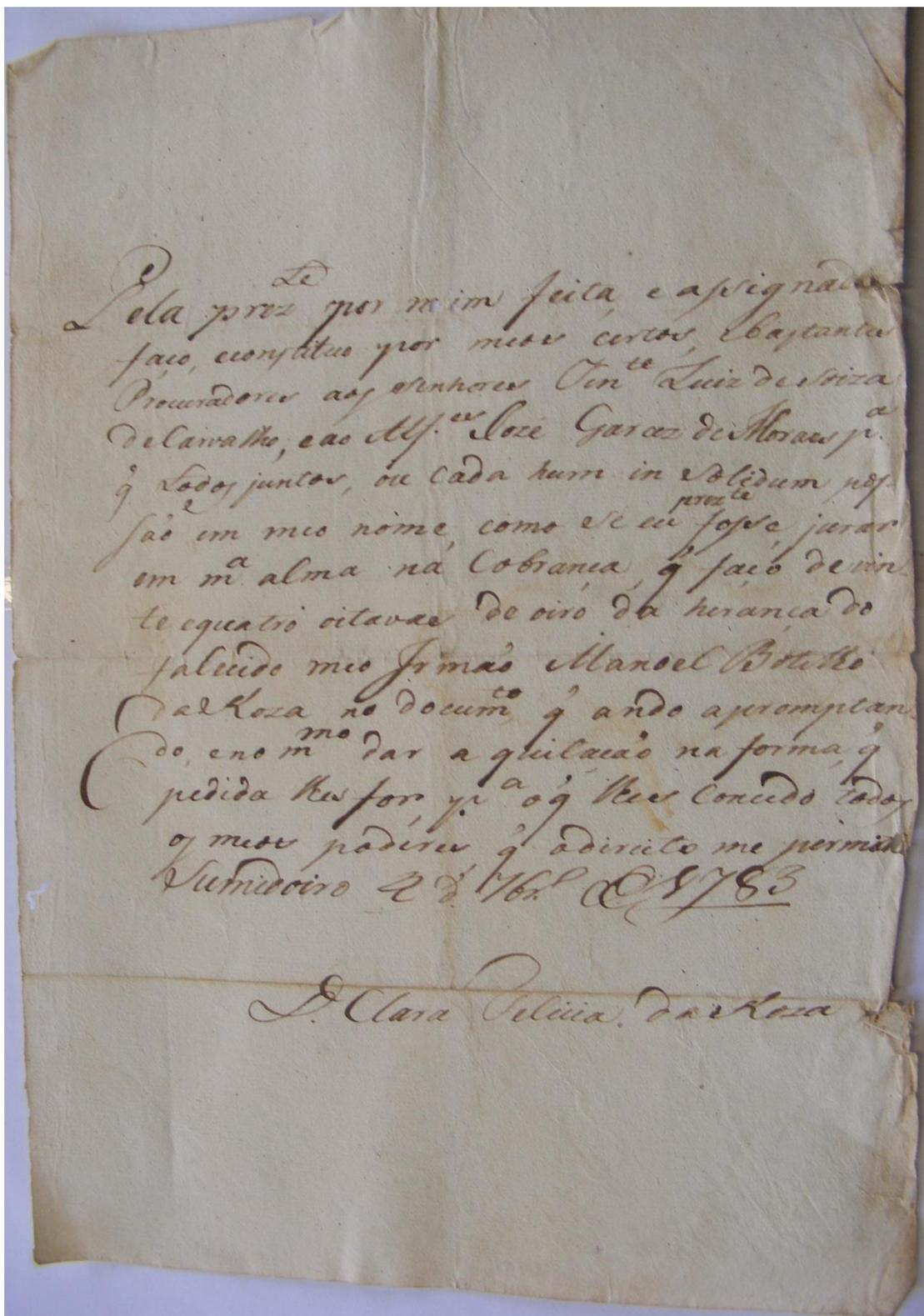


Fonte: Carta de Joze de Oliveira Pinto (1766) – Fundo Barão de Camargos, Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência/ IBRAM/ Ministério do Turismo.

Cabe mencionar que, devido ao caráter mais informal do gênero selecionado, deparamo-nos, algumas vezes, com variações na construção composicional das cartas.

Isso porque informações normalmente situadas no protocolo inicial nem sempre eram escritas na posição a ele destinada, ocorrendo, por vezes, no corpo do texto ou no escatocolo ou, então, simplesmente não eram escritas. Tal variação composicional pode ser observada na carta a seguir, na qual não há um espaço delimitado para o protocolo inicial:

Figura 16 - Estrutura da missiva com variações na construção composicional



Fonte: Carta de Clara Felícia da Roza (1783) – Fundo Barão de Camargos, Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência/ IBRAM/Ministério do Turismo.

Ressaltamos que, apesar de expormos questões concernentes ao gênero carta pessoal, fazemo-lo a título elucidativo de sua composição, não sendo, portanto, nosso objetivo entrar no mérito da Tradição Discursiva ou das relações pragmático-discursivas desse gênero no século XVIII; o nosso interesse está voltado para a identificação da posição textual das abreviaturas, o que nos exige, somente, a descrição da composição estrutural da carta pessoal.

O próximo passo deu-se com a seleção de missivas provenientes de duas fontes:

- (a) *Fundo Barão de Camargos* – arquivo que se encontra no museu *Casa Setecentista do Pilar*, o anexo III do *Museu da Inconfidência*, composto por caixas que contêm documentos que pertenciam ao primeiro Barão de Camargos e aos seus familiares, ascendentes e descendentes. Foram selecionadas 4 cartas de remetentes brasileiros que fazem parte das caixas de Manoel de Oliveira Pinto (1730-1778), de Luiz da Silva Valle (1770-1817) e de Clara Felicia da Roza (1777-1785).
- (b) *Post Scriptum: Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e em Espanha na Época Moderna* – faz parte do projeto *P. S. (Post Scriptum)*, disponível online³¹, no qual se desenvolve pesquisa sistemática, edição e estudo histórico-linguístico de cartas privadas escritas durante a Idade Moderna em Portugal e em Espanha. As fontes textuais do projeto *P. S.* apresentam frequentemente retórica (quase) oral, tematizando assuntos do cotidiano e foram feitas por autores de diferentes características sociais, tais como adultos, crianças, escravos(as), serviçais, religiosos(as), lavradores(as), militares, negociantes, profissionais liberais, ladrões, etc. Foram selecionadas 20 cartas desse arquivo, sendo 12 remetentes de Portugal e 8 do Brasil.

Ainda em relação à composição quantitativa do *corpus*, que seguiu a orientação metodológica da Sociolinguística Variacionista (TARALLO, 2002), visto a necessidade de extrairmos informações sócio-histórico-culturais dos escreventes, como a autoria, o sexo, a localidade e a profissão/ocupação/função social, e que essas características fossem igualmente distribuídas na composição, selecionamos 24 cartas pessoais. Mais especificamente, são 12 cartas de escreventes masculinos e 12 de femininos, sendo 6 de

³¹ Disponível em: <http://ps.clul.ul.pt/pt/index.php?action=home>.

cada localidade (Brasil e Portugal)³². Além disso, para cada sexo, foi considerado como critério de seleção o estrato socioeconômico do escrevente. O *corpus* ficou, então, organizado da seguinte forma:

- (a) 3 cartas pessoais de mulher de classe socioeconômica A, com formação em Estudo Maior ou de família abastada, da LPB;
- (b) 3 cartas pessoais de mulher de classe socioeconômica A, com formação em Estudo Maior ou de família abastada, do PE;
- (c) 3 cartas pessoais de mulher de classe socioeconômica B, sem formação em Estudo Maior ou de família não abastada, da LPB;
- (d) 3 cartas pessoais de mulher de classe socioeconômica B, sem formação em Estudo Maior ou de família não abastada, do PE;
- (e) 3 cartas pessoais de homem de classe socioeconômica A, com formação em Estudo Maior ou em área de estudo específica, da LPB;
- (f) 3 cartas pessoais de homem de classe socioeconômica A, com formação em Estudo Maior ou em área de estudo específica, do PE.
- (g) 3 cartas pessoais de homem de classe socioeconômica B e sem formação em Estudo Maior da LPB;
- (h) 3 cartas pessoais de homem de classe socioeconômica B e sem formação em Estudo Maior do PE;

Apresentamos, no quadro a seguir, as informações sócio-histórico-culturais dos escreventes que compõem nosso *corpus*, o que, nos moldes de nosso estudo, constitui sua ficha sociolinguística:

³² Os documentos *fac-símile* encontram-se nos Anexos A e B.

Quadro 6 - Informações sobre os remetentes

NOME	SEXO	PAÍS	VILA/ CIDADE	PROFISSÃO/ FUNÇÃO SOCIAL	ESTRATO SOCIOECONÔMICO	ANO
Joze de Oliveira Pinto (JOP)	Masculino	Brasil	Mariana	Universitário	A	1766
Miguel Ignacio dos Santos (MIS)	Masculino	Brasil	São Luís	Advogado	A	1780- 1789
Francisco da Costa Pinto (FCP)	Masculino	Brasil	Paranaguá	Alferes	A	1778
Joaquim Teixeira (JT)	Masculino	Brasil	São Thiago	Serviçal	B	1782
Manoel Vasconcelos (MV)	Masculino	Brasil	Rio de Janeiro	Quadrilheiro ³³	B	1733- 1734
Theodosio Machado (TM)	Masculino	Brasil	Bahia ³⁴	Alfaiate	B	1755
Domingos Vanelli (DV)	Masculino	Portugal	Lisboa	Universitário	A	1795
Pedro Affonso Pires (PA)	Masculino	Portugal	São Romão	Eclesiástico	A	1761
Joze da Costa Martins (JC)	Masculino	Portugal	Lisboa	Boticário	A	1757
Manoel Rodrigues (MR)	Masculino	Portugal	Lisboa	Cozinheiro	B	1714
Silvestre Rodrigues (SR)	Masculino	Portugal	Lisboa	Pedreiro	B	1777

³³ Official humilde de Justiça. He ordenado em Camera para servir tres annos; faz juramento, póde citar; faz fé, & traz vara. He obrigado a vigiar a sua quadrilha, & saber se nella se commettem desordens, para o avisar; sahe aos ruidos com armas, acode aos arrancamentos, & brigas, com lança, ou vara; prende os culpados, que lhe forem dados em rol, & nos coutos dos poderosos pode buscar, & prender os homiziados, que seguir (BLUTEAU, 1728, p. 7-8).

³⁴ Não menciona a cidade, somente o estado.

Manoel Pinto Pereira (MPP)	Masculino	Portugal	Lisboa	Tripulante de nau	B	1753
Clara Felicia da Roza (CFR)	Feminino	Brasil	Mariana	Comerciante/ proprietária de imóveis	A	1783
Thomasia Izabel Gonzaga (TIG)	Feminino	Brasil	Recife	Filha de desembargador	A	1770- 1772
Maria Catarina da Conceição (MC)	Feminino	Brasil	Olinda	Freira	A	1770
Jozefa (J)	Feminino	Brasil	São João	Criada	B	1780
Thereza de Jesus (TJ)	Feminino	Brasil	Recife	Escrava	B	1770- 1772
Izabel Gomes Veiga (IGV)	Feminino	Brasil	São Gonçalo	Costureira	B	1733
Hellena Josepha (HJ)	Feminino	Portugal	Lisboa	Freira	A	1750
Clara Rosa (CR)	Feminino	Portugal	Viana do Castelo	Filha de capitão/minerador	A	1743
Margarida Ingracia (MI)	Feminino	Portugal	Lisboa	Esposa de negociante	A	1757
Thomasia dos Santos (TS)	Feminino	Portugal	Setúbal	Lavradora	B	1788
Domingas Rodriguez (DM)	Feminino	Portugal	Cercosa	Esposa de alfaiate/carpinteiro	B	1737
Roza Maria (RM)	Feminino	Portugal	Viana do Castelo	Esposa de pescador	B	1786

Fonte: Autoria própria.

3.2.2 Variável dependente e independente

Labov (2008 [1972]), ao tratar da estrutura sociolinguística, estabelece que

a *variável sociolinguística* pode ser correlacionada com alguma variável não linguística do contexto social: o falante, o interlocutor, o público, o ambiente etc. Alguns traços linguísticos (que chamaremos de *indicadores*) mostram uma distribuição regular pelos grupos socioeconômicos, étnicos e etários, mas são usados pelo indivíduo mais ou menos do mesmo modo em qualquer contexto. Se os contextos sociais puderem ser ordenados e algum tipo de hierarquia (como grupos socioeconômicos ou etários), podemos dizer que tais indicadores são *estratificados*. Variáveis sociolinguísticas mais altamente desenvolvidas (que chamaremos de *marcadores*) não somente exibem distribuição social, mas também diferenciação estilística. (LABOV, 2008 [1972], p. 275-276, grifos do autor).

Assim, a variável linguística é o conjunto de variantes que corresponde a um aspecto ou a uma categoria da língua que se encontra em variação e as variantes são as formas individuais que co-ocorrem e concorrem na expressão da variável. Além disso, a variável pode ser classificada em dois subgrupos: i) a variável dependente, que é a variável linguística objeto de estudo – no nosso caso, as abreviaturas; e ii) a variável independente³⁵, composta pelos fatores internos (linguísticos) e externos (sociais) que favorecem a escolha de determinada forma variante.

Ainda, em um caso de variação, as variantes linguísticas, classicamente definidas como “as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa num mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 2002, p. 8), costumam receber valores distintos pela comunidade e podem ser subdivididas dicotomicamente em padrão/não padrão, conservadora/inovadora, de prestígio/estigmatizada, etc. Assim, a variante padrão, mesmo que não seja a mais usada pela comunidade, é normalmente a forma conservadora, que possui prestígio e que condiz com as prescrições de norma padrão; por sua vez, a não padrão tende a ser a forma inovadora, muitas vezes estigmatizada pela comunidade, a que se afasta do modelo normativo.

No tocante à (des)obediência à norma, Tarallo (2002) menciona que as gramáticas e os manuais podem fornecer informações significativas, uma vez que as observações dos autores espelham o conceito de norma prescritiva do período histórico em questão, o que filtra indiretamente as formas variantes não padrão. Isso justifica, portanto, a escolha das

³⁵ Isso será detalhado na próxima subseção (3.2.3 As variáveis independentes).

gramáticas e dos manuais para identificar as formas que pertenciam à norma padrão e, conseqüentemente, estabelecer quais eram as formas que dela desviavam, configurando, assim, nossa variante não padrão no que diz respeito ao emprego dos recursos abreviativos.

Além disso, conforme Barbosa e Lima (2019), as cartas pessoais refletem o conhecimento de norma do escrevente. Isso porque, se ele está em contato com os textos modelares de sua época, ele tende a reproduzir o padrão de escrita desses textos, mesmo que não haja um estudo sistemático de ortografia. E quanto mais diversos foram os gêneros textuais no ambiente cultural desse indivíduo ou quanto maior tiver sido o grau de aprendizado de ortografia na escola, mais perto da norma praticada em textos modelares e prescritas nos manuais estará a grafiação nas cartas pessoais dessa mesma pessoa. Assim, essa é mais uma justificativa para buscarmos a (des)obediência das formas padrão e não padrão das abreviaturas.

Em face do que foi exposto, a variável dependente deste trabalho corresponde ao emprego das abreviaturas, nosso objeto de pesquisa; a variante padrão corresponde à obediência às normas do período, conforme prescrito nas obras normativas setecentistas e oitocentistas investigadas, e a variante não padrão corresponde a todo emprego que não é prescrito nessas obras.

3.2.3 As variáveis independentes

Conforme Tarallo (2002, p. 36), “a sistematização do ‘caos’ linguístico demonstra, em seus resultados, que a cada variante correspondem certos contextos que a favorecem”. Desse modo, os fatores condicionadores em um caso de variação são aqueles que determinam a escolha entre uma ou outra variante; é, então, o controle desses fatores que nos permite identificar o ambiente em que uma variante tem maior probabilidade de ser escolhida em detrimento outra.

Esses fatores condicionadores, também denominados variáveis independentes, são divididos em dois grupos: i) o linguístico (variável independente interna), relacionado a aspectos internos ao sistema (estruturais); e ii) o extralinguístico (variável independente externa), relacionado a aspectos externos ao sistema (sociais).

Por meio da utilização de um programa de significância estatística que nos permita mensurar a correlação entre fatores linguísticos e extralinguísticos, buscamos identificar

qual(is) variável(is) tem (têm) maior peso no emprego dos recursos braquigráficos, de modo a fornecer ao pesquisador instrumentos mais seguros que lhe permitam inferir informações sociolinguísticas do escriba.

3.2.3.1 As variáveis externas

Em função da necessidade de julgamento de nossa hipótese, as ocorrências das abreviaturas foram analisadas também em função de quatro variáveis externas:

- (a) Nível de escolarização
- (b) Estrato socioeconômico
- (c) Sexo
- (d) Localidade

Conforme previamente mencionado, os níveis de escolarização foram divididos em (i) formação em Estudos Maiores (maior grau de instrução) ou (ii) formação em Estudos Menores (menor grau de instrução). A escolha dessa variável se deu pelo fato de investigarmos se, no período setecentista, um indivíduo com nível de escolarização (com formação em Estudos Maiores ou de família abastada) tinha maior domínio da norma de emprego dos recursos braquigráficos e empregava tanto recursos mais gerais quanto regras mais específicas, que demandavam maior conhecimento formal.

Quanto à variável estrato socioeconômico, a sua escolha se deu porque uma das questões investigadas foi se o emprego da norma das abreviaturas, que denota instrução formal e, portanto, alto nível de escolarização para a época, manifesta-se em todos os estratos sociais ou é favorecido em determinado estrato. A sua divisão foi a seguinte: (i) classe socioeconômica mais alta (A) e (ii) classe socioeconômica mais baixa (B). E, assim como evidenciado, adotamos a profissão/ocupação como critério para a caracterização dos escreventes nesses dois estratos. Destacamos que, nos casos em que a mulher não exercia nenhuma ocupação laboral, o que impede a associação ao nível de escolarização e, por conseguinte, à classe socioeconômica, o critério adotado para a categorização social da mulher foi a origem/situação financeira da família.

Considerando-se que, no século XVIII, as condições de acesso à escolarização e às práticas de letramento (MENDES, 2008) eram muito mais restritas para as mulheres,

optamos por incluir o sexo como uma variável externa de nosso estudo. Assim, incluímos equitativamente no *corpus* informantes do sexo masculino e do sexo feminino, com o objetivo de testar a hipótese de que, em função da divergência de escolarização entre os sexos no período setecentista, haveria também distinção no uso dos recursos brauigráficos, sobretudo daqueles que demandam maior conhecimento especializado.

Quanto à seleção da variável externa localidade, que ficou polarizada em (i) Brasil (Língua Portuguesa do Brasil) e (ii) Portugal (Português Europeu), a escolha justifica-se pelo fato de que pode haver distinção geográfica (LABOV, 2008 [1972]) no uso das abreviaturas quanto ao tipo, à frequência e ao emprego da norma na escrita dos escreventes da LPB e na escrita dos escreventes do PE no século XVIII, mesmo em face da demonstrada subordinação do sistema educacional brasileiro ao europeu.

3.2.3.2 As variáveis internas

Em relação às variáveis internas, as abreviaturas identificadas também foram analisadas segundo quatro variáveis:

- (a) Tipologia
- (b) Classe de palavra
- (c) Complexidade da regra
- (d) Número de sílabas do vocábulo abreviado

A seleção das variáveis tipologia, classe de palavra e complexidade da regra justifica-se pelo fato de que buscamos verificar se esses fatores favorecem o emprego das abreviaturas. Como Duchowny, Coelho e Coelho (2014) analisaram somente a classe de palavras e identificaram maior frequência de uso na classe dos substantivos, um dos objetivos deste estudo foi ampliar o conhecimento acerca da interferência das variáveis internas.

Por fim, a seleção do número de sílabas do vocábulo abreviado como uma variável interna deve-se ao fato de que, apesar de alguns autores defenderem que o uso de abreviaturas visa à economia de espaço, de tinta e de tempo (MEGALE e TOLEDO NETO, 2005), isso não é unânime na literatura linguística, pois algumas abreviaturas são menos econômicas do que o vocábulo que elas retratam, já que ocupam o mesmo ou até

mais espaço e exigem tempo igual ou superior ao levado para a escrita dos vocábulos em sua forma extensa (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994; STIENNON, 1973). Assim, nossos resultados podem contribuir para a elucidação dessa polêmica questão.

3.3 A COLETA E A ANÁLISE DOS DADOS

Uma vez selecionada a amostra, o passo posterior foi determinarmos o número de vocábulos como elemento de semelhança quantitativa da amostra para o cotejamento dos fatores extra e intralinguísticos. Para tanto, verificamos a carta que possuía menos vocábulos, qual seja, a da remetente Clara Felicia da Roza (113 vocábulos) e, a partir disso, foi considerado o mesmo número nas demais. Ressaltamos que o gênero textual utilizado, a carta pessoal, possui uma estrutura formulaica e que no protocolo e no escatocolo encontra-se um número considerável de abreviaturas e, como foi considerado o número de vocábulos total da carta que serviu como base a determinação desse valor, consideramos nas outras cartas primeiramente o número de palavras contidas nessas segmentações e depois a contagem foi feita no início do corpo do texto, até se alcançar o total de 113 vocábulos por carta.

Para estabelecermos a norma do período e definirmos a variante padrão, a próxima etapa foi fazer o levantamento de gramáticas e manuais de estilo setecentistas e oitocentistas. Para a nossa análise, também optamos por investigar obras do século XIX devido a três motivos: primeiramente, porque os nossos dados também representam a escrita da 2ª metade do século XVIII, havendo, portanto, a possibilidade de a norma do referido século estar próxima à do século anterior; o segundo deve-se ao fato de que as obras levavam muitos anos para terem concluído seu processo de edição e publicação nos períodos em questão e podiam, ainda, representar a norma do século anterior; por fim, porque algumas obras são edições subsequentes à primeira publicação, as quais podem conter a norma do século XVIII.

Foi realizada extensa pesquisa bibliográfica e foram consultadas as 41 obras a que tivemos acesso, as quais estão descritas no quadro 7 seguir:

Quadro 7 - Obras consultadas

	Ano	Autor	Local de Publicação	Obra
1	1725	D. Jeronymo Contador de ARGOTE	Lisboa	<i>Regras da Lingua Portugueza, espelho da Lingua Latina, Ou disposiçãõ para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza</i>
2	1728	Raphael BLUTEAU	Coimbra	<i>Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...</i>
3	1731	Sem autoria	Trangambar	<i>Quarta Parte da Grammatica Portugueza convem a saber hum voabulario em Portuguez e Malabar, que contem os nomes, verbos e adverbios de ambas as lingoas, que são mais usados no trato cotidiano, e dos quaes os Vocabulos Malabares vão impressos com o caracter Tamul, e juntamente com letra Portugueza</i>
4	1734	João de Moraes Madureyra FEYJO	Lisboa	<i>Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens / pelo seu mestre João de Moraes Madureyra Feyjo</i>
5	1741	Diogo Barbosa MACHADO	Lisboa	<i>Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Chronologica</i>
6	1746	Luis Antonio VERNEY	Valensa [Nápoles]	<i>Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal</i>
7	1752	CONGREGAZIONE DELL'ORATORIO	Lisboa	<i>Novo Methodo da Grammatica Latina, Para o uso das Escólas da Congregaçãõ do Oratorio</i>
8	1758	Sem autoria	Barcelona	<i>Grammatica Latina Tratada por um Metodo novo, claro, e facil.</i>
9	1759	Conde de OEYRAS	Lisboa	<i>Instrucções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar por El Rey Nosso Senhor, para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios.</i>
10	1783	Bernardo de LIMA e Melo BACELLAR	Lisboa	<i>Grammatica Philosophica e Ortographia Racional da Lingua Portugueza; Para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocábulos deste idioma</i>

11	1785	Abraham MELDOLA	Hamburgo	<i>Nova Grammatica Portugueza</i>
12	1793	ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA	Lisboa	<i>Memorias de Litteratura Portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa</i>
13	1795	Luiz FIGUEIRA	Lisboa	<i>Arte da Grammatica da Lingua do Brasil</i>
14	1797	Antonio José dos Reis LOBATO	Lisboa	<i>Arte da Grammatica da Lingua Portugueza</i>
15	1804	Manoel Dias de SOUZA	Coimbra	<i>Gramatica Portugueza</i>
16	1806	Antonio de MORAES SILVA	Lisboa	<i>Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza, composta por Antonio de Moraes Silva</i>
17	1812	Manoel de Freitas BRAZILEIRO	Liverpool	<i>Nova Grammatica Ingleza e Portugueza; dedicada à felicidade e augmento da noção portugueza</i>
18	1819	Francisco Soares FERREIRA	Porto	<i>Elementos de Grammatica Portugueza, Ordenados Segundo A Doutrina Dos Melhores Grammaticos Para Aplanar A' Mocidade O Estudo Da Sua Língua.</i>
19	1820	Sebastião José Guedes ALBUQUERQUE	Lisboa	<i>Grammatica Portugueza para o uso do illustrissimo senhor D. Francisco de Sales e Lencastre</i>
20	1820	Manoel José de FREITAS	Rio de Janeiro	<i>Compendio da Grammatica Ingleza e Portugueza.</i>
21	1822	Jeronymo Soares BARBOZA	Lisboa	<i>Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem</i>
22	1827	Pedro José de FIGUEIREDO	Lisboa	<i>Arte da Grammatica da Lingua Portugueza em Methodo Breve, Facil, e Claro reformada nesta quarta edição para uso do Collegio Real de Nobres, e do Real Seminario do Patriarchado, por Pedro José de Figueiredo</i>
23	1829	Gomes de MOURA	Coimbra	<i>Compendio de Grammatica Latina e Portugueza</i>
24	1831	Joaquim Freire de MACEDO	Lisboa	<i>Compendio de Grammatica Portugueza Colligido e Coordenado Para Uso dos Alumnos D'Instrucção Secundaria</i>
25	1831	Francisco Solano CONSTANCIO	Paris	<i>Grammatica Analytica da Lingua Portugueza, offerecida á mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil; por Francisco Solano Constancio S.</i>

				<i>M., etc., autor de diversas obras e escriptos litterarios e scientificos em portuguez, francez e inglez.</i>
26	1840	Sem autoria	Lisboa	<i>Grammatica Moderna da Lingua Portuguesa Para Aprender Este Idioma com Brevidade e Perfeição.</i>
27	1842	Francisco José FREIRE	Lisboa	<i>Reflexões sobre a Lingua Portuguesa, escriptas por Francisco José Freire, publicadas com algumas anotações pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis</i>
28	1858	Carlos Augusto de Vieira FIGUEIREDO	Porto	<i>Compendio Elementar da Grammatica Portuguesa, composto por Carlos Augusto de Vieira Figueiredo, e adoptado, para uso das escholas, pelo Conselho Superior de Instrucção Publica</i>
29	1850	José Vicente Gomes de MOURA	Coimbra	<i>Compendio de Grammatica Latina e Portuguesa</i>
30	1854	Salvador Henrique de ALBUQUERQUE	Rio de Janeiro	<i>Compendio de Grammatica Portuguesa</i>
31	1860	João RIBEIRO	Rio de Janeiro	<i>Grammatica Portuguesa</i>
32	1861	Manoel Soares da Silva BESERRA	Ceará	<i>Compendio de Grammatica Philosophica</i>
33	1862	Joaquim Freire de MACEDO	Lisboa	<i>Compendio de Grammatica Portuguesa Colligido e Coordenado para Uso dos Alumnos D'instrucção Secundaria</i>
34	1862	Bento José de OLIVEIRA	Coimbra	<i>Nova Grammatica Portuguesa compilada de nossos melhores autores</i>
35	1864	Francisco Julio de Caldas AULETE	Lisboa	<i>Grammatica Nacional</i>
36	1869	Alexandre José Melo de MORAES	Rio de Janeiro	<i>Gramatica da Lingua Portuguesa ensinada por meio de quadros analyticos methodo facilimo para se aprender a lingua pelo Dr. Melo de Moraes (A. J. de)</i>
37	1871	Francisco Sotero dos REIS	Maranhão	<i>Grammatica Portuguesa Accommodada aos Principios Geraes da Palavra Seguidos de Immediata Applicação Pratica</i>
38	1871 [1536]	Fernão d'OLIVEIRA	Porto	<i>Grammatica de Lingoagem Portuguesa</i>
39	1876	Teophilo BRAGA	Porto	<i>Grammatica Portuguesa Elementar Fundada sobre o Methodo Historico-comparativo</i>

40	1890	Ernesto Carneiro RIBEIRO	Salvador	<i>Serões Grammaticaes</i>
41	1894	A. Epiphanio da Silva DIAS	Lisboa	<i>Grammatica Portugueza Elementar</i>

Fonte: Autoria própria.

O próximo passo foi identificar quais fontes tratam dos recursos braquigráficos. Das 41 obras, somente 15 (36,58%) tratam explicitamente das abreviaturas, quais sejam: Bluteau (1728), Feyjo (1734), Oeyras (1759), Meldola (1785), Souza (1804), Academia Real de Sciencias de Lisboa (1842), Albuquerque (1854), J. Ribeiro (1860), Macedo (1862), Oliveira (1862), d'Oliveira (1871 [1536]), Aulete (1864), Braga (1876), Ribeiro (1890) e Dias (1894). Desses autores, Oeyras (1759), J. Ribeiro (1860), Oliveira (1862), Aulete (1864) e Dias (1894) apenas tecem comentários acerca da função e/ou do uso das abreviaturas, sem apresentar exemplos. Fica evidente, portanto, ao compararmos a quantidade de obras analisadas com a quantidade das que tratam dos recursos braquigráficos, a relativa escassez de informações sobre abreviaturas, apesar de o uso ser recorrente no período.

Identificadas as obras que mencionam as abreviaturas, passamos ao tratamento dado ao tema objeto de nosso estudo por seus respectivos autores.

Posteriormente, as regras encontradas foram compiladas e classificadas em dois grupos:

- (i) regras categóricas – não variam
- (ii) não categóricas – variam

Esse procedimento foi feito para que pudéssemos tomar como objeto de análise somente as regras categóricas, uma vez que as não categóricas não nos permitem saber se a variação configura desconhecimento/infração da norma.

Para fins de verificação do nível de conhecimento da norma de emprego por parte do escrevente, subdividimos as regras categóricas em dois grupos: (i) regras gerais – são mais simples e não demandam conhecimento especializado (ii) regras específicas – são mais complexas e demandam conhecimento especializado e/ou formal.

Como as regras demandam diferentes tipos de conhecimento para desvendar as abreviaturas, foram atribuídos critérios para subclassificá-las em níveis de complexidade:

Nível 1 – ausência ou baixo nível de inferência do vocábulo abreviado; é possível empregar esse tipo pela possibilidade de cópia ou de observação; não é necessário desvendar nenhum caractere da abreviatura e nem aplicar conhecimento específico.

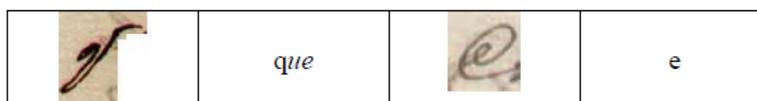
Nível 2 – maior nível de inferência do vocábulo abreviado; é necessário tipo de conhecimento específico (fonético/semântico/gramatical) para a inferência dos elementos da abreviatura ou conhecimento especializado, que demandou aprendizado, sobre determinada área.

O próximo passo foi a análise dos dados propriamente dita. Primeiramente, como um dos objetivos foi averiguar a (des)obediência à norma, as abreviaturas do *corpus* foram identificadas, classificadas em variante padrão e variante não padrão, conforme as prescrições encontradas/inferidas, e quantificadas segundo as variáveis independentes selecionadas.

Posteriormente, classificamos e quantificamos as ocorrências de acordo com os níveis de complexidade da regra, para mensurarmos o emprego dos escreventes em relação às regras mais e menos complexas.

Além disso, fizemos a classificação e a quantificação das abreviaturas quanto à tipologia, de acordo com a classificação proposta por Costa (2007) (cf. Capítulo 1 – Abreviaturas: o estado da arte). Ressaltamos que não consideramos, porém, a nomenclatura dada pela autora para as abreviaturas do vocábulo *que* (encontradas em nosso *corpus* nas formas *Q*-, *Q̃*, *q*, *q.*, *q'* ou *q̃*) como nota tironiana, uma vez que discordamos de sua classificação. Para Costa (2007, p. 80), são assim classificados “os sinais, que se baseiam nas letras do alfabeto maiúsculo romano, são utilizados em várias posições, tendo significados diferentes em cada uma delas”, para o que fornece os seguintes exemplos:

Figura 17 - Exemplos de notas tironianas de Costa (2007)

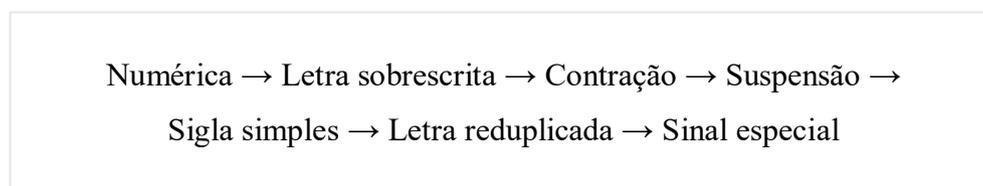


Fonte: Costa (2007, p. 80).

A nosso ver, essa definição é genérica e não condiz com a abreviatura do *que*, pois, primeiramente, é possível ver que, no exemplo da autora, o primeiro caractere não é um sinal ou símbolo e, sim, a letra *q* em formato minúsculo, seguido, provavelmente, por um apóstrofo, que está unido ao caractere inicial devido ao curso da caligrafia; também, porque a letra *q* faz parte do vocábulo original, o que não caracteriza esse caractere como um sinal ou símbolo, mas como uma sigla simples, pelo fato de se manter justamente o primeiro caractere, suprimirem-se os demais e inserir-se um sinal abreviativo; por fim, a adoção da classificação da abreviatura do *que* como sigla simples é reforçada pelo fato de termos encontrado exemplos idênticos aos do nosso *corpus* em manuais e gramáticas que foram consultados em nossa investigação (cf. Capítulo 2 – A norma setecentista e oitocentista) e por termos encontrado a abreviatura *q* como exemplo de sigla simples na obra de Berwanger e Leal (2008, p. 92) .

Quanto à justificativa para a classificação e a quantificação das abreviaturas, destacamos que esse aspecto foi analisado, uma vez que existem alguns tipos que são simples e não demandam conhecimento especializado; por sua vez, há outros que são mais sofisticados e que demandam conhecimento especializado, quer de domínio discursivo, quer de natureza gramatical. Assim, o uso da tipologia de abreviaturas também nos possibilita mensurar o (des)conhecimento dos escreventes em relação à norma, na medida em que um cidadão letrado pode usar abreviaturas cujo grau de legibilidade é menor, enquanto um menos letrado optará por aquelas mais icônicas e mais legíveis. Para tanto, tomamos por base o grau de legibilidade das abreviaturas proposto por Duchowny, Coelho e Coelho (2014). A hierarquia proposta pelos autores envolve o seguinte *continuum*, que representa o grau de legibilidade das abreviaturas:

Figura 18 - *Continuum* de legibilidade das abreviaturas de Duchowny, Coelho e Coelho (2014)



Fonte: Duchowny, Coelho e Coelho (2014, p. 246).

Conforme esses autores, quanto mais à esquerda estiver a abreviatura, menor esforço o leitor deve mobilizar para compreendê-la, dada sua independência em relação ao contexto no qual se situam. Haveria, até mesmo, menor necessidade de conhecimentos específicos do copista para empregá-la. Por sua vez, as abreviaturas mais próximas da direita demandam um maior conhecimento de regras específicas sobre as abreviaturas e/ou maior grau de escolarização, de um modo geral, tanto do leitor quanto do copista, como pode ser visto nos exemplos a seguir, extraídos dos autores:

7bro → Prov^{or} → Pl. → Ord. → N. → VV. CC. → Xp^o

(Ex. de DUCHOWNY, COELHO e COELHO, 2014, p. 247)

A próxima etapa foi a codificação dos dados para a utilização do programa estatístico. Como utilizamos o programa de análise estatística Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005)³⁶ e que, para tanto, é necessário inserirmos no programa os dados para a leitura, foi necessário atribuímos um código para cada variável e, a partir disso, aplicarmos a codificação para cada abreviatura. O quadro 8, a seguir, explicita a codificação empregada:

³⁶ Programa estatístico específico para a análise da variação linguística, que opera com a noção de regras variáveis. Mais especificamente, esse programa evidencia os dados percentuais e o peso relativo para a identificação da (in)significância das variáveis externas e internas sobre o fenômeno analisado.

Quadro 8 - Codificação

Variável		Código
Dependente		
Abreviatura	Padrão	a
	Não padrão	b
Independente Externa		
Nível de escolarização/ Estrato socioeconômico	Estudos maiores/Classe alta	A
	Estudos menores/Classe baixa	B
Sexo	Masculino	M
	Feminino	F
Localidade	Brasil	R
	Portugal	P
Independente Interna		
Tipo de abreviatura	Letra sobrescrita	l
	Sigla simples	s
	Mista	m
	Contração	c
	Suspensão	u
	Sigla reduplicada	r
	Sinal especial	e
	numérica	n
Complexidade da regra	Nível 1	1
	Nível 2	2
Número de sílabas	1	d
	2	g
	3	h
	4	i
	5	j
Classe de palavras	Substantivo	S
	Pronome	K
	Verbo	V
	Adjetivo	J
	Advérbio	D
	Preposição	O
	Numeral	N
	Locução conjuntiva	L
	Conjunção	C
Artigo	T	

Fonte: Autoria própria.

A partir disso, procedemos à codificação das 467 abreviaturas coletadas.

Posteriormente, por meio da análise controlada dos dados, verificamos quais fatores externos e internos, medidos em termos de percentuais e de pesos relativos, favorecem a aplicação da regra (nesse caso, a aplicação da norma padrão, que foi a variável referência) e, conseqüentemente, julgamos a (in)adequação das nossas hipóteses.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS DADOS

Antes de iniciarmos a discussão acerca dos resultados obtidos, julgamos didático retomar o objetivo geral à luz do qual os dados serão analisados: verificar se os recursos braquigráficos podem constituir ferramenta linguística auxiliar para a caracterização sociolinguística dos escreventes quando na impossibilidade de obter tais informações em *corpora*, tal como hipotetizamos. Assim, analisamos nesta seção, mais especificamente as seguintes questões:

- (i) se os recursos braquigráficos empregados pelos escribas selecionados para compor o *corpus* seguem ou não a norma do período;
- (ii) se as variáveis externas nível de escolarização, estrato socioeconômico, sexo e localidade e as variáveis internas tipologia de abreviatura, classe de palavras, complexidade da regra e número de sílabas do vocábulo abreviado interferem no emprego das abreviaturas e, em caso afirmativo, qual variável, em nível de significância, exerce maior influência;
- (iii) se as variações de emprego das abreviaturas podem ser explicadas à luz de fatores socioculturais do escriba.

Para tanto, os dados foram submetidos a uma rodada no pacote estatístico Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005), cuja análise foi baseada no uso de abreviaturas padrão e não padrão, gerando esses primeiros resultados, conforme exposto na tabela a seguir:

Tabela 4 - Dados da rodada no programa Goldvarb X

	Padrão	Não Padrão
Ocorrências/Total geral	259/467	208/467
Percentual	55,5%	44,5%
Input inicial	0.602	
Nível de significância	0.040	
Variáveis selecionadas³⁷	1º) Tipologia das abreviaturas 2º) Nível de escolarização/estrato socioeconômico 3º) Sexo 4º) Complexidade da regra 5º) Número de sílabas do vocábulo abreviado 6º) Classe de palavras	

Fonte: Autoria própria.

Do total de 467 abreviaturas computadas no *corpus*, 259 (55,5%) correspondem a usos padrão e 208 (44,5%), a usos não padrão, o que mostra uma discreta preferência dos escribas pelas formas que respeitam a norma do período.

Refinando mais o olhar para os dados, o programa apontou, no melhor nível de análise, que nossos resultados são confiáveis, já que o valor de significância é de 0.040³⁸, e o valor *input* inicial³⁹ é de 0.602, o que evidencia ser a variante padrão a que mais favorece o emprego de recursos braquigráficos.

Além disso, das variáveis controladas, seis foram selecionadas pelo programa, na seguinte ordem de significância: 1º) tipologia das abreviaturas; 2º) nível de escolarização/estrato socioeconômico; 3º) sexo; 4º) complexidade da regra; 5º) número de sílabas do vocábulo abreviado e 6º) classe de palavras.

Note-se que, das variáveis externas selecionadas para o estudo, somente o fator localidade foi descartado pelo programa, o que significa que, neste *corpus*, essa variável não é relevante para a aplicação da regra (o uso da norma padrão). Uma possível explicação para o fato de essa variável não ter sido selecionada como significativa é que, conforme exposto anteriormente na subseção sobre a história social, a instrução formal no Brasil Colônia baseava-se na norma europeia (VEIGA, 2007), não havendo, portanto,

³⁷ Ordenadas de acordo com a seleção do programa Goldvarb X.

³⁸ O nível de significância é o nível de confiabilidade dos resultados, sendo 0.050 o valor máximo aceitável para as Ciências Humanas (GUY; ZILLES, 2007).

³⁹ É o nível geral de uso de determinada variável dependente (GUY; ZILLES, 2007).

distinção normativa entre as duas localidades. Logo, nossos resultados se conformam à tese de Veiga (2007), evidenciando que o fator geográfico, em se tratando de Brasil e de Portugal, não é relevante, o que não significa que não possa sê-lo, por exemplo, se considerarmos regiões distintas do país. Nesse sentido, nossos resultados abrem precedente para investigações futuras no intuito de testar tal hipótese em regiões distintas e de uma mesma nação.

Porém, visto que os dados apresentados são gerais e necessitamos verificar o emprego de norma e a influência das variáveis no uso de cada escrevente, passaremos a analisar pormenorizadamente, por ordem de significância selecionada pelo programa, as variáveis significativas para o emprego das abreviaturas. Elas podem, portanto, evidenciar algum dado sociolinguístico do escriba quando tal informação não puder ser recuperada pelo linguista, e evitar, desse modo, o descarte de *corpora*.

4.1 (DES)OBEDIÊNCIA À NORMA

Como um dos objetivos foi verificar se um escrevente com maior nível de escolarização, pertencente à classe socioeconômica A, tinha maior domínio da norma de emprego das abreviaturas e utilizava mais aquelas que eram mais complexas por demandarem maior conhecimento formal e/ou específico, analisamos, a seguir, o emprego da norma em função de cada escrevente, ordenados de acordo com a obediência:

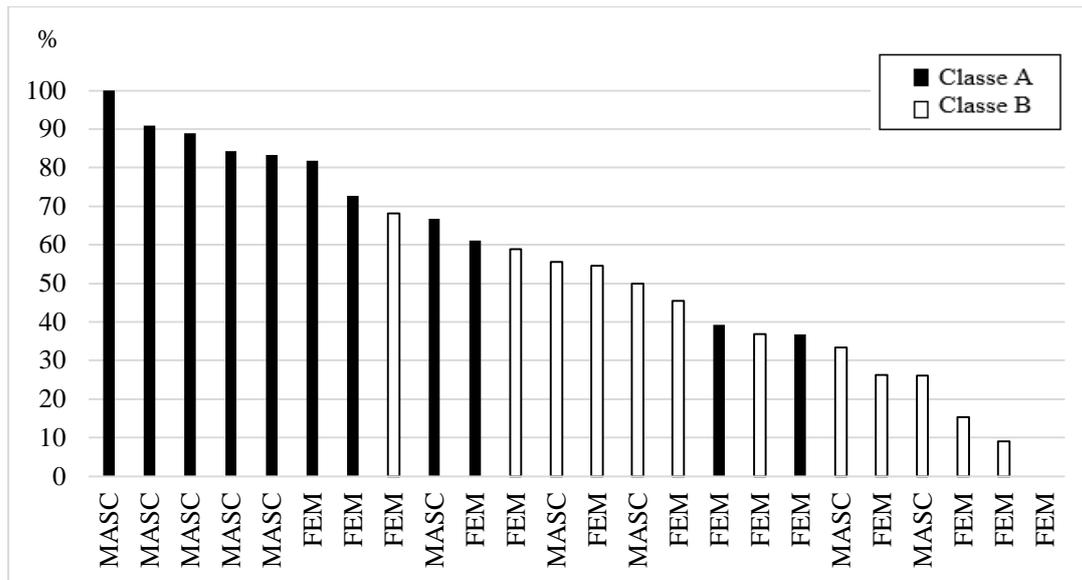
Tabela 5 - Uso das variantes padrão e não padrão por escrevente

Variante Escrevente		Padrão		Não Padrão		Total	Ocupação/ Função	Classe social	Sexo
		n°	%	n°	%	n°			
1	PA	21	100	0	0	21	eclesiástico	A	Masculino
2	JC	10	90,9	1	9,1	11	boticário	A	Masculino
3	MIS	16	88,9	2	11,1	18	advogado	A	Masculino
4	DV	16	84,2	3	15,8	19	universitário	A	Masculino
5	JOP	30	83,3	6	16,7	36	universitário	A	Masculino
6	MI	9	81,8	2	18,2	11	esposa de negociante	A	Feminino
7	MC	24	72,7	9	27,3	33	freira	A	Feminino
8	J	15	68,2	7	31,8	22	criada	B	Feminino
9	FCP	12	66,7	6	33,4	18	alferes	A	Masculino
10	CFR	11	61,1	7	38,9	18	comerciante e proprietária de imóveis	A	Feminino
11	DR	10	58,8	7	41,1	17	esposa de alfaiate/carpinteiro	B	Feminino
12	MSV	10	55,6	8	44,4	18	capitão de quadrilha	B	Masculino
13	SR	12	54,5	10	45,5	22	pedreiro	B	Masculino
14	MR	4	50	4	50	8	cozinheiro	B	Masculino
15	IGV	10	45,5	12	54,5	22	costureira	B	Feminino
16	TIG	13	39,3	20	60,6	33	filha de desembargador	A	Feminino
17	TJF	7	36,8	12	63,1	19	escrava	B	Feminino
18	HJ	11	36,7	19	63,3	30	freira	A	Feminino
19	MPP	5	33,3	10	66,6	15	tripulante de nau	B	Masculino
20	TM	5	26,3	14	73,7	19	alfaiate	B	Masculino
21	JT	6	26,1	17	73,9	23	serviçal	B	Masculino
22	TSF	2	15,4	11	84,6	13	lavradora	B	Feminino
23	RM	1	9,1	10	90,9	11	esposa de pescador	B	Feminino
24	CR	0	0	10	100	10	filha de capitão/minerador	A	Feminino

Fonte: Autoria própria.

De modo geral, os dados dispostos na tabela nos mostram que o domínio da norma no século XVIII era heterogêneo, o que é, de certo modo, esperado, já que é fato que as oportunidades de educação se davam de forma distinta, balizada, em sua generalidade, pelo *status* socioeconômico dos indivíduos (MAGALHÃES, 2001). Para melhor visualização dessa heterogeneidade, observemos o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Uso da variante padrão por escrevente



Fonte: Autoria própria.

Se consideramos que, em tese, os 12 primeiros colocados deveriam ser os mais abastados, devido à condição de privilégio social desse grupo (MAGALHÃES, 2001; VEIGA, 2007; VARTULLI, 2012), esses dados parecem corroborar a expectativa sobre o domínio de norma associado ao maior nível de instrução de indivíduos de determinados grupos sociais, já que 75% (9 ocorrências) deles se encaixam no grupo mais abastado.

Se pensarmos, também, que o sexo masculino é outro grupo socialmente privilegiado naquele período (MAGALHÃES, 2001; VEIGA, 2007; VARTULLI, 2012), era de se esperar que os 6 primeiros colocados fossem homens, o que praticamente acontece, caso não fosse a ocorrência de uma mulher na 6ª posição. Na busca por respostas que pudessem explicar o fato de uma mulher dominar mais a norma do que alguns homens abastados, ao revisitarmos a sua história social, descobrimos dois fatores que certamente lhe proporcionavam maior contato com as práticas de letramento na sociedade em que vivia: primeiro, por ser esposa de um negociante ultramarino português, ocupação de alto prestígio e retorno financeiro, o que a inseria no grupo social mais abastado; segundo, por viver na capital lusitana, local em que o saber e as práticas que a envolviam circulavam com mais frequência e antes do que nas colônias, por exemplo.

Essa análise inicial nos mostra que havia, de fato, uma relação entre perfil social do escrevente e domínio de norma (MAGALHÃES, 2001; FONSECA, 2008; MENDES, 2008), bem como evidencia que o comportamento normativo esperado para cada grupo não era uma máxima, devido aos desvios de perfil em relação ao modelo social

(MAGALHÃES, 2001; VARTULLI, 2012). Tais desvios podem ser consequência da influência que os fatores sociais exerciam (LABOV, 2008 [1972]) na construção das habilidades de leitura e de escrita dos indivíduos, o que será objeto posterior de nossa análise (cf. subseção 4.2 – Cruzando os dados: análise do perfil dos escreventes).

Porém, antes de fazermos uma análise individual, é necessário investigarmos a influência das variáveis de modo mais amplo, sob a perspectiva dos grupos sociais, para, posteriormente, cruzarmos todas as informações que obtivermos e tentarmos construir o perfil dos escreventes. Para tanto, passemos à análise das variáveis em função da (des)obediência à norma, a qual será ordenada de acordo com a hierarquia de significância proposta pelo programa Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005).

4.1.1 Variável linguística tipologia das abreviaturas

A variável tipológica, relacionada ao tipo de recurso braquigráfico utilizado pelo escriba, foi a primeira selecionada pelo Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005), o que significa dizer que este é o fator que mais favorece o uso da norma padrão. Vejamos os dados a seguir:

Tabela 6 - Uso das variantes padrão e não padrão em função da tipologia da abreviatura

Variante \ Tipologia	Padrão		Não Padrão		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	PR
Letra sobrescrita	99	41,9	137	58,1	236	50,5	.40
Sigla simples	84	81,6	19	18,4	103	22,1	.65
Mista	43	48,3	46	51,7	89	19,1	.48
Sinal especial	27	96,4	1	3,6	28	6,0	.86
Contração	3	42,9	4	57,1	7	1,5	.30
Suspensão	2	66,7	1	33,3	3	0,6	.18
Numérica	1	100,0	0	0,0	1	0,2	*NSA
Total	259	55,5	208	44,5	467		

*NSA = não se aplica.

Fonte: Autoria própria.

A primeira observação a ser feita é que não ocorreram no *corpus* os tipos sigla reduplicada, sigla composta e nota tironiana. Quanto aos dados, de um total de 467 ocorrências de recursos braquigráficos, foram empregados sete tipos de abreviaturas, respectivamente ordenados: 1º) a letra sobrescrita, com 50,5% (236 ocorrências), percentual bem alto se comparado aos demais tipos; 2º) a sigla simples, com 22,1% (103 ocorrências); 3º) a mista, com 19,1% (89 ocorrências); 4º) o sinal especial, com 6,0% (28 ocorrências); 5º) a contração, com 1,5% (7 ocorrências), percentual bem baixo comparando-se com os anteriores; e 6º) a suspensão, com 0,6% (3 ocorrências) e 7º) a numérica, na última posição, com somente 0,2% (1 ocorrência).

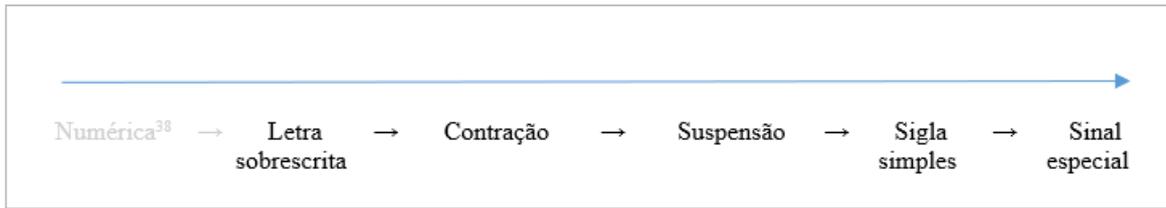
Assim, quanto ao emprego da letra sobrescrita, o uso universal e a alta frequência podem ser reflexo do fato de que este tipo apresenta mais caracteres e fornece, portanto, mais informações ao leitor (DUCHOWNY, COELHO E COELHO, 2014). Outra possível interpretação é a de que tal fato, conseqüentemente, levou a uma maior consolidação desse tipo, tornando-se a preferência no ato de abreviar, se considerarmos que o padrão é sistematizado a partir do uso.

Também com frequência considerável, as abreviaturas por sigla simples e a mista seguem a mesma tendência anterior, já que representam itens muito recorrentes na escrita (CANNON E RODRIGUEZ, 1992; NÚÑEZ CONTRERAS, 1994), tais como os pronomes de tratamento *D.* (*Dona*) e *Vm^{ce}* (*Vossa Mercê*), o pronome relativo *q.* (*que*), e abreviaturas formulaicas do gênero textual carta, como as que representavam local (*S. João = São João*) ou as que ocorriam em despedida (*D. = Deus*), como observado nas listas de Feyjo (1734), de Meldola (1785) e de Ribeiro (1890).

O emprego da tipologia em textos setecentistas também foi objeto de estudo de Duchowny, Coelho e Coelho (2014) e os nossos dados assemelham-se aos desses autores somente no que diz respeito ao emprego da letra sobrescrita, a mais utilizada (60,2%), e da sigla simples, na 2ª posição (22,2%), sendo as demais posições ocupadas por tipologias distintas. Apesar de serem textos que compreendem o mesmo período, essas discrepâncias podem ser resultado da distinção de gênero textual, já que as referidas autoras investigam estatuto de ordem terceira e livros de compromisso de irmandade e, nós, cartas pessoais. Essas observações abrem, portanto, precedentes para estudos futuros, em outro gênero textual, para verificar se tal resultado se confirma, o que configura mais uma contribuição desta pesquisa à nossa área de estudos.

Feita essa consideração, ao organizarmos uma ordenação crescente do percentual de ocorrência de abreviatura padrão em cada tipo, temos o seguinte resultado:

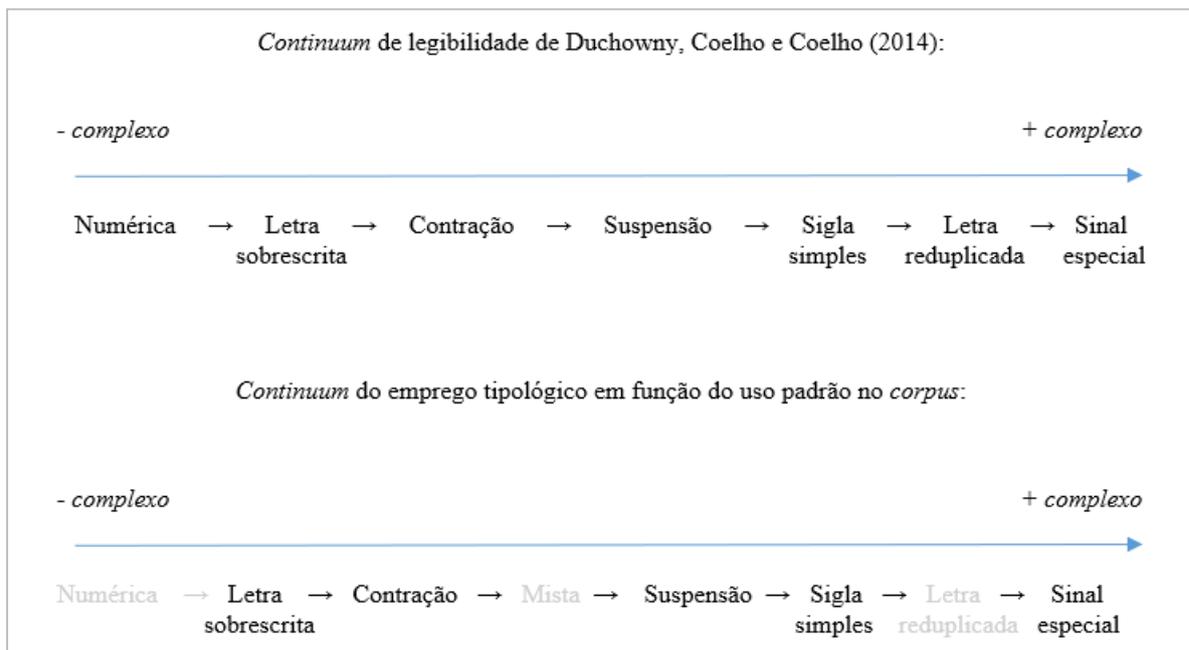
Figura 19 - *Continuum* do emprego da tipologia em função do uso padrão



Fonte: Autoria própria.

Isso nos chama a atenção, pois o *continuum* acima segue exatamente a ordenação de complexidade tipológica proposta por Duchowny, Coelho e Coelho (2014), conforme pode ser visto na comparação abaixo:

Figura 20 - Comparação entre o *continuum* de legibilidade de Duchowny, Coelho e Coelho (2014) vs. o *continuum* do emprego tipológico em função do uso padrão no *corpus*⁴⁰



Fonte: Autoria própria.

Para uma análise mais aprofundada, consideremos, agora, os dados obtidos acerca do peso relativo. Como são favorecedores da aplicação da regra os valores que estão

⁴⁰ As tipologias numérica, mista e letra reduplicada foram desconsideradas na análise do nosso *corpus*, pois: a primeira foi descartada pelo programa Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005), já que sua ocorrência foi categórica; a segunda, apesar de ocorrer, não é considerada no *continuum* de legibilidade de Duchowny, Coelho e Coelho (2014); a terceira não ocorreu na nossa amostra.

acima de 0.50 (SANKOFF *et al.*, 2005), o programa apontou dois tipos que possuem significância: o sinal especial (PR = 0.86) e a sigla simples (PR = 0.65). Isso quer dizer que, no momento de o pesquisador decidir entre qual tipo de abreviatura pode auxiliá-lo a caracterizar o escriba, são esses dois os determinantes, nessa ordem de prioridade.

Como os dados apontam o sinal especial como o maior favorecedor do uso da norma padrão, se considerarmos que o maior contato com a norma e o maior domínio da possibilidade de uso das regras estavam diretamente ligados ao maior nível de escolarização no século XVIII (SOARES, 1998; MARCUSCHI, 2001; MENDES, 2008), podemos considerar, portanto, o sinal especial como o tipo mais complexo e a sigla simples como o tipo mais simples e associar a maior frequência de uso do sinal especial a um maior nível de instrução do escriba.

Testemos essa especulação cotejando o uso de sinal especial e de sigla simples entre o grupo mais escolarizado/classe mais alta e o menos escolarizado/classe mais baixa, com expectativa de obtermos maior frequência no primeiro grupo:

Tabela 7 - Uso do sinal especial e da sigla simples em função do nível de escolarização/estrato socioeconômico

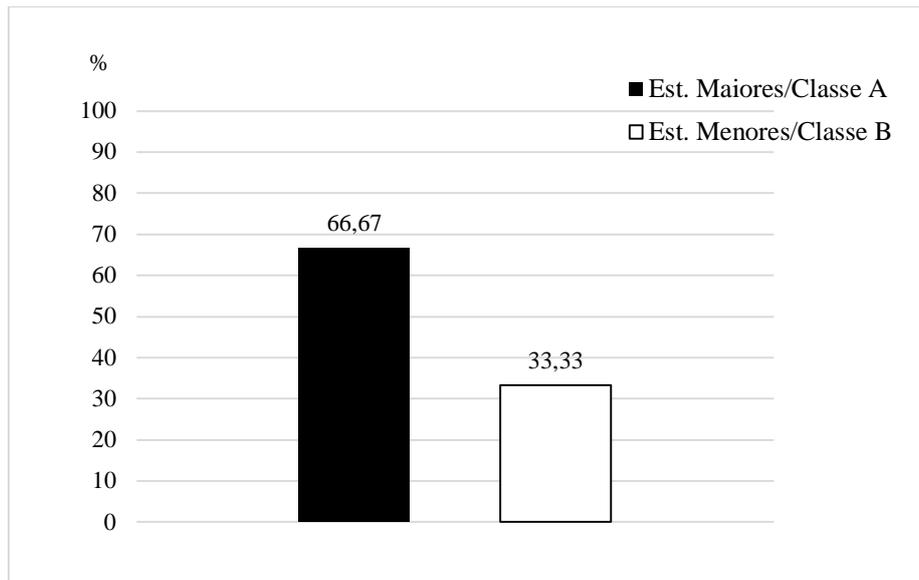
Tipologia Escolarização/Classe	Sinal especial		Sigla simples		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Estudos Maiores/Classe A	32	66,7	55	49,6	87	54,7
Estudos Menores/ Classe B	16	33,3	56	50,4	72	45,3
Total	48		111		159	

Fonte: Autoria própria.

A nossa expectativa foi confirmada, já que, de um total de 159 abreviaturas complexas, o grupo com maior escolarização/classe mais alta emprega, no geral, mais abreviaturas do que o grupo com menor escolarização/classe mais baixa.

Analisando os dados verticalmente, quando olhamos o uso do sinal especial, o tipo mais complexo, o grupo com maior escolarização/classe mais alta também supera o grupo com menor escolarização/classe mais baixa, com uma distinção percentual ainda mais expressiva, já que o percentual de emprego nesse grupo foi de 33,33% contra 66,67% naquele, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Uso do sinal especial em função do nível de escolarização/estrato socioeconômico

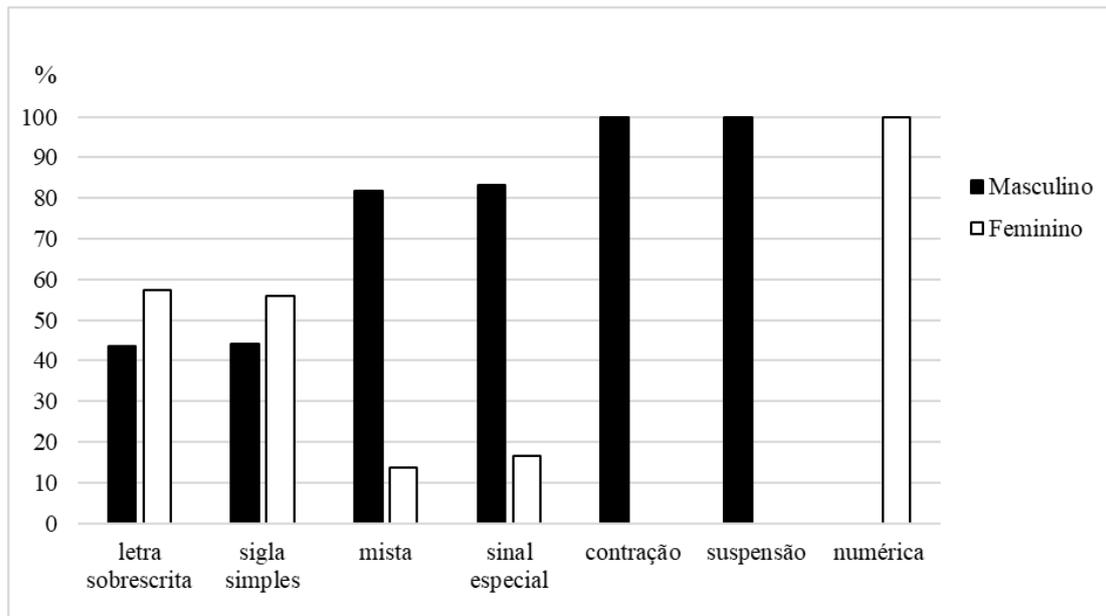


Fonte: Autoria própria.

Quanto ao uso da sigla simples, o tipo menos complexo, diferentemente do perfil visto anteriormente, tem-se praticamente um uso idêntico, já que a distinção é de apenas 1 ocorrência (0,8%) a mais no grupo menos escolarizado. Isso nos inviabiliza atestar que haja um perfil associado ao nível de escolarização/classe socioeconômica que favoreça o uso maior de sigla simples. Parece, contudo, que esse tipo demanda menos conhecimento especializado do que aquele que se vale dos sinais especiais. Uma possível justificativa pode ser obtida se nos questionarmos se as pessoas naquela época tinham conhecimento metalinguístico e a provável resposta é que “não”. Dado que o emprego da sigla simples não era pautado em reflexão linguística, demandando apenas conhecimento acerca do significado das abreviaturas, pode-se entender, então, a semelhança de uso entre os dois perfis sociais distintos.

Outro teste para verificar o grau de conhecimento de norma e tentar refinar, portanto, o nível de assertividade do pesquisador pode ser feito por meio da tipologia empregada em relação ao sexo, considerando todos os tipos e a escala de legibilidade de DUCHOWNY, COELHO E COELHO (2014). Os dados expostos anteriormente na tabela 4 podem ser observados no gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 - Emprego da tipologia em função do sexo



Fonte: Autoria própria.

Podemos observar que a variabilidade é um pouco maior no sexo masculino, já que os homens empregam abreviaturas de seis tipos (letra sobrescrita, sigla simples, mista, sinal especial, contração e suspensão) e as mulheres de cinco (letra sobrescrita, sigla simples, mista, sinal especial e numérica). Além disso, as mulheres não empregam dois tipos, a contração e a suspensão, e os homens não empregam um, a numérica – é um tipo icônico e o que exige menos conhecimento (DUCHOWNY, COELHO E COELHO, 2014). Ainda, a discrepância no percentual dos tipos mais usados pelo sexo feminino (letra sobrescrita e sigla simples) é bem menor se compararmos ao diferencial percentual dos tipos mais usados pelo sexo masculino (mista e sinal especial).

Apesar de a variabilidade não ser muito discrepante, sobretudo no caso daquelas tipologias cuja frequência é mais alta no sexo feminino, a preferência dos sexos por determinados tipos nos autoriza a correlacionar tais escolhas com o nível de escolarização do escriba, já que, naquele período, o sexo masculino tinha maior acesso à educação (ADÃO, 1995; MAGALHÃES, 2001). E, como cada tipo tem um nível de complexidade de conhecimento demandado para empregá-la (DUCHOWNY, COELHO E COELHO, 2014), os resultados confirmam a especulação anterior, espelhando, novamente, a situação social corrente: as mulheres, por serem menos escolarizadas, empregam mais a sigla simples e os homens, que tinham mais acesso à educação, empregam mais o sinal especial, conforme demonstram os dados dispostos na tabela 8:

Tabela 8 - Uso do sinal especial e da sigla simples em função do sexo

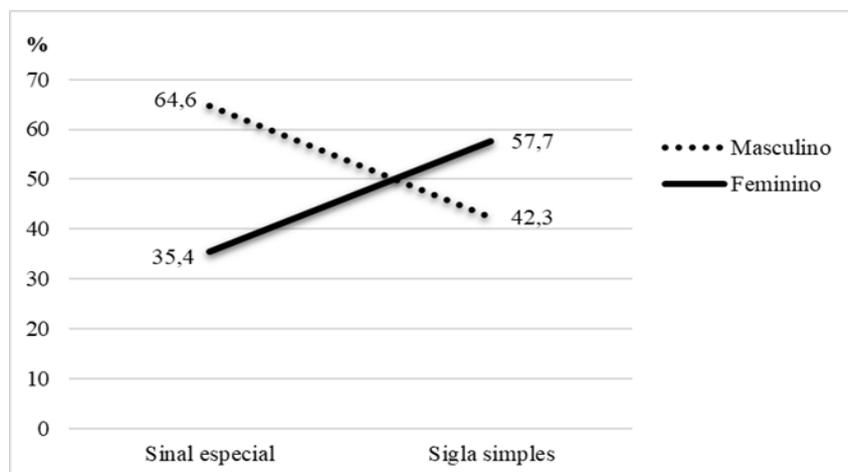
Sexo \ Tipo complexo	Sinal especial		Sigla simples		Total	
	n°	%	n°	%	n°	%
Masculino	31	64,6	47	42,3	78	49,1
Feminino	17	35,4	64	57,7	81	50,9
Total	48		111		159	

Fonte: Autoria própria.

De um total de 48 abreviaturas de sinal especial, o tipo que demanda o maior nível de conhecimento (DUCHOWNY, COELHO E COELHO, 2014), os homens apresentam emprego de 64,6% (31) e as mulheres, de 35,4% (17) – notamos, aqui, uma considerável distinção na preferência masculina, que apresenta uso 82,4% maior. E quanto ao uso do tipo menos complexo, a sigla simples, o perfil de uso entre os sexos se inverte, já que, das 111 abreviaturas, as mulheres empregaram 57,7% (64) e os homens, 42,3% (47) – observamos, porém, que o diferencial percentual é menor, de 36,4%. Fica clara, então, a preferência do sexo masculino pelo tipo mais complexo e a do sexo feminino pelo tipo menos complexo, o que constitui outra evidência de que o sinal especial é um tipo de abreviatura que demanda maior conhecimento da norma e que, portanto, sua maior presença em um texto tende a indicar que se trata de escriba letrado do sexo masculino.

Se analisarmos esses dados por meio de gráfico, é possível observarmos com mais clareza a distinção de preferência entre os sexos, uma vez que, ao se diminuir a complexidade tipológica, a curva masculina descende e a feminina ascende:

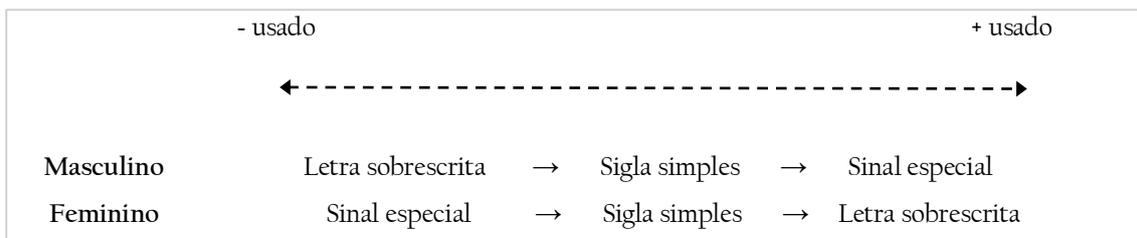
Gráfico 4 - Uso do sinal especial e da sigla simples em função do sexo



Fonte: Autoria própria.

Testamos, ainda, os dados da amostra de acordo com a tipologia mais empregada em cada sexo e chegamos ao seguinte resultado⁴¹, em que a preferência aumenta da esquerda para a direita:

Figura 21 - Preferência tipológica em função do sexo



Fonte: Autoria própria.

Também é possível perceber, aqui, que a preferência tipológica, de acordo com a complexidade, é inversamente proporcional: à medida que a complexidade aumenta, o sexo masculino utiliza mais e o feminino, menos.

Se formos além dos dados e estabelecermos uma conexão com a história social dos escreventes, a maior frequência de determinados tipos e regras não seria somente uma questão de estilo, mas, sim, de grau de letramento. Isso porque, considerando que o *continuum* de legibilidade atrela o tipo de abreviatura ao grau de conhecimento exigido para empregá-lo (DUCHOWNY, COELHO E COELHO, 2014) e que, além disso, o grau de conhecimento da norma reflete maior ou menor grau de letramento, conforme os nossos resultados sobre a (des)obediência à norma das abreviaturas em função do sexo, a maior fidelidade masculina e a maior frequência de tipos e de regras mais complexas espelha, então, a realidade daquela época, a de que o grau de letramento dos homens era maior do que o das mulheres.

Esses resultados corroboram, pois, a nossa hipótese sobre a existência de abreviaturas mais simples e de abreviaturas complexas, bem como evidenciam que os grupos que possuíam maior nível de escolarização e que pertenciam ao estrato mais alto da sociedade tinham maior domínio das regras mais complexas, fatores que, naquele contexto histórico, estavam necessariamente atrelados (MAGALHÃES, 2001).

⁴¹ Desconsideramos a tipologia mista, pois não é considerada por Duchowny, Coelho e Coelho (2014) na análise da legibilidade, e a contração, a suspensão e a numérica, por apresentarem dados categóricos.

4.1.2 Variáveis extralinguísticas nível de escolarização e estrato socioeconômico

O segundo fator apontado pelo programa como favorecedor do uso da norma padrão foi o nível de escolarização/estrato socioeconômico. E, antes de iniciarmos a discussão, cabe ressaltar que a junção da análise das variáveis externas nível de escolarização e estrato socioeconômico em uma única subseção deve-se ao fato de esses fatores estarem diretamente imbricados, já que o nível de escolarização era um imperioso critério de identificação da classe socioeconômica do escrevente no século XVIII. Evitamos, assim, a repetição dos dados, uma vez que os resultados que obtivermos em relação aos escreventes de cada nível de escolarização (Estudos Maiores e Estudos Menores) serão os mesmos dos dois estratos socioeconômicos (Classe A e Classe B, respectivamente relacionados).

Nesse quadro, a investigação da variável externa nível de escolarização/estrato socioeconômico justifica-se para averiguarmos se é possível diferenciar um indivíduo com maior grau de letramento de um indivíduo com menor grau de letramento por meio do emprego dos recursos braquigráficos, conforme hipotetizamos. No tocante a isso, nossa expectativa é a de que o grupo de escreventes com maior nível de escolarização, representante da classe socioeconômica mais alta, tenderia a reproduzir a norma padrão da época com mais fidelidade, enquanto os escreventes do outro grupo, que representa a classe socioeconômica mais baixa, distanciar-se-iam dela.

Apresentamos na tabela 9, abaixo, as ocorrências padrão e não padrão do grupo de escreventes com maior escolarização/estrato socioeconômico em comparação com o grupo com menor nível de escolarização/estrato socioeconômico:

Tabela 9 - Uso das variantes padrão e não padrão em função do nível de escolarização/estrato socioeconômico

Variantes Escolarização/Classe	Padrão		Não Padrão		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	PR
Estudos Maiores/Classe A	172	66,7	86	33,3	258	55,2	.67
Estudos Menores/Classe B	87	41,6	122	58,4	209	44,8	.30
Total	259		208		467		

Fonte: Autoria própria.

De um total de 467 ocorrências de abreviaturas, no grupo com maior nível de escolarização/classe socioeconômica A, foram computadas 258 ocorrências, equivalente a 55,2% do total geral. Já no grupo com menor nível de escolarização/classe socioeconômica B, foram 209 ocorrências, o que representa 44,8% dos dados. Esses valores evidenciam não apenas que as abreviaturas, no geral, são mais frequentes nos textos dos escreventes que têm maior nível de escolarização e que são da classe socioeconômica mais alta, como também que, pelo menos no gênero textual missiva familiar, era um recurso linguístico produtivo no período independentemente da classe socioeconômica ou do nível de escolarização do escriba, já que do total de 2712 palavras do *corpus*, 17,2% (467) eram abreviadas.

A despeito disso, quando analisamos a (des)obediência à norma, vemos que, no grupo com maior escolarização/classe A, as ocorrências padrão (66,7%) superam com vantagem as ocorrências não padrão (33,3%). Por sua vez, no grupo com menor escolarização, ocorre o inverso, porém com uma discrepância menor, com 41,6% de ocorrências padrão e 58,4% de não padrão. Esses dados nos mostram que os usos estão inversamente polarizados, com preferência pelo emprego da variante padrão na classe mais escolarizada/classe A e da não padrão na menos escolarizada/classe B, confirmando, assim, nossa expectativa.

Quando analisamos o peso relativo de cada nível de escolarização/estrato socioeconômico no uso de abreviatura padrão, isto é, no uso da norma, o programa selecionou o grupo Estudos Maiores/Classe A como o de maior significância para a aplicação da regra (PR = 0.67). Relacionando esse resultado ao fato de que o maior contato com a norma e o maior domínio da possibilidade de uso das regras estava diretamente ligado ao maior nível de escolarização no XVIII (SOARES, 1998; MARCUSCHI, 2001; MENDES, 2008), podemos considerar, sob essa ótica, que o indivíduo que apresentar maior uso de abreviatura padrão é aquele que tem maior domínio de norma e, conseqüentemente, possui maior nível de instrução.

4.1.3 Variável extralinguística sexo

O terceiro fator apontado pelo Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005) como o que mais favorece o uso da norma é o sexo do escrevente. Como naquele período as mulheres tinham menos acesso à instrução formal (ALGRANTI, 1993; ADÃO, 1994;

MAGALHÃES, 2001; VEIGA, 2004; VARTULLI, 2012), esperávamos que o sexo masculino apresentasse maior fidelidade à norma e que empregasse também as tipologias mais exigentes. Observemos, então, a tabela 10 a seguir:

Tabela 10 - Uso das variantes padrão e não padrão em função do sexo

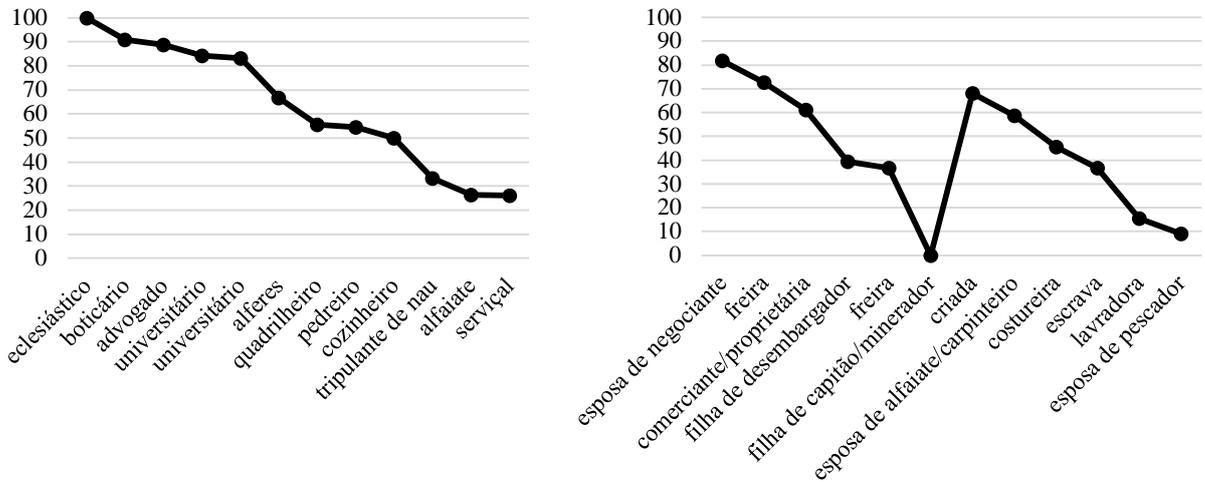
Sexo \ Variante	Padrão		Não padrão		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	PR
Masculino	147	64,5	81	35,5	228	48,8	.64
Feminino	112	46,9	127	53,1	239	51,2	.36
Total	259		208		467		

Fonte: Autoria própria.

Uma primeira informação extraída da tabela acima é que o percentual de abreviaturas computado no sexo masculino (48,8%) é ligeiramente menor do que o no sexo feminino (51,2%). Se considerarmos a hipótese suscitada de que pode haver distinção na frequência das abreviaturas quanto à variável extralinguística sexo, visto a pequena diferença (2,4%), numa macroanálise, esses dados não nos permitem assegurar que os recursos braquigráficos são mais frequentes em determinado sexo. Porém, refinando a lente de análise para a (des)obediência à norma, pudemos identificar tendências distintas de uso. Em relação à variante padrão, os homens empregam 64,5% e as mulheres, 46,9%. E, quanto à variante não padrão, há um perfil inversamente semelhante (35,5% vs. 53,1%, respectivamente), o que levou o programa a selecionar a variável sexo masculino como favorecedora da norma padrão (PR = .64). A justificativa para tal resultado apoia-se, como já ponderado, no cenário social da sociedade setecentista: o sexo feminino era o grupo socialmente excluído, o qual não tinha o conhecimento letrado como uma característica genérica, nem mesmo na elite, devido ao seu papel social e a ao acesso restrito às práticas educacionais (ALGRANTI, 1993; ADÃO, 1994; MAGALHÃES, 2001; VEIGA, 2004; VARTULLI, 2012).

Para uma análise mais detalhada do domínio da norma pelos escribas masculinos e femininos de nosso *corpus*, observemos os dados dispostos abaixo:

Gráfico 5 - Domínio de norma em função do sexo



Fonte: Autoria própria

Observemos que, no sexo masculino o uso é mais estável e previsível e, no feminino, há maior variação, o que se alinha à teoria laboviana de que as mulheres lideram a mudança linguística, enquanto os homens são mais conservadores. Isso pode, inclusive, ser reflexo da condição social que cada grupo possuía na sociedade setecentista.

Mas especificamente, diferentemente do que ocorre no sexo masculino, que apresenta perfil descendente de domínio à medida que a ocupação exige menos conhecimento formal (conforme visto na subseção anterior), no sexo feminino há desvios de uso da norma em relação à expectativa que se tem para cada grupo, isso porque há duas escreventes no grupo da classe mais alta que utilizam menos a forma padrão do que a não padrão e duas no da classe mais baixa que fazem o emprego reverso.

Tal heterogeneidade na relação laboral vs. nível de instrução dentro dos dois grupos é outra evidência da própria situação de exclusão das mulheres quanto ao acesso à educação formal, pois isso certamente reduzia seu contato com a norma, já que era comum, quando tinham a oportunidade, aprenderem com indivíduos sem formação e que possuíam conhecimentos elementares sobre as práticas de leitura e de escrita (ADÃO, 1995). Outro fator influenciador deve-se à circulação de saberes para mulheres ter ocorrido com propósitos e em espaços diversificados, como nas igrejas, nos sermões, nas confissões, nos conventos ou nas instituições de reclusão, principalmente voltados para as funções femininas naquela sociedade, o que limitava o ensino e, quando acontecia, era

informal ou, de modo geral, não totalmente de acordo com o currículo escolar, ou seja, configurava uma instrução informal (ALGRANTI, 1993; JULIO E VARTULLI, 2016).

Por outro lado, apesar dessa heterogeneidade, das 12 escreventes analisadas, 9 (75%) delas seguiram o esperado para a classe socioeconômica em que se encaixam, o que nos permite, ainda assim, considerar a tese de que um indivíduo da classe A tem maior domínio da norma – considerando, porém, que é maior a probabilidade de desvio de perfil de uso em escreventes do sexo feminino. A situação inversa no sexo masculino, qual seja, a de menor probabilidade de desvio, é, evidentemente, reflexo da soberania desse grupo na sociedade setecentista, principalmente quanto ao acesso à educação.

Essa conjunção de fatores confirma, portanto, a nossa expectativa em relação à maior fidelidade masculina quanto à norma e também sinaliza para a confirmação de duas de nossas hipóteses: (i) a de que um escrevente com maior nível de escolarização tinha maior domínio da norma e (ii) a de que fatores externos interferem no emprego das abreviaturas, nesse caso, o sexo – características que servem, portanto, como pistas para a caracterização sociolinguística de um indivíduo como mais letrado. Além disso, verificamos que, na análise de domínio de norma em função do nível de escolarização/classe socioeconômica, o desvio de perfil é uma tendência do sexo feminino, o que faz disso outro aspecto a ser considerado na identificação do escriba.

4.1.4 Variável linguística complexidade da regra

A variável interna complexidade da regra demandada para se empregar uma abreviatura também foi selecionada pelo programa Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005) como fator de interferência no uso das abreviaturas, sendo apontada como a quarta mais significativa. Vejamos os dados obtidos:

Tabela 11 - Uso das variantes padrão e não padrão em função da complexidade da regra

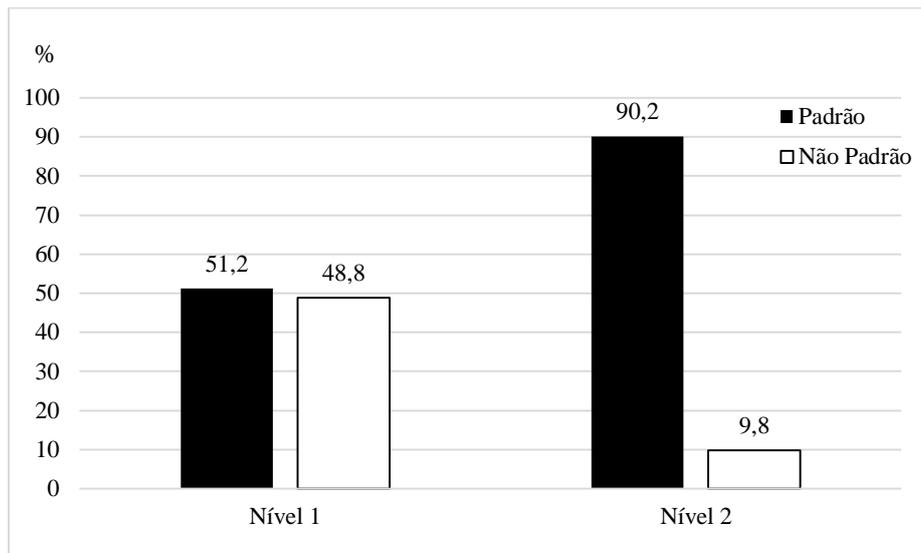
Variante Complexidade	Padrão		Não Padrão		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	PR
Nível 1	222	47,5	204	43,7	426	91,2	.47
Nível 2	37	7,9	4	0,9	41	8,8	.79
Total	259		208		467		

Fonte: Autoria própria.

Considerando-se a produtividade segundo o nível de complexidade de emprego do recurso braquigráfico, é visível que as abreviaturas que contemplam as regras gerais, de nível 1 (91,2% - 426 ocorrências), são disparadamente mais acessíveis em comparação com as que demandam regras específicas, de nível 2 (8,8% - 41 ocorrências). Não obstante, tendo em vista o contexto social extremamente dissonante no século XVIII (MAGALHÃES, 2001; VARTULLI, 2012), principalmente quanto ao acesso à educação, era de se esperar essa discrepante divergência.

A despeito da menor produtividade das regras de nível 2, é nelas, conforme indica o peso relativo (.79), que se concentram as informações mais relevantes capazes de auxiliar o pesquisador a traçar o perfil social do escriba, sobretudo relacionado ao maior ou menor grau de instrução/escolarização, conforme demonstram os dados dispostos no gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Emprego das variantes padrão e não padrão em função da complexidade da regra



Fonte: Autoria própria.

Considerando o total de abreviaturas de cada nível (426 ocorrências de nível 1 e 41 ocorrências de nível 2), a variante padrão, exemplar da norma, é consideravelmente mais empregada em abreviaturas mais complexas, pois representa 90,2% dos casos (exs. *GL̃* = *Gonçalves*; *Lx.^a* = *Lisboa*; *SS^{mo}* = *Santíssimo*); situação distinta se dá nas ocorrências de nível mais simples, já que o respeito à regra está presente somente em 51,2% das abreviaturas (exs. *q* = *que*; *D.* = *Dona*; *vm.^{ce}* = *vossa mercê*). Isso confirma nossa expectativa devido, justamente, à relação que se estabelece entre o maior nível de

escolarização e o maior contato com a norma e, conseqüentemente, maior conhecimento das possibilidades de uso das regras (SOARES, 1998; MARCUSCHI, 2001; MENDES, 2008).

Como propusemos a complexidade da regra como ferramenta para refinar a identificação do domínio da norma, bem como é de se esperar que o indivíduo com maior nível de escolarização no século XVIII possua maior domínio da norma, assim como verificado por Mendes (2008), relacionemos a complexidade das regras dos recursos braquigráficos de acordo com a escolarização/classe socioeconômica do escrevente:

Tabela 12 - Complexidade da regra em função do nível de escolarização/estrato socioeconômico

Escolarização/Classe Complexidade	Estudos Maiores/ Classe A		Estudos Menores/ Classe B		Total
	nº	%	nº	%	nº
Nível 1	228	48,8	198	42,4	426
Nível 2	30	6,4	11	2,4	41
Total	258		209		467

Fonte: Autoria própria.

Conforme esperado, as regras de nível 1 são amplamente empregadas nos dois grupos (48,8% no grupo Estudos Maiores/Classe A e 42,4% no grupo Estudos Menores/Classe B em comparação com as de nível 2 (6,4% no grupo mais escolarizado/abastado e 2,4% no menos escolarizado/abastado). Isso evidencia que, de fato, as regras que demandavam mais conhecimento formal e/ou específico eram bem menos empregadas e, consecutivamente, menos acessíveis – um retrato compatível com a generalizada inacessibilidade escolar no século XVIII (ALGRANTI, 1993; MAGALHÃES, 2001).

Além disso, como o nosso foco é nas abreviaturas que se enquadram no nível 2, é possível extrair uma significativa informação: de um total de 41 abreviaturas, 30 (6,4%) foram empregadas pelo grupo que possui maior escolarização/classe socioeconômica mais alta e 11 (2,4%) pelo de menor escolarização/classe socioeconômica mais baixa. Isso sugere, portanto, que a classe mais escolarizada/mais abastada emprega mais os recursos braquigráficos mais complexos – o que, do mesmo modo, confirma a nossa expectativa baseada na relação existente entre maior nível de escolarização e maior

contato com a norma e, conseqüentemente, maior conhecimento das possibilidades de uso das regras (SOARES, 1998; MARCUSCHI, 2001; MENDES, 2008).

No intuito de refinarmos ainda mais a análise, lancemos o olhar para a complexidade das regras, com foco no nível 2, que serão analisadas em função do sexo:

Tabela 13 - Complexidade da regra em função do sexo

Complexidade \ Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	n°	%	n°	%	n°	%
Nível 1	200	42,8	226	48,4	426	91,2
Nível 2	28	5,9	13	2,7	41	8,8
Total	228		239		467	

Fonte: Autoria própria.

De uma perspectiva geral, o percentual de ocorrências de nível 2 é consideravelmente baixo, já que corresponde a 8,8% do total geral. Porém, se lançarmos o olhar para esse uso entre os sexos, obtemos valores significativos. Isso porque, de um total de 41 ocorrências, há uma considerável disparidade, já que o masculino apresenta 28 ocorrências (5,9%), sendo 21 de sinal especial (exs. *Lx.^a = Lisboa*; ~~12005~~ = 12 mil e 5 Réis; ~~1040~~ = 1 mil e 40 Réis), e 2 de distinção de nome próprio e de flexão de número (*Miz = Martins*; *Glz = Gonçalves*) e 5 de uso do til como marcação de dígrafo nasal (*alguã*; *hũ* (2 vezes) e *hũa*), e o feminino 13 (2,7%), sendo 10 ocorrências de sinal especial (exs. *m% = muitos*; *ann% = annos*; ~~e9.~~ = *etcetera*), 1 de distinção de nome próprio e de flexão de número (*vas^{coz} = Vasconcelos*), 1 de marcação de grau superlativo (*SS^{mo}*) e 1 numérica (*7br.^o = Setembro*). Ou seja, fica evidente que as regras mais simples são empregadas por ambos os sexos, com uma leve preferência de uso feminina (13,1% a mais); porém, ao compararmos o emprego das regras mais complexas, o masculino apresenta emprego substancialmente maior (118% a mais).

Diante do exposto, é possível atestar que o grupo masculino supera o seu par em todas as variáveis até então analisadas. Isto é, são mais obedientes à norma e usam mais tipos de abreviaturas e regras mais complexas.

Assim, atestamos que a variável interna complexidade da regra necessariamente favorece o emprego da norma e nos fornece indícios para a caracterização sociolinguística do escrevente – nesse caso, do nível de escolarização/estrato socioeconômico e do sexo do escrevente.

4.1.5 Variável linguística número de sílabas do vocábulo abreviado

A quinta variável mais significativa, conforme apontado pelo Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005), foi o número de sílabas do vocábulo que a abreviatura contém. Observemos, então, os dados a seguir:

Tabela 14 - Uso das variantes padrão e não padrão em função do número de sílabas representadas

Variante Nº sílabas	Padrão		Não Padrão		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	PR
1	93	84,5	17	15,5	110	23,6	.86
2	106	50,2	105	49,8	211	45,2	.48
3	46	38,3	74	61,7	120	25,7	.02
4	11	52,4	10	47,6	21	4,5	.03
5	3	60,0	2	40,0	5	1,1	.28
Total	259		208		467		

Fonte: Autoria própria.

A abreviatura que representa 2 sílabas do vocábulo abreviado é a mais frequente (45,2% - 211 ocorrências), seguida pelas que representam 3 (25,7% - 120 ocorrências) e 1 sílaba (23,6% - 110 ocorrências), com valores percentuais próximos; por fim, com valores bem menores, temos abreviaturas que representam vocábulos de 4 (4,5% - 21 ocorrências) e de 5 sílabas (1,1% - 5 ocorrências).

O que podemos observar a partir desses dados, além do fato de as abreviaturas que representam 1, 2 e 3 sílabas do vocábulo original serem corriqueiras em cartas (BLUTEAU, 1728; FEYJO, 1734; SOUZA, 1804; MEGALE e TOLEDO NETO, 2005), é que a ocorrência de abreviaturas que retratam 4 ou 5 sílabas (doravante abreviaturas longas), ainda que em baixo número, reforça a tese de que algumas são menos econômicas do que o vocábulo do qual procedem, ocupando o mesmo ou até mais espaço e exigem

tempo igual ou superior ao levado para a escrita dos vocábulos em sua forma extensa (STIENNON, 1973; NÚÑEZ CONTRERAS, 1994), como em *Capitn.^a* (*Capitania*), *requerim.^{to}* (*requerimento*) e *obrigd.^o* (*obrigado*) – caso contrário, as abreviaturas longas não seriam utilizadas. Logo, esse dado coloca em xeque a tese de que os recursos abreviativos visavam à economia, o que abre precedente para investigação futura.

Passamos, agora, aos dados sobre a relação entre o número de sílabas do vocábulo que a abreviatura contém e a obediência à norma. Conforme o programa Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005), somente a abreviatura que representa uma sílaba (PR = .86) foi apontada como a que favorece a aplicação da regra. E, ao investigarmos as características das abreviaturas que contêm uma sílaba, verificamos que elas representam a sigla simples, o segundo tipo que mais demanda instrução, conforme o *continuum* de legibilidade que adotamos (DUCHOWNY, COELHO E COELHO, 2014); e que, muitas vezes, representam um sinal especial, o tipo mais complexo, que possui símbolo que substitui palavra de uma sílaba (~~12005~~ = 12 mil e 5 Réis; ~~1040~~ = 1 mil e 40 Réis) ou substitui uma sílaba (*m%* = *muitos*) – o que explicita, portanto, a relação delas com o domínio da norma.

O resultado previamente apresentado qualifica, então, o emprego de abreviatura que contém uma sílaba do vocábulo abreviado como mais um critério para a caracterização do nível de instrução do escrevente.

4.1.6 Variável linguística classe de palavras

Outro fator interno investigado foi a classe de palavras, o qual foi apontado pelo programa Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005) como a sexta variável mais significativa no emprego da norma. Nossa motivação foi investigar se as palavras de conteúdo favorecem o emprego das abreviaturas em relação aos vocábulos ou instrumentos gramaticais. Observemos, então, o comportamento específico de cada classe encontrada no *corpus*:

Tabela 15 - Uso das variantes padrão e não padrão em função da classe de palavra abreviada

Classe \ Variante	Padrão		Não Padrão		Total		PR
	nº	%	nº	%	nº	%	
Pronome	116	57,4	86	42,6	202	43,3	.39
Substantivo	77	61,1	49	38,9	126	27,0	.68
Advérbio	20	35,7	36	64,3	56	12,0	.44
Preposição	17	48,6	18	51,4	35	7,5	.50
Adjetivo	11	64,7	6	35,5	17	3,6	.78
Verbo	1	9,1	10	90,9	11	2,4	.13
Locução conjuntiva	7	100,0	0	0,0	7	1,5	*NSA
Conjunção	5	83,3	1	16,7	6	1,3	.93
Artigo	4	100,0	0	0,0	4	0,9	*NSA
Numeral	1	33,3	2	66,7	3	0,6	.08
Total	259		208		467		

*NSA = não se aplica

Fonte: Autoria própria.

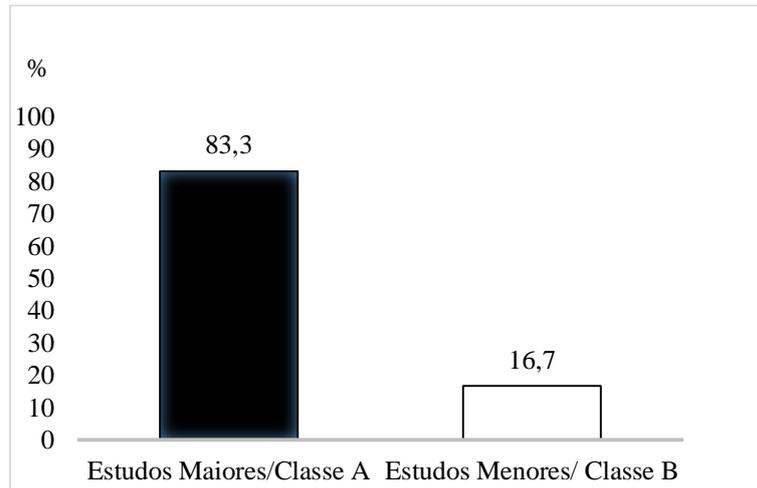
No que diz respeito à frequência de classes de palavras abreviadas, obtivemos a seguinte ordenação: 1º pronome (43,3% - 202 ocorrências); 2º substantivo (27,0% - 126 ocorrências); 3º advérbio (12,0% - 56 ocorrências); 4º preposição (7,5% - 35 ocorrências); 5º adjetivo (3,6% - 17 ocorrências); 6º verbo (2,4% - 11 ocorrências); 7º locução conjuntiva (1,5% - 7 ocorrências); 8º conjunção (1,3% - 6 ocorrências); 9º artigo (0,9% - 4 ocorrências) e 10º numeral (0,6% - 3 ocorrências).

Os pronomes e os substantivos foram as classes de palavras mais abreviadas, assim como ocorrido nas listas de abreviaturas das obras prescritivas que investigamos (MELDOLA, 1785; SOUZA, 1804; RIBEIRO, 1890). Em certa medida, tal resultado era esperado, uma vez que o uso do pronome era recorrente no gênero carta no século XVIII e, também, porque já estavam institucionalizados nas listas de abreviaturas; além disso, porque os substantivos são palavras de conteúdo, as quais representam a maioria dos vocábulos do léxico, e por serem núcleo de sintagmas nominais, tendem a ser facilmente recuperados no contexto, o que facilita a identificação da abreviatura, preservando-se a recomendada clareza de seu emprego.

Por conseguinte, quando analisamos as classes de palavra que favorecem a aplicação da variante padrão e, conseqüentemente, servem como indício de domínio de norma, foram apontadas três, na seguinte ordem de significância: a conjunção (PR = .93), o adjetivo (PR = .78) e o substantivo (PR = .68).

Para testarmos se, de fato, a conjunção espelha maior conhecimento de norma, verifiquemos o uso desse instrumento gramatical em função dos grupos mais e menos escolarizados:

Gráfico 7 - Uso da conjunção em função do nível de escolaridade/estrato socioeconômico



Fonte: Autoria própria.

Como era esperado, o grupo mais escolarizado, por ter mais acesso às práticas educacionais no século XVIII (ALGRANTI, 1993; MAGALHÃES, 2001; VARTULLI, 2012), apresentou domínio consideravelmente maior da conjunção (83,3% - 5 ocorrências) em comparação ao grupo menos escolarizado (16,7% - 1 ocorrência).

Além disso, todos os escreventes que empregaram esse instrumento gramatical são do sexo masculino, o que atesta, mais uma vez, a hegemonia desse grupo social em relação ao acesso à educação.

Para entendermos melhor a relação das classes de palavras com a questão do domínio de norma, é necessário lembrarmos que, conforme Marcuschi (2001), uma apropriação profunda da escrita perpassa pela construção de textos mais complexos, os quais, necessariamente, demandam o domínio formal dos elementos coesivos. Isso nos leva a inferir que a ordenação de significância proposta pelo programa está, de fato, relacionada à complexidade de conhecimento demandado para a utilização de cada uma delas.

Partindo dessa perspectiva, a primeira observação que apontamos é que as classes de palavras selecionadas podem ser inicialmente alocadas em duas categorias distintas (WEBER-FOX e NEVILLE, 2001; ROSA, 2003; GRELA *et al.*, 2004):

- (i) palavras relacionais, também denominadas instrumentos gramaticais, as quais apresentam significado gramatical e exercem principalmente funções sintáticas, servindo como elementos de ligação frasal com baixa ou nenhuma carga semântica própria – são os artigos, as conjunções, as interjeições, as preposições e os pronomes;
- (ii) palavras de conteúdo, que apresentam significado lexical e são palavras às quais, em princípio, podem ser acrescentadas novas criações – são os adjetivos, advérbios substantivos e verbos.

Assim, se analisarmos os elementos acima considerando a complexidade demandada para a sua aquisição ou o seu emprego, as palavras relacionais, no caso, a conjunção, fazem parte de um conhecimento mais complexo do ponto de vista sintático, visto que a sua aplicação se dá no nível das relações oracionais; as palavras de conteúdo, por sua vez, demandam conhecimento menos complexo, por não serem elementos de conexão frasal.

Em busca de mais evidências para a sustentação da tese de que os instrumentos gramaticais demandam mais conhecimento especializado e, por isso, espelham maior conhecimento de norma, foquemos na análise pormenorizada de cada classe. No que tange à conjunção, a que evidencia maior domínio de norma conforme o programa Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005), observamos que todas as abreviaturas são dos vocábulos *porque* (4 ocorrências) e *enquanto* (2 ocorrências). Cabe ressaltar que o emprego da conjunção representa somente 1,3% do *corpus*, o que denota um uso restrito – ou seja, se poucos dominavam, pode ser porque o acesso ao conhecimento demandado para tal emprego também era restrito, assim como o acesso à educação formal (MAGALHÃES, 2001).

Ao investigarmos a função da conjunção, encontramos em Souza (1804) uma informação útil para nos auxiliar no entendimento da sua significância no contexto das abreviaturas:

As Conjunções são palavras que **servem de ajuntar e unir diferentes frases** de que se compõe o discurso, ou seja para o resumir, e **fazel-o mais corrente**, ou seja, para impedir que se altere a sua unidade pelas palavras que modificão alguns dos objetos de que ele he composto (SOUZA, 1804, p. 141-142, grifo nosso).

Como podemos ver, a função da conjunção é, basicamente, a de fazer a conexão das orações e, por consequência, a de proporcionar uma efetiva articulação e comunicação textual. Se pensarmos que há uma hierarquia em relação à construção textual, a qual se dá em níveis, que vão aumentando de acordo com a aquisição e o domínio de diversas habilidades que compõem a tecnologia da escrita (SOARES, 1998; MARCUSCHI, 2001); que a estrutura sintática é complexa, já que para dominá-la é necessário entender o funcionamento dos elementos que a constituem; e que no século XVIII eram poucos os indivíduos que alcançavam níveis de letramento que lhes permitiam escrever textos de acordo com os requisitos normativos (MAGALHÃES, 2001), a definição de Souza (1804) deixa evidente que o emprego de uma conjunção demandava conhecimento formal mais sofisticado.

Além disso, segundo os estudos de aquisição da linguagem (BLOOM, 1973; BARRETT, 1997; PASSOS *et al.*, 2011), a conjunção é adquirida na oralidade mais tardiamente, devido, justamente, à maior complexidade de uso das classes fechadas na produção linguística. Este é, portanto, outro indício que nos permite acolher o emprego da conjunção como indício de maior conhecimento linguístico e, conseqüentemente, de maior grau de instrução.

Por conseguinte, ao analisarmos as palavras de conteúdo, Souza (1804, p. 31) é bem sucinto ao apresentar a sua função dos substantivos, ou nomes, assim denominados: “Chamão se Nomes aquelas palavras comque se nomeão as coizas que existem, ou que se supõem existir, assim como: Pedra, Virtude, Ceo”.

Quanto aos adjetivos, a explanação do autor é um pouco mais detalhada:

Todo o Adjetivo supõe hum nome no qual subsistia a qualidade que exprime, **sem a qual não pode fazer sentido completo**; como por exemplo, o Adjetivo *Branco* só exprime a qualidade de côr branca que alguma coiza pode ter, mas não declara que coiza seja, e supõe hum nome, assim como Cavallo, Carneiro ou outros semelhantes que signifiquem a coiza, da qual ele exprime a qualidade de ter a côr branca [...] **juntos aos nomes lhes augmentão, e extendem a sua significação** [...]. Muitas vezes sucede que uzamos de hum Adjetivo em lugar de um nome, dizendo: Os sábios, os ricos, os grandes, em lugar de dizer: Os homens sábios; os homens ricos; os homens grandes [...] (SOUZA, 1804, p. 39, grifo nosso).

Lançando um olhar mais aprofundado à conceituação dada pelo autor, é possível observar que há uma maior complexidade semântica dos adjetivos em relação aos

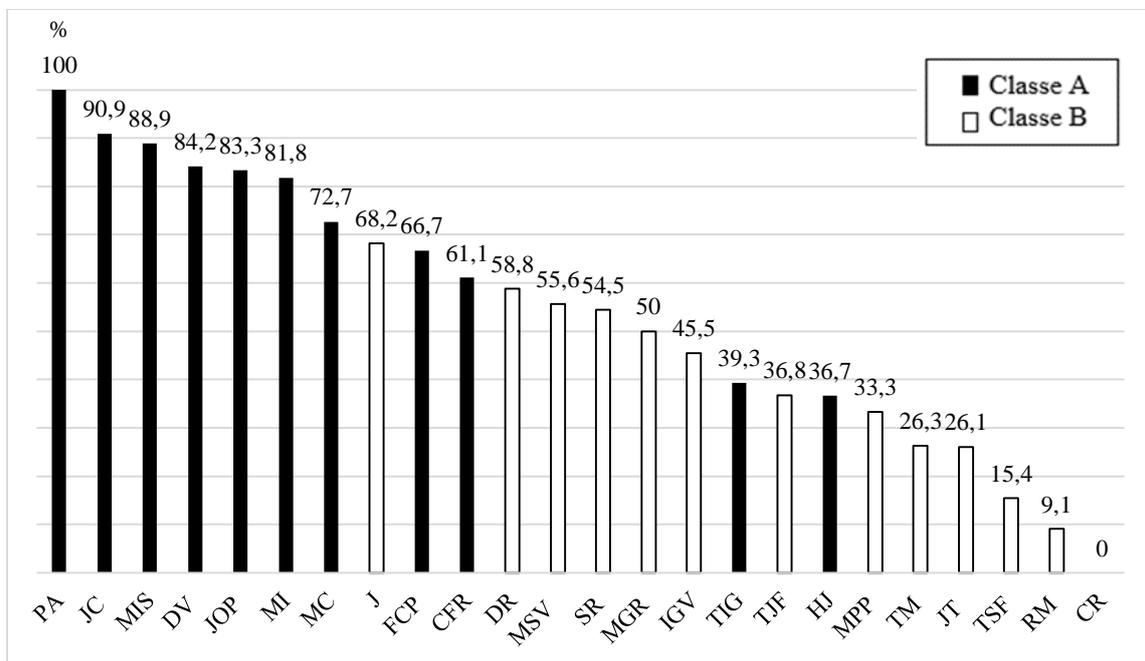
substantivos, já que, conforme o próprio autor, eles atribuem ou aumentam o sentido de um nome. Sob essa ótica, é possível dizer, então, que o adjetivo possui maior complexidade do que um substantivo, assim como proposto na literatura sobre aquisição da linguagem (BLOOM, 1973; BARRETT, 1997; PASSOS *et al.*, 2011).

Diante do exposto, foi possível verificar que há uma escala de complexidade de aquisição e de uso dos instrumentos gramaticais e das palavras de conteúdo e que as abreviaturas atuam também como pistas gráficas desse fato linguístico.

4.2 CRUZANDO OS DADOS: ANÁLISE DO PERFIL DOS ESCRIVENTES

Para analisarmos o perfil dos escreventes, baseamo-nos nos dados obtidos anteriormente e na história social do período setecentista. Sob essa perspectiva, apresentamos um gráfico que evidencia o uso individual das variantes padrão e não padrão de todos os escreventes:

Gráfico 8 - Uso das variantes padrão e não padrão por escrevente



Fonte: Autoria própria.

Conforme já mencionado, o acesso às práticas educacionais era um privilégio dos grupos sociais abastados, devido à dinâmica histórica do alfabetismo ser elitizante e

contextualizada no período setecentista (MENDES, 2008), o que nos leva a esperar, em tese, que os 12 primeiros indivíduos (ordenados de acordo com o domínio da norma) fossem da classe A e os 12 consequentes fossem da classe B. Porém, como a realidade não seguia exatamente o modelo social pregado (ADÃO, 1995; MAGALHÃES, 2001), situações singulares, de quebra de paradigma em relação às expectativas de acesso à educação em função da classe socioeconômica, podiam acontecer – e, de fato, aconteceram. Um exemplo disso é que, nas 12 primeiras posições, 9 escreventes são da classe mais abastada e 3, não. Isso, inclusive, espelha a previsão dada pelo programa Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005) em relação à maior influência da classe socioeconômica A no uso da norma (PR = 0.67).

Mais especificamente, ao observarmos os 24 escreventes, vemos que 6 (25%) não seguem o perfil esperado para sua classificação social: J (criada), DR (esposa de carpinteiro) e MSV (capitão de quadrilha) são da classe B e apresentaram domínio de norma maior do que alguns indivíduos da classe A; TIG (filha de desembargador), HJ (freira) e CR (filha de capitão), três escreventes da classe A, apresentaram domínio de norma menor do que escreventes menos abastados – CR, inclusive, está na última posição, apresentando desobediência total à norma.

Tais resultados nos mostram que, apesar dos desvios, há uma tendência a ser considerada quanto ao uso de cada grupo social, o que nos leva a relativar os resultados na impossibilidade de termos o perfil definido do escriba. Ou seja, na ausência de caracterização, o mais seguro é congregar o maior número possível de recursos, para tentar um perfil mais próximo possível do real.

Outra questão diz respeito à limitação ao acesso e à ausência de ensino sistematizado para o sexo feminino – tais aspectos podem explicar o fato de HJ, freira, e de CR, filha de capitão/minerador, apresentarem menor domínio de norma do que escreventes da classe B. Em relação a esses dados, apesar de HJ ser mulher e isso automaticamente a colocar numa posição social de inferioridade, o fato de ser freira, ocupação a qual, teoricamente, a colocava numa situação de maior acesso às práticas educacionais (MAGALHÃES, 2001) em relação às escreventes TIG (filha de desembargador) e CR (filha de capitão/minerador) pode explicar o fato de ter tido maior acesso à norma. A nossa expectativa era, portanto, a de que apresentasse percentual de domínio da norma mais elevado, assim como apresentado por MC, que também era freira e é a sexta colocada. Isso nos levou a analisar os dados de HJ e verificarmos que ela comete desvios somente em relação à colocação do ponto abreviativo, pois, em vez de

alocá-los antes da(s) letra(s) sobrescrita, HJ o coloca abaixo⁴². Se não fosse por esse desvio, HJ teria respeitado 100% da norma, o que a classificaria, portanto, como uma escrevente com maior nível de instrução, assim como o esperado para a classe socioeconômica em que está enquadrada. O seu desvio em relação à colocação do ponto abreviativo pode estar, então, relacionado a uma questão de estilo e a uma tendência à generalização do local do ponto abreviativo, que sempre aparece abaixo e não na posição superior; tais questões, porém, transcendem o objeto de nossa investigação.

Outro indício do maior nível de habilidade de escrita de HJ é o de que, se nos apoiarmos em outra ferramenta de análise de letramento, qual seja, a análise físico-caligráfica (MARQUILHAS, 1996; BARBOSA, 1999), vemos que ela possui várias características de uma mão hábil, tais como traçado seguro, alinhamento perfeito das letras em um regramento ideal, enquadramento das letras; obediência no uso de letras maiúsculas e minúsculas, uso de abreviaturas e elementos de ligações, leveza no conjunto e regularidade da empaginação, conforme pode ser verificado na figura a seguir:

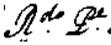
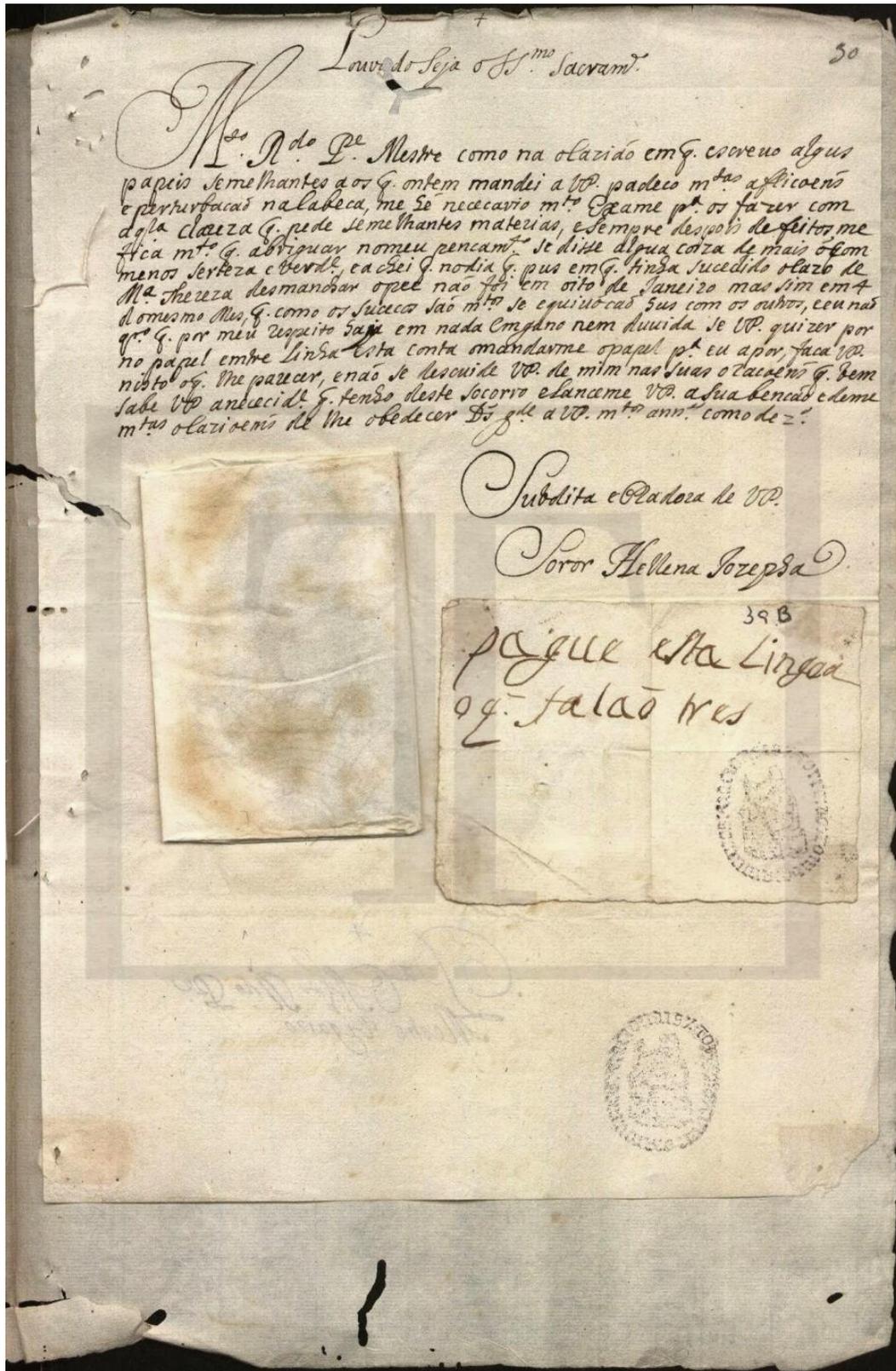
⁴² Como em  (Reverendo Padre).

Figura 22 - Missiva com características de mão hábil



Fonte: Carta de Soror Hellena Josepha (1750) - Post Scriptum: Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e em Espanha na Época Moderna.

Além disso, o fato de J e DR serem da classe socioeconômica mais baixa e apresentarem maior domínio de norma do que alguns escribas abastados é uma amostra de que as condições do cotidiano necessariamente interferiam na organização social e, conseqüentemente, reforçam que as expectativas em relação a cada grupo configuram tendências e não podem ser universais (VARTULLI, 2012).

No que diz respeito aos escreventes do grupo de menor escolarização/classe B (desconsiderando os casos que fogem do perfil), eles apresentam valores percentuais de uso da variante padrão consideravelmente menores (variando entre 9,1% e 58,8%) do que os do grupo mais escolarizado/classe A (valores entre 61,1% e 100%). É possível, inclusive, observar que há níveis distintos de domínio da norma dentro de cada grupo e que eles estão associados à ocupação/função do escriba e o nível de instrução demandado para exercê-la, conforme a escala de grupos de ocupações/funções sociais apontada por Magalhães (2001). Por exemplo, ao analisarmos os dados de PA, cuja função era a de eclesiástico prior (superior), vemos que ele tem domínio total da norma em sua escrita (100% de uso de abreviatura padrão), o que corrobora, portanto, que os clérigos sabiam ler e escrever com habilidade mais elevada do que todos os que circulavam nesse contexto sócio-histórico (MAGALHÃES, 2001), até mesmo os do grupo mais escolarizado, uma vez que a formação do seminário exigia a prática intensa da leitura e da escrita e as reforçava.

O segundo escrevente que mais domina a norma é JC, boticário, ocupação que, conforme Bluteau (1728, p. 477), demanda alto nível de conhecimento sobre duas áreas de estudo, a Química e a Medicina, devido ao fato de que “a pharmacia pratica racional, methodica, ou Galenica, he a segunda parte da Medicina, que ensina a composição, preparação, & e mixtaõ dos medicamentos”. Outra pista sobre a sua provável instrução elevada é que JC era filho de negociante português. A ocupação do seu pai colocava sua família num patamar social e econômico mais abastado, já que os negociantes transatlânticos no século XVIII “fizeram fortunas em meio a este *mare lusitano*”, conforme Frago (2002, p. 100) e eram importantes personagens das relações comerciais do Império Português (PEDREIRA, 1992). A profissão, a situação financeira e o papel social do seu pai provavelmente alocavam a família num alto patamar social e, conseqüentemente, proporcionavam o acesso aos serviços que os indivíduos pertencentes à elite disfrutavam, tal como a educação e as práticas a ela correlatas.

O terceiro escrevente que mais emprega a norma é MIS, cuja profissão era a de advogado. É evidente, então, assim como visto nos dados anteriores, que os indivíduos

que tinham formação em nível de escolarização superior, ou ocupação que exigia conhecimento especializado sobre determinada área, possuíam os maiores níveis de domínio da norma.

A tendência apontada acima também é vista nos percentuais apresentados por DV e JOP, ambos universitários. Apesar de ainda não terem, no momento da escrita, a formação em Estudo Maior, o fato de frequentarem uma universidade já era uma evidência do maior nível de escolarização, visto que uma ínfima parte da população ultrapassava os Estudos Menores e tinha acesso ao ensino em instituições; quando isso ocorria, certamente eram indivíduos de grupos mais abastados da sociedade (VARTULLI, 2012; VEIGA, 2007).

O quarto escrevente que mais domina a norma é MI, com 81,8%. Considerando os aspectos sociais da sociedade setecentista, chama-nos a atenção o fato de este escriba ser do sexo feminino. Ao investigarmos a sua história social, verificamos que ela era esposa de negociante, profissão de alto prestígio e rendimento econômico na sociedade lusitana, e que proporcionava acesso aos serviços que os indivíduos pertencentes à elite disfrutavam, tal como maior contato com as variadas práticas educativas, conforme previamente mencionado. Além disso, outra questão que nos ajuda a entender o ambiente em que MI vivia é que ela era mãe de JC, outro escrevente do nosso *corpus*, o segundo indivíduo que mais domina a norma (90,9%), menos apenas do que o clérigo PA (100% de domínio). O fato de mãe e filho apresentarem elevado percentual de conhecimento formal nos leva a acreditar que a educação era um valoroso elemento cultural para aquela família e, também, a especular se a mãe não fora responsável pela educação do filho; indícios, então, da colocação da educação como uma das preocupações da elite quanto à organização da vida social (FONSECA, 2004) e da mudança de perspectiva, da Idade Média para a Moderna, em relação ao papel da educação na formação dos sujeitos modernos (MENDES, 2008). Sendo assim, MI gozava dos privilégios sociais a que a alta sociedade tinha acesso e, indubitavelmente, sofreu influências positivas do meio em que vivia – as quais são confirmadas pelos próprios dados, que a posicionam como a mulher do nosso *corpus* que apresenta maior domínio de norma.

Outra escrevente da classe A e que se posiciona entre os 12 que mais dominam a norma é MC, que era freira e vivia em clausura no Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição, em Olinda. Estar nessa situação era um indicativo de que vinha de berço abastado, pois ser religiosa era um estado possível e desejável para as mulheres fidalgas

e para as famílias nobres, no intuito de manterem a honra e de preservarem-se de acordo com os ditames da “boa sociedade” colonial (grifo meu, ALMEIDA, 2012).

Analisando os dados de J, a oitava colocada (68,2%), é possível questionar seu desempenho em face de sua condição social. Entretanto, o fato de ser criada de CFR, uma mulher da classe mais alta e que estava à frente de seu tempo por administrar os negócios da família, pode tê-la exposto a situações da administração de negócios vivenciadas pela sua patroa, bem como sua patroa pode tê-la transmitido seus conhecimentos pessoais, agindo como sua preceptora, o que era normal no período.

O nono escriba que mais domina a norma é FCP (66,7%), alferes, oficial do exército. Mais especificamente, possuir tal título da cavalaria do exército, o qual era designado ao encarregado de levar a bandeira do reino (BLUTEAU, 1728), o alocava no estrato mais alto da sociedade. A sua função, porém, não exigia formação universitária, o que justifica o seu menor domínio de norma (MAGALHÃES, 2001) em relação aos escreventes acima classificados, que possuíam nível superior ou eram universitários, no caso dos homens, ou eram de famílias nobres e abastadas, como no caso das mulheres.

A seguir está CFR, com 61,1% de obediência à norma. A escrevente vivia em Mariana, Minas Gerais, pertencia a uma família de posses e era casada com um comerciante (SEIXAS, 2013), situações que a colocavam no estrato social mais alto daquela sociedade (FONSECA, 2009; MAGALHÃES, 2001). Além do seu privilegiado *status* social, pela ocasião do falecimento do marido, CFR passou a administrar os negócios da família (SEIXAS, 2013), o que a fez ocupar espaço dentro de um meio caracteristicamente misógino e a estar em maior contato com uma área de conhecimento específica e com as práticas de leitura e de escrita nela demandadas. É possível que a sua situação laboral tenha sido o fator de influência positiva no seu nível de letramento e um dos que a distinguiu das demais escreventes da classe A que apresentaram domínio formal menor do que mulheres da classe B.

O próximo escrevente que mais obedece à norma é DR (58,8%), esposa de alfaiate/carpinteiro. Apesar de fazer parte do estrato socioeconômico mais baixo, o seu emprego ainda é maior do que o de três escreventes da classe A. Conforme já mencionamos, o acesso à educação não era uma característica do sexo feminino, mesmo que em situação de riqueza; porém, como as condições cotidianas podiam influenciar as formas de organização social e o acesso às práticas educacionais podiam se dar de formas variadas (ALGRANTI, 1993; VARTULLI, 2012), DR pode ter vivenciado circunstâncias singulares que lhe proporcionaram maior contato com a norma e que não pudemos

alcançar para traçar seu perfil, tais como a participação na administração dos serviços do marido ou ter sido ensinada por alguma pessoa mais letrada (MAGALHÃES, 2001), e a distinguiu do perfil de uso mais baixo da sua classe socioeconômica.

O décimo segundo escrevente que mais obedece à norma é MSV (55,6%), cuja profissão é capitão de quadrilha. Conforme Bluteau (1728, p. 7) o quadrilheiro é um “official humilde de Justiça”, o que seria equivalente a um cargo de baixa patente. Como já analisamos outro oficial, porém de patente mais alta (FCP – alferes), notamos que MSV estava em posição inferior tanto no domínio de norma quanto na hierarquização das corporações em que atuava. Isso retrata, mais uma vez, que há uma íntima relação entre as dimensões social e laboral e o nível de alfabetização do indivíduo (MAGALHÃES, 2001), já que MSV está na classe socioeconômica B, é oficial de baixa patente e apresenta menos domínio da norma (55,6%) do que um oficial superior (FCP - 66,7%).

Além disso, prestemos atenção na descrição das funções de um quadrilheiro:

“He ordenado em Camera para servir tres annos; faz juramento, póde citar⁴³; faz fé, & traz vara. He obrigado a vigiar a sua quadrilha, & saber se nella se commettem desordens, para o avisar; sahe aos ruidos com armas, acode aos arrancamientos, & brigas, com lança, ou vara; prende os culpados, que lhe forem dados em rol, & nos coutos dos poderosos pode buscar, & prender os homiziados, que seguir (BLUTEAU, p. 7-8, 1728).

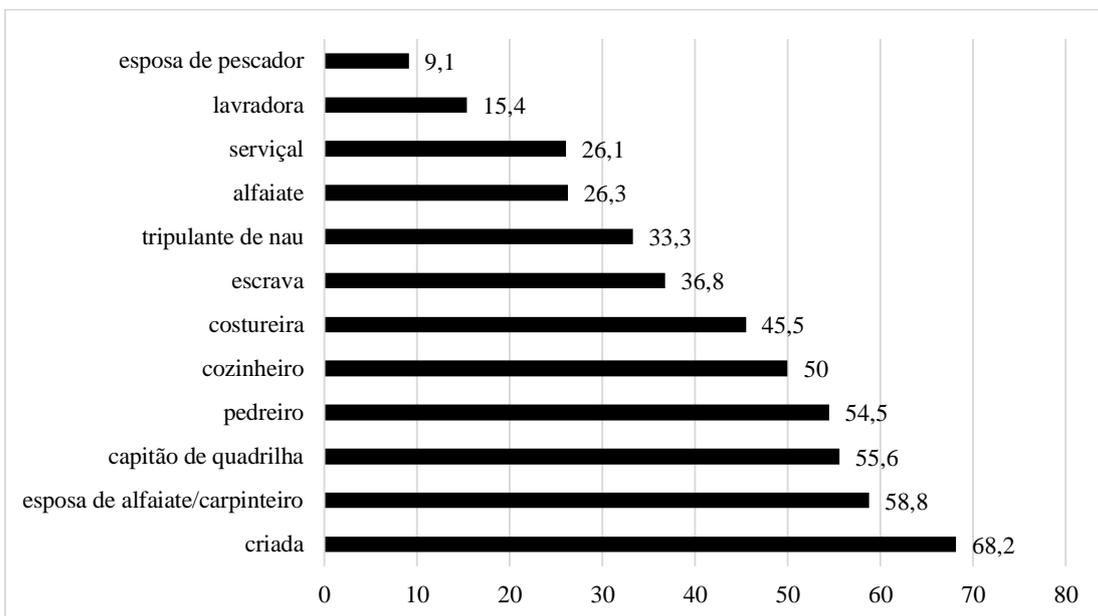
Vemos que MSV ocupava um cargo de papel importante numa instituição de organização social, a Justiça, e as funções demandadas e o fato de ser o capitão da quadrilha, o que o colocava num posto de maior autoridade no seu grupo, mostram-nos que era necessário ter conhecimento específico do âmbito judicial para conduzir as situações das quais era encarregado. Tais aspectos nos levam a inferir que o que leva MSV a ter um domínio de norma maior e o distingue dos demais escreventes abaixo dele⁴⁴ é a interferência positiva do ambiente em que trabalhava (LABOV, 2008 [1972]), pois ser um homem da lei o colocava em contato com as práticas do ambiente jurídico e, provavelmente, com superiores e pessoas mais letradas também, embora não fosse exigência de sua funções a escrita regular de textos.

⁴³ “Chamar alguém perante o Juiz para dizer de sua justiça em certo dia determinado” (BLUTEAU, 1728, p. 330).

⁴⁴ Com exceção da freira HJ da classe A.

O domínio de norma dos demais escreventes da classe B também confirma a existência da relação nível de instrução vs. prática laboral na classificação social do indivíduo, por se encaixarem nas ocupações enquadradas por Magalhães (2001) como as pertencentes aos estratos sociais intermediário e baixo. Além disso, como o autor afirma que, nessa categoria social, oscilava a situação de alfabetismo, com indivíduos que possuíam nível de instrução elementar ou secundária, é possível verificarmos que essa variação de fato existia, já que o domínio de norma se mostra consideravelmente heterogêneo, conforme pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 9 - Domínio de norma no estrato socioeconômico B



Fonte: Autoria própria.

Marcado pela grande heterogeneidade de níveis de letramento, chama-nos a atenção nesse grupo o fato de o domínio de norma de TJJ (36,8%), uma escrava que vivia em Recife, ter sido maior do que o de outros escreventes, o que não a encaixa no perfil de analfabetismo dos escravos proposto por Magalhães (2001). Novamente, devido ao contexto social singular da colônia, seu caso pode ter sido o de interferência de fatores positivos no seu letramento – o que foi confirmado ao investigarmos a sua história social: TJJ era a mucama de uma esposa de desembargador, o que certamente a colocou em uma posição privilegiada, visto que era costume serem educadas e treinadas pelos seus

senhores (FREYRE, 1977), sobretudo porque tinham também a função de dama de companhia e deviam saber se comportar adequadamente.

Os dados atestam, ainda, que estar numa região rural ou mais afastada dos centros urbanos refletia num menor acesso às práticas educativas e, conseqüentemente, num menor nível de instrução (MAGALHÃES, 2001), uma vez que TSF (15,4% - lavradora) e RM (9,1% - esposa de pescador) são os escreventes com ocupações/funções que eram desenvolvidas nesses locais de menor acesso e são justamente as duas pessoas que têm menor domínio de norma – logo, isso nos dá evidências acerca da interferência da localidade em relação ao emprego dos recursos braquigráficos, o que, porém, não foi observado em relação a Brasil e Portugal.

De modo geral, essa conjunção de resultados corrobora a nossa expectativa de que o grupo com maior nível de escolarização, representante da classe socioeconômica A, usava mais abreviaturas e reproduzia as regras da época com mais fidelidade, além de evidenciar o peso que esses fatores externos possuíam sobre o fenômeno investigado. Isso, notoriamente, permite-nos adotar a abreviatura como uma ferramenta metodológica para a caracterização sociolinguística do escrevente, tal como hipotetizamos.

Porém, as variadas situações de desvio de comportamento normativo relacionadas à estratificação social nos levam a considerar que a alocação de um indivíduo em determinada classe não é suficiente, até o presente momento, para identificar o seu nível de letramento, sendo necessário associar a análise a outros aspectos sociais e ao emprego das pistas gráficas que sejam mais consistentes em relação ao conhecimento de norma, como a frequência de uso de sinal especial (o tipo mais complexo), de regras de complexidade nível 2, de palavras de uma sílaba e de determinadas classes de palavras, como a conjunção, o adjetivo e o substantivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estado da arte acerca dos trabalhos que elegeram os recursos braquigráficos como objeto de estudo e as lacunas que foram surgindo devido à relativa escassez de pesquisas relacionadas ao tema, o objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar o emprego das abreviaturas em cartas pessoais setecentistas da Língua Portuguesa para testar a hipótese principal de que tais recursos podem evidenciar aspectos sociais do escriba, permitindo, assim, a sua caracterização sociolinguística. Nesse quadro, formulamos e testamos as seguintes hipóteses:

(i) existia uma norma de emprego dos recursos braquigráficos no século XVIII e algumas de suas regras demandavam conhecimento formal, já que envolviam domínio de categorias gramaticais elaboradas;

(ii) pode haver distinção no uso das abreviaturas quanto ao tipo, à frequência e ao emprego da norma na escrita dos escreventes da LPB e na escrita dos escreventes do PE no século XVIII;

(iii) escreventes com maior nível de escolarização (com formação em Estudos Maiores ou estudo em área específica) no período setecentista tinham maior domínio da norma de emprego dos recursos braquigráficos e empregavam tanto regras mais gerais quanto mais específicas, que demandavam maior conhecimento formal;

(iv) fatores externos, como nível de escolarização, estrato socioeconômico, sexo e localidade, interferem no emprego das abreviaturas;

(v) fatores internos, como tipo de abreviatura, complexidade da regra, número de sílabas do vocábulo abreviado e classe de palavras favorecem o emprego das abreviaturas;

(vi) as abreviaturas, além de constituírem recursos linguísticos, são também indícios para a caracterização sociolinguística do escrevente.

Em face das referidas teses, perseguimos os seguintes objetivos específicos:

- (i) identificar qual era a norma de emprego de recursos braquigráficos no século XVIII e sistematizá-la;
- (ii) verificar se os recursos braquigráficos empregados pelos escribas selecionados para compor o *corpus* seguem ou não a norma do período;
- (iii) verificar se as variáveis extralinguísticas nível de escolarização, estrato socioeconômico, sexo e localidade dos escreventes favorecem o emprego das abreviaturas e, em caso afirmativo, qual variável exerce maior influência;
- (iv) verificar se as variáveis linguísticas tipologia da abreviatura, classe de palavras, complexidade da regra e número de sílabas dos vocábulos abreviados influenciam no emprego das abreviaturas e, em caso afirmativo, qual variável exerce maior influência;
- (v) verificar se as variações de emprego das abreviaturas podem ser explicadas à luz de fatores socioculturais do escriba;
- (vi) estabelecer critérios metodológicos para a caracterização sociolinguística do escrevente por meio das abreviaturas.

A investigação empreendida, que se ancorou metodologicamente no quadro teórico da sociolinguística quantitativa combinado a fatores da história social dos escreventes, nos possibilitou alcançar todos esses objetivos, o que nos coloca, pois, em condições de formular algumas generalizações, que passamos a sistematizar, acerca de nosso objeto de estudo. Assim, ao resgatarmos o primeiro questionamento suscitado, qual seja, “as abreviaturas fornecem indícios para caracterizar sociolinguisticamente um escriba do século XVIII?”, podemos dizer que a resposta é “SIM”. Tal resultado vai, portanto, ao encontro da nossa hipótese principal.

Mais especificamente, considerando a análise empreendida, é possível afirmar que

1. Existia uma norma de emprego dos recursos braquigráficos no século XVIII e algumas de suas regras demandavam conhecimento formal. Nem sempre, contudo,

as regras eram explicitamente postas nos compêndios gramaticais, sendo, muitas vezes, inferidas a partir de coletâneas de abreviaturas. Além disso, havia variação nas regras prescritas, o que pode ser um fator de variação também na forma de se abreviar (isso porque verificamos várias abreviaturas com mais de uma forma de se abreviar e, também, porque o dicionário de Flexor (2008 [1979]), obra de referência sobre o tema, traz uma lista imensa de variação das abreviaturas). Entre as normas categóricas, aquelas que não apresentavam variação, havia aquelas mais gerais, que demandavam conhecimento gramatical menos especializado, e aquelas que demandavam um conhecimento mais especializado e formal, sendo, portanto, mais adequadas para auxiliar o pesquisador a precisar o grau de letramento do escriba.

2. Não se identificou distinção no uso das abreviaturas quanto à frequência, à tipologia e ao domínio de norma empregada na escrita dos escreventes da LPB e na escrita dos escreventes do PE no século XVIII, no *corpus* analisado, qual seja, missivas pessoais. Ao realizarmos a rodada sobre a significância das variáveis, a localidade não foi listada pelo programa Goldvarb X (SANKOFF *et al.*, 2005) como fator favorecedor de domínio de norma padrão. Como nos embasamos estatisticamente nos dados de peso relativo, isso nos levou a descartar os dados percentuais sobre frequência de uso e preferência tipológica, já que também envolviam comparação geográfica. Tal resultado não nos permite, portanto, confirmar a hipótese de que a variável externa localidade (Brasil/Portugal) seja capaz de determinar usos distintos de abreviaturas e abre precedentes para investigações futuras com vistas a verificar se tal variável exerce alguma influência no espaço geográfico de uma mesma nação.
3. Escreventes com maior nível de escolarização (com formação em Estudos Maiores ou em área de conhecimento específica) no período setecentista apresentavam maior domínio da norma de emprego dos recursos braquigráficos e empregavam tanto regras mais gerais quanto regras mais específicas, que demandavam maior conhecimento formal ou de área específica – essa hipótese se confirmou totalmente porque: (i) na análise de domínio de norma individual, os três primeiros colocados possuíam formação universitária/específica e os dois seguintes frequentavam a universidade; (ii) os escreventes mais escolarizados utilizaram mais as variáveis linguísticas que demandam conhecimento sofisticado de categorias gramaticais ou de determinada área de estudo para o seu emprego, tais como o sinal especial (tipologia),

regra de complexidade nível 2 (complexidade da regra), uma sílaba (número de sílabas do vocábulo abreviado) e conjunção (classe de palavras).

4. As variáveis extralinguísticas nível de escolarização, estrato socioeconômico e sexo interferiam no emprego das abreviaturas. Dentre elas, constatamos que é o nível de escolarização/estrato socioeconômico do escrevente que exerce maior influência no emprego da norma, isto é, são os escreventes desse grupo, salvo algumas exceções, que apresentam maior domínio das regras de emprego. Tais resultados nos habilitam a sistematizar hierarquicamente, com base no peso relativo, a influência das variáveis extralinguísticas sobre o emprego dos recursos braquigráficos em função da norma do período:

Quadro 9 - Ordenação das variáveis extralinguísticas em função do peso relativo

Ordem	Variável extralinguística	Subdivisão
1º	Nível de escolarização/ Estrato socioeconômico	Estudos Maiores/ Classe A (PR = 0.67) > Estudos Menores/Classe B (PR = 0.30)
2º	Sexo	Masculino (PR = 0.64) > Feminino (PR = 0.36)

Fonte: Autoria própria.

5. As variáveis linguísticas tipologia de abreviatura, complexidade da regra, número de sílabas do vocábulo abreviado e classe de palavras também favorecem a aplicação da regra (o uso da norma padrão) e indicam, portanto, o maior domínio de norma por parte do escrevente. Dentre elas, verificamos que é a tipologia da abreviatura a que mais favoreceu o uso da norma, ou seja, é a que demonstra o maior grau de letramento. Além disso, verificamos que, em algumas variáveis, há mais de um item que favorece o emprego da norma e que também há uma subdivisão quanto à complexidade de conhecimento. Isso nos levou a categorizar as pistas gráficas na seguinte ordenação de complexidade demandada para a sua utilização:

Quadro 10 - Ordenação das variáveis linguísticas em função do peso relativo

Ordem	Variável linguística	Subdivisão
1º	Tipologia	Sinal especial (0.85) > Sigla simples (0.65)
2º	Complexidade da regra	Nível 2 (0.79)
3º	Número de sílabas	Uma sílaba (0.86)
4º	Classe de palavras	Conjunção (0.93) > Adjetivo (0.78) > Substantivo (0.68)

Fonte: Autoria própria.

Essa pesquisa nos permitiu, portanto, trazer contribuições relevantes para o cenário da Linguística Histórica e da Sociolinguística e ampliou as perspectivas sobre o estudo dos recursos braquigráficos. A primeira delas foi, a partir de extensa investigação em gramáticas, manuais e dicionários dos séculos XVIII e XIX, identificar as regras de uso das abreviaturas e, também, sistematizá-las. Tal sistematização da norma é, notoriamente, um importante subsídio para futuras pesquisas relacionadas ao tema.

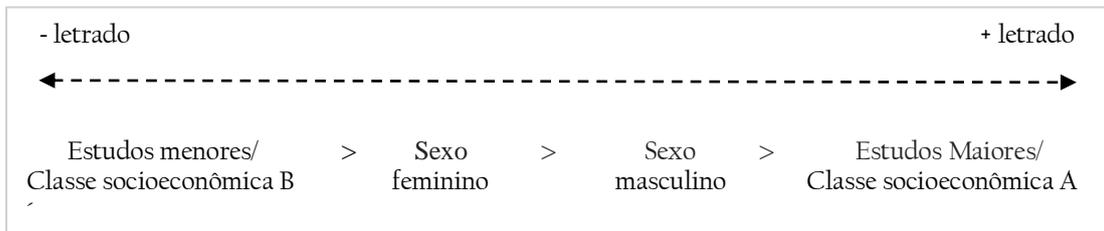
Além disso, constatamos que a aplicação dos recursos braquigráficos demanda conhecimento mais simples ou mais sofisticado (formal ou de área específica) o que nos permitiu, por conseguinte, categorizar as regras em dois níveis de complexidade. Tal classificação também é mais uma ferramenta que serve de embasamento para análise linguística.

De fato, testemunhamos que “as abreviaturas são língua, significam linguisticamente” (COHEN, 2016, p. 19), uma vez que nossos resultados traduzem informações linguísticas a respeito daquele que está por detrás da pena, além de espelhar, como tal, pistas sobre a sua história social. Tais informações nos permitiram, conseqüentemente, estabelecer macro e microníveis de letramento, sendo essas, definitivamente, mais evidências que qualificam as abreviaturas como ferramenta metodológica auxiliar no processo de caracterização sociolinguística do escrevente setecentista.

A partir desse resultado, como verificamos que cada grupo social possui um perfil quanto ao conhecimento de norma e que as variáveis linguísticas demandam complexidade distinta para o seu emprego, fomos além da proposta inicial e estabelecemos dois *continua*:

- a) O primeiro, para a identificação do grau de letramento por meio de informações sociais do escriba:

Figura 22 - *Continuum* do letramento em função das pistas sociais

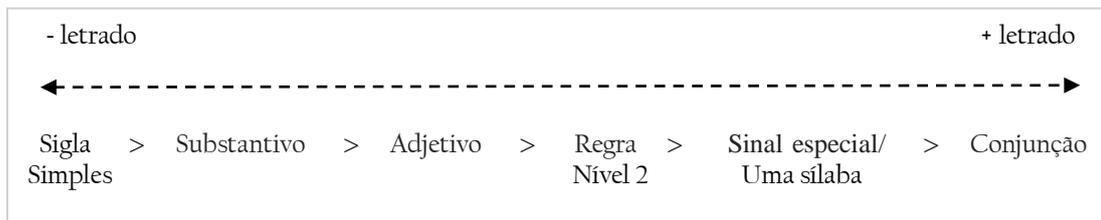


Fonte: Autoria própria.

Ou seja, quanto mais à direita o escriba estiver alocado, maior será o seu grau de letramento.

- b) O segundo, para a identificação do grau de letramento por meio das pistas gráficas extraídas das cartas:

Figura 23 - *Continuum* do letramento em função das pistas gráficas



Fonte: Autoria própria.

Nesse contexto, quanto maior for o uso do item à direita, maior será o grau de letramento do escrevente.

Essas são, portanto, mais duas ferramentas que auxiliam a mensurar, com mais exatidão, o grau de letramento do dono da pena. Além disso, são recursos relevantes na medida em que evitam que amostras pretéritas de língua sejam eliminadas dos *corpora* por mera impossibilidade de recuperar os dados sociolinguísticos do escriba, tão caros à metodologia variacionista laboviana.

Apesar das contribuições, sobretudo de cunho metodológico, que conseguimos disponibilizar para a comunidade científica, nosso trabalho, como qualquer outro, também apresenta limitações. Uma delas diz respeito ao critério de semelhança quantitativa quanto à localidade do escrevente: optamos por utilizar número de cartas semelhante de cada país, uma vez que não conseguimos coletar uma amostra semelhante de regiões distintas de cada país. Esse é, portanto, um caminho a ser seguido em pesquisas futuras, para verificar se, de fato, a localidade não era uma variável relevante para o uso da norma dos recursos braquigráficos no período setecentista.

Diante do exposto, ressaltamos a importância que as abreviaturas possuem por serem pistas gráficas de fenômenos linguísticos e o grande potencial que oferecem para investigações, uma vez que ainda há muito a ser desvendado, contribuindo, assim, para a compreensão dos fenômenos linguísticos relacionados ao uso desses recursos em textos diacrônicos, para o panorama dos estudos linguísticos de orientação sociolinguística, para o desenvolvimento de metodologias para trabalhos com *corpora* e, também, para o conhecimento dos aspectos sócio-histórico-culturais dos escreventes d'aquém e d'além mar no século XVIII.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. *Memorias de Litteratura Portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793.

ACIOLI, V. L. C. *A Escrita no Brasil Colônia*. Recife: FUNDAJ, Massangarana, UFPE, Universitária, 1994.

ADÃO, A. *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras: As Escolas Régias (1772-1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação, 1997.

ARGOTE, J. C. *Regras da Lingua Portugueza, espelho da Lingua Latina, Ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*. 2 ed. Lisboa: Officina da Musica, 1725.

AULETE, F. J. C. *Aulete Digital*. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

AULETE, F. J. C. *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1980.

AULETE, F. J. C. *Grammatica Nacional*. Lisboa: Sociedade Typographica Franco-portugueza, 1864.

ALBUQUERQUE, S. J. G. *Grammatica portugueza*. Lisboa: Imprensa Régia, 1820.

ALBUQUERQUE, S. H. *Compendio de Grammatica Portuguesa*. 12 ed. Rio de Janeiro: A. A. Lopes do Couto, 1854.

ALMEIDA, S. C. C. A clausura feminina no mundo iberoatlântico: Pernambuco e Portugal nos séculos XVI ao XVIII. *Revista Tempo*, Niterói, v. 18, n. 32, p. 95-113, Jul/2012.

COELHO, S.; RAMOS, J.; DUCHOWNY, A. Processos e mudanças em abreviaturas mineiras setecentistas: regularidade e ruptura. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 333-352, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/105407/111822>. Acesso em: 29 maio 2017.

BACELLAR, B. L. M. *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Lingua Portugueza; Para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocábulos deste idioma*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo de Ferreira, 1783.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal: os gêneros do discurso*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, A. G. *Perfis sócio-históricos de redatores do século XIX: graus de letramento e ortografia*. Seminário Nacional do Projeto para a História do Português Brasileiro. 13-14 out, Maceió; Brasil, 2013.

BARBOSA, A. G. Tratamento dos *Corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e lingüísticos. In: LOPES, Célia Regina dos Santos (Org.). *A Norma Brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do sec. XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ/UFRJ, 2005, p. 25-43.

BARBOSA, A. G. *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*. 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

BARBOSA, A. G.; LIMA, A. X. O controle indireto de perfis sócio-históricos em corpora histórico-diacrônicos: a identificação de graus de letramento pela grafia etimológica do século XIX. In: *História do Português Brasileiro 2: corpus diacrônico do português brasileiro*. Ataliba T. Castilho (org.). São Paulo: Contexto, 2019. p. 168-205.

BARBOZA, J. S. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1822.

BARRETT, M. Desenvolvimento lexical inicial. In: Fletcher, P. & B. MacWhinney (orgs.) *Compêndio da Linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BELLOTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. Projeto Como Fazer, 8. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. *Noções de Paleografia e Diplomática*. 3 ed. revista e ampliada. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

BESERRA, M. S. S. *Compendio de Grammatica Philosophica*. Ceará: Typographia Social, 1861.

BLOOM, L. *One word at a time: The use of single-word utterances before syntax*. The Hague: Mouton, 1973.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

BOTO, C. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BRAGA, T. *Grammatica Portugueza Elementar Fundada sobre o Methodo Historico-comparativo*. Porto: Livraria Portugueza e Estrangeira, 1876.

BRAZILEIRO, M. F. *Nova Grammatica Ingleza e Portugueza; dedicada à felicidade e augmento da noção portugueza*. Liverpool: G. F. Harri's Viuva e Irmaons, 1812.

- CAMARGO, M. R. R. M. *Cartas e Escrita*. 2000. 142 f. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- CARLOS, D. *Gênero, Mulher e Viuvez: As Mulheres nas Minas Gerais (1760-1840)*. 2014. 31 f. Monografia (Bacharelado em História). Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.
- CASADO QUINTANILLA, B. *Láminas de la Cátedra de Paleografía y Diplomática*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1997.
- CAPPELLI, A. *The elements of abbreviation in medieval Latin paleography*. Laurence: University of Kansas Libraries, 1982.
- CARNEIRO, Z.; OLIVEIRA, K.; LOBO, T. Metodologia para a identificação de perfis socioculturais de redatores em corpora históricos: pesquisa direta em arquivos. *Seminário Nacional do Projeto para a História do Português Brasileiro*. 13-14 out, Maceió, Brasil. 9, 2013.
- CENCETTI, G. *Lineamenti di storia della scrittura latina*. Bologna: Pàtron, 1997.
- CHARTIER, R. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990.
- CHAVES, E. *Implementação do pronome Você: a contribuição das pistas gráficas*. 2006. 273 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- CHATELAIN, E. L. M. *Introduction à la lecture des notes tironiennes*. Paris, 1900.
- CHEQUER, R. M. P. *Negócios de família, gerência de viúvas: senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800)*. 2002. 126 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- COELHO, S.; RAMOS, J.; DUCHOWNY, A. Processos e mudanças em abreviaturas mineiras setecentistas: regularidade e ruptura. *Filologia e Linguística Portuguesa*, Brasil, v. 17, n. 2, p. 333-352, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/105407/111822>. Acesso em: 29 maio 2017.
- COHEN, M. A. M. Pelos caminhos de Minas: o português nos manuscritos da Estrada Real. *Caletroscópio*. v. 4. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2016. p. 8-26.
- COHEN, M. A. M. Reexame de um caso clássico à luz de novos dados: a gramaticalização e a reanálise de *mente*. In.: VITRAL, L.; COELHO, S. M. (orgs.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 57-74.

CONGREGAZIONE DELL'ORATORIO. *Novo Methodo da Grammatica Latina, Para o uso das Escólas da Congregação do Oratorio*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1752.

CONSTÂNCIO, F. S. *Grammatica Analytica da Língua Portuguesa*. Paris: Editora Officina Thygraphica de Casimir, 1831. 312 p.

COSTA, R. *Edição semidiplomática de Memória Histórica da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do Arquivo do Estado de São Paulo*. 2007. 558 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CRESSONI, F. E. Hierarquia e ordem: organização do corpo social português quinhentista em dois espaços distintos. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 254-271, dez. 2012.

CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CURY, W. *As notas tironianas: o primeiro sistema organizado de taquigrafia*. Disponível em http://www.taquigrafiaemfoco.com.br/artigos/notas_tironianas_parte_01.pdf. Acesso em 15 dez. 2018.

D'ENCARNAÇÃO, J. *As pedras que falam*. 2 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

DIAS, A. E. S. *Grammatica Portugueza Elementar*. Lisboa: A. Ferreira Machado & C.^a, 1894.

DUCHOWNY A. T.; COELHO, S. M.; COELHO, G. H. Sistema de abreviaturas de documentos adamantinos setecentistas. *Revista Letras*, Curitiba, n. 90, p. 233-252, jul./dez. 2014.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. A. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARIA, S. C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, R. *Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras: do pombalismo a 1820*. Porto: Porto Editora, 1994.

FERREIRA, F. S. *Elementos de Grammatica Portugueza, Ordenados Segundo A Doutrina Dos Melhores Grammaticos Para Aplanar A' Mocidade O Estudo Da Sua Língua*. Lisboa: Impressão Regia, 1819.

FEYJO, J. M. M. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens / pelo seu mestre João de Moraes Madureyra Feyjo*. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1734.

FIGUEIRA, L. *Arte da Grammatica da Lingua do Brasil*. Lisboa: Officina Patriarcal, 1795.

FIGUEIREDO, C. A. *Compendio Elementar da Grammatica Portugueza, composto por Carlos Augusto de Vieira Figueiredo, e adoptado, para uso das escholae, pelo Conselho Superior de Instrucção Publica*. Porto: Typographia de José Sebastião Pereira, 1858.

FIGUEIREDO, P. J. *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza em Methodo Breve, Facil, e Claro reformada nesta quarta edição para uso do Collegio Real de Nobres, e do Real Seminario do Patriarchado, por Pedro José de Figueiredo*. Lisboa: Impressão Regia, 1827.

FLEXOR, M. H. O. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008 [1979].

FLORIANO CUMBREÑO, A. C. *Curso General de Paleografía y Paleografía y Diplomática Españolas*. Oviedo: Imprensa la Cruz, 1946.

FONSECA, T. N. *Letras, ofícios e bons costumes. Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FONSECA, T. N. Iluminismo e Reforma: civilidade, educação moral e práticas culturais dos professores régios. *Revista Brasileira de Educação*. v. 15, n. 44, Rio de Janeiro, maio/agosto de 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782010000200006&script=sci_arttext. Acesso em 02 de abril de 2019.

FONSECA, T. N. Portugueses em Minas Gerais no século XVIII: cultura escrita e práticas educativas. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. *Revista de Humanidades*. Caicó, UFRN, v. 9, n. 24, set./out. 2008.

FRAGOSO, J. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVII e XIX). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 99-127, 2002. Editora UFPR.

FRANCO, J. H. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREITAS, M. J. *Compendio da Grammatica Ingleza e Portugueza*. Rio de Janeiro, 1820.

FREIRE, F. J. *Reflexões sobre a Lingua Portugueza, escriptas por Francisco José Freire, publicadas com algumas anotações pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842.

- FREYRE, G. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977.
- GRAMMATICA Latina Tratada por um Metodo novo, claro, e facil. Barcelona, [s.l.], 1758.
- GRAMMATICA Moderna da Lingua Portugueza. Lisboa: Typographia de A. S. Coelho, 1840.
- GRELA, B.; RASHITI, L.; SOARES, M. Dative prepositions in children with specific language impairment. *Applied Psycholing.*, v. 25, p. 467-480, 2004.
- GUENIN, L. P.; GUENIN, E. *Histoire de lasténographie dans l'antiquité et au moyen âge: les notes tironiennes*. Paris: Hachette, 1908.
- HARPER, D. *The Online Etymology Dictionary*. Etymonline. Disponível em: <http://www.etymonline.com>. Acesso em 05 de maio de 2017.
- HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ISIDORI, H. E. *Opera Omnia: Etymologiarum*. Tomus III, libri X. Roma: Typis Antonii Fulgonii, 1798.
- JULIO, K. L; VARTULI, S. M. A. R. Em sua companhia: estratégias femininas no processo educativo dos filhos Vila Rica, Minas Gerais (1770-1830). *Educação em revista*. Belo Horizonte, vol. 32, n. 3, p. 91-117, jul/set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v32n3/1982-6621-edur-32-03-00091.pdf>. Acesso em 7 fev. 2019.
- KATO, M. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.
- KOPP, U. F. *Paleographia critica*. Mannheim: Svmptibus auctoris, 1817-1829.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: social factors*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- LABOV, W. The reflection of Social Processes in Linguistic Structure. In: FISHMAN, J. (ed.). *Reading in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton, 1968.
- LEWKOWICZ, I.; GUTIÉRREZ, H. As Viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Estudos Históricos*. Franca: Universidade Estadual Paulista, 1997. v. 4, nº 1, p. 129-146.
- LIMA, Y. Paleografia. *Apostila do curso de Paleografia*. IEB/USP, 2006.

- LOBATO, A. J. R. *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*. Paris, 1797.
- MACEDO, J. F. *Compendio de Grammatica Portugueza Colligido e Coordenado Para Uso dos Alumnos D'Instrucção Secundaria*. Lisboa: Sociedade Typographica Franco-portugueza, 1862.
- MACHADO, D. B. *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Chronologica*. Lisboa, 1741.
- MAGALHÃES, J. P. *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- MARCUSCHI, L. A. A oralidade e letramento. In: *Da fala para a escrita: atividade de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-43.
- MARÍN MARTINEZ, T. *Paleografía y Diplomática*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a distancia, 2002. Tomo I.
- MARQUILHAS, R. *Leitura e escrita em Portugal do Século XVII*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa. Lisboa: Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa, 1996.
- MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. (Orgs.). *Por minha letra e sinal*. Cotia: Ateliê, 2005.
- MELDOLA, A. *Nova Grammatica da Língua Portugueza*, Officina de M. C. Bock. Hamburgo: 1785. 672 p.
- MENDES, S. T. P. *Combinações lexicais restritas em manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: leitura e escrita*. 2008. 719 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- MENTZ, A. *Beiträge zur geschichte der römischen Stenographie*. Berlin: Werdmannsche Buchhandlung, 1916.
- MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>. Acesso em 6 fev. 2019.
- MILLARES CARLO, A. *Paleografía española: Ensayo de una historia de la escritura en España desde el siglo VIII al XVII*. *Colección Labor: Ciencias históricas*. Barcelona: Labor; 1929.
- MORAES, A. J. M. *Grammatica da Lingua Portugueza ensinada por meio de quadros analyticos methodo facilimo para se aprender a lingua pelo Dr. Melo de Moraes (A. J. de)*. Rio de Janeiro, 1869.
- MORAES SILVA, A. *Diccionario da língua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito*

acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.
Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>. Acesso em 15 jun. 2017.

MORAES SILVA, A. *Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza, composta por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

MOURA, J. V. G. *Compendio de Grammatica Latina e Portugueza*. 6 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1850.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

NÚÑEZ CONTRERAS, L. *Manual de paleografía: fundamentos e história de la escritura latina hasta el siglo VIII*. Madrid: Catedra, 1994.

OEYRAS, C. *Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar por El Rey Nosso Senhor, para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1759.

OLINDA, S. R. M. A educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente. *Sitientibus*. Feira de Santana, n. 29, p. 153-162, jul./dez., 2003.

OLIVEIRA, B. J. *Nova Grammatica Portugueza compilada de nossos melhores autores*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862.

OLIVEIRA, C. B. *Estudo comparativo das abreviaturas em documentos politemunhais do testamento do rei D. Pedro II, de Portugal*. 2019. 232f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.

OLIVEIRA, F. *Grammatica da Linguagem Portugueza*. 2.^a edição conforme a de 1536: publicada por diligencias e trabalho do Visconde d'Azevedo e Tito de Noronha. Porto: Imprensa Portugueza, 1871.

OLIVEIRA, K. *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso latim vulgar?* 2003. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2003.

QUARTA Parte da Grammatica Portugueza convem a saber hum voabulario em Portuguez e Malabar, que contem os nomes, verbos e adverbios de ambas as lingoas, que são mais usados no trato cotidiano, e dos quaes os Vocabulos Malabares vão impressos com o character Tamul, e juntamente com letra Portugueza. Trangambar: Oficina da Real Missão de Dinamarca, 1731.

PASSOS, A. P.; COSTA, I. O.; SALGADO, O. F. A.; HADDAD, V. C. N. Adquirindo as primeiras palavras: categorias abertas e fechadas e as primeiras combinações. In:

- Linguagem: teoria, análise e aplicações*. 1 ed. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Letras, 2011. p. 228-238.
- PEDREIRA, J. M. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. *Análise Social*, Lisboa, vol. xxvii, p. 407-440, 1992.
- PUTSCHEN, H. *Grammaticae latinae de auctores antiqui*. Hanoviae: Typis Wechelianis, apud Claudium Marnium & Haeredes Ioannis Aubrii, 1605.
- REIS, F. S. *Grammatica Portugueza Accommodada aos Principios Geraes da Palavra Seguidos de Immediata Applicação Pratica*. Maranhão: R. d'Almeida & C., 1871.
- RIBEIRO, E. C. *Serões Grammaticaes*. Salvador: Livraria Progresso Editora Aguiar & Souza Ltda, 1890.
- RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1860.
- RIBEIRO, R. J. Apresentação. In: BURKE, P; PORTER, R. (Orgs.). Álvaro Hattner (trad.). *História Social da Linguagem*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- ROMAINE, S. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1982].
- ROSA, M. C. Classes de palavras, tipos de significado e questões relacionadas. In: ROSA, M. C. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 91-114.
- RUESS, F. *Über die Tachygraphie der Römer*. Munich: Stahl, 1879.
- SALLES, F. T. *Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII*. São Paulo: Perspectiva, 2 ed. rev. e amp., 2007.
- SANKOFF, D; TAGLIAMONTE, S. A; SMITH, E. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto: Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.
- SANTIAGO, H. S. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de "mãos cândidas" do sertão baiano*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.
- SANTIAGO, H. S; CARNEIRO, Z. N. Tratamento metodológico das mãos inábeis em corpora diacrônicos. In: *História do Português Brasileiro 2: corpus diacrônico do português brasileiro*. Ataliba T. Castilho (org.). São Paulo: Contexto, 2019. p. 92-119.
- SEIXAS, V. C. Gramaticalização de *senhor*: a abreviatura como pista gráfica. In: COELHO, S. M. (Org.). *Gramaticalização e mudança linguística*. Belo Horizonte: LABED/FALE/UFMG, 2018. p. 101-116.

SEIXAS, V. C. Negação sentencial em textos dos séculos XVIII e XIX: estrutura inovadora em foco. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Programa de Pós-graduação em Letras/Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

SILVA, D. C. *O processo de escolarização no Termo de Mariana (1772-1835)*. Belo Horizonte, 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SILVA, M. B. N. *Vida familiar em Pernambuco colonial: segunda metade do século XVIII e início do século XIX*. São Paulo: Singular, 2017.

SOARES, M. Letramento: como definir, como avaliar, como medir. In: SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 68-125.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, M. D. *Gramatica Portuguesa*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804.

SPINA, S. *Introdução à Edótica: crítica textual*. 2 ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética/Edusp, 1994.

STIENNON, J. *Paléographie du Moyen Âge*. Paris: Armand Colin, 1973.

TARALLO, F. *A Pesquisa Sociolinguística*. 9 ed. São Paulo: Ática, 2002.

TFOUNI, L.V. A escrita – remédio ou veneno? In: AZEVEDO, M. A: MARQUES, M. L. *Alfabetização Hoje*. SP: Cortez, 2001. p. 51-69.

TIN, E. (org.). *A arte de escrever cartas*: Anónimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

VARTULI, S. M. A. R. Senhoras da Colônia: cultura escrita e inserção feminina em Minas Gerais (1784-1822). *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 13, n. 18, 1º sem. 2012.

VEIGA, C. G. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VEIGA, C. G. *História da Educação*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

VERA, A. F. *Orthographia ou modo para escrever certo na língua Portuguesa*. São Paulo: Paulistana, 2009 [Lisboa, 1631].

VERNEY, L. A. *Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*. Valensa: Officina de Antonio Balle, 1746.

WEBER-FOX, C.; NEVILLE, H. Sensitive periods differentiate processing of open - and closed - class words: an ERP study of bilinguals. *J. Speech Lang. Hear. Res.*, v. 44, p. 1338-1353, 2001.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

WHITNEY, William Dwight. *Language and the study of language: twelve lectures on the principles of linguistic science*. New York: Charles Scribner & Company, 1867.

Fonte Primária Manuscrita

- Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (anexo III – museu Casa Setecentista do Pilar)/IBRAM/Ministério do Turismo – Fundo Barão de Camargos: Documentação pertencente à família do Barão de Camargos (1730 a 1898) - correspondências privadas, bilhetes e recibos.

Fonte Primária Eletrônica

- Centro de Linguística da Universidade de Lisboa - CLUL (Ed.). 2014. *P.S. Post Scriptum. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*. Disponível em <http://ps.clul.ul.pt/>.

ANEXO A

MISSIVAS DO *FUNDO BARÃO DE CAMARGOS*

ESCREVENTE: CLARA FELICIA DA ROZA

ANO: 1783

PAÍS: BRASIL

OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: COMERCIANTE/PROPRIETÁRIA DE
IMÓVEIS

FONTE: FUNDO BARÃO DE CAMARGOS – MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

Pela prez qm me em feita e assignada
 faço, e constato por meus certos, Baptista
 Procurador dos senhores Ten. te Luiz de Souza
 Delavalle, e ao M^o. José Gaspar de Moraes Jr.
 q' todos juntos, ou cada hum in solidum nos
 são em meu nome, como se eu fosse jurar
 em m^a alma na cobrança q' faço de vir
 te equatro oitavas de ouro da herança do
 falecido meu irmão Manoel Botelho
 da Roza no docum^{to} q' ando apromptan
 do, e no m^o dar a quitação na forma q'
 pedida he for, p^a o q' heis conuido todos
 os meus padires q' adirito me permit
 Sumario 2^o de 1783

Clara Felicia da Roza

ESCREVENTE: JOAQUIM TEIXEIRA

ANO: 1782

PAÍS: BRASIL

OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: SERVIÇAL

FONTE: FUNDO BARÃO DE CAMARGOS – MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

O Sr. D. Clara Felicia Larosa
 Ill^a madrinha e Sr^a eu vou outras
 aos pes de v^m adize q^d de ho se a hum
 mes heide hir aos pes de v^m p^a v^m me
 dar o q^d me deve para me arumidiar q^d eu
 tenho hido ja humas vezes la aver se v^m
 medava alguma couza p^a me arumidiar
 mais nao tenho base merito q^d nao
 tenho eu mais adonde me valha senao
 so de v^m e assim espero de v^m p^a q^d he
 de me arumidiar q^d eu p^a o fim domes de
 outubro la heide hir aos pes de v^m e assim
 espero de v^m q^d me nao haja falta estima
 rei q^d v^m se goze saude perfeita como eu p^a
 minto de hoje q^d de hoje de hoje

De v^m a sellado

Joag^m Teix^a

ESCREVENTE: JOZEFA

ANO: 1780

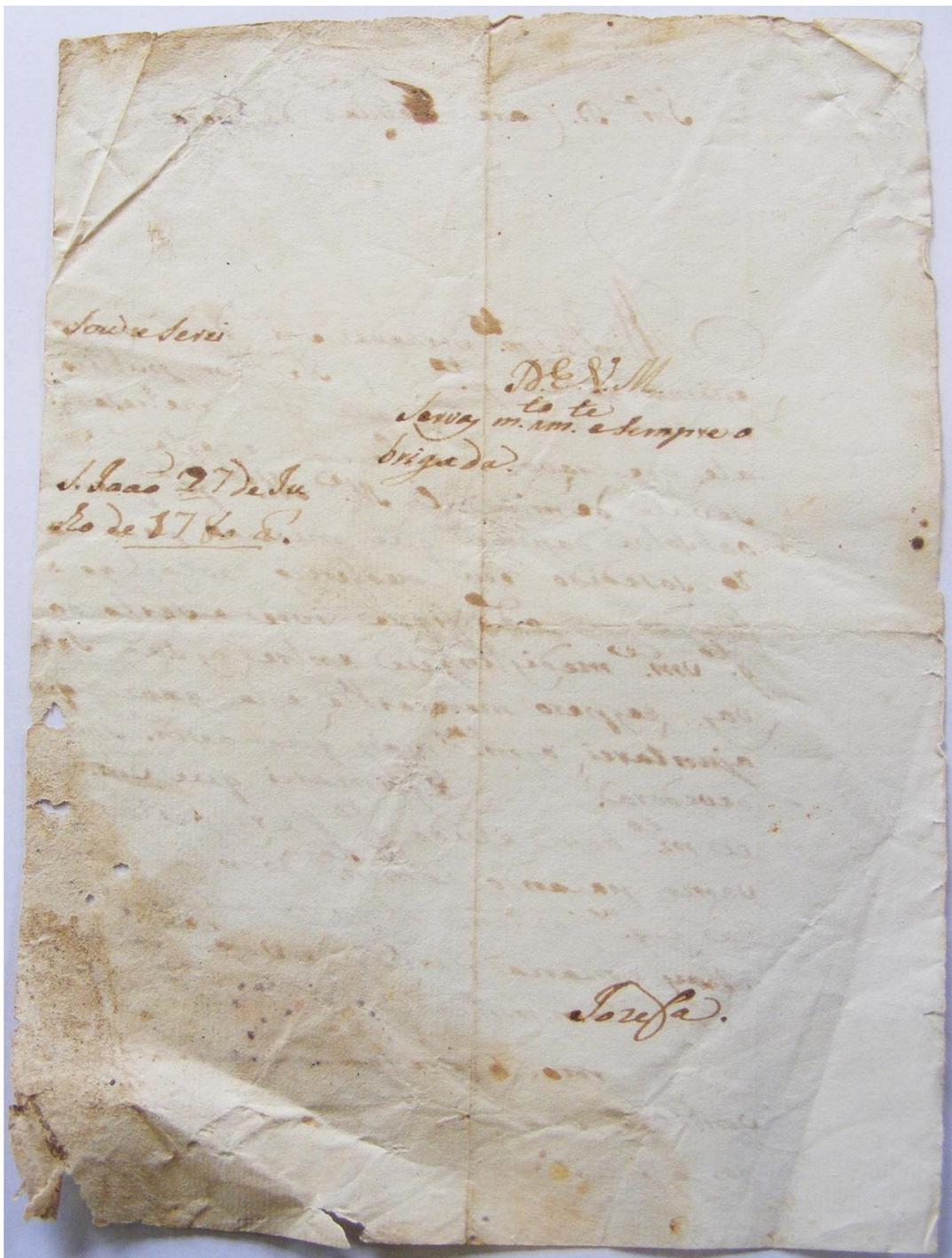
PAÍS: BRASIL

OCUPAÇÃO/ FUNÇÃO SOCIAL: CRIADA

FONTE: FUNDO BARÃO DE CAMARGOS – MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

Sm.^a D. Clara. Felícia. da Gora.

Minha m.^{te} prezada Sm.^a dam.^a mayor
 estimacao e p.^{ta} He tam publica
 notoria aontra Comque um.^a metrada f.
 ate qe cravoj aconleu eneytey termoy
 sevate de mim O M.^o M.^o p.^o que um
 oabsolva dapena que mereço pelo ca
 ro so sedido eeu meofereço aocastigo a
 fim de que od. fique livre e certo do
 q. um.^a medytingue entre a sua ser
 vaj. e espero merecerhe esta graça que
 ajustarei a m.^{te} may que aum. sou
 devedora. Estimarei que um.^a pe
 ce m.^{te} bem estudo q. to se respeta
 vamaq pacando Com m.^{te} itay doencay emca
 2a e q. ja tem algum alivio. m.^{te}
 May emana servaj de um.^a de ofere
 cem Com milharez de saud. e eu ja
 lo omeymo oferecendo juntam.^{te}
 um.^a p.^{ta} desta p.^{ta} tudo a que for do
 goito poris omea todo moytar que



ANEXO B

MISSIVAS DO PROJETO

POST SCRIPTUM:

***Arquivo Digital de Escrita
Quotidiana em Portugal e em
Espanha na Época Moderna***

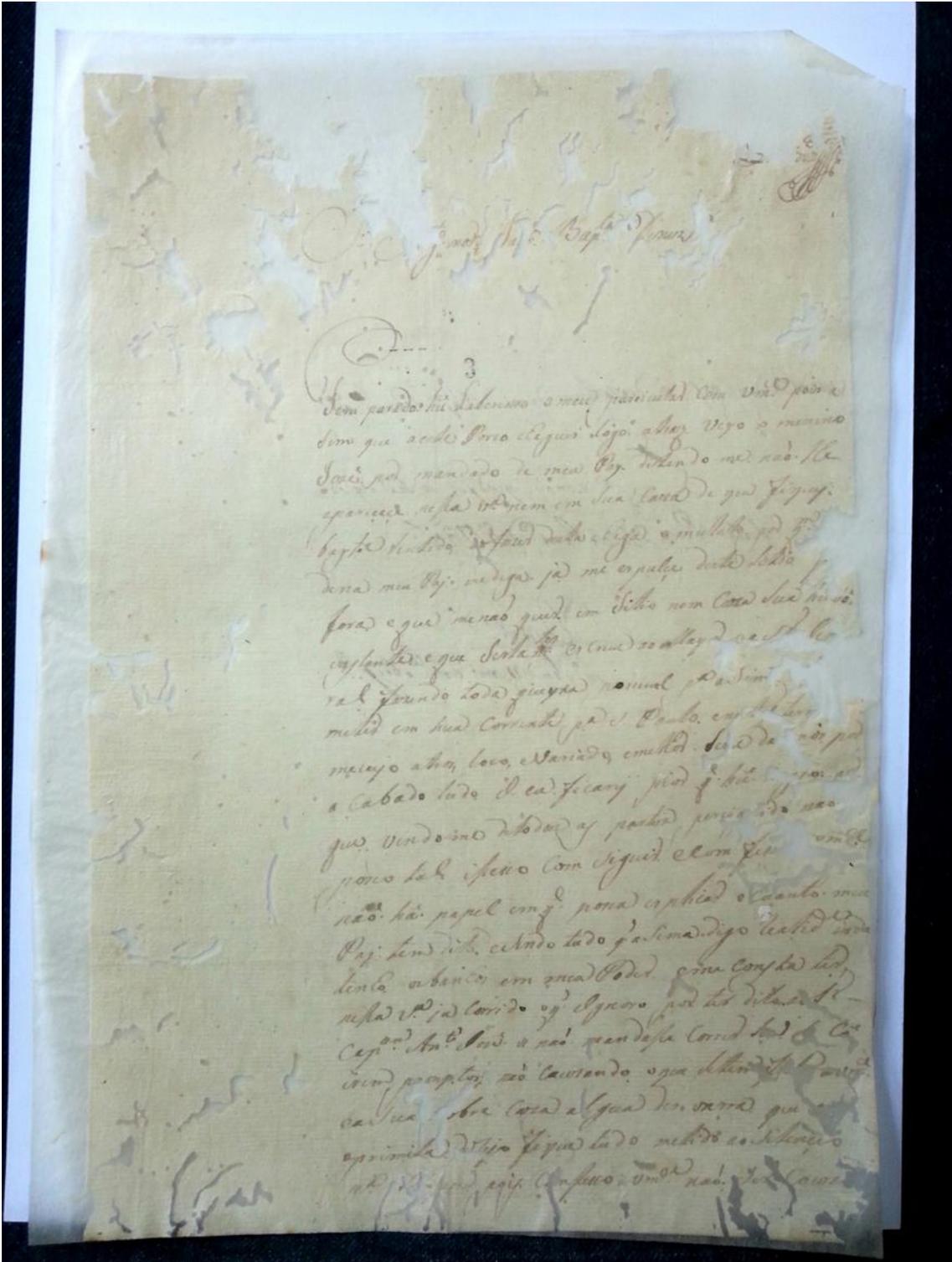
ESCREVENTE: FRANCISCO DA COSTA PINTO

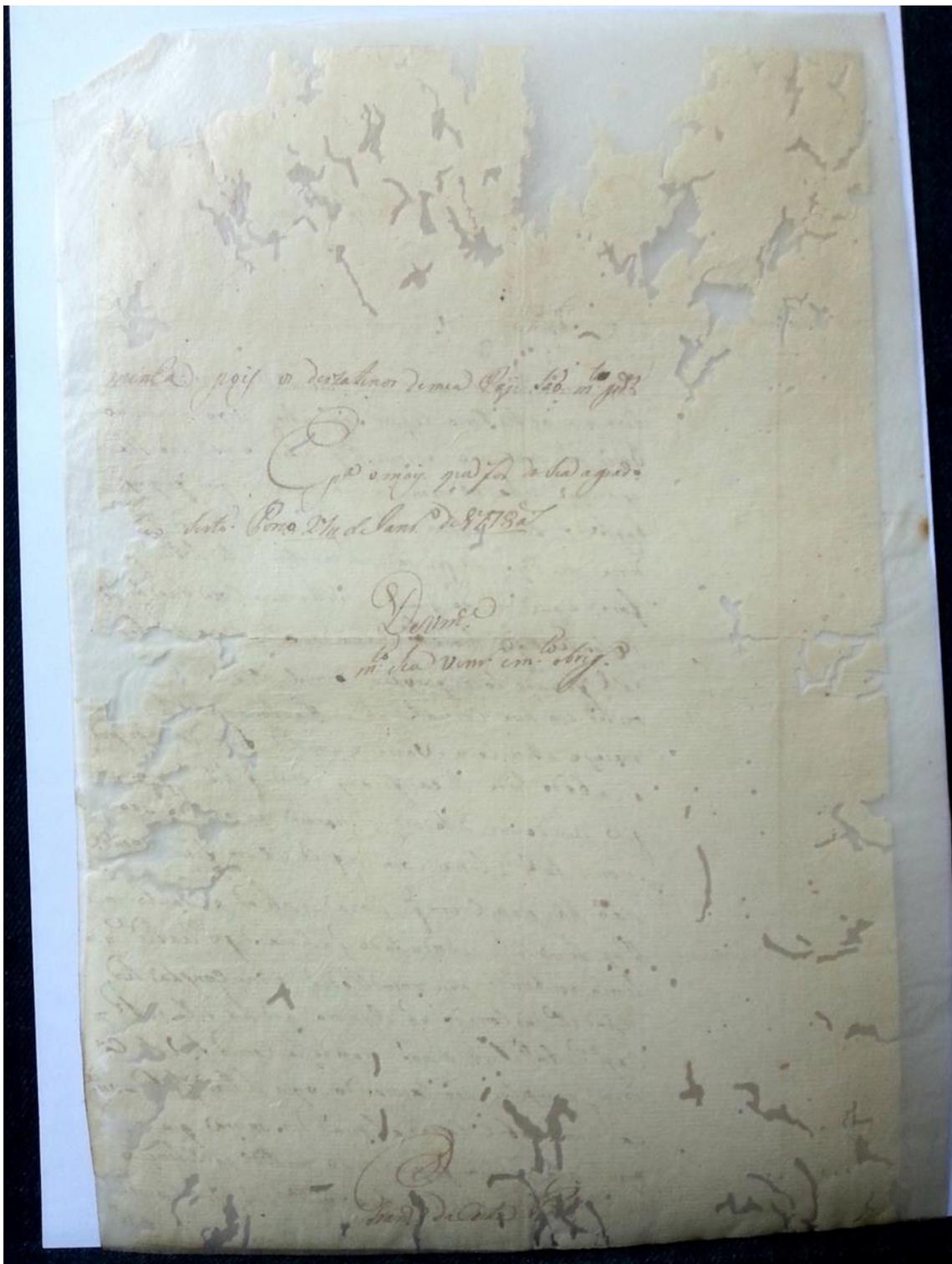
ANO: 1778

PAÍS: BRASIL

OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: ALFERES

FONTE: PROJETO POST SCRIPTUM – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA





ESCREVENTE: DOMINGOS VANELLI
 ANO: 1795
 PAÍS: PORTUGAL
 OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: UNIVERSITÁRIO
 FONTE: PROJETO POST SCRIPTUM – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
 UNIVERSIDADE DE LISBOA

M^{to} e Ex^{ma} Senhor

5. 6. 1795

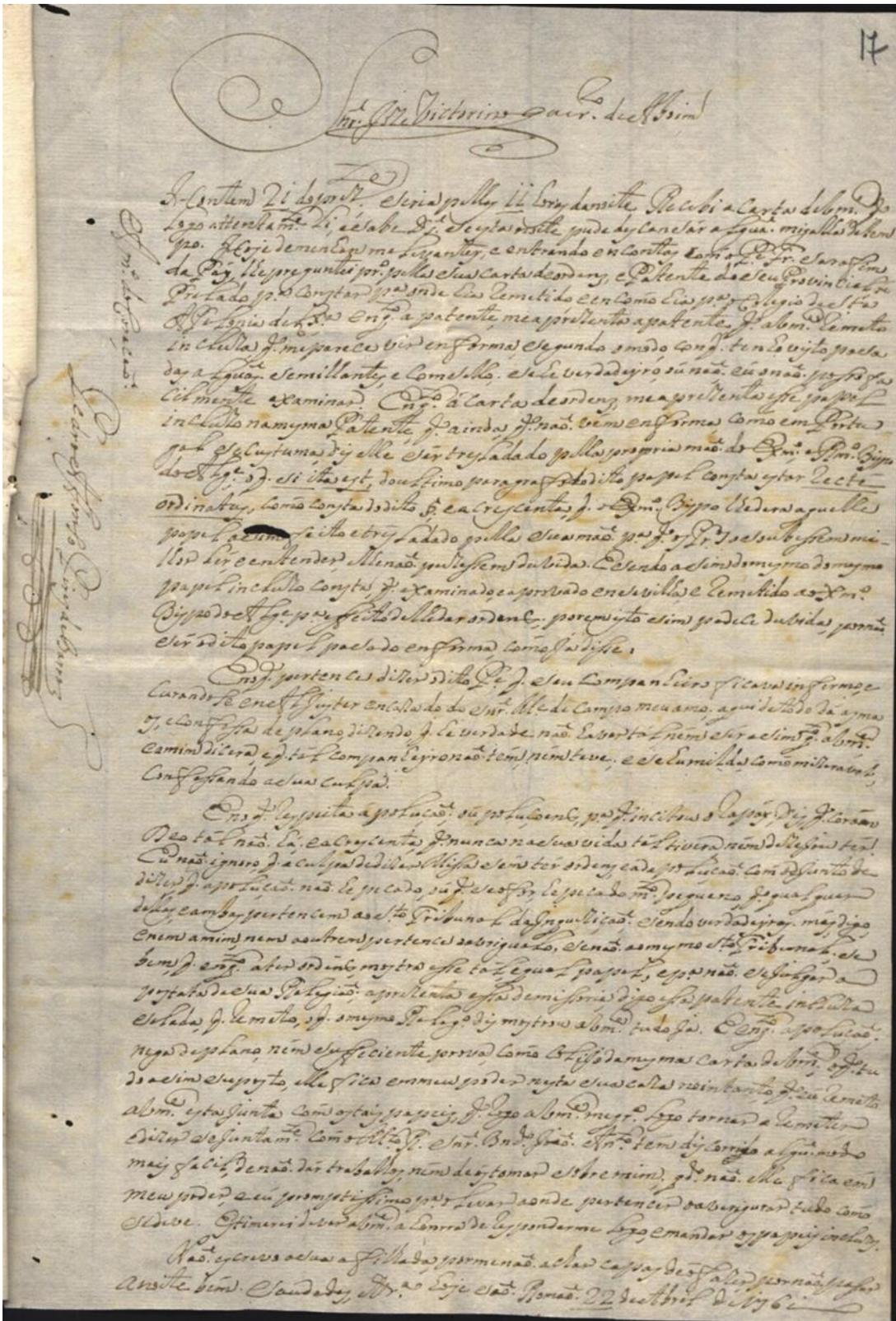
Remetto a V. Ex^{ta} tres sacas da semente da Siva-
 dela ou *Ornithopus compressus*, q^{ta} varia som-
 na cor da flor. Hum alqueire desta semente basta
 p^{ra} semear quatro feiras de chão de 40.000 pal-
 mos quadrados, q^{ta} correspondem a dois Acres In-
 gleses. Se costuma semear nas primeiras chubdas
 do Outono, em chão delgado, e se for ariento me-
 lhor, porem bem adubado: em chão forte não
 he raõ propria.

O Ex^{mo} Sr. Luiz Pinto escreverá a V. Ex^{ta}
 sobre esta remessa.

O que p^{ro}to a V. Ex^{ta} não esquecer-se o
 Gazometro de Mr. de Lue; e remetter p^{ra}
 este Real Jardim Botanico huma colle-
 ção de sementes de todas as plantas econo-
 micas, e medicinaes, p^{ra} as quaes poderei cor-
 responder com plantas, ou sementes Ame-
 ricanas, e Portuguezas. Tendo eu entanto a
 honra de ser

Seu Ven^{do} e Ill^{mo} Sr. e A.
 Del. Ex^{mo} Lxã 5 de Junho 1795 Domingos Vandelli

ESCREVENTE: PEDRO AFFONSO PIRES DE BARROS
ANO: 1761
PAÍS: PORTUGAL
OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: ECLESIÁSTICO PRIOR
FONTE: PROJETO POST SCRIPTUM – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA



ESCREVENTE: JOZE DA COSTA MARTINS

ANO: 1757

PAÍS: PORTUGAL

OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: BOTICÁRIO

FONTE: PROJETO POST SCRIPTUM – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

J. M. J. LX 15 de Fevereiro de 1756 2 12

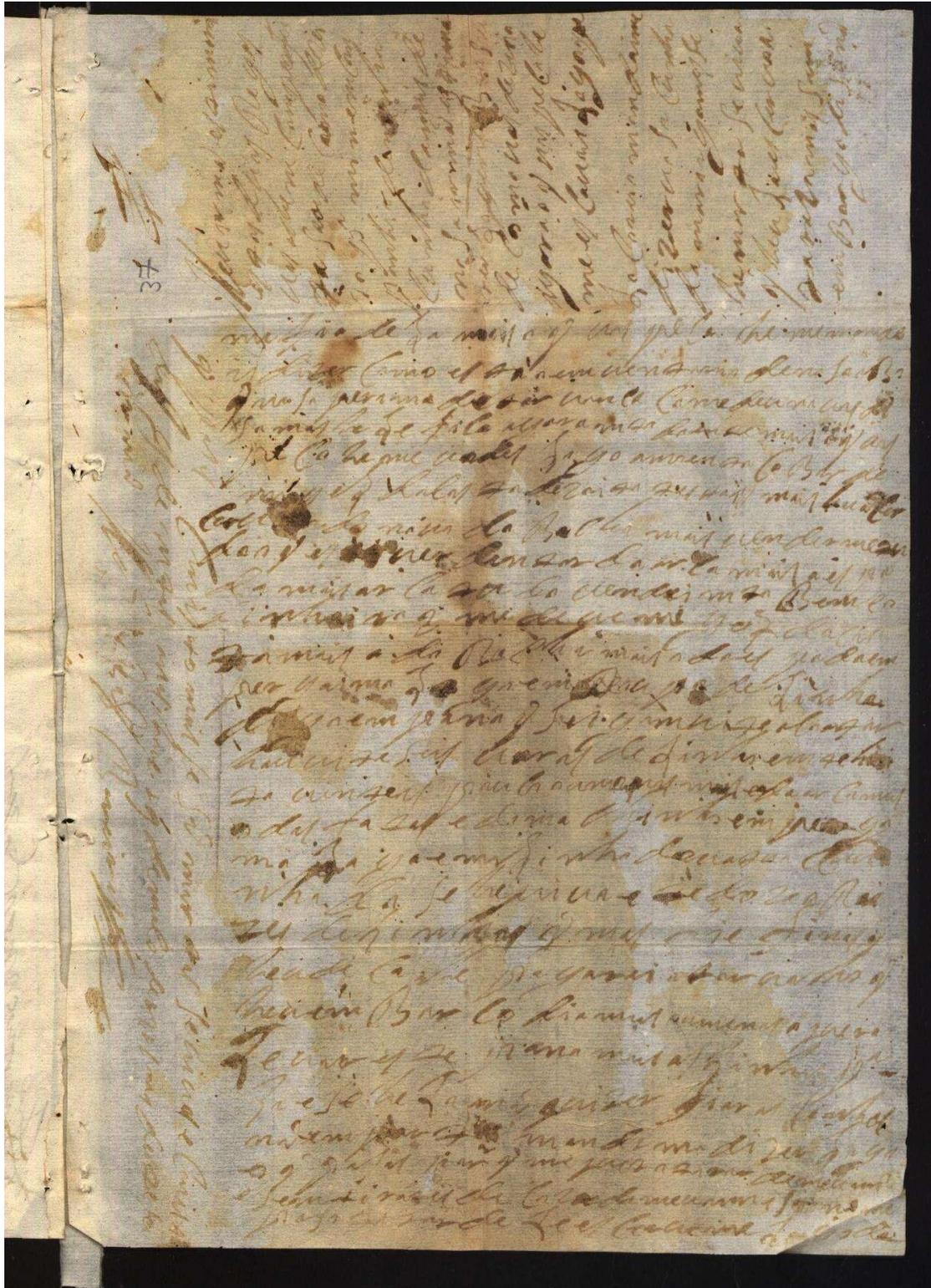
Meu Pai m. d. minha Venera
 cao, e minha Alma m. e minha Mãe que a Vm. ache estas
 Limitadas e livres, Com a saúde que Vm. deseja e Nos desejamos a Nova
 E é também que tendo Nos o grande Sentim^{to} da falta da sua Nobreza, pelo
 Cuidado que temos tido, Nos sobre o Grande Terramoto, de sorte, que
 ficou, toda a cidade de Lx. a darada, Cyto não, era nada senão pelo
 Espaço quinze dias, do Esq. alle Palacio e alle a boa Vista, e alle o chafariz
 de S. J. e, final m. e Morreo duas partes de gente, desta Grande, e tam Nobre
 Corte, isto não, é ainda nada para o que se segue, p. m. e olemos de
 Negocio quize todos não se perdessem, porém chegaram, alguns apertados e molhos
 sem se ficarem, e uma de Camisa, e toda a gente fugindo para o campo, e cor
 mudo. Vendo sob a terra, mais de duas mil e isto m. e gente, que nunca se viu
 de casa, todos os templos contentes e freguezias tudo se viu a terra, sem se
 São Sebastião e a pedreira ficou empia, e a guarnição, porém a guarnição de sorte
 que estamos sulindo m. e Nos campos em Barrocas, porque o Sr. D. João Sr.
 Negros que se na sua casa, pelo de encabo, que se feriam e para maior pe
 na a greja de N. Sr. da minha e de França, aonde m. e gente, e sendo o
 de todos os santos, pelas nove ouz e mais damantão, que estavam a se fazer,
 todas as igrejas de gente para se consagrarem por se fazer de bellos. Vm. se verá que
 agente toda esta abancada pelo campo do Coral e pelo do Canto e pelo campo
 de Santa Clara alle a graca, e pela fontajinha e por outras, e os fidalgos a maior parte
 dalle m. e pobres que se queimou, todas as casas suas, e de lenda, e as freguezias todas
 pelas duas de compra, e que nunca se viu nem se verá, e não se viu e se viu
 também a mesma sorte, porque o d. Sr. se viu para todos, de sorte, que tendo de
 visa se mais o Sr. de se viu, nem o de se viu, nem o de se viu, nem o de se viu
 rico, e os pobres tudo agora se viu, porém tem a vida m. e a vida m. e a vida m. e
 barata e a demanda, Cyto chegou a m. e partes, e a vida m. e a vida m. e a vida m. e
 pinhice e a vida m. e
 papel, não tanto a vida m. e
 moxidão a vida m. e
 deus grande e a vida m. e

13

Espero e espero mais fiada para adyta Como agora esperamos
 Meu Pai Agora te que he fazer, Negocio Nesta Corte
 Com bem pouco dinheiro alguma gente que se tenha qm quejmos o seu Comercio
 tem feito abilitimo Negocio nesta Corte tambem dou parte adita, agrandezca,
 de D.^o que te tambem que no tempo dado m.^o fatura, tudo Bemto Como tem
 experimentado todos os dias e mal queridos, e Mullores que não fazião vida,
 Com seus Maridos tudo esta se negar-se de D.^o todos m.^o tementes pelo que
 virão Com seus ollos e abita desta veia Um, Como não havemos de andar
 Com D.^o pelas aniaes fozque continuam noqsta mostrando adyta de polly
 que de continuo esta tremendo a terra Louvado seja D.^o para sempre
 Meu Pai Um m.^o bem sabe o como he poderemos estar co,
 que temos padado não he de diga, que Um, no tempo perdido o que,
 por experimentarmos quando May não se acenoz letroz sua veia deozem
 para Como a hma Caboto adua falta, pelo porque eu pella Bondade de D.^o
 não mereo adua falta porque sempre he Como Um, meozzeja eminha,
 May porom nem a hma temerelo adita aquelle sinel de Pai, pello que,
 experimento may não por falta deytarmos continuam, Quando ad.^o eadma
 via Santissima, por Um, para que no faza participante adua veia que, he,
 o que mais deozjamos, porom hejo que Um, não temo esse de gosto estaja
 Um, certo que eu nunca he de faltar Como fillo obediente, e Um, faza le-
 mo Bem Pai por a hma esperamos Meu Pai hej estamos Natallada de
 Sta Anna rabolica de fronte de St. Sr. de penna eu estou Comotio thomas
 Como he temandey deozz atle D.^o Sr. for servido, e Um, detriminar, não,
 hej queda meu querido Pai demelantar adua Bensa para que D.^o me,
 continue Comamyma, adytencia Como atle agora, e heja meu Pai que
 São mais aslagrimas deytz meoz olly as fazer deytz, que apripia tanta deytz
 hej meoz erroz, porom de D.^o perdoou atantos que sou fenderad q.^o May
 perdooará Um, animo falta da sua adytencia pella falta da sua doctina
 porom Como de Um, espero operada, de D.^o Nolo Sr. Meoz ladez asfilitudadez
 Como Um, deozze e Cu. D.^o Este heu fillo que m.^o he quoz
 coma atle amote

Jose, da Costa, Micael

ESCREVENTE: MANOEL RODRIGUES BAREIRO
 ANO: 1714
 PAÍS: PORTUGAL
 OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: COZINHEIRO
 FONTE: PROJETO *POST SCRIPTUM* – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
 UNIVERSIDADE DE LISBOA



ESCREVENTE: SILVESTRE RODRIGUES

ANO: 1777

PAÍS: PORTUGAL

OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: PEDREIRO

FONTE: PROJETO POST SCRIPTUM – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

39
112

Sr. Capm. Pedro Loui.

Justalle e ta Cor
ta do the
casa for
10 de Junho
de 1777

Vou escrever de v. m. da melhor forma q. posso
m. principal m. dizendo q. o que mais entere
he q. m. seache des furtando a may p. r. o. z.
p. o. r. a. e. a. u. d. e. e. g. u. a. l. a. o. s. e. u. e. m. e. u. d. e. s. e. j. o. p. q. u. e.
deste seu may amilde. Sudoito des p. o. r. a. o. q.
por de the dar o may g. o. n. t. o. p. o. r. q. p. a. l. p. r. i. e. n. c. i. a. m.
de seu p. r. e. c. i. t. o. z. m. e. a. c. h. a. r. a. s. e. m. p. r. e. c. o. m. a. m. a. z.
v. o. r. p. r. o. n. t. i. d. a. s.

M. meu Sr. Quebi a honri
sima Carta q. v. m. m. e. s. c. r. e. v. e. o. n. a. q. q. q. u. e.
v. m. o. q. u. i. s. o. n. n. a. s. e. s. t. e. s. e. u. c. r. i. a. d. o. e. m. t. e. r. o. t. r. a. b. a.
n. o. d. e. f. a. l. a. r. a. m. e. u. P. a. i. | S. e. p. o. s. t. o. q. m. o. n. e. g. a. f. e.
V. o. r. e. m. m. i. a. d. v. e. n. t. o. a. v. m. q. o. t. a. l. e. s. u. g. e. r. t. o. q. u. e. e. s. t. e.
diz m. o. n. e. r. a. e. m. l. a. b. o. v. e. r. d. e. | S. e. j. d. e. l. i. c. i. a. e. e. n. t. i. a.
S. i. m. a. q. h. e. r. a. | A. n. t. o. n. i. o. T. r. i. C. a. p. a. r. i. c. a. e. n. a. s. m. e. u. P. a. i.
q. s. e. c. h. a. m. a. J. o. a. o. S. e. r. i. o. C. a. p. a. r. i. c. a. | e. s. t. e. O. m. e. r. m. o. s. u.
g. e. i. t. o. q. s. e. a. c. h. a. a. l. i. s. t. e. n. t. e. n. a. P. a. i. s. d. e. P. a. i. | e. s. t. e.
p. o. s. t. o. q. t. h. e. d. e. e. s. a. d. v. m. q. h. e. n. a. t. u. r. a. l. d. e. e. s. t. a. b. a. l.
a. t. t. e. n. e. s. a. S. o. p. r. e. n. a. s. o. q. u. i. s. o. D. i. a. b. o. S. e. g. a. r. p. o. r. q. h. e.
S. e. n. t. o. q. s. e. n. d. o. e. s. t. e. n. a. t. u. r. a. l. d. o. n. d. e. d. i. j. d. o. n. d. e. f. o. j.
S. u. e. c. a. o. s. p. e. l. l. i. n. o. q. t. e. m. d. e. l. a. p. a. r. i. c. a. | e. s. t. e. m. d. e. q. u. e.
S. m. d. i. g. o. i. s. q. u. e. Q. u. e. b. i. a. s. u. a. C. a. r. t. a. | f. u. j. e. s. t. a. b. a. l.
S. e. n. d. i. c. a. s. c. o. m. t. o. d. a. a. i. d. i. v. i. d. u. a. c. a. o. S. e. j. e. s. t. e. t. e. m. o. z.
t. e. n. i. o. p. r. a. e. l. a. b. o. a. l. g. u. m. s. u. g. e. r. t. o. d. e. n. o. m. e. d. e. m. e. u. P. a. i. | e. s. t. e.
t. i. r. e. e. o. a. p. e. l. l. i. n. o. d. e. l. a. p. a. r. i. c. a. | e. n. a. s. m. e. u. P. a. i. s.

16) at r. 0114/ra
 17) at r. 0114/ra
 18) at r. 0114/ra
 19) at r. 0114/ra
 20) at r. 0114/ra
 21) at r. 0114/ra
 22) at r. 0114/ra
 23) at r. 0114/ra
 24) at r. 0114/ra
 25) at r. 0114/ra
 26) at r. 0114/ra
 27) at r. 0114/ra
 28) at r. 0114/ra
 29) at r. 0114/ra
 30) at r. 0114/ra
 31) at r. 0114/ra
 32) at r. 0114/ra
 33) at r. 0114/ra
 34) at r. 0114/ra
 35) at r. 0114/ra
 36) at r. 0114/ra
 37) at r. 0114/ra
 38) at r. 0114/ra
 39) at r. 0114/ra
 40) at r. 0114/ra
 41) at r. 0114/ra
 42) at r. 0114/ra
 43) at r. 0114/ra
 44) at r. 0114/ra
 45) at r. 0114/ra
 46) at r. 0114/ra
 47) at r. 0114/ra
 48) at r. 0114/ra
 49) at r. 0114/ra
 50) at r. 0114/ra
 51) at r. 0114/ra
 52) at r. 0114/ra
 53) at r. 0114/ra
 54) at r. 0114/ra
 55) at r. 0114/ra
 56) at r. 0114/ra
 57) at r. 0114/ra
 58) at r. 0114/ra
 59) at r. 0114/ra
 60) at r. 0114/ra
 61) at r. 0114/ra
 62) at r. 0114/ra
 63) at r. 0114/ra
 64) at r. 0114/ra
 65) at r. 0114/ra
 66) at r. 0114/ra
 67) at r. 0114/ra
 68) at r. 0114/ra
 69) at r. 0114/ra
 70) at r. 0114/ra
 71) at r. 0114/ra
 72) at r. 0114/ra
 73) at r. 0114/ra
 74) at r. 0114/ra
 75) at r. 0114/ra
 76) at r. 0114/ra
 77) at r. 0114/ra
 78) at r. 0114/ra
 79) at r. 0114/ra
 80) at r. 0114/ra
 81) at r. 0114/ra
 82) at r. 0114/ra
 83) at r. 0114/ra
 84) at r. 0114/ra
 85) at r. 0114/ra
 86) at r. 0114/ra
 87) at r. 0114/ra
 88) at r. 0114/ra
 89) at r. 0114/ra
 90) at r. 0114/ra
 91) at r. 0114/ra
 92) at r. 0114/ra
 93) at r. 0114/ra
 94) at r. 0114/ra
 95) at r. 0114/ra
 96) at r. 0114/ra
 97) at r. 0114/ra
 98) at r. 0114/ra
 99) at r. 0114/ra
 100) at r. 0114/ra

ESCREVENTE: MANOEL PINTO PEREIRA

ANO: 1753

PAÍS: PORTUGAL

OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: TRIPULANTE DE NAU

FONTE: PROJETO POST SCRIPTUM – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Meu caro amigo Sr. D. José bom escripto de q. e
 se achem cogitando inferno em Com.ª da Maij
 Jami da aquem de q. e amanha jna o jre con de he bona
 honra de. De sera q. de Corvir e adas jna ouzo
 anos e jordanu Valhagos oleo de uino oje vinda
 nou le maij de 1753 anos Lisboa Mel de q. e q. e

Minha amada esposa Maria Jose escripto de q. e
 q. e inferno em Com.ª da Maij Jami da aquem
 de q. e e eu me vel com.ª Com.ª Jami da
 amanha jna o jre con de he bona de. De sera q.
 seja q. de Corvir Minha amada e junta me de
 pronda do meu Cora com eu não me auzenteij jordanu
 prezar sua selo q. e jna saber q. e jna notoraleu com
 amor inferno agora q. e de ler a saber o q. e jna de
 preminado eu estou jre de q. e jna bar Cor.ª de q. e
 e jna de as jna as jna de jna de q. e jna de q. e
 nauis eu seu cartas de jna de e vou a favor do lapi
 jna de nauis e jna de jna de jna de jna de jna de
 que o ler e a vida e lar me jna de jna de jna de
 no jna de ouzo anos agora minha de q. e jna de q. e
 que eu venha jna de q. e q. e q. e q. e q. e q. e
 jna de eu jna de notoraleu do Santos a de q. e q. e em

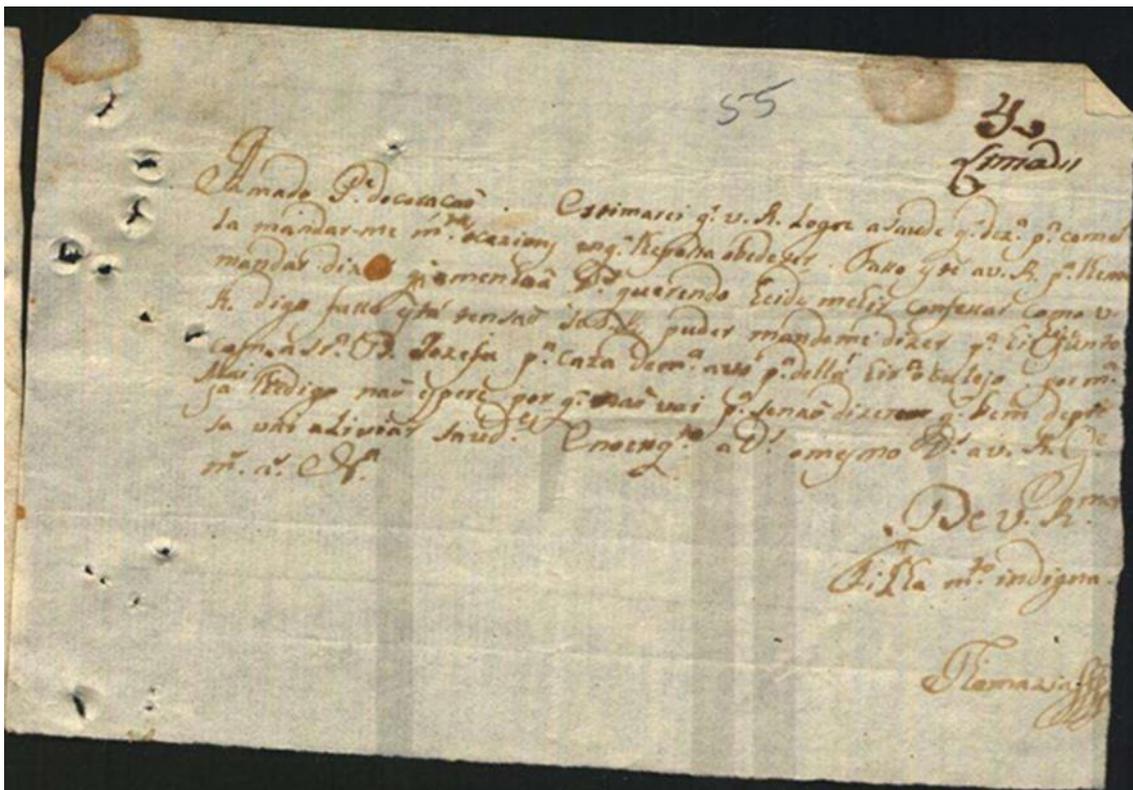
ESCREVENTE: THOMAZIA IZABEL GONZAGA

ANO: 1770-1772

PAÍS: BRASIL

OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: FILHA DE DESEMBARGADOR

FONTE: PROJETO *POST SCRIPTUM* – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



ESCREVENTE: MARIA CATARINA DA CONCEIÇÃO
 ANO: 1770
 PAÍS: BRASIL
 OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: FREIRA
 FONTE: PROJETO POST SCRIPTUM – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
 UNIVERSIDADE DE LISBOA

Minha irmã. e Sr.^a Vasolivo de ²⁹ ²² ³⁴
 Hora p.^a v.^a mandar a Sr.^a Madalena
 e Maria de M.^a ^{let} ^{br.} ^{minha} e a D.^a Joana
 e São Benedita de ^{br.} ^{minha} ao no. 100. e
 vinda de ^{br.} ^{minha} a ^{br.} ^{minha} o ^{br.} ^{minha}
 p.^a v.^a e o ^{br.} ^{minha} a ^{br.} ^{minha} Clara vive ^{br.} ^{minha}
 Latha o seu ^{br.} ^{minha} não ^{br.} ^{minha} em dia
 de ^{br.} ^{minha} e o ^{br.} ^{minha} não ^{br.} ^{minha}
 viaje em dia de ^{br.} ^{minha} ^{br.} ^{minha}
 Sr.^a Clara de ^{br.} ^{minha} a ^{br.} ^{minha}
 a D.^a Joana não ^{br.} ^{minha} em dia
 em dia de ^{br.} ^{minha} ^{br.} ^{minha}
 Sr.^a Clara de ^{br.} ^{minha} ^{br.} ^{minha}

ESCREVENTE: THERESA DE JESUS FARIA
 ANO: 1770-1772
 PAÍS: BRASIL
 OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: ESCRAVA
 FONTE: PROJETO POST SCRIPTUM – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
 UNIVERSIDADE DE LISBOA

38
fina

Louado seja Je-uy

Jmã: fã d'abade amate eu fou ta fatal com
 não fize a fozzima de dar com laza p'lo
 m. e p'oum. de com t'ada mandeita p'lo p'ue
 q'z fozel com aco to p. me p'ue aua la i'atua
 em laza mandou me. Jmã: fã d'abade de rene
 q' d'uey fã fova e p'ue. tabia brã do uim l'ay
 le parvilia m' d'op'ay da l'auana tam ta en l'ia lobe
 e se era l'ey to l'oumo nã a'ha em laza d'ip'oum
 Coando em ba fi nde y cada q'z p'ue ja f'eu m'ada
 to para o mato lo amu l'ey l'ey f'indac y fã a li enfi
 q'z fã d'ep'oum to l'ada e ag'nia da q'z m'ã l'ey l'ey
 p'iti l'ay o l'oumo e p'oum p'ol'oy en e p'arãm l'ay f'eta
 em com f'el'at com Jmã: fã. Me f'et. agora d'iz me
 d'elle se fou em bo'ap'oum l'ay m' q'z m'ã d'iz me
 q'z l'ey l'ey to d'elle nã uem m'ã a'ã 18 l'oumo

a de l'ey en t'ã da m'ã are de q'z m'ã d'iz me
 Co p'oum nem fou lo l'oumo l'ey f'eu m'ã l'edigo
 q'z m'ã d'iz me l'oum l'oum o l'oum. p. me p'ue m'ã d'iz me
 me d'iz me o l'oumo l'ey f'ou q'z m'ã d'iz me p'ã l'ay l'oum
 me d'iz me l'oum l'oum o l'oum p'oum Jmã: fã. M'ã d'iz me
 nã p'oum m'ã d'iz me. l'oum d'iz me p'oum l'ay l'oum
 go l'ay l'oum l'oum p'oum m'ã d'iz me p'oum l'ay l'oum
 l'oum p'oum l'oum p'oum m'ã d'iz me p'oum l'ay l'oum
 ka l'ay l'oum l'oum p'oum m'ã d'iz me p'oum l'ay l'oum

Therza de Jesus Faria

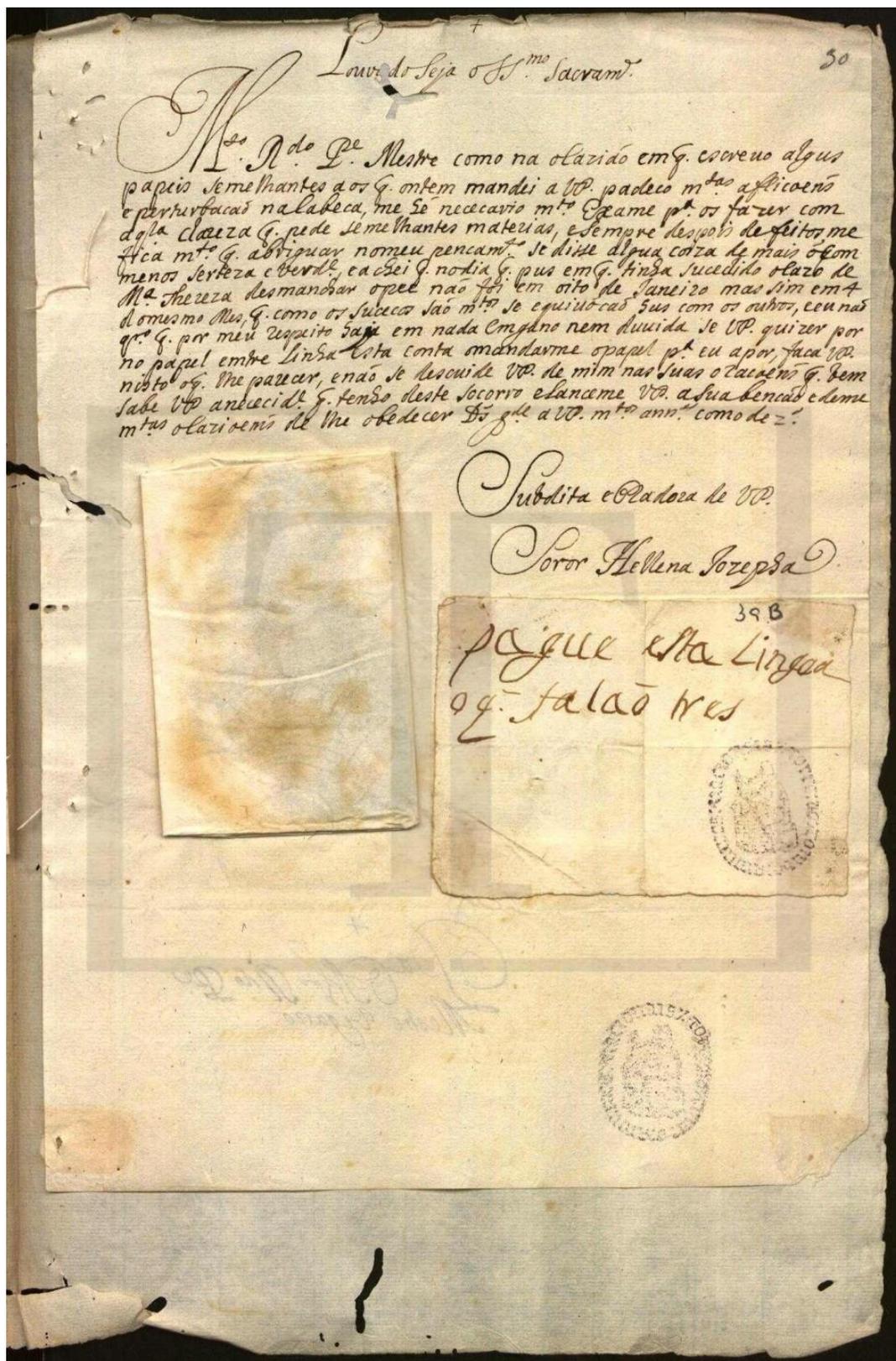
ESCREVENTE: HELLENA JOSEPHA

ANO: 1750

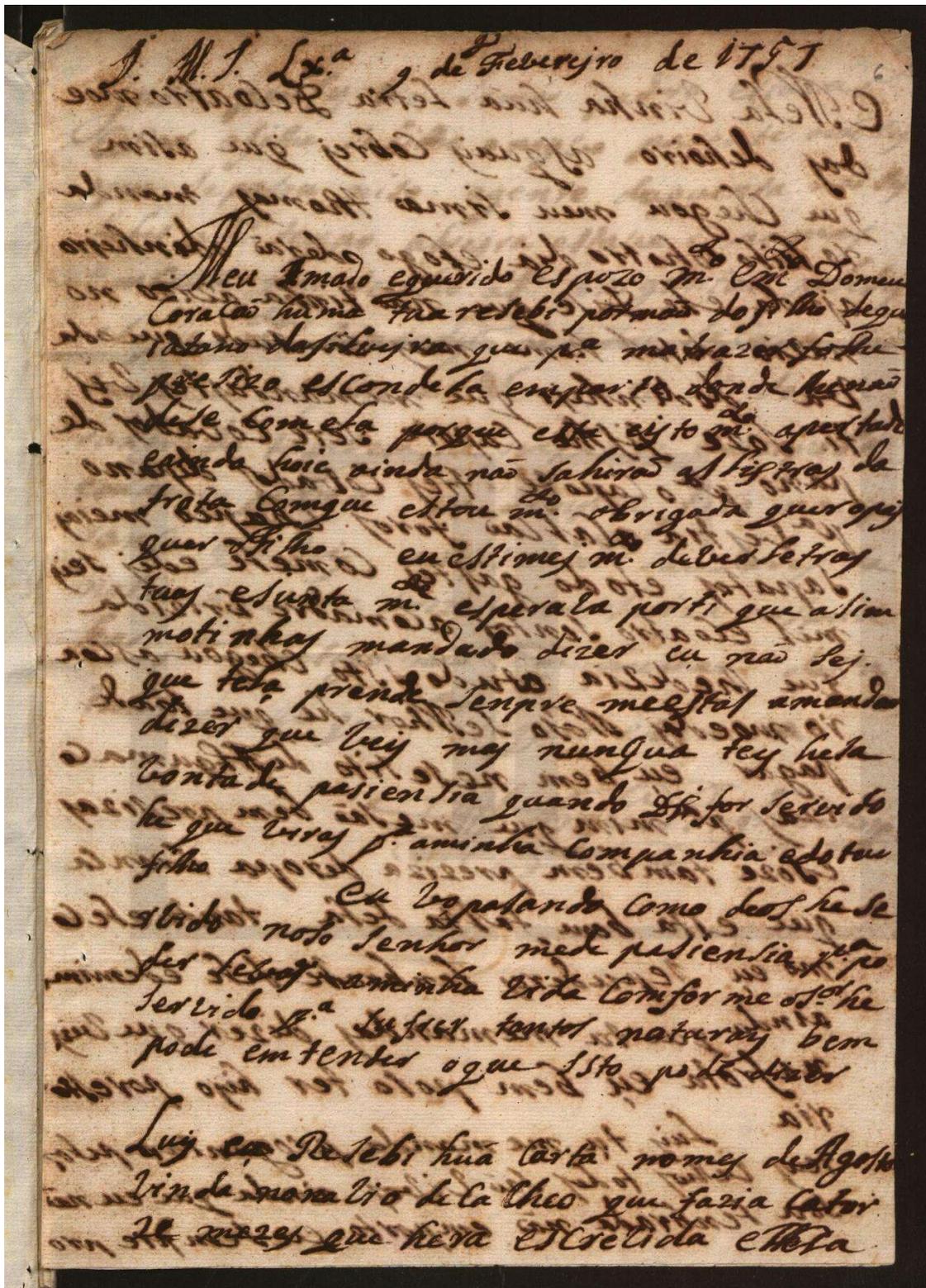
PAÍS: PORTUGAL

OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: FREIRA

FONTE: PROJETO POST SCRIPTUM – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA



ESCREVENTE: MARGARIDA INGRACIA
 ANO: 1757
 PAÍS: PORTUGAL
 OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: ESPOSA DE NEGOCIANTE
 FONTE: PROJETO POST SCRIPTUM – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
 UNIVERSIDADE DE LISBOA



E Nella Vinha hũa Letra Deleatiro meo
 do dehoiro asquay Cobrej que assim
 que Chegou meu Simão Thomaz manda
 do hũto coberto dia e logo idas adinheiro
 ajuda e he Lile que na Vinha avizo no
 mario de hũto nome may sentada que da
 da toda nhep que mandadatey Lij
 71. Tote Lijhe Capote sete covados de
 pano p. o Capote Hej Covados de pano
 p. a Lijha clatão foy de Chapas meias
 Sapatos etodo gallej Comere edej seij
 mit eloatro sentaf aomadre brizada
 que mederia atudo isto Chegou asoa
 ro maeray doo Lethor he que toda
 pagar eu bem ne se hũto de hũgama co
 iraj p. mim que me são bem prezizay
 e soze tam bem preziza teropa branca
 que esta bon fatta de la tanto e se
 mo eu se pudery lembrar de se edemim
 ainda que tu mandadaj dizer que Lij
 na frita eu bem poto ter higo por esse
 via Lij tu me manda p. o gantay p. hũ
 de hũto de hũto de hũto de hũto de hũto
 de hũto de hũto de hũto de hũto de hũto

Quanto porthy seu irmão pedro estava
 Cada afilha Sakitue o nogue parente não se
 que se pedia nisto agente da quinta na
 de se am. tempo a seira estava com a
 em casa nas tentos a seira pro guntar porthy
 a seira m. saudady de todos de casa se
 também se creia de este m. doente
 sangrado também se quixoz de seira
 em sua perna eu sempre se não
 tanta que se seira m. saudady de
 nota com a mãe brizida e da seira casm
 ha se comtigo não tem numer desta
 tua esposa que m. se quer e seira

M. Rogério Ingracia P.

ESCREVENTE: DOMINGAS RODRIGUES

ANO: 1737

PAÍS: PORTUGAL

OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: ESPOSA DE ALFAIATE/CARPINTEIRO

FONTE: PROJETO POST SCRIPTUM – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

J. M. J. Fereira 18 de M. de 1737



Meu lico primo recebi a Boa Carta q. Entimei m.
 por nella Ver tei des saude Dr. Velaum p. Refae e
 ven m. serviuo Ca Min. m.
 Aminta gracas a Dr. e boa Carta se aumonta
 Com a esperanca de viver Co mesmo q. Medilata a
 Vida e lervia da Morte q. Noz e segue p. sua divina
 Misericordia por tal ven Mequerer saluar dan do me
 Nesta Vida o meu purgatorio Nas penas q. padeco por
 voto despeito: por q. quem tem Amor Noz operde esse
 Operde Nunca este faltho a sem pois O meu amor
 esta sempre numa preperua sentinella Um lo lo
 an lo Cugain a vender me desta Coma da afficao
 traballar baldados e penas La da Ver mais: pois ve
 io o amor se passos anforas Com tenudo em vir e
 Vos toz bem Continuar em Me Mator: pois Nunca
 elegais: dan do me a em tendes q. tendes per di do
 O amor a Vona patria e parentes toz bem e forrados
 como tendes pois Vos emos Jamos e Milliores desta
 pouo em q. temer q. desiar de q. Outrem noz forra tem
 bra sem omb. de aboretudo into Vonderxain estar
 No des caros desta Negra terra p. Min pois tendes de pa
 ra do q. Nella Nunca tuentes Mas q. fone e um aso bio q.
 Manillar a sua parenta q. Co tendes de pouca idade
 p. Min m. pois tanta Nanclo pouco tempo antes q. Vos
 fortes e de a faura q. de he clamar Negra terra
 p. Min: sede a sem p. Vos tirauos della pois Noz ten
 des e um sinal de amor q. o vosso parentes: tirauos
 ia della e vinde p. onde nasentes que don de vos co
 nterem terra vos far em: em da Mepedra paro de
 linto Noz Com um Mandallo Co carlar em q. Vierem
 e abencom de vlon q. mandar e q. como testado l
 a salua da boca Noz quero se me far ad algum festivo
 p. Me Mator em: a justificar q. Mepedra noz Voy
 poi q. ou sou molles em q. a inde em tirar nesu tend
 q. e fura la podin tiralla q. Me direm ta la m. pes

An q. Vos confesum e do vosto proredim. E a Miller prouada
 Vena Nobreza: Diricin vos naõ de Claros Comys por imco
 Vinientes q. da li se reguem: dai a em tender q. tendes la
 Comgarado a quem e q. dilatois o vites por algum preuis
 do Okay q. Di naõ derme e q. bi tuclõ e mesmo. E vos em
 Cominde p. sua Melhor gloria e saluacõ da vossa alma
 Com q. aõ q. Medzeis a ferca de q. ca Modines e eia iã
 farto nene particular por q. o nome tem linear de gran
 dore p. fazer em m. g. abos mas naõ ouer di. ca deve
 esti que Morom m. tem Com. ficad. ap. resada m. Casim
 Vospeno que veiair como am. lais por q. naõ sabeis ofegu
 do De di. p. uerita faura Votomara fora desta terra
 e q. nauica estauis maõ seguro p. a saluacõ q. E o ven
 da clairo Pedro Van Deyo.

fã bem Medzeis q. naõ e estillo o escreuer E uon
 come della p. saber vos seus parentes que la tem se
 naõ embes poran q. quarem Voz p. este oleio: E estillo
 de labo de escoda. E m. Mas estillo enaõ e gerat
 por q. sei de m. q. della escreuon a q. ca tem e uia me
 a modo do Com. q. Vos dizeis: o p. to e q. Vos naõ fãtãis
 em vites logo como me prometeis p. q. ficos p. di. di
 a di. Vos de saude p. naõ fãtãis q. dizeis m. Vos uos
 nesta terra e de q. ay de p. dizeis oue Vos naõ e neresario
 pois tende adequido Com. Compreis p. ano de lino lo p.
 Vos atingãis em da q. Valtãro ca tereis oue Vos fã
 neresario Coando Vites e naõ Votomãdan a llem
 da dezam sebre dita E por q. are della me estãis logran
 do pois con tanto am. q. la estãis Com. tãme tendes
 adequido labo da in e q. ab. hãis tempo e bastado e naõ
 neresitãis de la. maõ q. quietãis de vossa alma e corpo
 e fãmo oramos me em sin. q. em viuar a sautelada E
 a fãura de vos dizer q. em tãdo naõ p. di. ser materia
 p. Vos tomãis im. p. m. de em fãdo q. naõ Vites: e se
 p. me abeinda em garar outra Voz d. hãndo vos fãcar
 E escuradi e se tendes este intento de Claros. E teia logo q. que
 ro trator da minha alma e seruir a di. o mesmo p.
 1900 de m. a. d. hã me en camo de supra
 Vena Prima em oradora D. Rodrigues

ESCREVENTE: ROZA MARIA

ANO: 1786

PAÍS: PORTUGAL

OCUPAÇÃO/FUNÇÃO SOCIAL: ESPOSA DE PESCADOR

FONTE: PROJETO POST SCRIPTUM – CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

13

R. M. J.

Meu Luiz, aqui te remeto estas
 duas Limitadas de Reguas estimari q. te ac
 he a campanha do Saqueha por se terima sa
 vide como o meu afeto te deseja a campanha do Sa
 queha favoravel ventura q. o teugo do mais de
 ezija q. am. operante he bona em campanha
 id. Damosa filha Roza &

Meu Luiz, pesotempo
 Lo amor de D. e pelas cinco chagas de Jesus
 chinto q. venhas p. vianna pois ja he tempo
 atrese annos q. por la andas ja he tempo de
 viris pois tens heuma filha q. esta ja dome
 vta me nho he tempo de fazeres conta de la
 Nos estamos tarvalhando de note amais de dia
 estamos pasando estreitas e si dades e te peso
 q. venha q. tomaves conta desta filha q.
 eusti se em aista filha a carmentadas can
 a grande malina e considerando e q. se me dese
 q. ficava am. filha de semperada e a simita
 peso pelo amor de D. e pelas dozes de maria
 santissima q. No se venhas em parar camate
 avista amim me custa mto atrazela como a
 targa q. de q. te da qui fostes semper folgei d
 de atarzel limpa e asiada conforme as m. as po
 ses por q. venhas q. custas mto a lovar a vida
 as Nozidades desta telda he q. mideo octo so

Filho de vossa m^{te} Monte de repetição me
Deo omestadeis mo deo de repente mo deo o
mister mel. yortela mo deo mister deo an
der emais varia gente Dameslla morte de rep
petina &

quis octavo camupa
Per ye dor gan saltes me dise q- te es em
vese ite mandase chamar poij ti nha ca thos
em barcasoiz e he se ache causado ate qur das
humade las q- to governar e corrigto d'hoi.
te enfadornais so deti espero a desposta de ta
quanto mais verbe mi thos or metthor se or
q- to se jas ocdeio d'ate a fospivada d'hoi si
as

Esta tua escava
q- m. te de re ja ver
Hoje 2 de marzo de anno de 1786

Rosa Maria